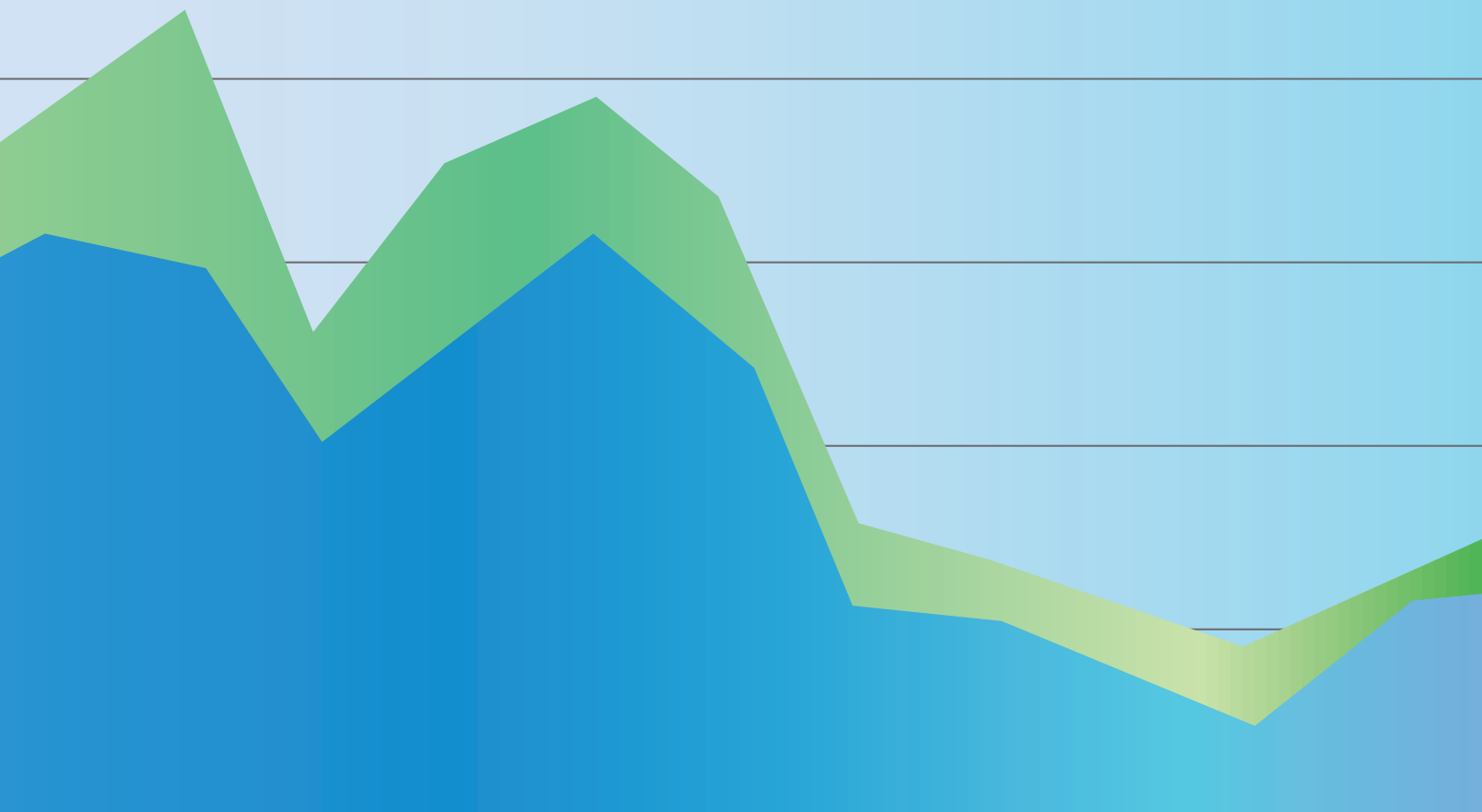




JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# Relatório de Transição

# 2016





JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# Relatório de Transição

# 2016

# Expediente

## **Coordenação geral**

Diretoria-Geral da Secretaria – Diges  
*Carlos Frederico Maia Bezerra – diretor-geral*

## **Coordenação técnica**

Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – Secge  
*Wânia Marítya Araújo Vieira – diretora*

Divisão de Planejamento Estratégico – Diple  
*Maria Carolina de Souza Ribeiro – diretora*

## **Equipe Técnica**

Divisão de Planejamento Estratégico – Diple  
*Carlos Roberto de Jesus Domingues*  
*Eliane de Aguiar Marquez Lacombe Santos*  
*Rafaela Alvim Possas Bastos*  
*Renato Lopes Vasconcelos*

## **Impressão e acabamento**

Divisão de Modernização Administrativa e Produção Editorial – Dimpe  
*Samuel Nunes dos Santos – diretor*

Núcleo de Serviços Gráficos – Nugra  
*Hernani Dutra Vilela – diretor*

# Composição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidente

Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Vice-Presidente

Desembargadora Federal Neuza Alves

Corregedor Regional

Desembargador Federal Carlos Moreira Alves

Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Desembargador Federal Olindo Menezes

Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Desembargador Federal Hilton Queiroz

Desembargador Federal Ítalo Mendes

Desembargador Federal José Amilcar Machado

Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Desembargador Federal João Batista Moreira

Desembargador Federal Souza Prudente

Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

Desembargadora Federal Ângela Catão

Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Desembargador Federal Kassio Marques

Desembargador Federal Néviton Guedes

Desembargador Federal Novély Vilanova

Desembargador Federal Ney Bello

Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas

Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Desembargador Federal Hercules Fajoses

Desembargador Federal Carlos Pires Brandão



# Sumário

Apresentação.....	7
1 Principais realizações da gestão 2014-2016.....	9
2 Planejamento Estratégico 2015-2020.....	21
3 Estatísticas processuais.....	44
4 Relatório de trabalho das comissões.....	54
5 Proposta orçamentária.....	80
6 Estrutura organizacional.....	86
7 Detalhamento do quadro de pessoal – fev./2016.....	99
8 Relação dos contratos, acordos, convênios e licitações.....	101
9 Relação de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	124
10 Situação atual das contas do Tribunal perante o TCU.....	125
11 Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre.....	130
12 Situação atual do Pro-Social.....	134

# Anexos

Os seguintes anexos constam do volume 2 deste Relatório de Transição:

Anexo 1 – Resolução TRF1 Presi 29/2014, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias.

Anexo 2 – A Estratégia da Justiça Federal 2015-2020: Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, aprovados pela Resolução CJF 313/2015.

Anexo 3 – Portaria TRF1 Presi 92/2014, que dispõe sobre a Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região, designando membros de comitês e gestores de metas e de iniciativas nacionais.

Anexo 4 – Portaria TRF1 Presi 375/2015, que delega competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das seccionais para realizar as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs e Ata da I RAE do Tribunal.

Anexo 5 – Portaria TRF1 Presi 392/2015, que aprova a Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região para o biênio 2015/2016, composta pelos Planos de Ação do Tribunal e de suas 14 Seções Judiciárias.

Anexo 6 – Relação de cargos em comissão por nome – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

Anexo 7 – Relação de funções comissionadas e cargos em comissão por lotação – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

Anexo 8 – Relação de funções comissionadas e cargos em comissão desocupados – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos

# Apresentação

Senhores desembargadores federais eleitos para a gestão 2016-2018,

A par de dar cumprimento ao art. 18, § 9º do Regimento Interno, aprez-me apresentar a Vossas Excelências este Relatório de Transição com as principais informações da gestão 2014-2016, período em que fui honrado com a confiança do Tribunal para presidir esta Corte de Justiça.

Inicialmente, cumpre-me consignar que foi uma grande honra ocupar a Presidência deste Tribunal, fazer parte, de forma mais direta, de suas conquistas e realizações e enfrentar diuturnamente seus desafios.

Na condição de julgadores, nós magistrados temos atividade solitária e nos escapa a ideia do que seja administrar uma instituição da magnitude deste Tribunal. A Administração nos descortina uma nova realidade. Difícil, porém vibrante, que se renova a cada dia.

Registro que recebi inestimável apoio e colaboração de meus pares, em especial daqueles com os quais dividi a Administração da Corte, desembargadores federais Neusa Alves e Carlos Moreira Alves.

Estendo meus agradecimentos a todos os desembargadores federais, magistrados, servidores e demais colaboradores que, mesmo diante de tantas dificuldades devido ao cenário de escassez de recursos humanos e excessivo volume de trabalho, se desdobram com desvelo para bem cumprir com seus misteres e dignificar o nome deste Tribunal.

Destaco que tive a felicidade de deparar-me com um quadro funcional e diretivo altamente qualificado e comprometido com a instituição. Servidores dedicados e incansáveis na superação das dificuldades vivenciadas, seja pelo reduzido quadro de colaboradores, incompatível com as necessidades do trabalho, seja pela extensão da 1ª Região, ou ainda pelas jornadas exaustivas e extensas, só suportadas pelo espírito de pertencer a esta Casa.

A corroborar minhas palavras, este Tribunal foi o que apresentou os maiores percentuais de cumprimento das Metas 9 e 10 para a Justiça Federal, que dizem respeito, respectivamente, à produtividade de magistrados e de servidores. No ano de 2015, os magistrados da 1ª Região lograram aumentar a sua produtividade média (meta 9) em 126,58%, ao passo que os servidores aumentaram a deles em 136,01% (meta10).

A 1ª Região é muito extensa e possui características muito particulares, por englobar Estados das Regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste, cada um deles com seus problemas e desafios. Assim, ao assumir a Presidência, defini algumas prioridades que seriam os pilares para conduzir os trabalhos desta continental Justiça Federal da 1ª Região, destacando-se:

- 👁 o fortalecimento das relações institucionais entre o Tribunal e suas seções e subseções judiciárias, buscando unir esforços, compartilhar experiências e fomentar ambiente de colaboração e produtividade, de forma a transformar as adversidades da grande dimensão territorial em oportunidades;
- 👁 a otimização dos recursos e serviços de Tecnologia da Informação, com vista a ampliar o serviço virtual na área judicial e administrativa em toda a 1ª Região, de forma a conferir maior rapidez e facilidade aos serviços e promover substancial melhoria nas atividades judicantes e administrativas;
- 👁 a atenção ao Pro-Social, a partir de ações voltadas para a manutenção do corpo de beneficiários e o fortalecimento financeiro do programa, em que se buscou reduzir gastos e captar emendas ao orçamento;



- ☞ a celeridade, a eficiência, a facilidade de acesso e a transparência na prestação jurisdicional;
- ☞ a atualização do projeto de construção da nova sede do Tribunal e instituição de ferramentas de gestão de custos, prazos, riscos;
- ☞ a elaboração de projetos padrão de arquitetura e engenharia para a construção de sedes das subseções judiciárias da 1ª Região;
- ☞ a promoção da qualificação do quadro de pessoal e o fortalecimento da UniCorp;
- ☞ a eficiência na gestão e na aplicação dos recursos orçamentários e financeiros.

Com esta breve apresentação, passo ao relato das principais realizações da gestão 2014-2016, esclarecendo que no Relatório de Gestão 2014 e Relatório de Atividades 2014, ora encaminhados, e nos relatórios de 2015, que se encontram em elaboração e devem ser encaminhados tão logo sejam concluídos, as informações pormenorizadas sobre os itens que compõem este Relatório de Transição poderão ser obtidas.

Todavia, saliento que toda e qualquer informação adicional que se fizer necessária poderá ser solicitada, a qualquer tempo, aos interlocutores junto à Comissão de Transição Administrativa, designada pela Portaria Presi 50 de 23/02/2016.

Desejo à nova gestão a realização de trabalho profícuo e grande harmonia para conduzir esta Casa e coloco-me à disposição de Vossas Excelências como um colaborador a mais.

Brasília, 29 de fevereiro de 2016.

Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**  
Presidente

# 1 Principais realizações da gestão 2014-2016

As atividades desenvolvidas sob a coordenação da atual administração do Tribunal encontram-se detalhadas nos Relatórios de Gestão e de Atividades de 2014 e 2015, disponíveis no Portal do TRF 1ª Região. A seguir, um extrato sucinto das principais realizações:

## 1.1 Composição do Tribunal

### 1.1.1 Posse de novos desembargadores federais

- ☉ Juiz federal Marcos Augusto de Sousa, em 25/06/2014, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Catão Alves;
- ☉ Juiz federal João Luiz de Sousa, em 01/12/2014, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Leomar Amorim;
- ☉ Juíza federal Gilda Sigmaringa Seixas, em 16/12/2014, em vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora federal Selene Almeida;
- ☉ Juiz federal Jamil de Jesus Oliveira, em 16/12/2014, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Tolentino Amaral;
- ☉ Advogado Hercules Fajoses em 03/06/2015, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador federal Carlos Olavo, em 28/02/2014;
- ☉ Juiz federal Carlos Pires Brandão, em 03/12/2015, em vaga decorrente da promoção do desembargador federal Reynaldo Fonseca para Superior Tribunal de Justiça.

### 1.1.2 Outras movimentações

- ☉ Desembargador federal Reynaldo Fonseca, em 26/05/2015, promovido a Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- ☉ Desembargador federal Cândido Moraes, em 13/10/2015, aposentou-se voluntariamente.

## 1.2 XV e XVI Concursos para provimento de cargo de juiz federal substituto

O XV Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região iniciou-se em 2013 e foi concluído em dezembro de 2014, com aprovação de 58 candidatos.

Em iniciativa inédita, as tratativas para contratar a instituição especializada para realizar o concurso seguinte para o cargo de juiz federal iniciou-se antes do fim da conclusão desse certame, ocasião em que foram escolhidos os membros da Comissão de Concurso. Foi um procedimento inovador, para reduzir o intervalo de realização dos concursos e tornar mais ágil o provimento de cargos vagos de magistrados.

O XVI Concurso foi aberto, inicialmente, com o objetivo de preenchimento de 155 cargos vagos. Após a aplicação das provas objetivas seletivas e escritas, foram aprovados 126 candidatos para a 3ª etapa, que foi realizada no período de 29 de janeiro a 22 de fevereiro de 2016 e envolveu inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social, exames de sanidade física e mental e exame psicotécnico. O concurso encontra-se em fase de convocação para a realização da prova oral. O concurso deve ser concluído com um das maiores taxas de aprovação e iniciado e praticamente concluído dentro de mais gestão, em tempo recorde.

### 1.3 Ampliação da acessibilidade jurisdicional

#### 1.3.1 Interiorização: varas e turmas recursais

Com o objetivo estratégico de garantir amplo acesso ao maior número de cidadãos à solução de conflitos, foram instaladas as últimas 18 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009. No final de 2014, a 1ª Região totalizava 82 subseções judiciárias e 291 varas federais.

Quadro 1 – Distribuição das varas federais na 1ª Região

Acre	Capital	4
	Interior	1
Amapá	Capital	6
	Interior	2
Amazonas	Capital	8
	Interior	2
Bahia	Capital	24
	Interior	19
Distrito Federal	Capital	27
Goiás	Capital	16
	Interior	9
Maranhão	Capital	13
	Interior	5
Mato Grosso	Capital	9
	Interior	8
Minas Gerais	Capital	35
	Interior	48
Pará	Capital	12
	Interior	10
Piauí	Capital	8
	Interior	5
Rondônia	Capital	6
	Interior	4
Roraima	Capital	4
Tocantins	Capital	4
	Interior	2
Total na capital		176
Total no interior		115
Total		291

Foram instaladas, ainda, durante o ano de 2014, as turmas recursais com estrutura permanente, restando apenas a Turma Recursal do Acre, instalada em 06/02/2015, quando a 1ª Região passou a totalizar 25 turmas recursais permanentes, sendo 23 nas capitais e 2 descentralizadas nas Subseções Judiciárias de Juiz de Fora e de Uberlândia/MG:

Quadro 2 – Turmas recursais permanentes

Turma recursal	Sede	Instalação permanente	Ato normativo	Jurisdição
TR/AC	Rio Branco/AC	06/02/2015	Resolução Presi/Secge 1/2014	Acre
TR/AM-RR	Manaus/AM	11/03/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portarias Presi/Secge 56 e 65/2014	Amazonas e Roraima
1ª TR/BA	Salvador/BA	26/03/2013	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª e 2ª Turmas em caráter permanente)	Bahia
2ª TR/BA				
3ª TR/BA		06/12/2013	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Secge 196/2013	
4ª TR/BA		07/04/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 85/2014	
1ª TR/DF	Brasília/DF	26/03/2013	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	Distrito Federal
2ª TR/DF		25/03/2014	Resolução Presi/Secge 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Secge 73/2014	
3ª TR/DF			Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 73/2014	
1ª TR/GO	Goiânia/GO	26/03/2013	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	Goiás
2ª TR/GO		30/08/2013	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Cenag 133/2013	
1ª TR/MA	São Luís/MA	26/03/2013	Resolução Presi/Coger/Cojef 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	Maranhão
2ª TR/MA		31/03/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi/Secge 74/2014	
TR/MT	Cuiabá/MT	14/04/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi/Secge 78/2014	Mato Grosso
1ª TR/MG	Belo Horizonte/MG	26/03/2013	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 (1ª, 2ª e 3ª Turmas em caráter permanente)	Subseções judiciárias de Minas Gerais, menos as abrangidas pelas turmas de Juiz de Fora e Uberlândia
2ª TR/MG				
3ª TR/MG				
4ª TR/MG		23/04/2013	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 Instalação: Portaria Presi/Cenag 46/2013	
TR/JFO	Juiz de Fora/MG	10/10/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação: Portaria Presi 332/ 2014	Subseções judiciárias de Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, São João Del Rey e Viçosa
TR/UDI	Uberlândia/MG	09/12/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação Portaria Presi 421/2014	Subseções judiciárias de Uberlândia, Ituiutaba, Paracatu, Patos de Minas, Uberaba e Unai
1ª TR/PA-AP	Belém/PA	26/03/2013	Resolução Presi/Coger/Secge 5/2013 (1ª Turma em caráter permanente)	Pará e Amapá
2ª TR/PA-AP		19/09/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação Portaria Presi/Secge 301/2014	
TR/PI	Teresina/PI	13/06/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi/Secge 209/2014	Piauí
TR/RO	Porto Velho/RO	24/02/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi/Secge 45/2014	Rondônia
TR/TO	Palmas/TO	24/11/2014	Resolução Presi/Secge 1/2014 Instalação em caráter permanente: Portaria Presi 373/2014	Tocantins

### 1.3.2 Unidades avançadas de atendimento

Pela primeira vez na 1ª Região foram instituídas, por meio da Resolução Presi 21/2015, as Unidades Avançadas de Atendimento da 1ª Região, que têm por finalidade garantir o acesso à justiça aos residentes em localidades onde não exista sede da Justiça Federal. É uma modalidade de justiça itinerante, com ponto fixo de atendimento, que pode ser instalada em qualquer um dos municípios abrangidos na jurisdição da seção judiciária ou subseção judiciária, tornando-se vinculada a elas.

Em novembro de 2015, foi autorizada a criação da Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal (UAA), no município de Tangará da Serra/MT, vinculada à Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT), tendo sido efetivamente instalada em janeiro de 2016.

### 1.4 Ampliação da celeridade jurisdicional

#### 1.4.1 Câmaras Regionais Previdenciárias

Em ação pioneira na Justiça Federal, o Tribunal criou, em dezembro de 2014, em caráter experimental pelo período de um ano, duas Câmaras Regionais Previdenciárias – CRP, nas Seções Judiciárias da Bahia e de Minas Gerais, com sede em Salvador e Belo Horizonte, respectivamente, para funcionar de maneira descentralizada em julgamento de processos previdenciários em grau de recurso (Resolução Presi 23/2014). Em março de 2015 foi criada a terceira CRP, na Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG (Resolução Presi 11/2015), e, em novembro, diante do grande volume de recursos originários da Seção Judiciária de Minas Gerais, criou-se a quarta Câmara Regional Previdenciária na capital mineira (Resolução Presi 41/2015).

Este modelo de funcionamento das CRPs mostrou-se bastante adequado à 1ª Região, por sua elevada produtividade e pelos reduzidos custos, uma vez que convoca, para atuar como relatores, magistrados da mesma seção Judiciária, sob a presidência de um desembargador federal. O assessoramento aos relatores é prestado utilizando-se a estrutura física e de pessoal de seu próprio gabinete na vara de origem. A secretaria é representada por uma central de apoio cartorário, única por CRP, composta por servidores cedidos das Secretarias das Varas dos relatores convocados e da Administração da seção judiciária. No Tribunal, foi criada uma unidade virtual, ou seja, sem integrar a estrutura formal, composta por servidores cedidos dos gabinetes, turmas e outras unidades, denominada Central de Triagem e remessa de Processos às CRPs, coordenada pela Secretaria Judiciária.

Tendo completado um ano de efetivo funcionamento e considerando os significativos resultados alcançados pelas CRPs, a seguir demonstrados, foi emitida a Resolução Presi 6/2016, que prorroga, por mais um ano, o funcionamento das CRPs 1ª da Bahia, 1ª de Minas Gerais e 1ª de Juiz de Fora.

Quadro 3 – Câmaras Regionais Previdenciárias – processos atribuídos e julgados até 24/02/2016

Unidade	Processos atribuídos	Processos julgados
1ª CRP/BA	5.175	3.051
1ª CRP/JFA	6.349	3.229
1ª CRP/MG	7.449	5.438
2ª CRP/MG	3.749	365
<b>Total</b>	<b>22.722</b>	<b>12.083</b>

#### 1.4.2 Projeto piloto de aceleração de julgamentos

A Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Portaria 11/2015, instituiu o Projeto Piloto de Aceleração de Julgamento dos Recursos na 1ª Turma da 1ª Seção e no Gabinete do Desembargador Federal João Batista Moreira, integrante da 5ª Turma da 3ª Seção deste Tribunal. Para a 1ª Turma foram convocados nove magistrados, que julgaram 6.693 processos, em 12 sessões, até 16/12/2015, ao passo que os três magistrados convocados para compor o gabinete do desembargador federal João Batista Moreira julgaram 1.143 processos em 11 sessões.

Coube ao Tribunal viabilizar toda a logística para o funcionamento do PAJ, entre elas a obtenção de espaços, remanejamentos de mobiliário, ajustes dos sistemas de informática, relocação de servidores, o dispêndio com pagamento de diárias e passagens, remessa dos processos aos juízes convocados, entre outras.

## 1.5 Sistemas eletrônicos

### 1.5.1 Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Assumindo posição de vanguarda na Justiça Federal, em dezembro de 2014, o Tribunal iniciou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), visando tornar a prestação jurisdicional mais célere, eficiente e transparente. Foi implantado primeiramente no âmbito do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal para as classes de mandado de segurança, ação monitória e respectivos recursos.

Dessa forma, o TRF 1ª Região alinhou-se à política de integração do Conselho Nacional de Justiça (Resolução CNJ 185/2013) e do Conselho da Justiça Federal (Resolução CJF 202/2012) para a adoção de solução única capaz de permitir a prática de atos processuais e de acompanhamento do processo judicial em um mesmo sistema de processo judicial eletrônico.

Para a implantação do PJe, foi montada estrutura de planejamento, coordenação e gestão normativa sob a denominação de Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-PJe-TRF1, com coordenação de magistrados em auxílio à Presidência e à Corregedoria Regional e a participação de dirigentes e servidores do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal, além de representantes do Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 2015, o PJe foi expandido às seções judiciárias de Goiás, do Tocantins, de Roraima, do Maranhão, Acre, de Rondônia e do Amapá, nessa ordem. Nas demais seções judiciárias da 1ª Região, o PJe deve ser implantado, no decorrer do ano de 2016, conforme cronograma aprovado pela Portaria Presi 45/2016.

### 1.5.2 Processo Administrativo Eletrônico (PAe) e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

O Processo Administrativo Eletrônico (PAe), instituído pela Resolução Presi/Secge 16/2014, representou um novo tempo de gestão administrativa no Tribunal, nas seções e subseções vinculadas. Com o fim de abolir o uso do papel e racionalizar rotinas de trabalho, promoveu-se a integração de toda a Justiça Federal da 1ª Região, por meio da tramitação digital dos documentos administrativos, através da implantação de seu primeiro módulo, o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), em setembro de 2014. O SEI foi desenvolvido pelo TRF 4ª Região e adotado nesta Corte, mediante celebração de acordo de cooperação técnica.

Além da facilidade do uso da ferramenta, o SEI permite a segurança das informações nele geradas por meio de classificação de sigilo, a possibilidade de programação eletrônica de prazos e auditoria administrativa, o acesso e controle a usuários externos, a possibilidade de inserção de anexos em PDF, o acesso via internet a qualquer hora e de qualquer lugar.

Os sistemas anteriormente utilizados foram desativados, uma vez que todos os documentos, processos e expedientes administrativos criados no Tribunal e nas seções e subseções, assim como os de origem externa, em meio físico ou eletrônico, passaram a ser obrigatoriamente iniciados, assinados e tramitados eletronicamente no SEI.

### *1.5.3 Sistema de Informações e Estatística da Justiça Federal (e-Siest)*

A Portaria Presi/Secge 103/2014 instituiu o Sistema de Informações e Estatística da Justiça Federal (e-Siest), uma ferramenta de informações gerenciais que consolida dados dos sistemas processuais em todas as bases de dados distribuídas na Justiça Federal da 1ª Região, em repositório único, central e independente, cumprindo o objetivo de organizar dados estatísticos e informações, disponibilizando-os, em acesso fácil e seguro, aos magistrados e servidores.

Estão disponíveis, no e-Siest, relatórios que auxiliam magistrados e servidores:

- 👁 na aferição da produtividade dos gabinetes do Tribunal;
- 👁 na organização do acervo e triagem para julgamento em lote no Tribunal;
- 👁 na realização dos procedimentos de inspeção do CJF no Tribunal;
- 👁 no acompanhamento de produtividade comparada das Varas;
- 👁 nos procedimentos de promoção de magistrados por merecimento;
- 👁 nos procedimentos de remoção de magistrados;
- 👁 na aferição de distribuição processual para fins de percepção do adicional por acúmulo de acervo;
- 👁 no acompanhamento dos processos distribuídos às câmaras regionais previdenciárias e ao projeto piloto de aceleração de julgamentos;
- 👁 na emissão dos boletins estatísticos de conciliação (1º e 2º graus);
- 👁 no acompanhamento de acervo dos processos do PJe;
- 👁 no acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e das Metas Específicas da Justiça Federal;
- 👁 na aferição dos dados estatísticos do Justiça em Números (CNJ).

### *1.5.4 Biblioteca Digital e Sepublic*

Outra medida para maior celeridade e economia tomada pelo Tribunal foi em relação às publicações oficiais do Tribunal e Seções Judiciárias.

A Biblioteca Digital, revitalizada por meio da Portaria Presi/Secge 217/2014, unificou ferramentas de pesquisa em uma única base de dados, uma vez que reuniu, em meio digital, atos administrativos, boletim eletrônico e documentos do Tribunal e da Justiça Federal da 1ª Região.

Já o Sistema de Publicação dos Atos Judiciais e Administrativos da Justiça Federal da 1ª Região (Sepublic), estabelecido na Resolução Presi 25/2014, substituiu o sistema da Imprensa Nacional, a partir da publicação interna do e-DJF1, contendo os atos judiciais e administrativos de toda a 1ª Região. Foi uma medida que trouxe grande economia de custos, na ordem de R\$ 5,6 milhões anuais, sem prejuízo da qualidade da publicação.

### *1.5.5 Controle eletrônico de frequência – Forponto*

Tendo em vista cobranças e imposição do Tribunal de Contas da União, a administração do Tribunal inova e finaliza, após anos, o processo de implantação do controle eletrônico de frequência, regulamentado pela Resolução Presi 28/2014, instituindo, também, a implantação do banco de horas, com a finalidade de registrar, de forma individualizada, as horas de trabalho além da jornada dos servidores.

O controle eletrônico de frequência possibilita o registro de horas débito e crédito para fins de compensação ou fruição futura. Durante os meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015, foi realizado o período de teste para os ajustes necessários. Entrou definitivamente em funcionamento a partir de fevereiro de 2015.

O controle eletrônico de frequência é uma ferramenta de gestão que fornece dados estatísticos com a finalidade de auditar o cumprimento da jornada pelos servidores, conferindo credibilidade e transparência a esse processo. Se for biométrico, confere também maior segurança de acesso aos ambientes restritos da organização. Registre-se ainda que, para a Administração Pública, o ponto eletrônico

oferece um eventual respaldo judicial. Confrontado na justiça, se o órgão utilizar o ponto de maneira justa, pode comprovar as horas trabalhadas pelo servidor. Além disso, cria um clima mais pacífico entre o trabalhador e o chefe, evitando possíveis conflitos a respeito de questões como horas extras.

#### 1.5.6 Sistema de Gestão de Recursos Humanos

Estão em andamento as tratativas para firmar novo acordo de cooperação técnica com o TRF 4ª Região para utilização do seu sistema de gestão de recursos humanos, após análise técnica de vários sistemas de outros órgãos do Poder Judiciário pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria Diges 96/2015. Entre outras vantagens, o sistema da 4ª Região é compatível com o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, em utilização neste Tribunal desde setembro/2014.

#### 1.6 Estrutura organizacional

Houve alguns ajustes na estrutura do Tribunal, mediante transformação/extinção/fusão de funções comissionadas e cargos em comissão existentes, sem aumento da despesa de pessoal.

- ☉ **Resolução Presi/Secge 10/2014:** com alterações significativas na área de tecnologia de informação, incluindo a criação do Núcleo de Governança de Tecnologia da Informação (Nugti);
- ☉ **Resolução Presi/Secge 21/2014, alterada pela Resolução Presi 31/2014:** criação do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Judicial Eletrônico e do Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico;
- ☉ **Resolução Presi 26/2015, com alterações das Resoluções 32 e 35/2015:** considerando as novas demandas de serviço, em virtude da proximidade da vigência do novo Código de Processo Civil (com significativas alterações no rito do recurso repetitivo e no sistema de conciliação) e ainda da determinação do CNJ de implantação do PJe em todo o Poder Judiciário, foram reforçadas as áreas de recursos especiais e extraordinários, de repercussão geral e recursos repetitivos, de conciliação, de apoio ao processo judicial eletrônico e de apoio ao processo administrativo eletrônico, além de pequenos ajustes pontuais na estrutura do Tribunal.

#### 1.7 Delegação de competência aos diretores de foro

Dando continuidade à política de valorização e aproximação das seccionais, o Tribunal delegou atribuições aos diretores de foro.

A Portaria Presi 255/2015 delegou a concessão de pensões (arts. 215 a 225 da Lei 8.112/90), tendo em vista que a pensão por morte tem cunho alimentar, devendo a administração imprimir maior celeridade na sua concessão e pagamento dos respectivos proventos aos beneficiários legais.

A Resolução Presi 24/2015 delegou a organização da estrutura das seções e subseções judiciárias, permitindo-lhes criar, extinguir, transformar ou remanejar unidades administrativas e funções comissionadas, desde que não implique aumento de despesa e que sejam observadas as restrições e os limites estipulados na mencionada Resolução. No âmbito administrativo, as alterações podem ser promovidas pelo Diretor do Foro, ouvida a área de modernização administrativa. Nas varas, as alterações devem ser propostas ao Conselho de Administração do Tribunal após anuência expressa e formal de todos os magistrados da seção ou subseção judiciária.

#### 1.8 Segurança institucional

A Resolução Presi 42/2015, instituída com base na Resolução Conjunta 4/2014 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, preencheu a lacuna existente pela ausência de regulamentação à Lei 12.694/2012, no que diz respeito ao porte de arma de fogo pelos agentes de segurança judiciária no âmbito da 1ª Região.



## 1.9 Auditoria

Em função das determinações do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, estabeleceram-se auditorias específicas para a Justiça Federal, que foram incorporadas ao PAA (Plano Anual de Auditoria – 2015):

- ☉ Ação Conjunta de Auditoria sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, realizada com a finalidade de verificar o cumprimento da Resolução CNJ 201/2015, que trata da criação e das competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e dispõe sobre a implantação do Plano de Logística Sustentável;
- ☉ Auditoria de Governança da Tecnologia da Informação – TI, realizada com base em programa de auditoria.

## 1.10 Projetos estratégicos

### 1.10.1 Gestão de riscos no âmbito da Secretaria de Administração

Visando desenvolver a cultura de gestão de riscos no Tribunal, foi instaurado, em 2015, o projeto estratégico *Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Administração do Tribunal*, cujo escopo inicial abrange a análise de riscos nos processos de compras governamentais, envolvendo os procedimentos relacionados ao planejamento, execução e controle de compras públicas do Tribunal.

### 1.10.2 Construção da nova sede do TRF 1ª Região

Com o fim de dar maior transparência e oferecer uma visão sistêmica do processo de acompanhamento da obra, foi instituída a Comissão de Gestão do Projeto da Obra de Construção da Nova Sede do TRF da 1ª Região, responsável por analisar a participação de todos os agentes envolvidos no projeto, verificar intercorrências e possíveis gargalos.

O projeto da obra teve sua documentação incluída no PAe/SEI, com perfil de consulta pública, tendo em vista a necessidade de transparência e prestação de contas. Também foi desenvolvido um plano de comunicação e criada uma página no portal do Tribunal, além de serem realizadas reuniões periódicas da comissão técnica de gestão do projeto da obra com a comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução.

Foram consignados na LOA R\$ 70.000.000,00; além disso, a Ação 11RV foi beneficiada com R\$ 3.444.991,00 do crédito extraordinário referente à antecipação de crédito do PLOA 2015, totalizando R\$ 73.444.991,00, que, acrescidos de R\$ 49.451.567,60 de restos a pagar, perfizeram o montante de R\$ 122.896.558,60 disponíveis para a continuidade da obra.

### 1.10.3 Projeto padrão para construção de novas sedes

Medida perseguida há anos, a Administração logrou tirar do papel e levar adiante o projeto estratégico de instituição de um projeto padrão para construir novas sedes, em busca de economia nas suas edificações, considerando que as unidades judiciárias possuem características programáticas, técnicas e administrativas similares. Além da redução de despesas, esse projeto visa à utilização eficiente dos recursos da União pela uniformidade no padrão das construções, à maior racionalidade nos fatores de planejamento dos projetos, dos processos licitatórios das obras e do processo construtivo, ao atendimento ao disposto na Lei 8.666/1993 no que tange à padronização de obras e serviços destinados aos mesmos fins por tipos, categorias ou classes, à padronização dos ambientes, móveis e serviços para posterior manutenção das edificações e à maior precisão nas informações a serem prestadas aos órgãos competentes.

#### *1.10.4 Reestruturação dos centros de processamento de dados da 1ª Região*

Tendo em vista a virtualização cada vez maior dos procedimentos administrativos e judiciais, foi priorizado o projeto de reestruturação dos centros de processamento de dados da 1ª Região, que tem como objetivo principal estruturar os *datacenters* do Tribunal e das seccionais com equipamentos referentes à infraestrutura predial e demais condições necessárias para atender aos sistemas PJe e SEI. Em 2015, o projeto foi convertido em um programa que contém um projeto para cada seccional da 1ª Região. A ação consta do Plano Quadrienal de Obras da 1ª Região e da pré-proposta orçamentária da Justiça Federal da 1ª Região para 2016. O Projeto faz parte das ações que serão custeadas com recursos dos convênios com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para o período de janeiro/2016 a dezembro/2019.

#### *1.10.5 Transparência de TI – TTI*

Em 2014, teve início o desenvolvimento do portal da TI, com objetivo de dar transparência às atividades realizadas pelas unidades da TI da 1ª Região, abrangendo as ações estratégicas, priorização das ações de TI pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI–TRF1, planos de aquisição, distribuição de equipamentos, portfólio de sistemas, infraestrutura de TI, gestão contratual, entre outros. Encontra-se pendente de validação da estrutura e do conteúdo do Portal para iniciar seu funcionamento.

#### *1.10.6 Gestão de demandas de TI – GDTI*

O projeto, iniciado em 2014, possui como objetivo melhorar a qualidade no atendimento e resolução das demandas recebidas na TI. Atua com foco em três grandes pilares: pessoas, processos e tecnologia. No pilar “pessoas”, foram realizados treinamentos e certificações nas melhores práticas ITIL, do módulo básico ao avançado. Em “processos”, foram modelados sete processos dos nove planejados. Quanto à “tecnologia”, há um planejamento para aquisição de uma solução que integre as áreas de atendimento, infraestrutura e desenvolvimento.

### **1.11 Gestão socioambiental**

#### *1.11.1 Projeto sustentabilidade – logística reversa*

Foi adotado, em 2014, no Tribunal, o sistema de logística reversa na aquisição de alguns *toners* para impressoras, em cumprimento à Lei 12.305/2010, que determina a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos – sistema de logística reversa. Em 2015, houve um incremento desse sistema no processo regular de ressuprimento de todos os modelos de *toners* e cartuchos, lâmpadas e reatores, pilhas e baterias.

#### *1.11.2 Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região*

Foi instituído o Plano de Logística Sustentável – PLS da Justiça Federal da 1ª Região (Resolução Presi 4/2016), composto pelo PLS do Tribunal e pelos 14 PLS de seções judiciárias. O PLS permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que propiciem maior eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando-se a visão sistêmica da 1ª Região.

Foi instituída, também, a Comissão Gestora do PLS do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – CGPLS-TRF1 (Portaria Presi 44/2016), com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS do Tribunal.

Até o final do mês de fevereiro de 2016 o PLS da Justiça Federal da 1ª Região será apresentado ao CNJ. O do Tribunal foi concluído em 17/02/2016 (Portaria Presi 49/2016) e, no momento, está sendo utilizado como referencial para a elaboração dos PLS das Seccionais.

## 1.12 Formação de colegiado para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas

Por meio da Resolução Presi 13/2015, o Tribunal regulamentou a formação do colegiado e os meios para o seu funcionamento, em primeiro grau de jurisdição, nos casos de processos e procedimentos que tenham por objeto crimes praticados por organizações criminosas, nos termos da Lei 12.694/2012 e do Provimento 11/2013 do Conselho da Justiça Federal.

## 1.13 Delegação para a prática de atos ordinatórios aos diretores de Secretaria de Vara

Considerando a meta de diminuir custos, bem como facilitar e simplificar o acesso à Justiça, foi emitida, de forma conjunta pela Presidência, Corregedoria Regional e Coordenação dos Juizados Especiais Federais, a Resolução Presi/Coger/Cojef 14/2014, autorizando a delegação para a prática de alguns atos ordinatórios aos diretores de Secretaria de Vara, independentemente de despacho do magistrado, tais como: designar e redesignar perícias médicas ou sociais; designar e redesignar data para a realização de audiências (nas varas de JEFs ou em JEFs Adjuntos).

## 1.14 Remessa à origem dos processos digitalizados e remetidos ao STJ e ao STF

Dando cumprimento à Resolução 237/2013 do Conselho da Justiça Federal, foi expedida a Portaria Presi 12/2015, alterada pela Portaria Presi 232/2015, determinando que os autos físicos, após a digitalização dos recursos excepcionais para remessa ao STJ, e aqueles devolvidos após a digitalização no STF, deverão ser remetidos à vara de origem, onde permanecerão depositados, aguardando o julgamento definitivo dos recursos, incumbindo ao juízo de origem dar cumprimento ao que tiver sido decidido, inclusive devolvendo o processo ao Tribunal quando for hipótese de novo pronunciamento jurisdicional da Corte.

Deverão permanecer depositados no Tribunal os processos originários e aqueles sobrestados em razão de recurso representativo da controvérsia e/ou repercussão geral até o julgamento definitivo dos recursos excepcionais pelos tribunais superiores.

## 1.15 Concessão de estágio a estudantes de cursos de pós-graduação

O Tribunal regulamentou, por meio da Resolução Presi 49/2015, no âmbito da Justiça Federal de 1ª e 2ª graus da Primeira Região, a realização de estágio por estudantes de cursos de pós-graduação regularmente inscritos e com frequência efetiva em curso reconhecido pelo Ministério da Educação, mediante recrutamento e seleção pública que observe o princípio da impessoalidade, baseada, pelo menos, em prova de conhecimento.

## 1.16 Corregedoria Regional<sup>1</sup>

Sob a coordenação do Desembargador Federal Carlos Eduardo Moreira Alves, muitas ações foram realizadas no âmbito Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região além das correções e inspeções, detalhadas nos relatórios de atividade dos anos de 2014 e 2015. Relacionam-se abaixo alguns destaques.

### 1.16.1 Meta de nivelamento das Corregedorias

A meta de relatar 80% dos procedimentos disciplinares em 180 dias, relativa à busca de atingimento de nivelamento das Corregedorias do Conselho Nacional de Justiça, foi cumprida, restando, atualmente, 15 procedimentos dessa natureza pendentes de julgamento, dos quais 12 tiveram início em 2015.

---

<sup>1</sup> Informações prestadas pela Corregedoria Regional.

### 1.16.2 Atualização e compatibilização das normas relativas à Corregedoria Regional

A proposta de "Atualização e Compatibilização das Normas Relativas à Corregedoria Regional" foi realizada. O projeto de novo Provimento Geral Consolidado encontra-se pronto para ser submetido à consideração do Conselho de Administração no início do ano de 2016.

### 1.17 Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região<sup>2</sup>

Sob a coordenação da Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, muitas ações foram realizadas no âmbito conciliação na Justiça Federal da 1ª Região, detalhadas nos relatórios de atividade dos anos de 2014 e 2015. Relacionam-se abaixo alguns destaques.

Em 2015 foi criada a página da conciliação no portal do Tribunal, reproduzida no portal das seções judiciárias, com informações sobre as atividades desenvolvidas os projetos em andamento, dados estatísticos, agenda de mutirões, legislação pertinente, lista de contatos, entre outros.

Foi ainda expedida a Resolução Presi 31/2015, a fim de complementar a normatização relativa ao Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, regulamentando a capacitação e o cadastramento de conciliadores e dispendo sobre a forma, tramitação e destino das reclamações pré-processuais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

Em fase piloto, foi instalado, na Seção Judiciária do Piauí, o primeiro Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas, unidade que tem por objetivo buscar a conciliação, nas causas oriundas da própria seccional, em ações civis públicas que demandem implementação ou revisão de prestações positivas do Estado e em ações individuais repetitivas cuja discussão do objeto dependa da implementação ou da revisão de política pública.

Destaque-se ainda a concessão, pelo Conselho Nacional de Justiça, do *Prêmio Conciliar É Legal*, na categoria "Juiz Individual", ao Juiz Federal Rafael Leite Paulo, da Seção Judiciária do Amazonas.

### 1.18 Coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região<sup>3</sup>

Sob a coordenação dos Desembargadores Reynaldo Fonseca (até junho/2015) e Gilda Sigmaringa Seixas, muitas ações foram realizadas no âmbito dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região. Relacionam-se abaixo alguns destaques.

#### 1.18.1 Seleção de juízes federais para participar em esforço concentrado

Edital específico de convocação publicado em 2015 conclamou juízes para participar de ações de esforço concentrado, com o objetivo de buscar maior racionalização de recursos, para atuar junto aos JEF. Priorizou-se a seleção de juízes federais com lotação (jurisdição) em varas mais próximas aos locais de realização.

#### 1.18.2 Redução de sessões de julgamento em turmas recursais

As Turmas Recursais de Goiás, Piauí, Minas Gerais e Mato Grosso solicitaram a redução das sessões de julgamento de quatro para duas mensais, sob o argumento de racionalização dos recursos e sobrecarga de serviço. Os pedidos foram autorizados pela Presidência do Tribunal, com anuência da Cojef e da Coger, em caráter excepcional e provisório. Poderão ser realizadas duas sessões ordinárias quinzenalmente, sem prejuízo da realização de sessões extraordinárias, pelo prazo de seis meses, devendo ser mantido o número mensal de processos julgados e enviados os dados de produtividade, mensalmente. As Turmas Recursais do Amazonas/Roraima e da Bahia já haviam pedido a redução do número mensal de sessões de julgamento.

<sup>2</sup> Informações prestadas pelo Núcleo Central de Conciliação.

<sup>3</sup> Informações prestadas pela Coordenação dos JEFs.

### *1.18.3 Alterações no Regimento Interno dos JEF, TR e TRU*

A Resolução Presi 17/2014, alterada pelas Resoluções Presi 30/2014 e 33/2015 trouxe alterações ao Regimento Interno dos Juizados Especiais Federais (JEFs), das Turmas Recursais (TRs) e da Turma Regional de Uniformização (TRU), motivadas pela edição da Lei 12.665/2012 que criou estrutura permanente para as turmas recursais dos JEFs e pela necessidade de conferir ao texto regimental mais objetividade, mais concisão e informalidade, sem contudo, afastar-se das linhas básicas do regimento anterior.

## 2 Planejamento Estratégico 2015-2020

O planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando a um maior grau de interação com o ambiente, num processo contínuo, a partir do qual identificam-se e analisam-se oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos da organização.

A fim de inserir e administrar a prática de tal método de gestão no escopo de atuação da 1ª Região, de modo estruturado e integrado aos demais órgãos da Justiça Federal, o Tribunal conta, em sua atual estrutura, com a Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – Secge, à qual está vinculada a Divisão de Planejamento Estratégico – Diple, que, por sua vez, abrange as seguintes unidades: Seção de Avaliação e Integração Estratégica, Seção de Gestão de Projetos Estratégicos, Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos e Seção de Apoio à Gestão Socioambiental. Já no âmbito de cada Seção Judiciária, a unidade que possui atribuições voltadas à gestão estratégica é a Seção de Modernização Administrativa. Todas essas unidades trabalham de forma integrada e cooperada para manter a uniformização e eficiência das atividades de administração da estratégia desenvolvidas na Justiça Federal da 1ª Região.

Quando a atual administração tomou posse, estava em vigor o Planejamento Estratégico 2009-2014, com missão, visão de futuro, valores, objetivos estratégicos, metas e projetos próprios daquele período, cujos resultados podem ser conferidos no Relatório de Atividades 2014, p. 27/39.

Quadro 4 – Regulamentação do Planejamento Estratégico 2009-2014

Âmbito	Norma
Estratégia Nacional 2009-2014	Resolução CNJ 70/2009
Estratégia da Justiça Federal 2009-2014	Resoluções CJF 69/2009 e 73/2009
Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região 2009-2014	Resolução TRF1 Presi 600-27/2009, em vigor até 20/07/2012
	Resolução CJF 194/2012

Durante todo o ano de 2014, enquanto se executava aquela estratégia, as áreas de gestão estratégica do CNJ, CJF e TRFs se reuniam e formulavam a estratégia para o período 2015-2020, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2015.

Assim, foram produzidos atos normativos que atendessem ao novo ciclo em nível nacional, no âmbito da Justiça Federal e especificamente para a 1ª Região.

**A Resolução CNJ 198/2014** dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, determinando que os planos estratégicos dos órgãos do Judiciário estejam alinhados à **Estratégia Judiciária 2020**. Inspirada nas conclusões do VII Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo CNJ, em 2013, na cidade de Belém, essa resolução relaciona os macrodesafios da Estratégia Judiciária 2020, aprovados pelos Presidentes de todos os tribunais brasileiros, os quais nortearão as ações de todos os segmentos da Justiça nos anos de 2015 a 2020:

- ☉ Garantia dos direitos de cidadania;
- ☉ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- ☉ Adoção de soluções alternativas de conflito;
- ☉ Aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- ☉ Impulso às execuções fiscais e cíveis;
- ☉ Combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- ☉ Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
- ☉ Melhoria da gestão de pessoas;
- ☉ Aperfeiçoamento da gestão de custos;
- ☉ Instituição da governança judiciária;
- ☉ Melhoria da infraestrutura e governança tecnologia da informação e comunicação.

Com as diretrizes nacionais estabelecidas, os trabalhos do CJF com os TRFs se intensificaram, sendo expedida a **Resolução CJF 313/2014**, posteriormente alterada pela Resolução CJF 354/2015. Ela dispõe sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal, aprovando o Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) – que resumem as prioridades da justiça federal e estabelecem objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas para cada macrodesafio aplicável à Justiça Federal, para o período de 2015 a 2020.

O Mapa Estratégico da Justiça Federal apresenta, de forma gráfica, o Planejamento Estratégico da Justiça Federal para o ciclo 2015-2020:

Ilustração 1 – Mapa Estratégico



Finalmente, após a normatização da estratégia para a Justiça Federal, o Tribunal expediu a **Resolução TRF1 Presi 29/2014** (Anexo 1), alterada pela Resolução TRF1 Presi 8/2015, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e contextualiza os comandos das resoluções do CNJ e do CJF no âmbito deste Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas. Nela está previsto que o planejamento pode ser revisado anualmente pelo Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região (CGER-TRF1).

A Governança da Estratégia, determinada na Resolução CNJ 198/2014 e adaptada à realidade da Justiça Federal na Resolução CJF 313/2014, é responsável pela formulação, execução e avaliação da estratégia e é representada pelos seguintes comitês, conforme **Portaria TRF1 Presi 92/2015** (Anexo 3):

- ☞ Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (Cogest), cujas principais atribuições são efetuar alterações no PEJF e PETI, estabelecer prioridade e destinação de insumos e recursos e definir políticas e diretrizes para a Justiça Federal. É composto pelo Presidente do CJF, presidentes e diretores-gerais dos cinco TRFs;

- ☉ Comitê de Gestão Estratégica Regional do TRF 1ª Região (CGER-TRF1) que propõe ao Cogest alterações no PEJF e PETI, garante os insumos e recursos destinados pelo Cogest e define metas e iniciativas regionais e nacionais. É composto pelo Presidente do TRF1, Corregedor Regional, coordenadores dos JEFs e do SistCon, Diretor da Esmaf, 3 diretores de Foro em escala de rodízio anual e Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal;
- ☉ Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico (Cipes), que têm como responsabilidades propor ao CGER-TRF o plano de ação anual, aplicar os insumos e recursos destinados pelo Cogest e propor metas e iniciativas locais. No Tribunal, é composto pelo diretor-geral, pelos responsáveis do gabinete da Corregedoria Regional e Núcleo Central de Conciliação, pelos diretores de Secretaria e pelo chefe da Ascom. Nas seccionais, são compostos pelos dirigentes das unidades correlatas.

Conforme dispõe a mencionada Resolução TRF1 Presi 29/2014, o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região 2015-2020 – Planej 2015-2020 é composto por:

- ☉ Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), aprovados pela Resolução CJF 313/2014 – Anexo 2;
- ☉ Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da Justiça Federal, aprovadas, a cada ano, no Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- ☉ Mapa Estratégico da Justiça Federal, que traduz graficamente a estratégia disposta no PEJF e PETI;
- ☉ Carteira de iniciativas estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região, integrada pelos Planos de Ação do Tribunal e das 14 seções judiciárias.

Os Planos Estratégicos (PEJF e PETI) contém, para cada macrodesafio, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas nacionais.

Para as metas de 2015, a supracitada Portaria TRF Presi 92/2015 designou gestores estratégicos responsáveis pelo seu cumprimento:

- ☉ Desembargador federal Marcos Augusto de Sousa, gestor das metas 1 a 10;
- ☉ Diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Carlos Frederico Maia Bezerra, gestor das metas 11 a 13.

As iniciativas nacionais compõem-se de 17 projetos estratégicos eleitos pelo Cogest e coordenados pelo CJF. Além dos gestores nacionais, foram eleitos gerentes nacionais entre os TRFs. O TRF 1ª Região tem responsabilidade sobre os seguintes projetos nacionais em andamento:

- ☉ Pesquisa sobre demandas repetitivas, cuja gestora é a juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes;
- ☉ Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia, cujo gestor é o desembargador federal Marcos Augusto de Sousa.

As iniciativas regionais e locais integram a Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região, formada pelos Planos de Ação do Tribunal e das seccionais para o biênio 2015-2016, aprovados pela **Portaria TRF1 Presi 392/2015**, que recomenda, ainda, ações e procedimentos para a execução da Estratégia 2015-2020.

Os projetos de cunho estratégico do Tribunal são acompanhados pelo Escritório de Projetos Estratégicos Regional da Justiça Federal da 1ª Região – Eper e estão detalhados no próximo capítulo deste Relatório de Transição.



A **execução** da estratégia prevista no Planej 2015-2020, de acordo com a Resolução TRF1 Presi 29/2014, cabe a todos, magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Federal da 1ª Região. Logo, todos são autorizados a propor projetos, planos de ação e boas práticas para otimizar processos e procedimentos de trabalho.

O **monitoramento** e a **avaliação** da estratégica cabem aos comitês estratégicos, cujos membros foram designados pela Portaria Presi 92/2015, apoiados tecnicamente pelas áreas de gestão estratégica do Tribunal e das seccionais.

Anualmente, deve ser realizado encontro presencial entre as áreas de gestão estratégica da 1ª Região (Resolução TRF1 Presi 29/2014), ocasião em que o Tribunal promoveria a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) para avaliação e acompanhamento dos resultados. Porém, a **Portaria TRF1 Presi 375/2015** (Anexo 4) delegou aos Cipes do Tribunal e das seccionais a realização dessas RAEs.

Em outubro/2015, ocorreu a I Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do Tribunal, quando foi analisado o desempenho no cumprimento das metas anuais propostas pelo CNJ e na execução do Plano de Ação 2015-2016.

Inicialmente, o Cipe havia aprovado 29 projetos ou ações institucionais para acompanhamento e execução no âmbito do Planejamento. Quanto às metas, o Tribunal tinha 13 metas nacionais a cumprir, sendo seis delas acompanhadas pelo CNJ e sete específicas da Justiça Federal, pelo CJF. As metas ainda não cumpridas e os projetos atrasados ou com risco de atraso foram alvo de debate dos membros do Cipe. O grupo fez uma série de recomendações, de caráter preventivo e corretivo, que devem ser submetidas ao Comitê de Gestão Estratégica Regional (CGER-TRF1).

No quadro da página 25, são apresentados os resultados das metas processuais de 2015 e, no item 2.1 deste capítulo, o desempenho do Tribunal na execução das iniciativas estratégicas que integram o seu Plano de Ação.

Em 2016, a Justiça Federal continuará perseguindo as mesmas metas de 2015, com o desdobramento das duas últimas para apuração separada dos percentuais de cumprimento de magistrados e servidores:

Quadro 5 – Metas Nacionais do Poder Judiciário e Específicas da Justiça Federal para o ano de 2016

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
Meta 2 – Identificar e julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º e 2º graus; 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos distribuídos até 31/12/2013 nos juizados especiais federais; 100% dos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2013 nas turmas recursais
Meta 3 – Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior
Meta 4 – Identificar e julgar pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014
Meta 5 – Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente
Meta 6 – Identificar e julgar 100% dos processos de ações coletivas distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau e no 2º graus
Meta 7 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que de casos novos criminais no ano corrente
Meta 8 – Identificar e julgar pelo menos 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados a improbidade administrativa, a tráfico de pessoas e a trabalho escravo distribuídos até 31/12/2014
Meta 9 – Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior
Meta 10 – Aumentar o índice de produtividade de servidores em relação à média do triênio anterior
Meta 11 – Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos para 100% até 2020
Meta 12 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de magistrados abaixo ou igual a 3%
Meta 13 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de servidores abaixo ou igual a 3%
Meta 14 – Atingir 100% de adesão de magistrados ao exame periódico de saúde até 2020
Meta 15 – Atingir 100% de adesão de servidores ao exame periódico de saúde até 2020

As ações relacionadas à estratégia revelam a política de valorizar e levar a termo a execução do planejamento estratégico como prioridade na atual gestão, levando o Tribunal a ocupar o segundo lugar no *ranking* de avaliação dos órgãos da Justiça Federal (CJF, 5 TRFs e 27 seções judiciárias). Trata-se do Diagnóstico de Governança da Justiça Federal, por meio do qual se aplicou, em dezembro/2015, um questionário objetivo em cada um dos órgãos com o fim de se apurar o Índice Geral de Governança da Justiça Federal - iGovJF. O Tribunal alcançou, em 2015, o índice de 63,7, sendo classificado no nível intermediário de maturidade em questões de governança. Nenhum órgão da Justiça Federal alcançou ainda o nível aprimorado.

Quadro 6 – Resultados das metas processuais de 2015

Metas	Resultados	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	Seccionais 1ª Instância	Tribunal 2ª instância	1ª Região
Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos do que os distribuídos.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Realizado	139,71	89,84	89,36	94,95	85,62	104,93	97,60	87,67	96,84	110,04	104,77	91,80	152,20	105,23	96,08	114,00	99,22
	Desempenho	<b>139,71</b>	<b>89,84</b>	<b>89,36</b>	<b>94,95</b>	<b>85,62</b>	<b>104,93</b>	<b>97,60</b>	<b>87,67</b>	<b>96,84</b>	<b>110,04</b>	<b>104,77</b>	<b>91,80</b>	<b>152,20</b>	<b>105,23</b>	<b>96,08</b>	<b>114,00</b>	<b>99,22</b>
Meta 2 - Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 no 1º e 2º graus.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Realizado	94,97	86,38	96,18	88,41	90,84	94,49	87,05	95,38	90,71	79,61	89,83	90,37	94,93	92,06	91,18	77,00	81,86
	Desempenho	<b>94,97</b>	<b>86,38</b>	<b>96,18</b>	<b>88,41</b>	<b>90,84</b>	<b>94,49</b>	<b>87,05</b>	<b>95,38</b>	<b>90,71</b>	<b>79,61</b>	<b>89,83</b>	<b>90,37</b>	<b>94,93</b>	<b>92,06</b>	<b>91,18</b>	<b>77,00</b>	<b>81,86</b>
Meta 2 - Julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 nos JEFs e TRs.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	N/A	100,00
	Realizado	99,86	99,64	99,98	99,89	99,79	99,68	99,54	99,69	99,33	99,86	98,28	99,57	99,91	99,76	99,62	N/A	99,57
	Desempenho	<b>99,86</b>	<b>99,64</b>	<b>99,98</b>	<b>99,89</b>	<b>99,79</b>	<b>99,68</b>	<b>99,54</b>	<b>99,69</b>	<b>99,33</b>	<b>99,86</b>	<b>98,28</b>	<b>99,57</b>	<b>99,91</b>	<b>99,76</b>	<b>99,62</b>	<b>N/A</b>	<b>99,57</b>
Meta 2 - Julgar 70% dos distribuídos até 31/12/2012 nos JEFs e TRs.	Meta	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	N/A	70,00
	Realizado	138,50	142,25	142,86	138,33	142,29	141,10	141,78	123,13	132,23	139,54	122,84	142,19	142,71	142,86	135,01	N/A	94,08
	Desempenho	<b>197,86</b>	<b>203,21</b>	<b>204,09</b>	<b>197,61</b>	<b>203,27</b>	<b>201,57</b>	<b>202,54</b>	<b>175,90</b>	<b>188,90</b>	<b>199,34</b>	<b>175,49</b>	<b>203,13</b>	<b>203,87</b>	<b>204,09</b>	<b>192,87</b>	<b>N/A</b>	<b>134,40</b>
Meta 3 -Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Realizado	56,97	216,67	250,87	86,49	64,63	157,83	26,22	103,20	74,49	36,34	88,70	56,41	133,20	76,78	71,03	193,00	72,53
	Desempenho	<b>56,97</b>	<b>216,67</b>	<b>250,87</b>	<b>86,49</b>	<b>64,63</b>	<b>157,83</b>	<b>26,22</b>	<b>103,20</b>	<b>74,49</b>	<b>36,34</b>	<b>88,70</b>	<b>56,41</b>	<b>133,20</b>	<b>76,78</b>	<b>71,03</b>	<b>193,00</b>	<b>72,53</b>
Meta 4 - Julgar 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.	Meta	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
	Realizado	51,28	35,40	62,95	31,50	27,59	36,50	28,57	44,60	48,83	42,93	35,24	37,45	64,08	56,75	36,61	120,00	43,92
	Desempenho	<b>73,26</b>	<b>50,57</b>	<b>89,93</b>	<b>45,00</b>	<b>39,41</b>	<b>52,14</b>	<b>40,81</b>	<b>63,71</b>	<b>69,76</b>	<b>61,33</b>	<b>50,34</b>	<b>53,50</b>	<b>91,54</b>	<b>81,07</b>	<b>52,30</b>	<b>171,43</b>	<b>62,74</b>
Meta 5 - Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal do ano corrente.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Realizado	90,85	68,40	103,88	66,16	74,79	71,35	56,66	73,81	64,49	92,52	66,38	97,37	57,25	79,98	73,22	653,33	73,00
	Desempenho	<b>90,85</b>	<b>68,40</b>	<b>103,88</b>	<b>66,16</b>	<b>74,79</b>	<b>71,35</b>	<b>56,66</b>	<b>73,81</b>	<b>64,49</b>	<b>92,52</b>	<b>66,38</b>	<b>97,37</b>	<b>57,25</b>	<b>79,98</b>	<b>73,22</b>	<b>653,33</b>	<b>73,00</b>

Metas	Resultados	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	Seccionais 1ª Instância	Tribunal 2ª instância	1ª Região
Meta 6 - Julgar 100% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau e até 31/12/2013, no 2º grau.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Realizado	94,37	60,78	74,29	63,70	72,76	87,46	52,25	84,86	69,53	56,97	67,33	59,53	81,82	61,35	63,24	23,65	43,45
	Desempenho	<b>94,37</b>	<b>60,78</b>	<b>74,29</b>	<b>63,70</b>	<b>72,76</b>	<b>87,46</b>	<b>52,25</b>	<b>84,86</b>	<b>69,53</b>	<b>56,97</b>	<b>67,33</b>	<b>59,53</b>	<b>81,82</b>	<b>61,35</b>	<b>63,24</b>	<b>23,65</b>	<b>43,45</b>
Meta 7 -Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.	Meta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	Realizado	34,23	42,16	74,73	47,93	28,64	63,14	45,26	60,17	58,65	47,52	60,15	42,91	84,27	51,82	52,04	99,60	69,08
	Desempenho	<b>34,23</b>	<b>42,16</b>	<b>74,73</b>	<b>47,93</b>	<b>28,64</b>	<b>63,14</b>	<b>45,26</b>	<b>60,17</b>	<b>58,65</b>	<b>47,52</b>	<b>60,15</b>	<b>42,91</b>	<b>84,27</b>	<b>51,82</b>	<b>52,04</b>	<b>99,60</b>	<b>69,08</b>
Meta 8 - Julgar 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013	Meta	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
	Realizado	21,98	21,16	14,53	16,26	17,14	25,71	10,12	23,49	14,51	14,40	12,46	14,98	5,71	24,90	17,12	51,00	24,98
	Desempenho	<b>31,40</b>	<b>30,23</b>	<b>20,76</b>	<b>23,23</b>	<b>24,49</b>	<b>36,73</b>	<b>14,46</b>	<b>33,56</b>	<b>20,73</b>	<b>20,57</b>	<b>17,80</b>	<b>21,40</b>	<b>8,16</b>	<b>35,57</b>	<b>24,46</b>	<b>72,86</b>	<b>35,69</b>

## 2.1 Projetos estratégicos 2015-2016

A fim de executar a Estratégia da Justiça Federal para o período 2015/2020 (Resolução Presi 29/2014) e contribuir com o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e das Metas Específicas da Justiça Federal, foi expedida a **Portaria Presi 392/2015** (Anexo 5), que aprovou a Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região para o biênio 2015-2016, composta pelos Planos de Ação do Tribunal e de suas 14 Seções Judiciárias.

No âmbito do Tribunal, das 29 iniciativas e projetos estratégicos constantes do seu Plano de Ação, dois projetos foram aglutinados em um único; seis já foram concluídos; cinco estão com andamento em dia; sete encontram-se em andamento, mas com algum atraso em relação ao cronograma estabelecido e/ou ao prazo previsto para sua conclusão; e oito estão estacionados, sobrestados, cancelados, ou ainda não foram iniciados, conforme quadro a seguir:

Quadro 7 – Situação das iniciativas estratégicas

Situação em fevereiro/2016	Semáforo	Iniciativa
Concluídos ou dentro do prazo previsto (14)	🟢	Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe Meta 2 – Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias (Metas de Nivelamento das Corregedorias - CNJ) Correições Gerais Ordinárias Atualização e compatibilização das normas relativas à Corregedoria Regional Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias da 1ª Região Modernização de Sistema Informatizado de Administração e Controle de Materiais Programa de Sustentabilidade do TRF1 Realinhamento do quadro de cargos e funções comissionadas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Desenvolvimento de estudos para implantação de Unidades Avançadas de Atendimento Readequação dos padrões organizacionais das Seções Judiciárias da 1ª Região Mapeamento da distribuição de servidores, cargos e funções nas unidades do Tribunal Estudos para modernização do sistema de Recursos Humanos Ações Conjuntas de Qualidade de Vida no Trabalho Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias nas SJMG, SJBA e SSJFO
Atrasados ou com risco de atraso (6)	🟡	Serviço de Evolução do Sistema de Cálculos da Justiça Federal (SCJF) Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região Gestão de Projeto da Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região Estudos para criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma cerrado na 1ª Região Gestão de Demandas de TI – GDTI Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da 1ª Região
Não iniciados, cancelados, sobrestados ou estacionados (8)	🔴	Pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal Implementação do Ensino a Distância – EAD Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde – EPS Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região Proger - Projeto Gestor Estratégico/(Des)Envolvimento de Líderes Transparência de TI – TTI Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Administração do TRF 1ª Região Expansão e melhoria do Sistema e-Orçamento

A seguir, apresenta-se um extrato das iniciativas estratégicas do Tribunal:

### *2.1.1 Projeto de Pesquisa sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal*

#### Gerente

Laura Cançado Rezende (laura.rezende@cjf.jus.br)

#### Gestor

Juíza Federal Vânia Cardoso André de Moraes (vanila.moraes@trf1.jus.br)

#### Situação

Estacionado – aguardando aprovação de projeto e liberação de orçamento pelo CJF.

O andamento do projeto depende de posicionamento do ministro diretor e do ministro presidente do CJF, quanto à disponibilização orçamentária, que se encontra restrita para o ano corrente. O ministro diretor fez alguns questionamentos para o grupo que realizará a pesquisa. A partir da resposta positiva do ministro, o grupo poderá adiantar algumas das atividades do projeto.

Data prevista para conclusão: dez/2018.

#### Documentação

O Plano de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 4ª Região, módulo gestão estratégica.

### *2.1.2 Evolução do Sistema de Cálculos da Justiça Federal (SCJF)*

#### Gerente

Alexandre da Luz Ramires (alexandre.ramires@trf1.jus.br)

#### Gestor

Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa (marcos.sousa@trf1.jus.br)

#### Situação

Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.

De acordo com o relatado pelo Diretor da Disij, existe um módulo do sistema que está passando por um processo de reconstituição. Como a finalização deste módulo é pré-requisito para outras atividades do projeto, esta atividade não prevista acaba resultando em um aumento de escopo e, conseqüentemente, ajustes no cronograma inicial. A integração do SCJF com o PJe foi concluída e se encontra em produção para o 1º e 2º graus. Já as funcionalidades de opção pelo desdobramento do benefício e de 13º proporcional em determinadas situações foram desenvolvidas e estão pendentes de homologação.

Data prevista para conclusão: dez/2016.

#### Documentação

Para o Plano de Projeto (encaminhado por e-mail) ser armazenado e mantido no repositório do SEI da 4ª Região, módulo gestão estratégica, o gerente aguarda a liberação de acesso ao sistema em questão – liberação realizada pelo TRF4 com anuência do CJF.

### 2.1.3 Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe

#### Gerente

Yuri Oliveira Andrade de Freitas (yuri.freitas@trf1.jus.br)

#### Gestor

Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz

#### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

De acordo com o relatado na ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região (documento SEI 1309904) e com a documentação do projeto, o andamento está de acordo com o planejado no cronograma. No 2º grau, o sistema está em pleno funcionamento nas ações monitórias e mandados de segurança, e está em andamento o processo de implantação nas seccionais. O PJe está funcionando nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Roraima, Tocantins, Acre, Amapá e Rondônia e, em janeiro de 2016, foi concluída a implantação na Seção Judiciária do Amazonas. Para o restante de 2016, o cronograma de instalação engloba as Seções de Mato Grosso, do Piauí, do Pará, da Bahia, e finaliza o processo com a implantação em Minas Gerais.

Data prevista para conclusão: dez/2018.

#### Documentação

A documentação do Projeto está sendo no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0002542-91.2014.4.01.8000), bem como o Termo de Abertura de Projeto (processo 0006951-76.2015.4.01.8000, documento 0469872).

### 2.1.4 Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região

#### Gerente

Talita Rebouças de Freitas (talita.freitas@trf1.jus.br)

#### Gestor

Ivani Luiz de Moraes (ivani.morais@trf1.jus.br)

#### Situação

Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.

A nota de empenho para aquisição de *banners*, cartazes e adesivos para elevadores foi emitida no final de 2015. Dando andamento à entrega “artes”, conforme Estrutura Analítica de Projeto (documento SEI 1140845), a arte final está sendo preparada pela Assessoria de Comunicação Social para envio à empresa contratada. Estão pendentes as atividades para confecção de *kits* para as Seções Judiciárias e para as ações de divulgação nos setores do tribunal.

Data prevista para conclusão: dez/2015.

#### Documentação

O Plano de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 4ª Região, módulo gestão estratégica, e a documentação do Projeto no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007348-38.2015.4.01.8000).

### *2.1.5 Ações para cumprimento da Meta 2 – Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias (Metas de Nivelamento das Corregedorias – CNJ)*

#### Gerente

Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo (david.pardo@trf1.jus.br)

#### Gestor

Corregedor Regional da Justiça Federal da 1ª Região (corregedoria@trf1.jus.br)

#### Situação

Concluído.

Segundo relato do Chefe de Assessoria da Corregedoria, até o final de 2015 foi julgada a totalidade dos procedimentos disciplinares que deram entrada na Corregedoria até 2014, e a quase totalidade dos procedimentos disciplinares que deram entrada no ano de 2015 – superando assim a meta estabelecida.

Data prevista para conclusão: dez/2015.

#### Documentação

o Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007402-04.2015.4.01.8000, documento 0472539).

### *2.1.6 Correições Gerais Ordinárias*

#### Gerente

Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (rodrigo.oliveira@trf1.jus.br)

#### Gestor

Corregedor Regional da Justiça Federal da 1ª Região (corregedoria@trf1.jus.br)

#### Situação

Concluído.

Segundo relato do Chefe de Assessoria da Corregedoria, ao final de janeiro de 2016, as correições gerais ordinárias foram realizadas satisfatoriamente em todas as Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região.

Data prevista para conclusão: mar/2016.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007402-04.2015.4.01.8000, documento 0468161).

### *2.1.7 Atualização e compatibilização das normas relativas à Corregedoria Regional*

#### Gerente

Juiz Federal Lincoln Rodrigues de Farias (lincoln.farias@trf1.jus.br)

#### Gestor

Corregedor Regional da Justiça Federal da 1ª Região (corregedoria@trf1.jus.br)



### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

Segundo relato do Chefe de Assessoria da Corregedoria, foram finalizados os estudos para atualizar e compatibilizar do Provimento Geral Consolidado com a legislação e normas posteriores editadas pelo Tribunal e pelos conselhos superiores. O resultado de tais estudos será encaminhado em breve para apreciação e aprovação pela Corte Especial – bem como pelo Conselho de Administração, quando for cabível.

Data prevista para conclusão: dez/2016.

### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007402-04.2015.4.01.8000, documento 0470882).

#### *2.1.8 Implementação do Ensino a Distância – EAD na Esmaf*

##### Gerente

Lívia Contreiras de Tápia (esmaf@trf1.jus.br)

##### Gestor

A definir

##### Situação

A iniciar – aguardando deliberação da Diges.

O juiz federal Marco Antônio Guimarães elaborou relatório sobre a situação da Justiça Federal da 1ª Região, no que se refere à implantação da EAD na Esmaf. A partir deste documento, o Diretor da Esmaf, desembargador federal João Batista Gomes Moreira solicitou à Diges providências com a finalidade de permitir a implantação dessa técnica de ensino. Após encaminhamento, a Cedap encaminhou informação com sugestão de ações e recursos necessários para dar início ao projeto.

Data prevista para conclusão: dez/2017.

### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0008575-62. 2015.4.01.8000, documento 0526183), bem como a documentação técnica, mantida no processo 0001709-05.2016.4.01.8000.

#### *2.1.9 Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias da 1ª Região*

##### Gerente

Maurício Pinheiro da Costa Souza (mauricio.souza@trf1.jus.br)

##### Gestor

Diretor-Geral da Secretaria (diges@trf1.jus.br)

##### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

Devido às restrições ao Plano Orçamentário para o exercício de 2016, foi adiado o encaminhamento da Minuta do Termo de Referência dos Fatores Relativos à Localidade (Fase 2), para

agosto de 2016. Também será enviado para as Seções Judiciárias, o projeto em nível executivo do Projeto Padrão da Fase 1. Durante esse período, a Minuta do Termo de Referência da Fase 2 será finalizada, pois se encontra em fase de elaboração e análise pelos setores internos do TRF1.

Data prevista para conclusão: out/2016 (conforme cronograma atualizado – documento SEI 1091845).

#### Documentação

O Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0013833-54.2015.4.01.8000), bem como a documentação técnica, mantida no processo 0019980-96.2015.4.01.8000.

#### *2.1.10 Gestão de Projeto da Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região*

##### Gerente

Euzébio Sá Cavaignac Neto (euzebio.cavaignac@trf1.jus.br), designado por meio da Portaria Diges 37/2016.

##### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

##### Situação

Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.

De acordo com o mais recente Relatório de Acompanhamento do Projeto (documento SEI 1716687), a CGP informa que a não entrega dos serviços contratados com a SBE dentro do prazo previsto vem impactando o caminho crítico da obra da nova sede deste Tribunal. Este projeto tinha seu término previsto para julho de 2019, levando em consideração a contratação da construção das estruturas remanescentes dos blocos B e C ainda em 2015 – fato que não se concretizou e acarretou a perda de grande parte da dotação orçamentária destinada à obra em 2015. Estão sendo levadas em consideração informações relativas à previsão de corte no orçamento para o exercício de 2016, bem como a incerteza do cumprimento do contrato pela empresa SBE, o que no momento impossibilita apresentar um novo cronograma de previsão para a conclusão da obra. Portanto, até que se tenha dados concretos, fica comprometida a apresentação de um novo cenário de prazos para a execução dos serviços pendentes na obra de construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Data prevista para conclusão: nov/2019 (conforme Relatório de Acompanhamento de Projeto – documento SEI 1500894).

#### Documentação

O Projeto, bem como a documentação técnica, foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0002027-56.2014.4.01.8000).

#### *2.1.11 Modernização de Sistema Informatizado de Administração e Controle de Materiais*

##### Gerente

Adriana Pinho Rocha (adriana.rocha@trf1.jus.br)

##### Gestor

Maria Cristina Turnes (cristina.turnes@trf1.jus.br)

##### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

De acordo com a documentação técnica, foi publicada a Portaria Diges 100 que instituiu grupo de trabalho para análise de sistemas informatizados de gestão de serviços administrativos que possam ser utilizados no âmbito da 1ª Região. Este grupo realizou visitas ao TCU, ao TRF 4ª Região e obteve informações com o TRT 10ª Região, TST, TRF 3ª Região e MPU. Após estudos dos sistemas dos respectivos órgãos, está sendo elaborada exposição de motivos a ser submetida à apreciação da Diretoria Geral.

Data prevista para conclusão: dez/2016.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0006258-92.2015.4.01.8000, documento 0414218), e a documentação técnica mantida nos processos SEI 0008745-35.2015.4.01.8000 e 0002643-31.2014.4.01.8000.

#### *2.1.12 Programa de Sustentabilidade do TRF1*

##### Gerente

Carlos Alexandre Vigil D'Oliveira (alexandre.vigil@trf1.jus.br)

##### Gestor

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRF 1ª Região

##### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

De acordo com a ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região (documento SEI 1309904), foi criada a Seção de Apoio à Gestão Socioambiental por meio da Resolução Presi 26/2015. Recentemente foi publicada a Resolução Presi 4/2016, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região. O Plano do Tribunal foi aprovado pela Portaria Presi 49/2016.

Data prevista para conclusão: dez/2016.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0006258-92.2015.4.01.8000, documento 0414259), e a documentação técnica mantida no processo SEI 0005979-09.2015.4.01.8000.

#### *2.1.13 Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde*

##### Gerente

Ionice de Paula Ribeiro (secbe@trf1.jus.br)

##### Gestor

Diretor-Geral da Secretaria (diges@trf1.jus.br)

##### Situação

A iniciar – aguardando liberação de orçamento.

A Diretora da Secbe relata que o projeto não pôde ser iniciado porque não há recursos específicos da União para o pagamento dos EPS a todos os magistrados e servidores.

Data prevista para conclusão: dez/2020.

## Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007412-48.2015.4.01.8000, documento 0468650).

### *2.1.14 Realinhamento do quadro de cargos e funções comissionadas do TRF 1ª Região*

#### Gerente

Wânia Maríça Araujo Vieira (secge@trf1.jus.br)

#### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

#### Situação

Concluído.

De acordo com a ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região (documento SEI 1309904), o realinhamento foi concluído mediante o remanejamento interno de funções comissionadas e considerando as novas demandas de serviço, em virtude da proximidade da vigência do novo Código de Processo Civil (com significativas alterações no rito do recurso repetitivo) e ainda da determinação do CNJ de implantação do PJe em todo o Poder Judiciário. Desta forma, foram reforçadas as áreas de recursos especiais e extraordinários, repercussão geral e recursos repetitivos, de apoio ao processo judicial eletrônico e de apoio ao processo administrativo eletrônico, pelas Resoluções Presi 26, 31, 32 e 35/2015.

Data prevista para conclusão: mai/2015.

## Documentação

O Termo de Abertura do Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007585-72.2015.4.01.8000, documento 0478823), bem como a documentação técnica, mantida no processo 0006657-24.2015.4.01.8000.

### *2.1.15 Desenvolvimento de estudos para implantação de Unidades Avançadas de Atendimento*

#### Gerente

Wânia Maríça de Araújo Vieira (secge@trf1.jus.br)

#### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

#### Situação

Concluído.

De acordo com a ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região (documento SEI 1309904), as UAAs foram instituídas pela Resolução Presi 21/2015 – em localidades em que não há sede da Justiça Federal, sempre vinculadas a uma seção ou subseção judiciária, onde serão realizadas atividades que exijam a presença das partes.

Data prevista para conclusão: mai/2015.

## Documentação

O Termo de Abertura do Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007585-72.2015.4.01.8000, documento 0478824).

### *2.1.16 Estudos para criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma cerrado na 1ª Região*

#### Gerente

Wânia Maríça de Araújo Vieira (secge@trf1.jus.br)

#### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

#### Situação

Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.

Conforme o disposto na documentação técnica, realizou-se um levantamento estatístico sobre média de distribuição entre as varas federais com competência para processar e julgar matéria ambiental e agrária. Em seguida, foi elaborada minuta de anteprojeto de lei, com sua respectiva justificativa, para a criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma cerrado. Após, o processo foi encaminhado à Secor, para determinar os cálculos e informações nas alíneas I, II e III do art. 4º da Resolução 184/2012. Em seguida, a minuta será submetida à apreciação da Presidência e à aprovação do Conselho de Administração, com posterior remessa ao Conselho da Justiça Federal.

Data prevista para conclusão: jul/2015.

#### Documentação

O Termo de Abertura do Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007585-72.2015.4.01.8000, documento 0490909), bem como a documentação técnica, mantida no processo 0004677-42.2015.4.01.8000.

### *2.1.17 Readequação dos padrões organizacionais das Seções Judiciárias da 1ª Região*

#### Gerente

Wânia Maríça de Araújo Vieira (secge@trf1.jus.br)

#### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

#### Situação

Concluído.

Conforme o disposto na documentação técnica, o projeto foi finalizado, depois de elaborada normatização que delega competência aos Diretores de Foro para administrar e organizar a estrutura organizacional das seccionais, de modo que possam criar, extinguir, transformar ou remanejar unidades administrativas e funções comissionadas no âmbito das áreas administrativa e judicial – desde que não implique no aumento de despesa e desde que sejam observadas as restrições e os limites estipulados na Resolução Presi 24/2015.

Data prevista para conclusão: dez/2015.

#### Documentação

O Termo de Abertura do Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007585-72.2015.4.01.8000, documento 0478813), bem como a documentação técnica, mantida no processo SEI 0013061-91.2015.4.01.8000.

### 2.1.18 Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região

#### Gerente

CJF

#### Gestor

CJF

#### Situação

Cancelado no âmbito do TRF 1ª Região, será implantado pelo CJF para toda a Justiça Federal.

Conforme deliberado na 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região, e considerando a iniciativa estratégica nacional de criação da Carta de Serviços da Justiça Federal, é necessário propor ao CGER-TRF1 a exclusão do projeto Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região do Plano de Ação 2015/2016. Portanto, o projeto, no âmbito da 1ª Região, deve ser descontinuado, tendo em vista que será implantado pelo CJF para toda a Justiça Federal.

#### Documentação

A deliberação para o cancelamento deste projeto consta na ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região – documento SEI 1309904.

### 2.1.19 Proger – Projeto Gestor Estratégico/(Des)Envolvimento de Líderes

#### Gerente

Márcio Albuquerque (cedap@trf1.jus.br)

#### Gestor

Maria do Carmo Cesáreo Corrêa (secgp@trf1.jus.br)

#### Situação

A iniciar.

De acordo com o Despacho Cedap (documento SEI 1364340), os projetos "(Des)Envolvimento de Líderes" e "Proger – Gestor Estratégico" foram reunidos em um só projeto, qual seja o (Des)Envolvimento de Líderes, já que este agrega ações que repercutem nos gestores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, refletindo na otimização das ações decorrentes e necessárias para a implementação do mesmo. Tendo em vista que a aprovação deste projeto ocorreu no final do exercício de 2015, as ações de capacitação que tem como foco este projeto serão implementadas a partir do exercício de 2016, dependendo da disponibilidade orçamentária e respectiva aprovação pela Diretoria-Geral.

Data prevista para conclusão: dez/2020.

#### Documentação

Os Termos de Abertura do Projeto dos projetos relacionados estão sendo mantidos no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0006588-89.2015.4.01.8000, documentos 0429195 e 1364249).

### 2.1.20 Mapeamento da distribuição de servidores, cargos e funções nas unidades do Tribunal

#### Gerente

Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá (lucia.sa@trf1.jus.br)

#### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

#### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

Segundo relato da gerente de projeto, foi criado um *e-mail* para contatos, dúvidas, esclarecimentos e recebimento de arquivos pelo grupo de trabalho, acessível a todos os seus membros (gt.lotação@trf1.jus.br).

Até o momento, para implementar a 1ª fase, foram realizados os levantamentos junto às áreas cartorárias e administrativas do Tribunal, por meio de duas planilhas em Excel, encaminhadas por e-mail a cada unidade administrativa, juntamente com as respectivas orientações de preenchimento: Distribuição de Carga de Trabalho na Unidade e Força de Trabalho Atual por Área. As unidades tiveram o prazo até o dia 22/01/2016, prorrogado para dia 29/01/2016 a pedido das áreas, para prestar as informações. A maioria respondeu corretamente ao solicitado e dentro do prazo.

As informações levantadas nas mencionadas planilhas encontram-se em fase de análise pelo grupo de trabalho. Elas referem-se às atividades efetivamente realizadas em cada área, à periodicidade de execução, à complexidade da tarefa, existência de trabalhos acumulados, trabalhos realizados em horários excedentes, distribuição interna da carga de trabalho entre os servidores, atividades desempenhadas por terceirizados e por estagiários, entre outras informações.

O cruzamento desses dados subsidiará a implementação das fases subsequentes dos trabalhos do grupo de estudo, que serão desenvolvidas conforme o cronograma constante na documentação técnica.

Data prevista para conclusão: dez/2016.

#### Documentação

*E-mail* encaminhado para a Diple em 10/02/2016 17:31. Em breve será cadastrado um Termo de Abertura de Projeto no sistema SEI; e a documentação técnica está sendo no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0001923-92. 2016.4.01.8000).

### 2.1.21 Estudos para modernização do sistema de Recursos Humanos

#### Gerente

Maria do Carmo Cezário Corrêa (secgp@trf1.jus.br)

#### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

#### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

De acordo com a documentação técnica, servidores do TRF 1ª Região e do TRF 4ª Região realizaram reunião a fim de conhecerem o sistema local. Em suma, as áreas de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas do TRF 1ª Região manifestaram concordância com a migração para o sistema da 4ª Região, já que este atende grande parte das rotinas e demandas, sendo necessários ajustes e melhorias que podem

ser desenvolvidos de forma conjunta por meio de acordo de cooperação técnica entre os dois tribunais, repercutindo em economia de recursos orçamentários e humanos, reforçado pelo fato de que aquele sistema mantém integração com o SEI utilizado na 1ª Região. Após encaminhamento de manifestação à Diretoria-Geral, a finalização do projeto depende de apreciação desta diretoria, para assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a 4ª Região.

Data prevista para conclusão: dez/2016.

#### Documentação

A documentação técnica está sendo no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0026080-67.2015.4.01.8000).

#### 2.1.22 Ações Conjuntas de Qualidade de Vida no Trabalho

##### Gerente

A definir

##### Gestor

Ionice de Paula Ribeiro (secbe@trf1.jus.br)

##### Situação

Em andamento – em conformidade com o cronograma estabelecido.

Observações: De acordo com o Relatório de Atividades 2015 da SecGP, com o advento da Resolução Presi 35/2015, a Seção de Qualidade de Vida no Trabalho passou a fazer parte da estrutura da Secretaria de Bem-Estar Social – Secbe, e por este motivo o projeto "Ações Conjuntas de Qualidade de Vida no Trabalho" também deve ser migrado para a Secbe. Contudo, em relação ao prazo previsto para conclusão, este deverá ser passado para dez/2018.

Em 2015 foram realizadas as seguintes atividades: Capacitação de Facilitadores – (Contrato Sinergia); Capacitação de Facilitadores – curso: Análise e Intervenção no Ambiente de Trabalho por meio da Ergonomia Organizacional (Contrato Marketcoaching); Projeto Estacione – soluções alternativas para problemas de estacionamento nas proximidades do TRF; Pausas Preventivas: Referências: NR 17 e Portaria 29, de 12/02/2015 – Elaboração de vídeo para divulgação da cartilha no âmbito da 1ª Região; Página de QVT no portal do TRF.

Data prevista para conclusão: dez/2018.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0006588-89.2015.4.01.8000, documento 0474748).

#### 2.1.23 Transparência de TI – TTI

##### Gerente

Leandro Franco Vilar (leandro.vilar@trf1.jus.br)

##### Gestor

Marcos Barbosa Andrade (secin@trf1.jus.br)

##### Situação

Sobrestado.



Foi encaminhado pela Secin um link de acesso à Secge para validação da estrutura e conteúdo do Portal da Tecnologia da Informação da JF1. O referido portal é o produto final do projeto Transparência da TI – TTI. De acordo com o Despacho Diple (documento SEI 1519372), está em andamento neste setor, nos autos do PAe 0025978-45.2015.4.01.8000, a elaboração de portaria que dispõe sobre o Portal da Justiça Federal da 1ª Região, instituindo leiaute padrão para os canais e as páginas eletrônicas do Tribunal e das Seções Judiciárias, estabelecendo os itens de primeiro nível (itens do *menu* principal = canais) e padronizando os itens de segundo e terceiro níveis (submenus = páginas), além de definir as atribuições dos gestores de conteúdos e da Seção de Gestão de Conteúdo Web, responsável pela arquitetura da informação no portal. Assim, a análise sobre a proposta apresentada para o Canal da TI está sobrestada, aguardando a publicação da portaria acima referida.

Data prevista para conclusão: mai/2015.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto e a documentação técnica estão sendo mantidos no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0003791-77.2014.4.01.8000).

#### 2.1.24 Gestão de Demandas de TI – GDTI

##### Gerente

Leandro Franco Vilar (leandro.vilar@trf1.jus.br)

##### Gestor

Marcos Barbosa Andrade (secin@trf1.jus.br)

##### Situação

Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.

De acordo com a ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região (documento SEI 1309904), a análise de viabilidade da solução a ser adotada de alta complexidade e característica inédita do objeto eventualmente a ser contratado levaram a previsão de término da análise para dezembro/2015. A estimativa da próxima fase dependerá do resultado da análise de viabilidade, com previsão de conclusão para o caso mais complexo, aquisição e implantação de nova ferramenta de gestão de demandas de TI – de 18 a 24 meses.

Data prevista para conclusão: dez/2015.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto e a documentação técnica estão sendo mantidos no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0000682-55.2014.4.01.8000).

#### 2.1.25 Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias nas SJMG, SJBA e SSJFO

##### Gerente

Alexandre Amaral (secju@trf1.jus.br)

##### Gestor

Carlos Frederico Maia Bezerra (diges@trf1.jus.br)

##### Situação

Concluído.

De acordo com a ata da 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região (documento SEI 1309904), foi concluída a implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias descentralizadas em Salvador/BA, Belo Horizonte/MG e Juiz de Fora/MG, previstas na Emenda Constitucional 45 e instituídas pelas Resoluções Presi 23/2014, 5/2015 e 11/2015.

Data prevista para conclusão: mai/2015.

#### Documentação

O Termo de Abertura do Projeto foi inserido no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007585-72.2015.4.01.8000, documento 0478821), bem como a documentação técnica, mantida no processo 0005229-41.2014.4.01.8000.

#### 2.1.26 Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Administração do TRF 1ª Região

##### Gerente

Maria Virgínia Mesquita Melo (maria.virginia@trf1.jus.br)

##### Gestor

Marília Andre da Silva Meneses Graça (diges@trf1.jus.br)

##### Situação

A iniciar.

De acordo com o Despacho Secoi (documento SEI 1381653), após deliberação na 1ª Reunião de Análise da Estratégia do TRF 1ª Região, as Secretarias envolvidas no projeto (Secad e Secoi) concordaram em definir com maior precisão o escopo do projeto, que agora concentrar-se-á na gestão de riscos das compras governamentais, uma das atividades desempenhadas pela Secretaria Administrativa. Em face da redefinição do escopo, ambas as secretarias acordaram que o prazo estimado para a conclusão do projeto não se apresentava factível, dada a dimensão do trabalho, razão por que sugerem novo prazo, cujo termo final será em dezembro de 2017.

Data prevista para conclusão: dez/2017.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto e a documentação técnica estão sendo mantidos no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0005656-04.2015.4.01.8000).

#### 2.1.27 Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da 1ª Região

##### Gerente

Nádia Barbosa da Cruz Santana (nadia.santana@trf1.jus.br)

##### Gestor

Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana (katia.ribeiro@trf1.jus.br)

##### Situação

Em andamento – com atraso em relação ao cronograma estabelecido.

De acordo com relatório encaminhado pela gerente de projeto, o Projeto de Reestruturação dos *Datacenters* da 1ª Região, que teve início em setembro de 2014, encontra-se na seguinte situação:

- 👁 Identificar a situação atual – tarefa finalizada.

- ☞ Estabelecer condições de funcionamento dos Datacenters – Pré-requisito de engenharia definido. No momento, está sendo analisado modelo de termo de referência para auxiliar a implementação da ação nas Seccionais.
- ☞ Realizar diagnóstico da situação atual – tarefa finalizada.
- ☞ Estabelecer Plano de Ação – Foi elaborado um Plano de Ação Preliminar com a perspectiva de elaboração de projeto básico e execução da reforma no período de 2016 a 2019. O Plano será submetido à apreciação do Diretor-Geral depois de finalizadas as medidas para recompor o corte orçamentário ocorrido em 2016.
- ☞ Prever recursos orçamentários. Constava da PLOA 2016 a ação 15GM – Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º grau da 1ª Região, com destinação de R\$ 6.000.000,00. Na LOA, a dotação para 2016 ficou em R\$ 2.600.000,00, com recomposição na reserva de contingência.
- ☞ Executar o Plano de Ação – por questões orçamentárias, o início da implementação do Plano, previsto para 2015 foi adiado para 2016. A previsão de término é 2019.

Em 09/09/15 foi realizada videoconferência dos membros da Comissão com Diretores de Secads e membros dos CTOs das Seções Judiciárias, a fim de elaborar cronograma de reforma com base nas indicações de prioridades detectadas pela Coint e pela Dieng, em consonância com as possibilidades das Seccionais. Conforme cronograma, em 2016 está previsto elaboração de 25 projetos, dos quais 10 terão início de execução em 2016, sendo 5 reformas de Seção Judiciária e 5 de Subseção Judiciária. Os demais 15 projetos a serem elaborados em 2016 deverão ser executados em 2017 e assim sucessivamente. O detalhamento do cronograma se encontra na minuta do Plano de Ação do projeto (documento SEI 1143384).

Data prevista para conclusão: dez/2015.

#### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto e a documentação técnica estão sendo mantidos no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0000007-92.2014.4.01.8000).

#### 2.1.28 Expansão e melhoria do Sistema e-Orçamento

##### Gerente

Adelson Vieira Torres (adelson.torres@trf1.jus.br)

##### Gestor

Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana (katia.ribeiro@trf1.jus.br)

##### Situação

Estacionado – aguardando reunião preliminar com analista de requisitos.

Em 2015, foram completadas as rotinas necessárias à captação da proposta orçamentária relativa aos contratos no e-Orçamento e foi realizado treinamento para os servidores da área orçamentária das Seccionais, com teste de funcionamento do sistema no ambiente de homologação e correção de todos os problemas detectados, demonstrando a viabilidade da captação da proposta orçamentária de 2017 pelo sistema.

Também foram realizadas diversas melhorias na parte afeta à execução orçamentária, como: (1) Alteração do cálculo do resultado orçamentário das projeções orçamentárias, (2) Importação de documentos do SIAFI para a carga dos dados no sistema, (3) Melhoria da funcionalidade de verificação das pendências do sistema, bem como a criação da funcionalidade “Saldo de Empenho por Despesa” e (4) Automatização e integração da funcionalidade “Solicitações de novas despesas” com a de “Recursos a Descentralizar”. Para tanto, foram utilizados 111 pontos de função da Fábrica de Software.

Ainda de acordo com relato do gerente de projeto em relação ao escopo, as seguintes tarefas previstas para 2015 não foram iniciadas: Completar módulo Ações de Manutenção – Despesas Continuadas (Contratos); e Iniciar módulo Ações de Manutenção: Despesas de Material Permanente (Veículos).

Data prevista para conclusão: dez/2018.

### Documentação

O Termo de Abertura de Projeto e a documentação técnica estão sendo mantidos no repositório do SEI da 1ª Região (processo 0007176-96.2015.4.01.8000).

---

**Anexo 1 – Resolução TRF1 Presi 29/2014, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias.**

**Anexo 2 – Plano Estratégico da Justiça Federal, aprovado pela Resolução CJF 313/2015.**

**Anexo 3 – Portaria TRF1 Presi 92/2014, que dispõe sobre a Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região, designando membros de comitês e gestores de metas e de iniciativas nacionais.**

**Anexo 4 – Portaria TRF1 Presi 375/2015, que delega competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das seccionais para realizar as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs.**

**Anexo 5 – Portaria TRF1 Presi 392/2015, que aprova a Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região para o biênio 2015-2016, composta pelos Planos de Ação do Tribunal e de suas 14 Seções Judiciárias.**

## 3 Estatísticas processuais

### 3.1 No Tribunal (2º grau)

#### 3.1.1 Estatísticas judiciais

As estatísticas judiciais do Tribunal são processadas pela Divisão de Estatística, sendo os dados extraídos diretamente dos sistemas processuais.

Quadro 8 – Desempenho do Tribunal

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Distribuídos/registrados	119.307	127.873	109.807	137.058	138.134	127.688	145.822	114.886
Julgados	106.837	112.197	103.043	117.055	140.632	146.722	157.282	176.318
Tramitação*	285.602	307.474	344.522	352.165	393.061	363.206	473.434	463.513

Gráfico 1 – Petições apresentadas ao Tribunal

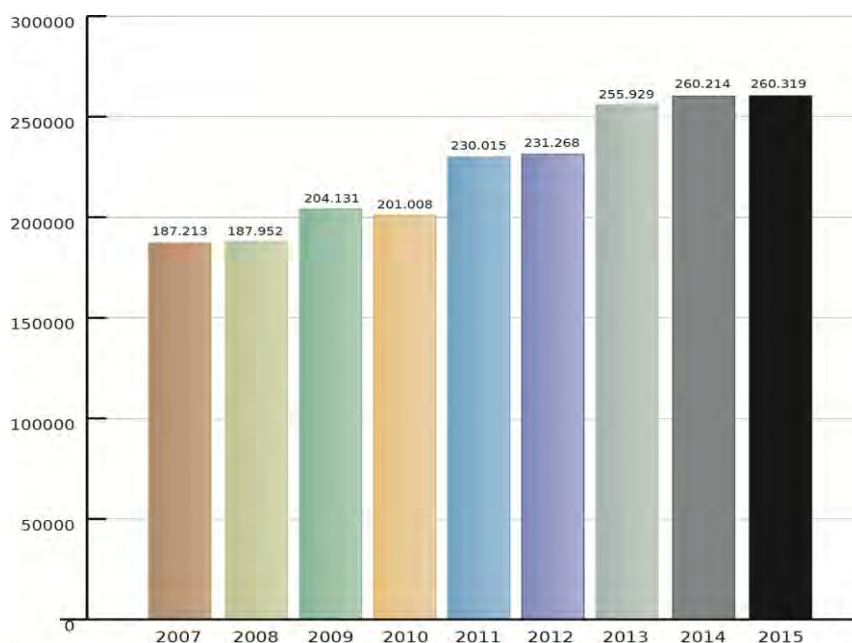
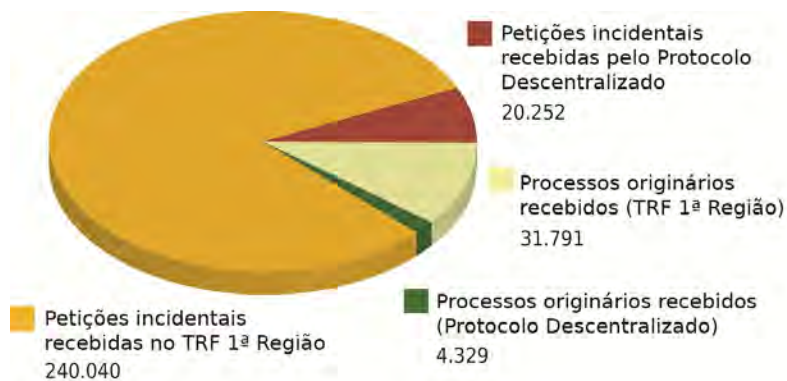


Gráfico 2 – Petições protocoladas em 2015



Quadro 9 – Produtividade por desembargador federal

Nome Magistrado	Distribuídos e Registrados (A)	Votos Relator (B)	Decisões Monocráticas Terminativas (C)	Subtotal1 (D=B+C)	Decisões não -terminativas (E)	Subtotal2 (F=D + E)	Pedidos de Vista (G)	Acórdãos Publicados (H)	Baixados (I)
Cândido Ribeiro (Presidente)	17.655	868	136	1.004	29.884	30.888	0	851	12.077
Neuza Alves (Vice-Presidente)	18.016	98	11	109	35.748	35.857	9	83	30.498
Carlos Moreira Alves (Corregedor)	25	10	15	25	19	44	1	9	42
Jirair Aram Meguerian	4141	1.436	957	2.393	656	3.049	12	1.422	2.184
Olindo Menezes	1.226	237	69	306	123	429	4	220	909
Mário César Ribeiro	1.234	673	154	827	466	1.293	16	631	710
Hilton Queiroz	1.242	588	95	683	359	1.042	1	537	794
I'talo Fioravanti Sabo Mendes	1.229	436	31	467	353	820	2	380	908
José Amilcar Machado	5.106	6.329	2.585	8.914	1.753	10.667	5	6.099	3.874
Daniel Paes Ribeiro	4.021	2.011	2.347	4.358	631	4.989	4	1.976	4.084
João Batista Moreira	4.093	811	1.663	2.474	1.991	4.465	11	715	4.024
Souza Prudente	4.048	2.041	1.304	3.345	1.591	4.936	31	2.028	2.795
Maria do Carmo Cardoso	5.139	4.119	2.345	6.464	2.107	8.571	43	3.614	3.097
Francisco de Assis Betti	8.976	40	1	41	3	44	97	40	8.274
Ângela Catão	5.246	4.363	769	5.132	1.473	6.605	13	4.082	9.119
Monica Sifuentes	1.245	712	283	995	385	1.380	17	626	836
Kassio Nunes Marques	4.059	2.951	1.890	4.841	1.542	6.383	10	2.883	3.886
Néviton Guedes	4.024	3.709	724	4.433	534	4.967	25	3.101	4.357
Novély Vilanova	5.106	2.362	4.519	6.881	640	7.521	30	2.257	5.130
Ney Bello	1.218	835	161	996	494	1.490	22	818	1.078
Marcos Augusto De Sousa	5.099	5.458	2.546	8.004	1.131	9.135	23	5.157	4.635
João Luiz de Sousa	8.831	8.857	1.268	10.125	816	10.941	36	7.158	4.367
Gilda Sigmaringa Seixas	9.095	13.879	1.242	15.121	963	16.084	35	12.293	6.047
Jamil Rosa de Jesus Oliveira	9.028	11.338	690	12.028	942	12.970	6	8.474	4.531
Hercules Fajoses	2.945	2.266	340	2.606	581	3.187	26	1.773	950
Carlos Augusto Pires Brandão	375	416	0	416	0	416	0	0	72
Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão (Conv.)	8.293	12.366	290	12.656	321	12.977	35	10.870	9.236
Candido Moraes	7.375	8.840	723	9.563	2.058	11.621	8	8.546	7.460
Reynaldo Fonseca	1.964	761	178	939	694	1.633	1	757	2.181

Quadro 10 – Estatísticas por órgão julgador

Órgão julgador	Distribuídos (**)	Julgados (Acórdãos e Decisões Terminativas)	Baixados	Conclusos	Tramitação
Presidência	664	1.089	12.184	9.614	41.785
Vice-Presidência		122	30.617	6.519	25.480
Corte Especial	117	164	109	174	263
Primeira Seção	640	689	646	1.449	2.155
Primeira Turma	26.173	40.329	31.619	51.060	79.988
Primeira Turma (Programa de Aceleração de Julgamentos-PAJ)		7.932	331	7.757	12.898
Segunda Turma	26.271	35.809	20.882	78.617	98.546
Segunda Seção	1.031	860	962	529	1.161
Terceira Turma	3.159	3.021	2.045	5.580	6.706
Quarta Turma	3.125	3.031	2.223	5.795	7.336
Terceira Seção	353	442	376	771	1.021
Quinta Turma	11.221	14.989	9.382	44.173	50.310
Sexta Turma	11.285	12.634	9.943	49.099	51.877
Quarta Seção	2.222	1.539	1.269	1.039	1.476
Sétima Turma	14.115	20.952	9.742	40.386	44.203
Oitava Turma	14.086	21.643	12.215	50.209	54.183
Primeira Câmara Regional Previdenciária da Bahia		3.046		390	3.479
Primeira Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora		2.627	1	3.743	5.278
Primeira Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais		4.972	479	2.724	5.775
Segunda Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais		89		3.546	3.602
Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência	424	339	418		735
<b>Total</b>	<b>114.886</b>	<b>176.318</b>	<b>145.443</b>	<b>352.771</b>	<b>498.257</b>

Quadro 11 – Decisões em REsp e RE

Decisão	Presidente	Vice-Presidente	Total Geral
Despachos	15.978	23.691	39.669
Re Admitidos	67	104	171
Re Inadmitidos	2.854	1.900	4.754
Resp Admitidos	1.328	1.101	2.429
Resp Inadmitidos	9.477	8.821	18.298

Quadro 12 – Movimentações de recursos

Movimentações		Total
Remetidos	STJ	130
	STF	996
Recebidos	STJ	6.027
	STF	994
Digitalizados e enviados eletronicamente ao STJ		5.818
Processos sobrestados		11.250
Baixa definitiva à origem		87.516

Quadro 13 – Estatísticas de notas taquigráficas

Órgãos julgadores/descrição do evento	Quantidade de folhas/notas taquigráficas elaboradas	Quantidade de sessões ou eventos
Primeira Turma	1.439	41
Segunda Turma	2.040	49
Terceira Turma	2.165	60
Quarta Turma	2912	70
Quinta Turma	1705	46
Sexta Turma	863	42
Sétima Turma	1149	40
Oitava Turma	1466	39
Primeira Seção	412	12
Segunda Seção	540	23
Terceira Seção	266	11
Quarta Seção	272	13
Corte Especial judiciária	832	24
Corte Especial administrativa	534	28
Plenário	369	8
Conselho de Administração	77	22
Conselho Deliberativo do Pro-Social	42	8
Turma Regional de Uniformização	77	1
Comissão de Promoção	2	1
Sessões solenes	33	3
Degrações diversas (audiências/CRPs)	991	5
<b>Totais</b>	<b>18.186</b>	<b>546</b>

### 3.1.2 Estatísticas administrativas

Quadro 14 – Processos julgados nos órgãos colegiados administrativos

	Sessões realizadas	Processos julgados	Referendas
Plenário	8	9	–
Corte Especial administrativa	26	156	22
Conselho de Administração	16	87	54
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>252</b>	<b>76</b>

### 3.2 Nas Seções e Subseções Judiciárias (1º grau)

Os dados estatísticos da primeira instância são acompanhados pela Corregedoria Regional mediante a análise de relatórios sintéticos e analíticos gerados pelo Sistema de Acompanhamento Processual.



Quadro 15 – Dados estatísticos da primeira instância

Seções Judiciárias		Quantidade de Processos		
		Distribuídos	Julgados	Tramitação
AC	Varas	4.041	1.758	14.240
	Juizados	5.234	6.581	12.091
	Turma Recursal	1.233	3.966	5.845
AM	Varas	13.197	4.664	59.754
	Juizados	6.370	6.948	9.536
	Turma Recursal	4.997	6.511	7.673
AP	Varas	3.952	1.895	17.799
	Juizados	8.446	7.054	12.312
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJPA		
BA	Varas	48.028	24.110	221.804
	Juizados	73.099	66.876	106.077
	Turma Recursal	19.357	25.006	63.065
DF	Varas	48.557	27.546	242.385
	Juizados	31.022	23.652	43.812
	Turma Recursal	13.346	19.580	41.622
GO	Varas	35.551	18.089	158.770
	Juizados	42.111	41.376	59.240
	Turma Recursal	12.118	19.355	27.262
MA	Varas	19.343	6.962	83.273
	Juizados	64.550	58.881	90.409
	Turma Recursal	10.843	15.191	27.118
MG	Varas	115.944	52.764	477.133
	Juizados	117.373	104.964	256.890
	Turma Recursal	38.673	40.052	150.632
MT	Varas	22.356	8.440	76.248
	Juizados	15.649	16.071	31.945
	Turma Recursal	4.614	4.728	15.460
PA	Varas	26.166	10.409	117.448
	Juizados	46.640	52.794	59.286
	Turma Recursal	11.690	15.211	26.784
PI	Varas	10.757	5.360	55.373
	Juizados	33.349	36.265	65.533
	Turma Recursal	7.264	6.468	16.889
RO	Varas	11.245	4.485	40.695
	Juizados	9.749	10.856	21.209
	Turma Recursal	4.010	4.650	12.303
RR	Varas	3.816	1.909	14.200
	Juizados	2.580	4.501	3.293
	Turma Recursal	Funcionamento conjunto com a SJAM		
TO	Varas	8.195	5.241	23.709
	Juizados	11.805	11.249	26.388
	Turma Recursal	3.945	3.684	4.940
Totais Primeira Instância	Varas	371.148	173.632	1.602.831
	Juizados	467.977	448.068	798.021
	Turma Recursal	132.090	164.402	399.593
<b>Total Geral</b>	<b>1ª instância</b>	<b>971.215</b>	<b>786.102</b>	<b>2.800.445</b>

Quadro 16 – Dados acumulados da primeira instância

Órgão Julgador	Distribuídos				
	2011	2012	2013	2014	2015
Varas	362.641	337.736	319.897	354.568	371.148
Juizados	374.861	380.942	479.144	659.841	467.977
Turma Recursal	114.565	125.628	139.928	149.955	132.090
<b>Total</b>	<b>852.067</b>	<b>844.306</b>	<b>938.969</b>	<b>1.164.364</b>	<b>971.215</b>
Órgão Julgador	Julgados				
	2011	2012	2013	2014	2015
Varas	189.827	197.130	185.878	173.281	173.632
Juizados	387.201	422.161	455.066	485.173	448.068
Turma Recursal	97.010	88.623	97.941	104.433	164.402
<b>Total</b>	<b>674.038</b>	<b>707.914</b>	<b>738.885</b>	<b>762.887</b>	<b>786.102</b>
Órgão Julgador	Em tramitação				
	2011	2012	2013	2014	2015
Varas	1.291.881	1.329.362	1.377.938	1.465.685	1.602.831
Juizados	676.060	619.313	608.976	763.538	798.021
Turma Recursal	221.395	263.388	340.842	375.401	399.599
<b>Total</b>	<b>2.189.336</b>	<b>2.212.063</b>	<b>2.327.756</b>	<b>2.604.624</b>	<b>2.800.451</b>

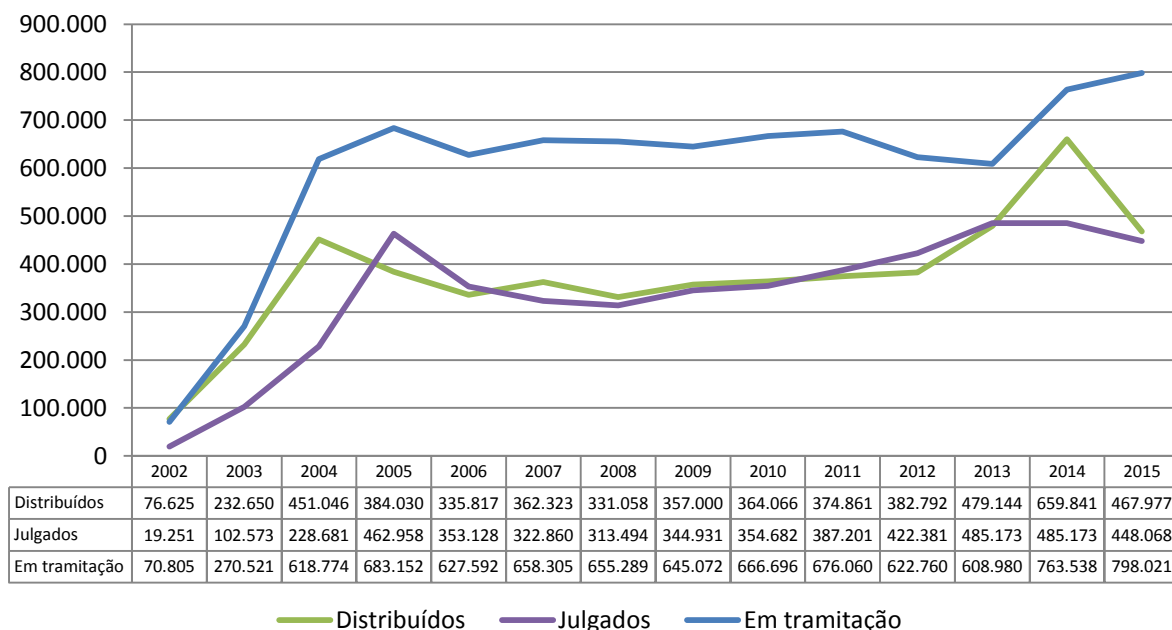
### 3.3 Nos Juizados Especiais Federais

Quadro 17 – Movimentação processual por Seção Judiciária

SJ	Distribuídos			Julgados			Tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	2.006	3.228	<b>5.234</b>	664	5.917	<b>6.581</b>	3.600	8.491	<b>12.091</b>
AM	938	5.432	<b>6.370</b>	1.151	5.797	<b>6.948</b>	3.114	6.422	<b>9.536</b>
AP	719	7.727	<b>8.446</b>	702	6.352	<b>7.054</b>	1.401	10.911	<b>12.312</b>
BA	54.616	18.483	<b>73.099</b>	47.303	19.573	<b>66.876</b>	89.971	16.106	<b>106.077</b>
DF	77	30.945	<b>31.022</b>	26	23.626	<b>23.652</b>	414	43.398	<b>43.812</b>
GO	19.216	22.895	<b>42.111</b>	18.969	22.407	<b>41.376</b>	36.018	23.222	<b>59.240</b>
MA	29.286	35.264	<b>64.550</b>	28.691	30.190	<b>58.881</b>	41.879	48.530	<b>90.409</b>
MG	90.521	26.852	<b>117.373</b>	82.562	22.402	<b>104.964</b>	209.456	47.434	<b>256.890</b>
MT	8.787	6.862	<b>15.649</b>	7.482	8.589	<b>16.071</b>	22.345	9.600	<b>31.945</b>
PA	26.042	20.598	<b>46.640</b>	27.748	25.046	<b>52.794</b>	35.676	23.610	<b>59.286</b>
PI	16.817	16.532	<b>33.349</b>	16.364	19.901	<b>36.265</b>	28.095	37.438	<b>65.533</b>
RO	4.138	5.611	<b>9.749</b>	3.117	7.739	<b>10.856</b>	9.795	11.414	<b>21.209</b>
RR	18	2.562	<b>2.580</b>	16	4.485	<b>4.501</b>	46	3.247	<b>3.293</b>
TO	5.546	6.259	<b>11.805</b>	7.008	4.241	<b>11.249</b>	16.250	10.138	<b>26.388</b>
<b>Total</b>	<b>258.727</b>	<b>209.250</b>	<b>467.977</b>	<b>241.803</b>	<b>206.265</b>	<b>448.068</b>	<b>498.060</b>	<b>299.961</b>	<b>798.021</b>

Fonte: Sistema Processual

Gráfico 3 – Evolução do acervo processual nos JEFs



### 3.4 Turmas Recursais

Quadro 18 – Movimentação processual nas turmas recursais

SJ	Distribuídos			Julgados			Tramitação		
	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total	Físico	Virtual	Total
AC	505	728	<b>1.233</b>	341	3.625	<b>3.966</b>	517	5.328	<b>5.845</b>
AM/RR	511	4.486	<b>4.997</b>	582	5.929	<b>6.511</b>	553	7.120	<b>7.673</b>
BA	9.622	9.735	<b>19.357</b>	15.728	9.278	<b>25.006</b>	27.934	35.131	<b>63.065</b>
DF	24	13.322	<b>13.346</b>	73	19.507	<b>19.580</b>	171	41.451	<b>41.622</b>
GO	4.546	7.572	<b>12.118</b>	5.646	13.709	<b>19.355</b>	8.844	18.418	<b>27.262</b>
MA	4.447	6.396	<b>10.843</b>	4.030	11.161	<b>15.191</b>	9.743	17.375	<b>27.118</b>
MG	30.631	8.042	<b>38.673</b>	28.098	11.954	<b>40.052</b>	96.261	54.371	<b>150.632</b>
MT	1.797	2.817	<b>4.614</b>	2.727	2.001	<b>4.728</b>	7.484	7.976	<b>15.460</b>
PA/AP	4.649	7.041	<b>11.690</b>	6.860	8.351	<b>15.211</b>	7.706	19.084	<b>26.790</b>
PI	2.361	4.903	<b>7.264</b>	2.645	3.823	<b>6.468</b>	5.215	11.674	<b>16.889</b>
RO	1.032	2.978	<b>4.010</b>	1.189	3.461	<b>4.650</b>	3.010	9.293	<b>12.303</b>
TO	2.913	1.032	<b>3.945</b>	1.639	2.045	<b>3.684</b>	2.614	2.326	<b>4.940</b>
<b>Total</b>	<b>63.038</b>	<b>69.052</b>	<b>132.090</b>	<b>69.558</b>	<b>94.844</b>	<b>164.402</b>	<b>170.052</b>	<b>229.547</b>	<b>399.599</b>

### 3.5 Turma Regional de Uniformização

Quadro 19 – Dados estatísticos da TRU

Atividades		Quantidade
Sessões de Julgamento		1
Incidentes de jurisprudência julgados		113
Publicações realizadas	Acórdãos	108
	Decisões	23
	Total	131
Pedidos de submissão (art. 53 do Regimento Interno das TRs e JEFs da 1ª Região)	Admitidos	7
	Não admitidos	177
	Total recebido	184
Incidentes de uniformização para a TNU	Admitidos	3
	Não admitidos	1
	Total recebido	4
Recursos extraordinários	Admitidos	0
	Não admitidos	3
	Total recebido	3
Processos sobrestados (repercussão geral – STF)		177

### 3.6 Precatórios e requisições de pequeno valor

Gráfico 4 – Beneficiários de precatórios e RPVs

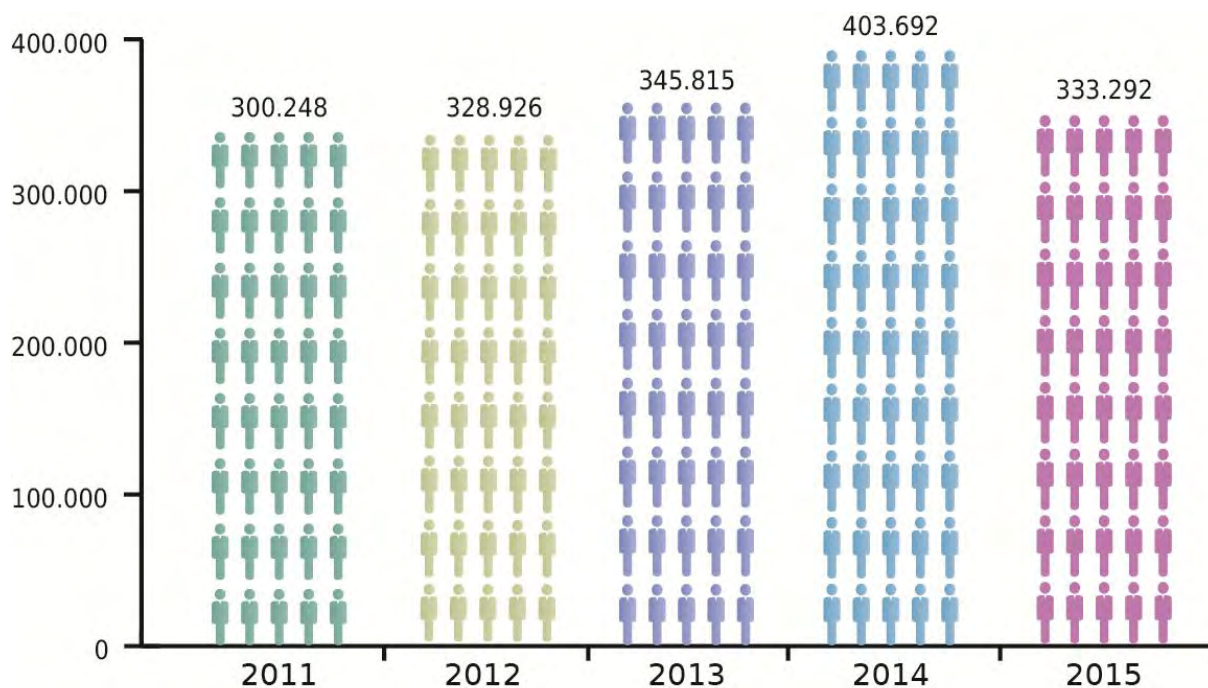


Gráfico 5 – Pagamento de precatórios (R\$)

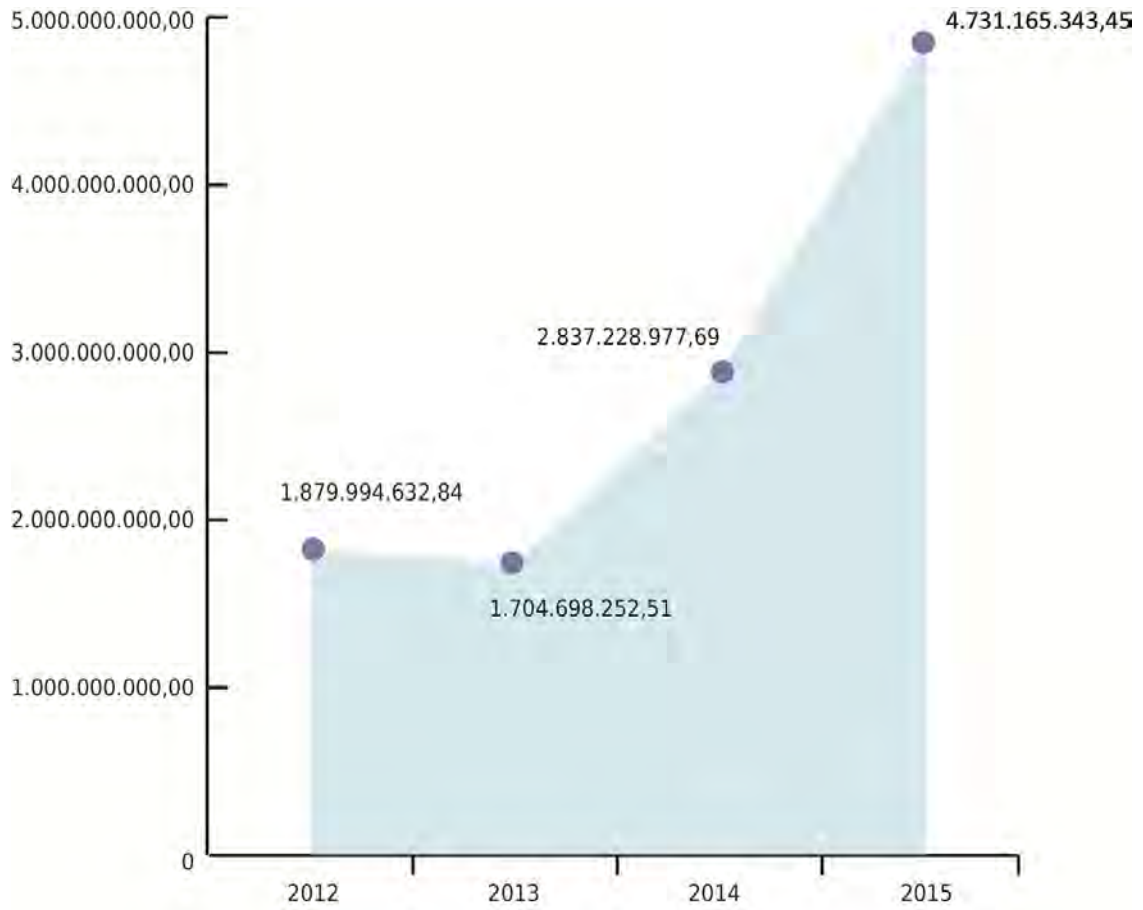
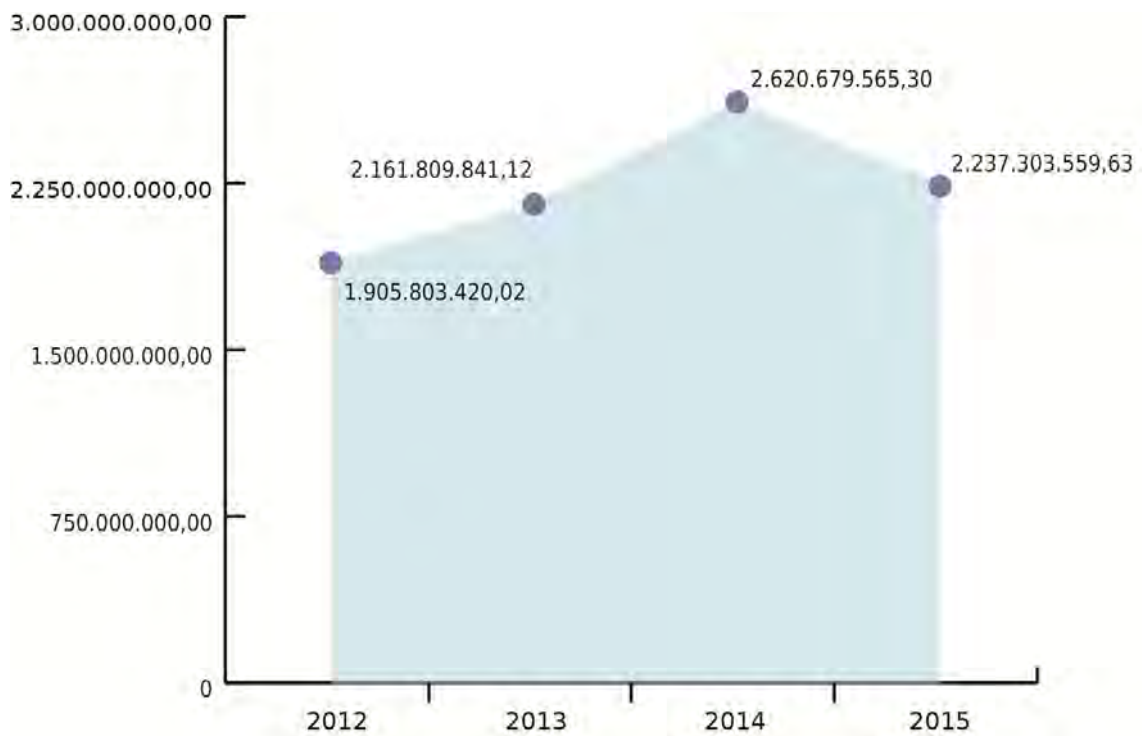


Gráfico 6 – Pagamento de RPVs (R\$)



Quadro 20 – Pagamentos de precatórios e RPVs

Precatórios e RPVs pagos	Processos	Beneficiários	Total depositado (R\$)
Precatórios parcelados – União – 2005 – complementação de 2014	36	45	44.394.096,37
Precatórios parcelados – União – 2006 – complementação de 2014 + 10ª parcela	51	72	40.445.624,66
Precatórios parcelados – União – 2007 – complementação de 2014 + 9ª parcela	56	94	166.395.833,77
Precatórios parcelados – União – 2008 – complementação de 2014 + 8ª parcela	51	62	15.090.414,81
Precatórios parcelados – União – 2009 – complementação de 2014 + 7ª parcela	91	124	56.639.445,54
Precatórios parcelados – União – 2010 – complementação de 2014 + 6ª parcela	126	135	245.406.208,42
Precatórios parcelados – União – 2011 – complementação de 2014 + 5ª parcela	80	114	110.356.311,31
Precatórios não alimentares – União – 2014 – complementação	375	452	90.936.422,74
Precatórios alimentares – União – 2014 – complementação	3.772	5.576	43.093.616,15
Precatórios não alimentares – União – 2015	670	857	1.663.441.755,92
Precatórios alimentares – União – 2015	4.215	6.244	626.822.352,23
Precatórios parcelados – entidades – 2005 – complementação de 2014	23	29	4.050.602,33
Precatórios parcelados – entidades – 2006 – complementação de 2014 + 10ª parcela	46	48	18.561.791,12
Precatórios parcelados – entidades – 2007 – complementação de 2014 + 9ª parcela	31	33	9.995.380,26
Precatórios parcelados – entidades – 2008 – complementação de 2014 + 8ª parcela	45	47	140.542.918,14
Precatórios parcelados – entidades – 2009 – complementação de 2014 + 7ª parcela	33	37	6.229.208,09
Precatórios parcelados – entidades – 2010 – complementação de 2014 + 6ª parcela	76	78	18.822.781,95
Precatórios parcelados – entidades – 2011 – complementação de 2014 + 5ª parcela	51	51	12.303.570,01
Precatórios não alimentares – entidades – 2014 – complementação	170	175	2.905.485,70
Precatórios alimentares – entidades – 2014 – complementação	6.705	8.392	33.722.311,59
Precatórios não alimentares – entidades de 2015	221	246	697.587.183,33
Precatórios alimentares – entidades – 2015	7.341	8.956	664.623.355,28
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do Siafi)	36	37	18.798.673,73
Pagamento de RPV (Lei 10.259/2001) no ano de 2015	262.821	301.388	2.237.303.559,63
<b>Total</b>	<b>287.122</b>	<b>333.292</b>	<b>6.968.468.903,08</b>
Precatórios processados para inclusão no orçamento de 2017 (art. 100/CF)	2.523	2.887	

Quadro 21 – Precatórios aguardando pagamento

Precatórios aguardando pagamento em 2016	Processos	Beneficiários
Precatórios parcelados – União – 2007 – 10ª parcela	37	55
Precatórios parcelados – União – 2008 – 9ª parcela	39	43
Precatórios parcelados – União – 2009 – 8ª parcela	75	106
Precatórios parcelados – União – 2010 – 7ª parcela	92	100
Precatórios parcelados – União – 2011 – 6ª parcela	67	101
Precatórios não alimentares – União – 2016 – integral	834	1145
Precatórios alimentares – União – 2016	4.989	8.533
Precatórios parcelados – entidades – 2007 – 10ª parcela	18	21
Precatórios parcelados – entidades – 2008 – 9ª parcela	32	42
Precatórios parcelados – entidades – 2009 – 8ª parcela	20	27
Precatórios parcelados – entidades – 2010 – 7ª parcela	56	60
Precatórios parcelados – entidades – 2011 – 6ª parcela	42	43
Precatórios não alimentares – entidades – 2016 – integral	170	186
Precatórios alimentares – entidades – 2016	7.857	10.488
RPVs (Lei 10.259/2001) atuadas em novembro e dezembro/2015	40.404	45.903
Precatórios extraorçamentários (pagamento fora do SIAFI)	314	325
<b>Total</b>	<b>55.046</b>	<b>67.178</b>

## 4 Relatório de trabalho das comissões

### COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO DO TRF 1ª REGIÃO

#### Instituição

Regimento Interno, arts. 77 e 82; Portaria Presi/Cenag 258 de 12/07/2012 e Portaria Presi 399 de 07/11/2014 (altera composição da Comissão).

#### Composição

- 👁 Presidente: desembargadora federal Mônica Sifuentes.
- 👁 Membros efetivos: desembargadores federais Kassio Marques e Néviton Guedes.
- 👁 Membro suplente: desembargador federal Ney Bello.

#### Situação

Foram aprovadas, no ano de 2015, alterações ao Regimento nas sessões plenárias de 8 de outubro e de 10 de dezembro. Os textos encontram-se em revisão para serem disponibilizados na página do Tribunal (PAe 0007194-20.2015.4.01.8000).

### COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO TRF 1ª REGIÃO

#### Instituição

Regimento Interno, arts. 77 e 83.

#### Composição

- 👁 Presidente: desembargador federal Reynaldo Fonseca (até 25/05/2015).
- 👁 Membros efetivos: desembargadores federais Hilton Queiroz e Ângela Catão.
- 👁 Membro suplente: desembargador federal Marcos Augusto de Sousa.

#### Situação

Comissão permanente, que desenvolve suas atividades apoiada na estrutura da Coordenadoria de Jurisprudência – Cojud. Segundo informação prestada pela Cojud, não houve demanda à Comissão de Jurisprudência no biênio 2014-2016.

### COMISSÃO DE PROMOÇÃO

#### Instituição

Regimento Interno, art. 77 e Resolução 600-17 de 17/12/2007 (revogada parcialmente pela Resolução Presi/Coger 18 de 29/09/2011).

#### Composição

Membros: corregedor regional e desembargadores federais presidentes das turmas.

#### Situação

No biênio 2014/2016, a Comissão de Promoção analisou processos administrativos que resultaram em 75 promoções de juízes federais substitutos a juízes federais (49 em 2014 e 26 em 2015, conforme tabelas constantes dos Relatórios de Atividades de 2014 e de 2015). Analisou, outrossim, esta Comissão os processos referentes à promoção e acesso ao Tribunal dos magistrados que manifestaram interesse em concorrer às 5 vagas abertas a juízes federais (4 vagas decorrentes de aposentadoria de desembargadores

federais em 2014 e 1 vaga decorrente de promoção de desembargador federal ao Superior Tribunal de Justiça em 2015).

Coube, por fim, a esta Comissão, a análise de processos administrativos de vitaliciamento de juízes federais e juízes federais substitutos no biênio de 2014/2016.

## COMISSÃO DE ACERVO JURÍDICO DO TRF 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 23 de 16/11/1995 (revogada pela Resolução Presi/Cenag 9 de 14/06/2011) e Portaria Presi/Cenag 272 de 27/07/2012 (revogada por Portaria Presi/Secge 183 de 22/05/2014).

### Composição

- 👁 Presidente: desembargadora federal Ângela Catão.
- 👁 Membros efetivos: desembargadores federais João Batista Moreira e Maria do Carmo Cardoso.
- 👁 Secretária: diretora da Dibib.

### Situação

Segundo informação prestada pela Dibib/Cojud, não houve demanda à Comissão de Acervo Jurídico no biênio 2014-2016.

## COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

### Instituição

Regimento Interno, art. 84, e Portaria Presi/Cenag 411 de 26/09/2011.

### Composição

- 👁 Presidente: presidente do Tribunal.
- 👁 Membros efetivos: diretores da Diges, da Secge, da Secju e da Secin, um juiz auxiliar indicado pela Corregedoria Regional e um juiz auxiliar indicado pela Presidência.

### Situação

Principais atividades no biênio 2014-2016:

- 👁 aprovação dos seguintes itens:
  - Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região – PDTI-TRF1 2015/2017;
  - Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região – PCSTI-TRF1 2015;
  - minuta da Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PNITI-JF;
- 👁 aprovação da minuta de portaria sobre descentralização das videoconferências, com o objetivo de disciplinar o uso dessa tecnologia e propiciar autonomia plena aos participantes de reuniões por telepresença na realização e na gravação dos eventos administrativos e judiciais no Tribunal, seções e subseções judiciárias;
- 👁 aprovação das minutas de ofícios destinados aos diretores de Foro, no primeiro grau, e aos gestores, no segundo grau, disciplinando alguns procedimentos referentes ao encaminhamento de serviços às áreas de TI da Justiça Federal da 1ª Região;



- ☞ aprovação das contratações realizadas emergencialmente: instalação de cabos ópticos para o Edifício Adriana; atualização e manutenção do sistema Benner (Pro-Social); suporte técnico do sistema do eDJF1 (DSpace); licenciamento de *softwares* de editoração eletrônica para o sistema eDJF1 (FPDI PDF-Parser);
- ☞ apresentação do projeto de descentralização do acesso à internet nas seções judiciárias, com o objetivo de propiciar acesso direto à internet por meio de *links* corporativos instalados em cada seção judiciária;
- ☞ aprovação da gravação das ligações telefônicas para a Central de Serviços de TI, com o objetivo de propiciar melhoria contínua dos serviços;
- ☞ informação sobre a destinação à área de TI, pelo TRF, do valor de 22 milhões, referente aos recursos do convênio BB/CEF. As ações que haviam sido propostas no Plano de Contratações de Soluções de TI – PCSTI 2015 foram revisadas e priorizadas;
- ☞ apresentação dos resumos dos seguintes projetos estratégicos:
  - Processo Judicial Eletrônico – PJe;
  - Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
  - Diário Eletrônico da Justiça Federal da 1ª Região – eDJF1;
  - Reestruturação dos CPDs da Justiça Federal da 1ª Região;
  - Publicação da jurisprudência no CJF;
  - Transparência de TI – TTI;
  - Gestão de demandas de TI – GDTI;
- ☞ aprovação do Plano de Contratação de Soluções de TI – PCSTI 2016;
- ☞ aprovação da revisão do Plano Diretor de TI – PDTI 2015/2017;
- ☞ apresentação do Modelo de Governança de TI da JF1– MGoTI-JF1;
- ☞ solicitação de contratação de soluções de TI:
  - PAe: 0004890-30.2015.4.01.8006: solução de segurança da informação para acesso à internet (firewall), com vistas à descentralização do acesso à internet para a SJGO. Valor para pagamento único: R\$ 929.700,00;
  - PAe: 0020153-96.2015.4.01.8008: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet, incluindo circuito de comunicação de dados, locação de equipamentos e gerenciamento, pelo período de 12 (doze) meses. Valor para pagamento anual continuado: R\$ 527.500,00;
- ☞ autorização para que servidores cedidos tenham acesso ao ambiente computacional da Justiça Federal da 1ª Região por meio de acesso remoto – VPN, permitindo o acesso aos sistemas de interesse, especialmente ao SARH, devido ao vínculo mantido com aquele órgão.

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL DO TRF 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 413 de 30/09/2011.

Portaria Presi/Cenag 319 de 18/09/2012 (revogada pela Portaria Presi/Secge 182 de 22/05/2014, que, por sua vez, foi revogada pela Portaria Presi/Secge 192, de 30/05/2014) e Portaria Presi 312 de 09/09/2014. O desembargador federal Cândido Ribeiro, presidente do Tribunal, passou a responder provisoriamente pela presidência da Comissão, em substituição ao desembargador federal l'talo Mendes.

### Composição

- ☞ Presidente: desembargador federal Cândido Ribeiro.
- ☞ Membros: diretores da Secju, da Cojud, da Dibib, da Diami (secretária da Comissão).

## Situação

- ☞ auxílio aos órgãos internos do TRF1, bem como às seccionais, a respeito de gestão documental;
- ☞ participação da secretária da Comissão como representante da 1ª Região, nas reuniões e videoconferências do Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal (Coged) do Conselho da Justiça Federal;
- ☞ proposta de atualização dos normativos sobre a gestão documental na Justiça Federal – PCTT e Resolução CJF 318/2014;
- ☞ descarte de 639.018 documentos administrativos em novembro de 2014;
- ☞ descarte, em maio de 2015, de 192 números de periódicos BLC e BDA que se encontravam arquivados;
- ☞ apresentação de soluções para as consultas de órgãos internos do Tribunal, bem como de diversas seccionais da 1ª Região, a respeito de gestão documental, eliminação de documentos e processos judiciais e administrativos e adequado acondicionamento de documentos no arquivo;
- ☞ separação de 600 documentos para eliminação relativos a concursos de juiz federal;
- ☞ realização de relatórios de assuntos segundo a Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais do CNJ para estudo de um possível descarte em 2016.

## COMISSÃO DE CONCURSO – JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

### Instituição

Regimento Interno, art. 133, e Portaria Presi 379 de 18/11/2015.

### Composição

- ☞ Presidente: desembargadora federal Neuza Alves.
- ☞ Membros titulares: desembargador federal João Batista Moreira, juiz federal Lincoln Rodrigues de Faria, desembargador federal Olindo Menezes (professor representante da UnB) e advogado Cléber Lopes Oliveira (representante do Conselho Federal da OAB).
- ☞ Membros suplentes: desembargadores federais Néviton Guedes e Mônica Sifuentes.

### Situação

No ano de 2014, foi dado andamento ao XV Concurso (início em 2013), com a homologação do concurso em 15/01/2015.

Em março de 2015, foi aberto o XVI Concurso, que se encontra na fase de inscrição definitiva (126 candidatas aprovados até o momento), com a previsão de realização da prova oral em abril de 2016 (fase final do concurso).

## GRUPO DE TRABALHO PARA ATUALIZAR A PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Diges/Secge 510 de 22/07/2014 (prazo prorrogado pela Portaria Diges 647 de 08/10/2014).

### Composição

Alexandre Jose Amaral Ferreira – Secju (coordenador); Nelsília Maria Ladeira Lunière de Sousa – Corip; José Carlos de Oliveira – Cocse; Sérgio Faria Lemos da Fonseca Neto – Corec; Rosana Monori – Nucon; Júlia Beckman Meirelles – Cotaq; Lílio da Silva Ramos – Ctur1; Kátia Maria Soares Freire – Ctur2; Cláudia Mônica Ferreira Membro – Ctur3; Lucia Helena Pires Ferreira de Barros – Ctur4; Fábio Adriani

Cerneviva – Ctur5; Vanessa Ferreira dos Santos – Ctur6; Antônio Luiz Carvalho Neto – Ctur7; Gustavo Stênio Silva Sousa – Secge/Diest; Fabiano Fernandes Gomes – Secge/Diden – Apoio Técnico Especializado.

### Situação

O grupo de trabalho apresentou minuta de Resolução que, ao ser avaliada pela Secge, sofreu algumas alterações. Atualmente, aguarda-se a conclusão dos trabalhos da Comissão Regional de Adequação ao Novo Código de Processo Civil para a conclusão da Resolução (Processo SEI 0001059-26.2014.4.01.8000).

## COMISSÃO REGIONAL DE ADEQUAÇÃO AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

### Instituição

Portaria Presi 24 de 02/02/2016.

### Composição

- 👁️ Juiz Federal Cleberson José Rocha, em auxílio à Presidência, presidente;
- 👁️ Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira, em auxílio à Corregedoria;
- 👁️ Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto, em auxílio à Cojef;
- 👁️ Wânia Maríça Araújo Vieira, Diretora da Secge;
- 👁️ Alexandre José Amaral Ferreira, Diretor da Secju;
- 👁️ Sandra Maria Alves Borges Costa, Secretária Executiva da Cojef;
- 👁️ Nelsília Maria Ladeira Lunière de Sousa, Diretora da Corip;
- 👁️ Jônatas Izídio Dias, Diretor da Disij;
- 👁️ Rosana Monori, Diretora do Nucon;
- 👁️ Renato Lopes Vasconcelos, da Diple.

### Situação

A comissão informou que apresentará relatório conclusivo no dia 29/02/2016, destacando as seguintes necessidades ou indicações:

- 👁️ urgente alteração nos sistemas processuais, em especial no tocante à contagem de prazos; elaboração de listas de ordem cronológica para julgamento e publicação; criação novas classes e fases processuais;
- 👁️ revisão do Regimento Interno e do Provimento Geral da Corregedoria;
- 👁️ revisão do fluxo de trabalho, funcionamento e estruturas das unidades: Corec, Cojud e Nurur;
- 👁️ alterações de procedimentos judiciais e cartorários, com emissão de Resolução regulamentando a matéria.

## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

### Instituição

- 👁️ Resolução CJF 43/2008 (alterada pela Resolução CJF 159 de 08/11/2011 e pela Resolução CJF 259 de 08/10/2013).
- 👁️ Portaria Diges/Secre 238 de 06/05/2010, alterada pelas Portarias Diges/Secre 243/2012, 755/2012 e 194/2013.
- 👁️ Portaria Diges/Secps 516 de 16/09/2015 (altera composição da Comissão).

### Composição

- 👁️ Presidente: Maria do Carmo Cesário Corrêa – SecGP.
- 👁️ Membros: Neide Elidia Santos Rios da Silva – Nucav, Maria de Jesus Mendes Frazão – Sedef e Wagner Etelvino Ohana da Cunha, servidor estável do quadro.

## Competências

I – analisar os resultados da avaliação formal de desempenho que apresentem ressalvas, ouvidas as partes interessadas, e emitir parecer conclusivo;

II – solicitar, se necessário, a profissionais especializados pareceres, orientações e intervenção técnica relativos ao desempenho do servidor;

III – receber recurso interposto pelo servidor, submetendo-o à autoridade competente, nos termos do art. 26 da Resolução CJF 43/2008;

IV – manifestar-se sobre a solicitação de apoio técnico feita pela área de recursos humanos, conforme disposto no inciso V do art. 8º da Resolução CJF 43/2008;

V – analisar os resultados da Avaliação Formal de Desempenho – AFD dos servidores para fins de aprovação em estágio probatório;

VI – decidir sobre os casos omissos relativos à avaliação formal de desempenho (art. 10 da Resolução CJF 043/2008).

## Situação

Foram emitidos os seguintes pareceres no período de 04/2014 a 10/02/2016:

- 👁 47 relativos à homologação de estágio probatório;
- 👁 1 relativo à movimentação funcional de servidores;
- 👁 2 relativos a recursos de avaliação de desempenho.

## EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA AVALIAÇÃO DE CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

### Instituição

A Equipe Multidisciplinar foi constituída pela Portaria/Diges 5 de 25/06/2002, em atendimento ao art. 6º, parágrafo único, da Resolução CJF 155/69, e, posteriormente, mantida, em atendimento ao art. 8º da Resolução 246/2013.

### Composição

Wilton Silva dos Santos, médico; Ana Gabriela Bezerra Espíndola Moreira, psicóloga; Wagner Etelvino Ohana da Cunha, servidor da área de recursos humanos, bacharel em direito, e Maria de Jesus Mendes Frazão, servidora da área de desenvolvimento de recursos humanos.

### Competência

Possui a finalidade de avaliar os candidatos portadores de deficiência aprovados em concursos públicos para ingresso no quadro do Tribunal.

### Situação

Foram realizadas nove avaliações de candidatos portadores de necessidades especiais.

## COMISSÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ATRIBUIÇÕES

### Instituição

Portaria Diges/Secge 746 de 30/10/2013 (retificada pela Portaria Diges/Secge 813 de 22/11/2013 e prazo prorrogado pela Portaria Diges/Secge 3 de 03/01/2014) e Portaria Diges 498, de 15/09/2015 (altera a composição da Comissão).

## Composição

Neide Elídia Santos Rios da Silva, diretora da Nucav; Ana Gabriela Bezerra Espíndola Moreira, servidora da Sesel/Nucav; Maria de Jesus Mendes Frazão e Adriana Machado Amorim, servidoras da Sedaf/Nucav.

## Situação

A minuta do Manual de Atribuições encontra-se na Secge para revisão de texto.

## COMISSÃO PARA O PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS À EFETIVA IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS NA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NO ÂMBITO DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 511 de 15/12/2011 (alterada pela Portaria Presi/Cenag 338 de 26/09/2012 e pela Portaria Presi 440/2014 de 01/12/14).

### Composição

- 👁 Presidente: Marcos Vinícius Ribeiro – Cojef/DF.
- 👁 Membros: Rosariana Maria de Oliveira – Secor; Thiago Mota de Santana – Secin; Geovânia Carneiro de Lima Silva – Diefi/Secad.

### Situação

O sistema de Assistência Judiciária Gratuita – AJG representa uma modernização do sistema de pagamento dos auxiliares da Justiça. Houve alguns avanços, que resultaram em maior agilidade de todo o trabalho.

No período de abril/2014 a fevereiro/2016, o sistema AJG se consolidou na Justiça Federal da 1ª Região. Todas as suas seccionais utilizam a ferramenta para o pagamento dos auxiliares da Justiça, sejam eles advogados dativos, intérpretes ou peritos. Melhorias a serem destacadas:

- 👁 implementação de aviso no sistema quando uma determinada guia já havia sido elaborada e validada;
- 👁 integração do sistema processual com o sistema AJG, proporcionando economia de tempo na elaboração das guias de pagamento, pois, a partir da digitação do número do processo, alguns dados são recuperados (ex.: órgão processante e as partes);
- 👁 criação de ferramentas para facilitar a navegação entre as telas do sistema, permitindo as fases de nomeação e solicitação de pagamento em uma única etapa.

## NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

### Instituição

Portaria Presi/Secge 339 de 27/09/2012.

### Composição

- 👁 Tribunal: Mônica Sifuentes e Carlos Augusto Pires Brandão;
- 👁 SJAC: Régis de Souza Araújo;
- 👁 SJAM: Dimis da Costa Braga;
- 👁 SJAP: Mauro Henrique Viera;
- 👁 SJBA: Saulo José Casali Bahia;
- 👁 SJDF: David Wilson de Abreu Pardo;
- 👁 SJGO: Warney Paulo Nery Araujo;

- 👁 SJMA: José Carlos do Vale Madeira;
- 👁 SJMG: Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves;
- 👁 SJMT: Célia Regina Ody Bernardes;
- 👁 SJPA: Arthur Pinheiro Chaves;
- 👁 SJPI: Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho;
- 👁 SJRO: Alysson Maia Fontenele;
- 👁 SJRR: Mara Elisa Andrade;
- 👁 SJTO: Denise Dias Dutra Drumond.

### Situação

Foi instituído o Núcleo de Cooperação Judiciária, sob a coordenação da desembargadora federal Mônica Sifuentes, em cumprimento à Recomendação 38 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, ocorrendo reuniões presenciais e por videoconferência entre os membros do Núcleo para discussões das ações a serem desenvolvidas.

Os trabalhos do Núcleo de Cooperação Judiciária não foram iniciados, uma vez que o CNJ não deu continuidade ao projeto.

## COMITÊ REGIONAL DE TABELAS PROCESSUAIS – CORETAB

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 117 de 15/07/2013 e Portaria Presi/Secge 197 de 30/05/2014, que altera a Portaria Presi/Cenag 199 de 02/05/2011 (instituiu o Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – Coretab1, revogada pela Portaria Presi/Secge 271 de 31/07/2014).

### Composição

Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, juiz federal em auxílio à Corregedoria Regional; Sandra Maria Alves Borges Costa – Cojef; Alexandre José Amaral Ferreira – Secju; Nelsília Ladeira Lunière de Sousa – Corip/Secju; Agnaldo Bocchino – Dianc/Corip/Secju; Jonatas Izidio dos Santos – Disij/Secin; Gustavo Stênio Silva Sousa – Diest/Secge.

### Situação

No biênio 2014-2016, o Comitê Regional das Tabelas Processuais da Justiça Federal da 1ª Região – Coretab1 realizou reuniões a fim de definir prioridades e estratégias para implantação das Tabelas Únicas do CNJ.

Constatou-se a necessidade de ajustes nas tabelas de movimentos processuais no 1º e 2º grau de jurisdição. Também foram criados movimentos processuais visando a ajustar as necessidades do TRF1 à tabela unificada de movimentação processual do CNJ.

O Coretab1 aguarda a definição do modelo de migração de processos dos sistemas legados para o PJe, a fim de providenciar o DE/PARA de movimentos que forem necessários.

## COMISSÃO PARA INSTALAÇÃO DAS VARAS FEDERAIS CRIADAS PELA LEI 12.011/2009

### Instituição

Portaria Presi/Secge 168 de 10/10/2013.

### Composição

- 👁 Presidente: Carlos Frederico Maia Bezerra – Secor.

- ☞ Membros: Fernando Antônio de Melo Júnior – Secre; Luiz Alberto Lima da Costa – Secin; Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá – Secge; Antônio Jorge Leitão – Secor e Demétrius Alarcão Bernardes – Diges.

### Situação

Em 2014, foram instaladas as últimas 18 varas federais das 94 destinadas à 1ª Região, criadas pela Lei 12.011, de 04/08/2009, que prevê um total de 230 varas para as cinco Regiões. O calendário de instalações seguiu as determinações da Resolução Presi 33 de 19/12/2013, publicada em 17/01/2014.

Finalizadas as instalações, a Justiça Federal da 1ª Região totalizou 14 seções judiciárias com sede nas capitais, 82 subseções judiciárias com sede em cidades do interior de cada estado e 291 varas federais.

## COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR DE ACESSIBILIDADE

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 420 de 04/11/2010.

### Composição

Luiz Alberto Alves – Secju; Nelsília Maria Ladeira Lunière de Sousa - Secju/Corip; Rodrigo Pinto de Menezes – Secad/Dieng; Gláucio Braga Assis – Secad/Diseg; Maria de Jesus Mendes Frazão – Secre/Cedap; Mário de Sena Braga Junior – Secin/Disad.

### Situação

Foram desenvolvidos os seguintes trabalhos no biênio 2014-2016:

- ☞ visitas técnicas aos prédios do TRF1, verificando *in loco* as condições físicas e de comunicação visual vinculadas à acessibilidade;
- ☞ pesquisas sobre comunicação, TI, edificação e urbanização, com base na legislação sobre acessibilidade;
- ☞ levantamento sobre acessibilidade na nova sede;
- ☞ estudo *in loco* na Central de Digitalização da Secju/Corip, uma vez que foram contratados 50 prestadores de serviço portadores de necessidades especiais;
- ☞ projeto prioritário, desenvolvido pela Dieng, para modernização dos sanitários, com o fim de adequá-los às normas de acessibilidade.

A Dieng está elaborando o termo de referência para contratação de laudo pericial de acessibilidade, a fim de instruir o processo com as exigências da NBR 9050, buscando promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas portadoras de deficiência às dependências do TRF1.

## COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRF 1ª REGIÃO – CGPLS-TRF1

### Instituição

Portaria 44 de 15/02/2016 do TRF1; Resolução 4 de 06/02/2016 do TRF1 e Resolução CNJ 201, de 03/03/2015.

### Composição

- ☞ Presidente: Carlos Alexandre Vigil D'Oliveira, Divisão de Compras.
- ☞ Vice-presidente: Nilda Aparecida Alves, Divisão de Comunicação e Expedição Administrativa.
- ☞ Secretária: Eliane de Aguiar Marquez Lacombe Santos, Seção de Apoio à Gestão Socioambiental.

- ☞ Membros efetivos: Maria Carolina de Souza Ribeiro, Divisão de Planejamento Estratégico; Nádia Barbosa da Cruz Santana, Divisão de Planejamento Orçamentário e Financeiro; Yuri Oliveira de Andrade Freitas, Divisão de Projetos de Sistemas; Mônica Silva da Cunha, Divisão de Saúde Ocupacional; Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira, Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região, e Irani Pierre de Araújo Ribeiro, Divisão de Material e Patrimônio.

### Situação

A Comissão Gestora do PLS do Tribunal assumirá os trabalhos da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, instituída pela Portaria Presi/Cenag 368 de 16/09/2010 e extinta pela Resolução Presi 4/2016.

A Comissão de Coleta Seletiva Solidária realizou as seguintes ações no biênio 2014-2016:

#### 1. Em relação à gestão de recursos:

- ☞ exigência, em relação aos fornecedores, de embalagens produzidas com materiais reciclados, envelopes de materiais reciclados, substituição de produtos por outros menos agressivos ao meio ambiente, substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas compactas eletrônicas ou de LED, quando possível;
- ☞ doação de materiais inservíveis às instituições cadastradas e certificadas;
- ☞ realização de testes de durabilidade nos produtos adquiridos, a fim de proporcionar maior tempo de uso aos materiais de consumo e permanentes;

#### 2. Em relação às ações de conscientização:

- ☞ realização de palestras educativas, exposições, confecção de cartazes e pôsteres, com a temática socioambiental.

O TRF é membro aderente da Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente.

As diversas ações de conscientização trouxeram ao corpo funcional uma cultura institucional mais afinada com os princípios de sustentabilidade ambiental.

Conforme estabelecido no art. 8º da Portaria 368 de 16/09/2010 e deliberado em reunião da Comissão Socioambiental, a coordenação do programa está sendo exercida pela Secretaria de Gestão de Pessoas, por intermédio do programa Vida Legal, que propõe as seguintes ações:

- ☞ fomentar a participação dos componentes do comitê do programa na elaboração e consecução de uma agenda ambiental;
- ☞ aperfeiçoar as ações de coleta seletiva já implementadas no TRF, com vistas a ampliar o volume de material reciclável e reduzir o volume de lixo comum;
- ☞ fomentar a implantação da logística reversa como instrumento obrigatório para viabilizar a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para fins de reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída por meio da Lei 12.305/2010;
- ☞ consolidar a cultura institucional que priorize o uso racional dos recursos materiais disponíveis, promovendo a redução do consumo, o reaproveitamento de materiais e o desfazimento de bens de forma ambientalmente adequada.

Após a extinção da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, a Comissão Gestora do PLS elaborou, em 2016, o Plano de Logística Sustentável do Tribunal – PLS-TRF1 e o encaminhou, como referencial, às seccionais, que deverão encaminhar seus Planos até o dia 26 de fevereiro. Após a compilação dos documentos de toda a 1ª Região, o Tribunal providenciará o envio ao Conselho Nacional de Justiça, cumprindo o determinado na Resolução CNJ 201/2015.



## COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 447 de 03/11/2011 e Portaria Presi/Secge 184 de 22/05/2014 (altera a composição da Comissão Permanente de Segurança dos Magistrados da 1ª Região).

### Composição

- ☉ Presidente: desembargador federal Néviton Guedes.
- ☉ Vice-presidente: juiz federal Marcus Vinícius Reis Bastos, titular da 12ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- ☉ Membros: juiz federal Antonio Oswaldo Scarpa, da 17ª Vara da Seção Judiciária da Bahia, em auxílio à Presidência deste Tribunal; juiz federal Lincoln Rodrigues de Faria, da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia (representante de classe indicado pela Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – Ajufer).
- ☉ Secretário da Comissão: diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais do Tribunal – Diseg.

### Situação

Como Membro integrante do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário – SINASP/CNJ, o Presidente da CPSM 1ª Região atuou eficientemente no plano de assistência aos magistrados em situação de risco, no âmbito da 1ª Região – dados de classificação reservada, além de ter desempenhado importante papel como autoridade gestora no campo da segurança institucional, seja nos temas de interesse interno (Justiça Federal da 1ª Região), seja como Membro do SINASP/CNJ, por exemplo, em destacada atuação no Cumprimento das disposições previstas na Resolução Conjunta N.4 (CNJ/CNMP), de 28/02/2014, que Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, os arts. 6º inciso XI e 7º-A, ambos da Lei n.10.826 de 22 de dezembro de 2003, com as alterações promovidas pela Lei n. 12.694, de 24/07/2012.

Fator de grande relevância nos trabalhos coordenados pela CPSM 1ª Região, se deu em sua vertente de organização administrativa, notadamente com a atuação do Núcleo de Apoio ao Sistema de Inteligência – NUIINT, órgão especializado na atividade de inteligência e de assessoramento direto ao Presidente da respectiva Comissão.

## COMITÊ TÉCNICO MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE OCUPACIONAL

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 367 de 16/09/2010, alterada pela Portaria Presi/Cenag 33 de 12/03/2013.

### Composição

Débora Lins Soares Macedo, médica; Mônica da Silva Cunha, enfermeira; Maria de Jesus Mendes Frazão, psicóloga; Yádia Araújo de Oliveira Nascimento, dentista; João Paulo Teodoro, técnico em segurança do trabalho; Paloma Leal Coutinho Boros, representante da Dieng; José Maria de Andrade, representante da Dimap; José Osvaldo F. dos Santos, representante da Diseg.

### Situação

O Comitê Técnico Multiprofissional de Saúde Ocupacional está sob a presidência da Seção de Saúde Ocupacional – Sesao.

Não houve reuniões do Comitê no período de abril/2014 a fevereiro/2016. O Comitê não está ativo, sendo necessária a atualização de seus componentes, providência tomada no PAe SEI 0015980-53.2015.4.01.8000.

## COMITÊ GESTOR DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

### Instituição

Portaria Presi/Secre 256 de 03/09/2012, alterada pela Portaria Presi/Secre 55 de 30/04/2013.

### Composição

- 👁 Presidente: diretor da SecGP.
- 👁 Coordenação executiva: diretor da Cedap.
- 👁 Apoio técnico à Coordenação executiva: supervisor da Seção de Qualidade de Vida no Trabalho.
- 👁 Coordenação financeira: diretor da Secbe, no caso de recurso do Pro-Social; diretores da SecGP e Secbe, quando for recurso da União.
- 👁 SecGP; Cedap; Secbe; Disao; Diasa; Diane; Secad; Dieng; Dimap; Diseg; Segep; Asrep; Ascom; Secin; Coint; Secge; Diple; Comitê Justiça Sustentável; representante dos aposentados.

### Situação

O Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho ainda está sob a presidência da SecGP, conforme a Portaria Presi/Secre 55/2013, que o instituiu.

Não houve reuniões do Comitê no período de abril/2014 a fevereiro/2016.

A exclusão da destinação de recursos próprios do Pro-Social para o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – Probem, conforme determinado pelo novo Regulamento Geral do Pro-Social (Resolução Presi/Secbe 009 de 23/04/2014), inviabilizou a atuação do Comitê nos moldes propostos pela Portaria Presi/SecGP 55/2013, visto que o Probem passou a ser custeado exclusivamente com recursos da União.

Desse modo, o planejamento, a execução, o controle e a prestação de contas das ações do Probem passaram a ser geridos descentralizadamente em 2015, sob a responsabilidade de cada ordenador de despesas das seccionais e do Tribunal, conforme o regramento da lei orçamentária anual, e sob a égide do planejamento estratégico, formalizados no PAe 0003061-66.2014.4.01.8000.

Toda a legislação atinente ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho deverá, portanto, passar por reformulação, em razão das mudanças institucionais ocorridas, do Planejamento Estratégico e da otimização e racionalização dos processos de planejamento, decisão e operacionalização das ações do Programa, providência iniciada por meio do PAe 0007546-75.2015.4.01.8000 e do PAe 0005265-49.2015.4.01.8000.

Nesse sentido, a Seção de Qualidade de Vida no Trabalho, que integrava a estrutura da SecGP, passou a integrar a estrutura da Secbe a partir da edição da Resolução 35 de 05/10/2015.

## COMISSÃO CENSITÁRIA

### Instituição

Portaria Presi/Cenag 68/2013 e Portaria Presi/Secge 178 de 29/10/2013 (altera a composição da Comissão Censitária da Justiça Federal da 1ª Região).

### Composição

- 👁 Coordenador: Carlos Augusto Pires Brandão, juiz federal em auxílio à Presidência.
- 👁 Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, juiz federal em auxílio à Corregedoria Regional.
- 👁 Servidores: Willer Larry de Oliveira Pereira – Asmag; Raquel Régis Azevedo de Carvalho – Secin; Mara Lúcia Martins de Araújo Bessa – Ascom; Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá – Secge. (portaria pendente de alteração, em razão da mudança da composição).

## Situação

Relatório da Comissão Censitária apresentado ao CNJ em 2014.

Os dados e a análise dos resultados da pesquisa encontram-se publicados em matéria veiculada na *Primeira Região em Revista*, ano V, n. 52, dez. 2014/jan. 2015. Ela traz os detalhes do perfil de magistrados e servidores, com destaque para a participação da Justiça Federal da 1ª Região, e revela os níveis de satisfação com as políticas da instituição, a carreira escolhida, as condições de trabalho, a carga horária, a remuneração, entre outros dados.

## COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO – CGR-PJe-TRF1

### Instituição

Portaria Presi/Secge 176 de 16/05/2014, que institui o Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico - CGR-PJe-TRF1 no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (alterado pela Portaria Presi 417 de 18/11/2014 e Portaria Presi 235, de 12/06/2015; alterado parcialmente pela Portaria Presi 336 de 01/09/2015).

### Composição

O Comitê Gestor Regional do PJe é composto de magistrados, servidores e representantes do Ministério Público Federal, da Advocacia Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil.

### Situação

Entre as deliberações no biênio 2014-2016, destacam-se:

- 👁 realização de estudos de viabilidade e elaboração de plano de implantação do PJe na Justiça Federal da 1ª Região;
- 👁 proposição de implantação do PJe abarcando, de início, as classes atendidas pelo sistema e-Jur;
- 👁 apresentação e aprovação do Termo de Abertura do Projeto – TAP;
- 👁 reorganização da Secretaria de Informática para priorização do PJe;
- 👁 implantação do sistema PJe a partir do dia 01/12/2014, inicialmente restrito à atuação de novos processos das classes mandado de segurança e ação monitória na Seção Judiciária do Distrito Federal. No âmbito do TRF1 implantaram-se as classes apelação e agravo de instrumento contra atos decisórios proferidos em processos que tramitem no PJe no primeiro grau, bem como novos mandados de segurança de competência originária do Tribunal;
- 👁 debates e aprovação da minuta de norma regulamentadora do PJe, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, bem como de posteriores alterações;
- 👁 elaboração de proposta sugerindo a expansão do PJe para a classe suspensão de segurança, relativamente a processos originários do PJe;
- 👁 recebimento e avaliação de críticas, dúvidas e sugestões de representantes de entidades externas a respeito do PJe;
- 👁 apresentação e aprovação da expansão do PJe para as demais seções e subseções judiciárias.

## COMISSÃO TÉCNICA REGIONAL DO PJe DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO – CTR-PJe-TRF1

### Instituição

Portaria Presi/Secge 176 de 16/05/2014, que institui o Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-PJe-TRF1 no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (alterada pela Portaria Presi 417 de 18/11/2014 e pela Portaria Presi 235 de 12/06/2015; alterada parcialmente pela Portaria Presi 336 de 01/09/2015).

## Composição

A Comissão Técnica compõe-se dos mesmos magistrados e servidores do TRF 1ª Região integrantes do Comitê Gestor Regional.

## Situação

Entre as deliberações no biênio 2014-2016, destacam-se:

- ☉ aprovação da criação das Comissões Técnicas Seccionais do PJe;
- ☉ aprovação de formalização de facilitadores do PJe em cada unidade usuária do sistema;
- ☉ avaliação dos relatórios de testes e de homologação de novas versões do sistema PJe;
- ☉ apresentação e avaliação dos fluxos de tramitação processual nos diversos órgãos judiciários;
- ☉ apresentação e aprovação do cronograma de implantação e de expansão do PJe;
- ☉ debates e aprovação da minuta de norma regulamentadora do PJe no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, bem como de posteriores alterações;
- ☉ avaliação da necessidade de solicitação de apoio técnico de representantes do Conselho Nacional de Justiça e de outros tribunais;
- ☉ avaliação da necessidade de realização de ajustes no sistema PJe e envio de expedientes ao Comitê Gestor do PJe na Justiça Federal, do Conselho Federal de Justiça, e ao Comitê Gestor Nacional do PJe, do Conselho Nacional de Justiça;
- ☉ informação da situação do PJe na 1ª Região;
- ☉ proposição de integração do PJe com outros sistemas;
- ☉ definição de cronograma e de formato de treinamentos do PJe;
- ☉ consultas à Corregedoria Regional e à Presidência do TRF1 a respeito de procedimentos relacionados ao PJe;
- ☉ recebimento e avaliação de críticas, dúvidas e sugestões de usuários internos do PJe.

## COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### Instituição

Portaria Diges 629 de 30/09/2014; Portaria Diges 386 de 30/06/2015 – PAe 0000239-07.2014.4.01.8000.

### Composição

Luiz Otávio Campello Montezuma – Secad; Elizete Ferreira Costa – Nulit; Webes Ribeiro da Silva – Diaco; Raquel Calland Cerqueira Marques – Asjur; Maria Virgínia Mesquita Melo – Secoi; Liana Raimundo de Lima Lourenço – Secoi; Alex Cerqueira Rocha – Secin; Luiz Alberto Lima da Costa – Secin; Irani Pierre de Araújo Ribeiro – Dimap.

### Situação

O comitê tem como objetivo promover melhorias nos sistemas e procedimentos relativos às atividades de licitações e contratos, incluindo a elaboração de termos de referência. Seu objetivo específico, na primeira fase dos trabalhos (exercício de 2015), foi o desenvolvimento de modelo-padrão de termo de referência destinado a aquisições.

Foi proposta uma estrutura — de adoção obrigatória pelos solicitantes — que identifica e ordena a apresentação dos tópicos que devem ser dispostos nos termos de referência, de modo que propiciasse maior clareza da disposição de seus conteúdos aos licitantes, suficiência das informações, ausência de repetições ou contradições e facilidade de análise. Soma-se a isso a apresentação das principais normas e jurisprudências relacionadas aos tópicos do termo de referência.

## GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NORMA DE PROCEDIMENTOS PARA FINS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE BENS ADQUIRIDOS POR MEIO DO SISTEMA DE COMPRAS UNIFICADAS NO ÂMBITO DO TRF DA 1ª REGIÃO E SECCIONAIS VINCULADAS

### Instituição

Portarias: Diges 670 de 16/10/2014 – PAe 0001245-49.2014.4.01.8000 e Diges 331 de 03/06/2015

### Composição

Maria Cristina Turnes – Secad; Adriana Pinho Rocha – Dimap; José Galébio de Aguiar Rocha – Diefi; Liliana Miranda da Silva Lima – Secoi; Eliane de Aguiar Marquez Lacombe dos Santos – Secge; Luiz Alberto Lima da Costa – Secin.

### Situação

O objetivo do Comitê é regulamentar e disciplinar a responsabilidade dos agentes e áreas envolvidas nas fases da licitação, contratação, recebimento, apropriação e pagamento das compras centralizadas, com entrega direta nas localidades, sem trânsito pelo almoxarifado do TRF 1ª Região.

Para tanto, houve coleta de propostas junto às unidades envolvidas nos procedimentos de contratação e aceitação de produtos adquiridos pelo TRF1 com entrega descentralizada. Como resultado, foi elaborado roteiro de procedimentos a serem observados na contratação, no recebimento e no pagamento de compras centralizadas, contendo rol de ações a serem seguidas, modelos de *checklist* de aferição de equipamento, de recebimento provisório local e de recebimento definitivo local.

Proposições: Encontra-se em fase de finalização minuta de portaria que institui normas a respeito do assunto (PAe 0001245-49.2014.4.01.8000).

## COMITÊ GESTOR REGIONAL DA 1ª REGIÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

### Instituição

Resolução Presi 9 de 06/02/2015.

### Composição

- 👁 Presidente: juiz federal Marcos Vinicius Reis Bastos.
- 👁 Sete juízes federais, a diretora da Secor e quatro servidores da primeira instância.

### Situação

A Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição foi instituída pela Resolução CNJ 194, de 26/05/2014, com o intuito de promover maior qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade aos serviços judiciários da primeira instância. A fim de fomentar essa política e seus programas e ações, foi criado o Comitê Gestor Regional da 1ª Região de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição – CGR-Priori, integrante da Rede de Priorização do Primeiro Grau, coordenada pelo Conselho da Justiça Federal.

A primeira reunião do Comitê ocorreu em 19/06/2015 e embasou a elaboração do Plano de Ação, em atendimento ao art. 8º da referida Resolução.

O Ofício Presi 1923 de 12/08/2015 encaminhou ao CNJ o Plano de Ação (PAe SEI 0000515-04.2015.4.01.8000), com as linhas de atuação e ações planejadas.

Em 03/02/2016, foi expedido o Ofício Presi 168 (PAe SEI 0008686-47.2015.4.01.8000), encaminhando Relatório de Acompanhamento das atividades e resultados de implementação dessa política no âmbito da 1ª Região, em resposta ao Ofício CNJ/SGE/61999, de 15/12/2015.

Atualmente os autos do PAe 0000515-04.2015.4.01.8000 encontram-se na Secge/Diple para acompanhamento. Não há reunião do comitê agendada. Seguem as linhas de ação já realizadas:

- 👁️ Pessoal – Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundos graus, proporcionalmente à demanda de processos;
- 👁️ Teceirizados – Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundos graus, proporcionalmente à demanda de processos – terceirizados e estagiários;
- 👁️ Infraestrutura – prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários;
- 👁️ Governança colaborativa – fomentar a participação de magistrado e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

## COMISSÃO DE GESTÃO DO PROJETO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS PADRÃO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVAS SEDES PARA AS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Diges 149 de 13/03/2015

### Composição

- 👁️ Maurício Pinheiro da Costa Souza – Gerente de Projeto
- 👁️ Claudio Faustino Alves de Castro
- 👁️ Josiane Santos Batista de Oliveira

### Situação

O intuito do projeto padrão é dar uma identidade visual aos edifícios da Justiça Federal, aprimorar o programa de necessidades das Subseções Judiciárias e desenvolver um programa de implantação pré-dimensionado para essas unidades da 1ª instância.

Em virtude do corte orçamentário para aquisição de terrenos e início de novas obras, o setor está concluindo, apenas, a fase 1 (referente ao conteúdo fixo do projeto). As fases 2 e 3 (referentes à consolidação da fase 1 e execução da obra, respectivamente), previstas para serem executadas neste exercício, aguardam uma posição da alta direção para serem retomadas no segundo semestre ou no próximo exercício.

## GRUPO DE TRABALHO PARA DEFINIR LOTAÇÃO IDEAL DE SERVIDORES NAS UNIDADES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Diges 424 de 10/08/2015, revogada pela Portaria/Diges 683 de 09/12/2015.

### Composição

Ana Gabriela Bezerra Espíndola Moreira – Nucav; Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá – Secge; Maria de Jesus Mendes Frazão – Nucav; Neide Elidia Santos Rios da Silva – Nucav; Rosângela da Cruz Silva – Seção de Normas e Padronização/ Dimpe/ Secge.

### Situação

O assunto é objeto do PAe 0016614-49.2015.4.01.8000. Trata-se de iniciativa que propiciará a definição e a melhor gestão da lotação de pessoal nas unidades administrativas e cartorárias do Tribunal, facilitando a reposição dos quadros de servidores, terceirizados e estagiários, bem como a melhor distribuição da força de trabalho. Permitirá, também, maior transparência à gestão de recursos humanos, com critérios de lotação e relotação mais objetivos e conhecidos por todos.

O escopo e os prazos para os trabalhos do grupo são os seguintes:

- 👁 mapeamento do quadro atual de lotação de servidores, estagiários e terceirizados das áreas cartorárias e administrativas do Tribunal: até 19 de fevereiro de 2016;
- 👁 proposição de ajustes dos quadros atuais de lotação de pessoal das unidades cartorárias e administrativas: até 8 de abril de 2016;
- 👁 desenvolvimento de estudo do quantitativo ideal de lotação de servidores efetivos nas unidades cartorárias e administrativas: até 8 de abril de 2016.

Além disso, o grupo de trabalho deverá propor critérios objetivos de lotação de servidores e de reposição de cargos efetivos vagos, priorizando a área judiciária.

Até o momento, para implementar a 1ª fase, foram realizados os levantamentos junto às áreas cartorárias e administrativas do Tribunal, que prestaram informações sobre a distribuição de carga de trabalho na Unidade e força de trabalho atual por área. As informações levantadas encontram-se em fase de análise pelo grupo de trabalho.

O cruzamento desses dados subsidiará a implementação das fases subsequentes dos trabalhos do grupo de estudo.

## GRUPO DE TRABALHO PARA APOIAR OS PROJETOS, ELABORAR ESTUDOS E PROPOSTAS DA COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Presi 75 de 11/02/2015 (PAe 0002252-42.2015.4.01.8000)

### Composição

- 👁 Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, TRF 1ª Região – Presidente;
- 👁 Murilo Fernandes de Almeida, 9ª Vara Federal/MG – Coordenador;
- 👁 Rafael Paulo Soares Pinto, 25ª Vara Federal/DF – Membro;
- 👁 Isabela Guedes Dantas Carneiro, 27ª Vara Federal/DF – Membro;
- 👁 Sandra Maria Alves Borges Costa, Cojef/1ª Região – Secretária.

### Situação

As atividades desenvolvidas, com o detalhamento das melhorias implantadas, resultados obtidos e/ou proposições apresentadas foram as que se seguem:

- 👁 realização de 8 juzizados itinerantes e 10 mutirões nas 14 unidades federativas da 1ª Região;
- 👁 mutirões de audiência em Montes Claros/MG e Redenção/PA, tendo sido realizadas 3.348 audiências, com a participação de 16 magistrados;
- 👁 esforços concentrados na realização de 3.615 audiências, que ocorreram uma semana por mês, entre os meses de agosto a dezembro, em Floriano/PI, Parnaíba/PI, Teófilo Otoni/MG, Redenção/PA, Montes Claros e Araguaína/TO, com a participação de 21 magistrados;
- 👁 esforços concentrados para julgamento de processos conclusos, tendo sido prolatadas 1.689 decisões ao todo, nos JEFs adjuntos de Ilhéus/BA, Rondonópolis/MT e Sete Lagoas/MG e na 3ª Vara de Uberaba/MG, na 4ª Vara do Acre e 4ª Vara de Rondônia;
- 👁 mutirões de secretaria que movimentaram ao todo cerca de 16.000 processos em Bacabal/MA, Uberlândia/MG, Picos/PI, Sete Lagoas/MG e Araguaína/TO;
- 👁 auxílios para julgamento de aproximadamente 2.600 recursos em processos previdenciários e assistenciais nas Turmas Recursais de Goiás, de Minas Gerais, de Juiz de Fora e de Uberlândia;

- ☉ realização de cinco itinerantes, em Araguacema/TO, Ariquemes/RO, Bailique/AP, Barra do Corda/MA e Santa Maria do Suaçuí/MG. No total foram realizadas 8.854 audiências, com a liberação, por meio de RPV de R\$ 4.349.898,20, correspondentes aos passivos de variados autores, sem considerar os recursos relativos às parcelas vincendas que serão incorporados às economias de regiões absolutamente carentes;
- ☉ realização dos trabalhos para elaboração do manual de perícias médicas, no âmbito dos JEFs, a ser adotado na 1ª Região. Essa atividade aguarda conclusão do trabalho do CNJ sobre o mesmo assunto;
- ☉ aprovação das propostas de turmas auxiliares conforme relação abaixo:

Quadro 22 – Propostas de turmas auxiliares

Turma	Processo administrativo	Situação
TR/BA	0000142-70.2015.4.01.8000	pedido negado
	0008393-65.2015.4.01.8004	
TR/MG	0000150-47.2015.4.01.8000	8 juízes auxiliares designados, acompanhamento estatístico mensal
TR/UBI	0017506-55.2015.4.01.8000	1 juiz auxiliare designado, acompanhamento estatístico mensal
TR/JFO	0000151-32.2015.4.01.8000	2 juízes auxiliares designados, acompanhamento estatístico mensal
TR/GO	0000443-51.2014.4.01.8000	Designação de 4 juízes auxiliares foi encerrada em julho/2015, conforme acompanhamento estatístico realizado, foram atribuídos 7.297 recursos virtuais; realizadas 30 sessões extraordinárias e julgados, de agosto/2014 até julho/2015, 5.766, 79% do total.

- ☉ encontra-se em discussão, no Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico – CGR-PJe-TRF1, a revisão dos fluxos de procedimentos dos JEFs, TRs e TRU para dar início aos estudos para migração do JEF Virtual para o Processo Judicial Eletrônico – Pje, instituído pela Resolução CNJ 185 de 18/12/2013. Aguarda-se a integração do sistema PJe ao sistema de precatório/RPV da 1ª Região, bem como estudos de identificação da viabilidade técnica de migração do sistema legado – JEF Virtual –, condição indispensável para que o JEF passe a integrar o PJe;
- ☉ em relação aos pedidos de conversão de varas em juizados especiais federais, o assunto requer mais análise dos impactos que a conversão pode causar no âmbito do JEF e da vara federal.

## GRUPO DE TRABALHO PARA ANALISAR AS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELA CORREGEDORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E PROPOR SOLUÇÕES

### Instituição

Portaria Diges 640, de 11/11/2015

### Composição

Wânia Maríça Araújo Vieira (Coordenadora) – Secge; Samuel Nunes dos Santos – Dimpe/Secge; Gustavo Stênio Silva Souza – Diest/Secge; Janderson Casado de Vasconcelos – Cosis; Jonatas Izídio dos Santos – Disis; Alexandre José Amaral Ferreira – Secju; Nelsília Maria Ladeira Lumière de Sousa – Corip/Secju; Fábio Adriani Cerneviva – Coordenadoria da 5ª Turma; Sandra Maria Alves Borges Costa – Secex/Cojef.

### Situação

O relatório final do grupo de trabalho foi apresentado ao diretor-geral do TRF 1ª Região em novembro de 2015.

Foi editada, em dezembro de 2015, a Portaria Diges 666/2015, que dispõe sobre a lotação e distribuição da força de trabalho na área judiciária no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.



Também nesse mês foi expedido ofício que encaminha relatório final, prestando informações sobre as providências recomendadas pela Corregedoria Geral do CNJ em decorrência da Inspeção Ordinária 2015 (PAe-SEI 0022086-31.2015.4.01.8000).

## GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015

### Instituição

Portaria Diges 719 de 18/12/2015

### Composição

Wânia Maríça Araújo Vieira (coordenação) – Secge; Maria Carolina de Souza Ribeiro – Secge; Cinthia Afonso Nazaré – Secge; Antenor Robson Costa – Secad; Luiz Otávio Campelo Montezuma – Secad; Aldenes Almeida Machado – Secor; Antonino dos Santos Mourão Filho – Secor; Nadia Barbosa da Cruz Santana – Secor; Márcio da Silva Albuquerque – SecGP; Marcos Maito de Azevedo – SecGP; Nilton Fagundes Viriato – SecGP; Eduardo Henrique da Silva Carvalho – Secin; Gustavo Luís da Costa – Secin; Rênia Alves Machado Carlini – Secin

### Situação

O Relatório de Gestão é peça obrigatória que compõe a prestação de contas anual perante o TCU, o qual abrange informações de toda a Justiça Federal da 1ª Região, no exercício de 2015.

Em razão da sua complexidade e amplitude, este trabalho divide-se em três fases, conforme abaixo:

- ☉ Até o dia 29/01/2016: fase de elaboração e prestação de informação pelas Seções Judiciárias ao Tribunal. (fase finalizada)
- ☉ Até o dia 19/02/2016: fase de elaboração das informações de cada Secretaria e consolidação dos dados prestados pelas Seções Judiciárias. (fase finalizada)
- ☉ A partir do dia 22/02/2016: fase final da elaboração geral e consolidação de todo o Relatório de Gestão, o qual é feito pela Secge. Após a consolidação, o Relatório passa pelos revisores e pela análise do Controle Interno (terceira fase em andamento).

O prazo final para conclusão e envio do relatório para o TCU encerra-se no dia 31/03/2016, sob pena de responsabilização do Tribunal.

## GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS QUE POSSAM SER UTILIZADOS NO ÂMBITO DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Diges 96, de 09/02/2015

### Composição

Maria do Carmo Cezario Correa (Coordenadora) – SecGP; Fernando Antônio de Mendonça de Mello Junior – Dicap; Nivan dos Santos Borges – Seref/Dicap; Aurino Damião de Brito – Dipag; Solange Maria de Oliveira Chagas de Souza – Nupae; Gilmar Nonato dos Santos – Sespe/Disad/Secin; Glauter Lima dos Santos – Sespe/Disad/Secin.

### Situação

O grupo de trabalho analisou os sistemas apresentados pela empresa SAP, pelo CJF e pelo TRF 4ª Região e concluiu que aquele que mais se aproxima da realidade do TRF 1ª Região é o sistema do TRF 4ª Região. Ressaltou a necessidade, contudo, de algumas adequações de procedimentos.

## GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS QUE POSSAM SER UTILIZADOS NO ÂMBITO DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria: Diges 100 de 23/02/2015 – PAe 0008745-35.2015.4.01.8000

### Composição

Maria Cristina Turnes – Secad; Adelmo dos Santos Lombardi – Sesvi/Diseg; Adriana Pinho Rocha – Dimap; Antônio Felicíssimo Neto – Setra/Diseg; Carlos de Braga e Queiroz – Dieng; Carlos Tadeu da Rocha – Diaco; Edileusa Vidal dos Santos – Nulit; João Henrique Serra Azul Júnior – Dicom; João Maria de Medeiros – Sevei/Diseg; Thiago Mota de Santana – Sesge/Disad; Rosemary Martins Coimbra – Sedic/Dicad; Solange Maria de Oliveira Chagas de Souza – Nupae; Mário de Sena Braga Júnior – Disad/Secin; Thiago Mota de Santana – Sesge/Disad; Alex Pitacci Simões – Sesge/Disad; Hadijamine Itapa Fernandes – Diaud; Sidcley dos Reis Silva – Nutec/SJ-DF.

### Situação

O grupo de trabalho efetuou consultas junto a órgãos públicos, a fim de verificar a existência de algum sistema que reunisse diversos módulos da área administrativa, tais como: material, patrimônio, contratos, compras, portaria, transporte.

Concluiu-se que não há sistema disponível no mercado nem implantado em órgãos públicos com as funcionalidades necessárias.

Após avaliação das informações coletadas, manifestou-se pela necessidade de desenvolvimento dos sistemas administrativos pela equipe da área de tecnologia da informação do Tribunal, visando à interatividade e o compartilhamento de informações em uma mesma base, em detrimento de pacotes de software de mercado.

## GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS E SOLUÇÕES PARA RETENÇÃO DE CONHECIMENTOS RELEVANTES PARA A INSTITUIÇÃO

### Instituição

Portaria Diges 672 de 30/11/2015

### Composição

Marcia Mazo Santos (Coordenadora) – Dibib; Carlos Alberto de Brito Paulino Nunes – Dibib; Márcio da Silva Albuquerque – Cedap; Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá – Secge; Samuel Nunes dos Santos – Secge; Oscar Campos Reis Neto Secge – Secoi; Aluizio Alves de Oliveira – Corip; Katia Maria Soares Freire – CTUR2; Sueli Moreira de Oliveira – Cojef; Talita Rebouças de Freitas – Ascom; Juliana de Freitas Prevelato – SJDF; Vânia Gomes Liberal – SJDF

### Situação

O Grupo visitou cinco instituições para coletar as boas práticas e está na fase de elaboração do Relatório que deverá ser entregue em março de 2016, conforme a Portaria 672/2015.

## EQUIPE DE TRABALHO PARA ANALISAR OS INDICADORES DO SISTEMA DE ESTATÍSTICA DO PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA FEDERAL

### Instituição

Portaria Diges 461 de 28/08/2015 (PAe 0017234-61.2015.4.01.8000)

## Composição

Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana – Secor (Coordenadora); Fernando Antonio de Mendonça Melo Júnior – Secre; Haroldo José da Silva – Asmag; Cíntia Paganini da Costa – Secju; Sueli Moreira de Oliveira – Cojef; Ionice de Paula Ribeiro – Secbe; Gustavo Stênio Silva Sousa – Secge; Vanessa Domingos Carriço – Coger.

## Situação

Foram levantadas as providências necessárias para captação dos dados que compõem os indicadores do Relatório Justiça em Números, nas diversas categorias exigidas pelo CNJ, identificando também as necessidades para adaptação dos sistemas internos. O trabalho envolveu unidades das áreas administrativa e judiciária.

Na área Administrativa, serão necessárias alterações no cadastro dos servidores e magistrados no Sarh, para extração de relatórios. Identificou-se a necessidade de apuração das despesas com diárias, passagens e indenização de transporte. Será importante o acréscimo do sistema do Business Intelligence – BI para formulação de relatórios, bem como a disponibilização do sistema e-AVS também para as Seções Judiciárias, visando à captação de dados da primeira instância.

O sistema e-Orçamento também deverá ser adaptado para possibilitar a extração dos dados de ajuda de custo. O sistema Benner deverá apurar as despesas médicas e odontológicas realizadas com a dotação da União. Esta modificação aguarda a finalização das alterações no sistema de cadastro de pessoal.

Na área judiciária, o trabalho implicou demanda à Secin de rotinas de processos judiciais e movimentação processual específica nos sistemas, com anuência dos gestores das áreas correlatas (Coger, Cojef, Secju).

Encerrados os trabalhos da equipe no âmbito deste Tribunal, foi apresentado relatório final ao diretor-geral e encaminhado o Ofício Diges 481 ao CJF, comunicando as providências adotadas e enfatizando a importância da continuidade dos trabalhos de padronização dos dados a cargo daquele Conselho.

Atualmente o Tribunal aguarda manifestação do CJF, e o trabalho vem sendo acompanhado pela área de orçamento.

## COMITÊ TÉCNICO DE OBRAS REGIONAL DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Resolução CJF 16, de 19/05/2008; Portaria Presi/Secor 149 de 17/09/2013; e Portaria Presi 377 de 21/10/2015.

### Composição

os coordenadores do CTO-R da 1ª Região são o arquiteto Luciano Lopes de Paula (diretor do Núcleo de Gestão Orçamentária de Obras – Nugob – da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro – Secor) e o engenheiro Mozart César Eccheli, da Divisão de Obras – Divob – da Secretaria de Administração – Secad). Eles, representando a 1ª Região, também integram, como membros, o Comitê Técnico de Obras Nacional – CTO-N, junto ao Conselho da Justiça Federal.

### Objetivos

- 👁 realizar o planejamento, a execução e a fiscalização de obras e aquisição de imóveis, bem como os critérios de priorização para inclusão no Plano de Obras.
- 👁 desenvolver estudos destinados à definição de padrões de projetos de construção, reforma e adaptação, bem como de manutenção predial em toda a 1ª Região, visando a um melhor direcionamento da aplicação dos recursos alocados em orçamento.

Cada tribunal regional federal elabora, anualmente, o plano de obras por hierarquia de necessidades baseadas em critérios técnicos. Depois de elaborada, a minuta do projeto é encaminhada do Comitê Regional para o Nacional, que será responsável por verificar a conformidade com as normas vigentes.

### Situação

Na 20ª Reunião do CTO-N, nos dias 14 e 15/04/2015, foram lançadas as bases de criação de grupos de trabalho específicos (1 – Acessibilidade; 2 – Custo de Obras; 3 – Planejamento Estratégico; 4 – Sinalização Universal; 5 – Sustentabilidade e Eficiência Energética) com o objetivo de estudar, estabelecer diretrizes e criar manuais técnicos sobre cada tema específico para a Justiça Federal em todo o território nacional.

Certidão de Julgamento do Processo CJF-EOF-2015/00207 aprovou Plano Plurianual de 2016-2019, vedando execução de obras não iniciadas em 2015 e 2016.

Essa vedação suspendeu diversas licitações de execução de obras em 2015 e fez a 1ª Região perder a dotação orçamentária que tinha sido consignada no orçamento por meio de emendas parlamentares.

Em 2015, houve R\$ 119.935.046,00 de dotação de projetos indisponível, sendo: R\$ 114.689.990,00 de contingenciamento, R\$ 2.482.747,00 de bloqueio de reabertura de crédito especial e R\$ 2.762.300,00 de bloqueio por impedimento técnico de emendas individuais.

Para 2016, em virtude dos défices orçamentários existentes na definição dos limites do orçamento de 2016, bem como dos cortes ocorridos durante a tramitação do orçamento no Congresso Nacional, a diretriz do tribunal foi priorizar as obras em andamento e remanejar as dotações de obras e reformas ainda não iniciadas para minimizar os efeitos dos défices na manutenção da estrutura e dos serviços da 1ª Região.

## COMISSÃO DE DESEMBARGADORES FEDERAIS PARA ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA DO EDIFÍCIO SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Presi/Secge 181 de 22/05/2014 (que alterou a composição anteriormente instituída pela Portaria/Presi/Cenag 480 de 25/11/2011)

### Composição

- 👁 Presidente: desembargador federal Olindo Menezes.
- 👁 Membros: desembargadores federais José Amilcar Machado e Kassio Marques.

### Situação

A comissão de desembargadores federais para acompanhamento da execução da obra do edifício sede do TRF-1ª é informada sobre o andamento da obra por meio de reuniões com a Comissão de Gestão de Projeto para a Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região, nas quais são disponibilizados relatórios para análise e acompanhamento da obra.

## COMISSÃO DE GESTÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRF DA 1ª REGIÃO

### Instituição

Portaria Diges 37 de 22/01/2016 (alterou a composição da Comissão de Gestão do Projeto de Construção da Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região instituída pela Portaria Diges/Secge 416 de 26/5/2014).

## Composição

Euzébio Sá Cavaignac Neto (coordenador) – Dieng/Secad; Mauricio Pinheiro da Costa Souza Dieng/Secad; Cláudio Faustino Alves de Castro – Dieng/Secad.

## Situação

Os Relatórios de Acompanhamento de Projeto mantiveram informadas a Diretoria-Geral e a Comissão de Desembargadores sobre a evolução da obra, sugerindo, de forma pró-ativa, providências mitigadoras de riscos e prejuízos. Foram criados os planos de gerenciamento para o entendimento da totalidade do processo e para clarear a função de cada área na gestão dos projetos da obra de construção da nova sede. Além disso, foi criado, e vem sendo atualizado, um histórico da obra onde constam todos os contratos encerrados, vigentes e previstos até a conclusão do empreendimento, em atendimento aos objetivos de transparência e credibilidade das ações administrativas. Em paralelo, na página de transparência do Tribunal, estão sendo constantemente atualizados o escopo, prazos e custos envolvidos na obra, incluindo gráficos de valor agregado dos contratos vigentes e valor atualizado das despesas efetuadas.

Aguarda-se a entrega dos serviços contratados pela empresa SBE – Soares Barros Engenharia Ltda., contrato 056/2014, que se encontram em atraso (até o momento executou somente 33,83% do contrato), tendo em vista que todas as contratações futuras dependem da conclusão dos serviços contratados pela SBE.

Em 2015, destacou-se a continuidade dos serviços de recuperação e restauração de elementos estruturais de concreto armado e protendido (Contrato 51/2014), ação que propiciará maior vida útil aos elementos estruturais existentes, considerada a impossibilidade momentânea de aplicação dos acabamentos.

### 1. Execução da obra

#### 👁 Situação do Bloco A (gabinetes)

- Projeto — em fase de revisão tecnológica e normativa.
- Estágio da construção — 99% da estrutura do bloco e 100% das esquadrias e brises concluídos. Para a finalização, resta a concretagem do reservatório e das casas de máquinas.
- Previsão de conclusão — prazo condicionado à licitação e contratação do restante das estruturas.

#### 👁 Situação do Bloco B (Plenário)

- Projeto — em fase de revisão tecnológica e normativa.
- Estágio da construção — sem alterações em relação a 2014.
- Previsão de conclusão — o prazo permanece condicionado à conclusão da revisão dos projetos.

#### 👁 Situação do Bloco C (salas de sessões)

- Projeto — em fase de revisão tecnológica e normativa.
- Estágio da construção — sem alterações em relação a 2014; 35% do bloco concluído; resta executar as duas últimas lajes.
- Previsão de conclusão — o prazo permanece condicionado à conclusão da revisão dos projetos.

#### 👁 Situação do Bloco D (administração)

- Projeto — em fase de revisão tecnológica e normativa.

- Estágio da construção — sem alterações em relação a 2014; 98% das estruturas concluídas e 100% das esquadrias e brises concluídos.
  - Resta a execução de platibandas, reservatório superior e casas de máquinas.
  - Previsão de conclusão — prazo condicionado à conclusão da revisão dos projetos.
- ☞ Situação da passarela de interligação dos Blocos A, B e C
- Projeto — em fase de revisão tecnológica e normativa.
  - Estágio da construção — concluído o trecho central da passarela coincidente com a projeção do Bloco A.
  - Previsão de conclusão — nos demais trechos, prazo condicionado à conclusão da revisão dos projetos.
- ☞ Situação de outras grandes estruturas de concreto, tais como muros de contenção, reservatórios inferiores e de águas pluviais
- Projeto — em fase de revisão tecnológica e normativa.
  - Estágio da construção — não iniciado.
  - Previsão de conclusão — prazo condicionado à conclusão da revisão dos projetos.

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO N° 114/2012 FIRMADO COM A CONSTRUTORA LDN LTDA.

##### Instituição

Ordem de Serviço 164 de 07/10/2013.

##### Composição

Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenich; Maurício Pereira Rubo; Vania Regina Fernandes; Jaime Antônio Sousa Melo.

##### Situação

A Comissão fiscalizou a execução do fornecimento e instalação das esquadrias de alumínio que constituirão a "pele de vidro" das fachadas da nova sede, bem como gerenciou o respectivo contrato.

O fornecimento e instalação das esquadrias de alumínio e vidro foram concluídos nos blocos A e D. A fabricação dos elementos da fachada de vidro do Bloco C não puderam ser iniciadas, pois aguarda a compatibilização dos projetos de esquadria com o de arquitetura e de estrutura, que passam por processo de revisão.

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 51/2014, FIRMADO COM A ESSENCIAL ENGENHARIA LTDA.

##### Instituição

Ordem de Serviço 29 de 30/01/2015.

##### Composição

Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenich, Maurício Pereira Rubo, Vania Regina Fernandes e Mozart Cesar Eccheli.

##### Situação

A Comissão realizou o controle administrativo do contrato e, também, a fiscalização técnica dos serviços de restauração/recuperação das estruturas de concreto armado e pretendido da nova sede do TRF1. Foi necessário promover termo aditivo ao contrato para ajuste de quantitativos efetivamente medidos e necessários para a completude da recuperação estrutural.

Foi registrada melhoria na qualidade final das peças estruturais, especialmente quanto às patologias causadas por falhas no processo executivo, tais como cobrimento insuficiente de armaduras, brocas e segregação no concreto.

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 56/2014, FIRMADO COM A SBE ENGENHARIA

##### Instituição

Ordem de Serviço 63 de 15/05/2015.

##### Composição

Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenich; Maurício Pereira Rubo; Vania Regina Fernandes; Mozart Cesar Eccheli.

##### Situação

A Comissão fiscalizou os procedimentos de atualização tecnológica e normativa dos projetos da nova sede do TRF1 e modelagem virtual da edificação por meio da Tecnologia BIM (Building Information Modeling ou Modelagem de Informação da Construção).

Houve o desenvolvimento inicial dos modelos virtuais, revisão parcial dos projetos existentes em 2D e escaneamento das estruturas e relevo interno existentes.

Registraram-se atrasos relevantes na execução contratual, não obstante a qualidade satisfatória dos produtos entregues até o momento.

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 10/2015, FIRMADO COM A EACE

##### Instituição

Ordem de Serviço 44 de 06/03/2015.

##### Composição

Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenich; Maurício Pereira Rubo; Vania Regina Fernandes; Mozart Cesar Ecchel.

##### Situação

A Comissão prestou assistência técnica à fiscalização da execução de serviços de atualização tecnológica e normativa dos projetos da nova sede do TRF1 conforme as rotinas executivas constantes do Contrato 56/2014.

Acompanhou os produtos entregues (parcelas dos projetos revisados) por meio de arquivos digitais “depositados” em ambiente virtual (cloud) e o desenvolvimento dos projetos.

A execução contratual está regular e com desenvolvimento a contento.

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO 14/2015 FIRMADO COM A EACE

##### Instituição

Ordem de Serviço 48 de 08/04/2015.

##### Composição

Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenich, Maurício Pereira Rubo, Vania Regina Fernandes e Mozart Cesar Eccheli.

## Situação

A Comissão prestou assistência técnica à fiscalização da execução de serviços de recuperação/restauração das estruturas realizadas pela Essencial Engenharia Ltda., conforme as rotinas executivas do Contrato 51/2014.

Houve monitoramento sistemático e *in loco* da execução dos serviços de recuperação/restauração estrutural.

Foram constatados pontos na estrutura passíveis de recuperação não listados originalmente no contrato.

A execução contratual está próxima do término.



## 5 Proposta orçamentária

Nos anos de 2014 e 2015, o TRF 1ª Região contou com a seguinte dotação orçamentária:

Quadro 23 – Dotação orçamentária para o ano de 2014

	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
Dotação final	1.948.086.051,00	149.549.069,00	47.020.377,00	353.219.460,00	163.423.194,00	2.661.298.151,00
Destaques recebidos (+)				56.823,48		56.823,48
Contingenciamento (-)					18.130.054,00	18.130.054,00
Dotação Disponível (=)	1.948.086.051,00	149.549.069,00	47.020.377,00	353.276.283,48	145.293.140,00	2.643.224.920,48
Provisão concedida 090032 (-)	1.946.028.665,08	148.514.022,73	39.415.124,07	351.735.162,87	141.862.189,65	2.627.555.164,40
Destaques concedidos(-)	357.389,52				890.355,00	1.247.744,52
<b>Disponível (=)</b>	<b>1.699.996,40</b>	<b>1.035.046,27</b>	<b>7.605.252,93</b>	<b>1.541.120,61</b>	<b>2.540.595,35</b>	<b>14.422.011,56</b>

Quadro 24 – Dotação orçamentária para o ano de 2015

	Pessoal	Benefícios	AJPC	Atividades	Projetos	TOTAL
Dotação final	2.145.892.595,00	191.735.545,00	42.273.206,00	446.304.617,26	177.145.419,00	3.003.351.382,26
Destaques concedidos (-)	0,00	0,00	0,00	256.751,18	0,00	256.751,18
Contingenciamento (-)					114.689.999,00	114.689.999,00
Bloqueio reabertura de crédito					2.482.747,00	2.482.747,00
Bloqueio impedimento técnico emendas individuais					2.762.300,00	2.762.300,00
Dotação disponível (=)	2.145.892.595,00	191.735.545,00	42.273.206,00	446.047.866,08	57.210.373,00	2.883.159.585,08
Destaques recebidos (+)	0,00	0,00	0,00	7.643,90	0,00	7.643,90
Dotação disponível com destaque(=)	2.145.892.595,00	191.735.545,00	42.273.206,00	446.055.509,98	57.210.373,00	2.883.167.228,98
Provisão concedida 090032 (-)	2.142.217.686,57	191.613.041,12	42.272.956,38	444.915.982,82	33.368.260,08	2.854.387.926,97
<b>Disponível (=)</b>	<b>3.674.908,43</b>	<b>122.503,88</b>	<b>249,62</b>	<b>1.131.883,26</b>	<b>23.842.112,92</b>	<b>28.771.658,11</b>

Para 2016, foi aprovada a Lei 13.255/2016 (LOA) em 14/01/2016 com a seguinte destinação orçamentária para a 1ª Região:

Quadro 25 – Pessoal e encargos sociais

AÇÕES/PLANOS ORÇAMENTÁRIOS		GND	TRF	SJ	TOTAL
20TP	Pagamento de pessoal ativo da União	1	211.200.000	1.298.000.000	1.509.200.000
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	1	35.500.000	239.700.000	275.200.000
181	Pagamento de aposentadorias e pensões – civis	1	44.600.000	252.300.000	296.900.000
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>			<b>291.300.000</b>	<b>1.790.000.000</b>	<b>2.081.300.000</b>

Quadro 26 – Benefícios

AÇÕES/PLANOS ORÇAMENTÁRIOS		GND	TRF	SJ	TOTAL
2004	Assistência médica e odontológica de civis – complementação da União - PO 0001	3	10.589.860	56.414.280	67.004.140
		4	-	-	-
2010	Assistência pré-escolar aos dependentes de servidores civis e de empregados – PO 0001	3	1.008.672	10.610.016	11.618.688
2011	Auxílio-transporte de civis – PO 0001	3	48.620	234.080	282.700
2012	Auxílio-alimentação de civis – PO 0001	3	11.045.376	72.111.348	83.156.724
00M1	Auxílio-funeral e natalidade de civis – PO 0001	3	88.200	504.000	592.200
<b>TOTAL DE BENEFÍCIOS</b>			<b>22.780.728</b>	<b>139.873.724</b>	<b>162.654.452</b>

Quadro 27 – Atividades

AÇÕES/PLANOS ORÇAMENTÁRIOS		GND	TRF	SJ	TOTAL
4257	Julgamento de causas na Justiça Federal – PO 0001	3	65.870.670	209.030.391	209.030.391
		4		1.345.867	1.345.867
	Capacitação de recursos humanos – PO 0002	3	808.775	1.148.100	1.148.100
		4			
	Modernização de instalações da Justiça Federal – PO 0003	3			
		4		2.000.000	2.000.000
	Modernização de instalações da Justiça Federal – PO 0004	3		263.110	263.110
		4		105.984	105.984
	Modernização tecnológica e gestão da informação na JF – MTGI – PO 0008	3			
		4	4.399.650	8.695.000	8.695.000
	Formação e aperfeiçoamento de magistrados – FAM – PO 0009	3	807.546		
		4			
	Ações de informática – PO 0010	3	8.163.420	19.977.749	19.977.749
		4	355.666		
2549	Comunicação e divulgação institucional – PO 0001	3	240.324		
		4			
	Rádio e TV Justiça – PO 0002	3	2.043.537		
		4			
4224	Assistência jurídica a pessoas carentes	3	12.100	38.441.721	38.441.721
0	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	3	1.071.000	26.860.000	26.860.000
0Z00	Reserva de contingência	9			
<b>TOTAL DE ATIVIDADES</b>			<b>83.772.688</b>	<b>307.867.922</b>	<b>307.867.922</b>

Quadro 28 – Projetos

AÇÕES/PLANOS ORÇAMENTÁRIOS		GND	TRF	SJ	TOTAL
151W	Desenvolvimento e implantação do sistema judicial eletrônico – PJe	3	328.771		328.771
		4	51.904		51.904
11RV	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília – DF	4	21.612.187		21.612.187
15HD	Reforma da central telefônica do edifício-sede do TRF da 1ª Região	4	480.000		480.000
11U3	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Uberlândia – MG	4		2.180.000	2.180.000
12R6	Construção do edifício Anexo da Seção Judiciária em Salvador – BA	4		480.000	480.000
12R9	Construção do edifício Sede II da Seção Judiciária em Salvador – BA (Juizados Especiais Federais)	4		218.128	218.128
12RB	Reforma do edifício-sede da Seção Judiciária em Belém – PA	4		480.000	480.000
14UM	Reforma do edifício Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF	4		480.000	480.000
14YK	Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG	4		1.176.000	1.176.000
14YL	Reforma do complexo de imóveis da Seção Judiciária de Salvador – BA	4		480.000	480.000
158B	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Manaus – AM	4		906.062	906.062
158C	Reforma do edifício Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal – DF	4		364.800	364.800
158F	Reforma do edifício-sede da Justiça federal em Goiânia – GO	4		480.000	480.000
7,00E +41	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Guanambi – BA	4		720.000	720.000
15FQ	Reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Tabatinga – AM	4		72.000	72.000
15FR	Reforma do edifício Sede II da Seção Judiciária em Belo Horizonte – MG	4		720.000	720.000
15FT	Reforma do edifício Sede IV da Seção Judiciária em Belo Horizonte – MG	4		378.720	378.720
15FU	Reforma do edifício Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – DF	4		288.000	288.000
15GM	Reforma de <i>datacenters</i> na Justiça Federal de 1º grau da 1ª Região	4		6.000.000	6.000.000
7V61	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Paulo Afonso – BA	4		10.987.523	10.987.523
12RE	Construção do edifício Sede II da Justiça Federal em Goiânia – GO	4		2.648.778	2.648.778
7T82	Ampliação do edifício-sede da Justiça Federal em Cuiabá – MT	4		6.572.893	6.572.893
12RO	Construção do edifício da Justiça Federal – Vilhena – RO	4		7.063.407	7.063.407
1A67	Construção do edifício-sede da Justiça Federal em Ji-Paraná – RO	4		1.050.000	1.050.000
7T91	Construção do edifício-sede da Subseção Judiciária em Araguaína – RO	4		300.000	300.000
3755	IVF - aquisição de equipamento e material permanente – RO	4		500.000	500.000
<b>TOTAL DE PROJETOS</b>			<b>22.472.862</b>	<b>44.546.311</b>	<b>67.019.173</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>420.326.278</b>	<b>2.282.287.957</b>	<b>2.702.614.235</b>

Destaco que no valor total do orçamento - R\$ 2.702.614.235 - constam, nas suas devidas rubricas, os recursos da fonte 181 que na LOA foram alocados na reserva de contingência.

Como é de conhecimento geral, o cenário orçamentário de 2016 é preocupante e diversas medidas estão sendo tomadas para recompor o déficit originado da diferença entre os valores constantes da Proposta Orçamentária Ajustada ao Limite e os da LOA 2016, cujo valor final apurado foi de **R\$ 38.433.887**. O Processo SEI 0001776-67.2016.4.01.8000 traz o encaminhamento do assunto, em especial nos documentos 1718278, 1740064, 1740177, 1761630.

As alterações de QDD necessárias para ajustar o orçamento (com déficit) são as constantes da tabela abaixo:

Quadro 29 – Ajuste do orçamento

ATIVIDADES	GND	CRÉDITO 1ª REGIÃO	
		SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
JC - 12102	3	4.638.472	
JC - 12102	4	0	
JC - 12.101	3	27.055.097	
JC - 12.101	4		345.867
AI - 12102	3	15.578.398	
AI - 12102	4		15.877
AI - 12.101	3		6.910.835
AI - 12.101	4	0	
CRH - 12102	3		647.020
CRH - 12101	3		918.480
CDI - 12102	3	22.951	
CDI- Radio e TV - 12102	3		22.951
<b>TOTAL GND 3</b>		<b>47.294.918</b>	<b>8.499.286</b>
<b>TOTAL GND4</b>		<b>0</b>	<b>361.744</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>47.294.918</b>	<b>8.861.030</b>

As medidas para ajustar o orçamento em decorrência do déficit apurado estão detalhadas no Processo SEI supra citado, com pretensão de suplementar, por meio de crédito adicional, **R\$ 48.890.672,00** para sanar o déficit e possibilitar alguma recomposição nas despesas ordinárias e no reajuste contratual. A fonte de cancelamento para a suplementação proposta está descrita a seguir:

- ☞ **R\$ 25.632.355** - sustação do inícios de todas as obras novas e negociação com parlamentares para que os recursos consignados em suas emendas sejam remanejados, conforme se segue:
  - **R\$ 480.000** - 12RB (Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém – PA).
  - **R\$ 480.000** - 14UM (Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal – DF). Projeto ainda não licitado. O valor poderá ser utilizado para suprir o déficit.
  - **R\$ 906.062** - 158B (Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Manaus – AM). O valor alocado na ação é R\$ 906.062. Em 2015 foi licitada a obra do Ed. Solimões no valor de R\$ 952.013,41. Com a dotação de 2016, a Seccional pretende implementar 3 projetos: (1) estacionamento, (2) afluentes e (3) reforma total do prédio. A Seccional prioriza os serviços dos afluentes e do estacionamento, com custo estimado de R\$ 810.116, podendo ser utilizado para suprir o déficit o valor de R\$ 95.946 ou não autorizar as novas licitações e com o uso dos R\$ 906.062 para cobrir o déficit.
  - **R\$ 364.800** - 158C (Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal – DF). Projeto ainda não licitado. O valor poderá ser utilizado para suprir o déficit.

- **R\$ 480.000** - 158F (Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Goiânia – GO). Projeto ainda não licitado. O valor poderá ser utilizado para suprir o déficit.
  - **R\$ 378.720** - 15FT (Reforma do Edifício-Sede IV da Seção Judiciária em Belo Horizonte – MG). Projeto pronto e, segundo informação da Seção Judiciária, a construção será custeada com recursos provenientes do acordo de cooperação com o DNIT.
  - **R\$ 288.000** - 15FU (Reforma do Edifício-Sede III da Justiça Federal no Distrito Federal – DF). Projeto ainda não licitado. O valor poderá ser utilizado para suprir o déficit.
  - **R\$ 4.919.695** - 7V61 (Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Paulo Afonso – BA). O valor alocado na ação é de R\$ 10.987.523. O projeto foi licitado em 2015, contudo há vedação de início de obra nova em 2016 e a Seccional da Bahia tem déficit de R\$ 5.067.828,04 para conclusão das seguintes obras em andamento:
    - R\$ 520.000 - Edifício Anexo (12R6)
    - R\$ 210.000 - Ed. Sede Guanambi (7E41)
    - R\$ 255.956,04 - Ed. Sede Campo Formoso
    - R\$ 4.081.872,00 - JEF (12R9). A obra ficou parada durante 1 ano, com valor inscrito em restos a pagar em torno de R\$ 19.000.000. Foi exigida pela Prefeitura para liberação do alvará a inclusão de estacionamento para 280 vagas, que resultou no aditivo de R\$ 2.500.000. Além disso, houve ajustes no projeto (R\$ 600.000) e reajuste (R\$ 1.200.000), perfazendo um montante de déficit de R\$ 4.300.000, o qual abatido da dotação de R\$ 218.000, restou o déficit indicado.
  - **R\$ 2.648.778** - 12RE (CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE II DA JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÂNIA-GO). Emenda de bancada alocada nessa ação para remanejamento posterior nos diversos projetos de Goiás. Não existe obra em andamento e em decorrência da vedação de início de obras novas, todo o recurso poderá ser utilizado para suprir o déficit.
  - **R\$ 6.572.893** - 7T82 (AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM CUIABÁ-MT). Houve licitação para a obra em 2015, que não foi homologada em decorrência da não autorização do CJF para iniciar a obra em 2015.
  - **R\$ 7.063.407** - 12RO (CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUSTIÇA FEDERAL - VILHENA-RO). Projeto ainda não licitado. O valor poderá ser utilizado para suprir o déficit.
  - **R\$ 1.050.000** - 1A67 (CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM JI-PARANÁ-RO). Projeto e obra licitados em 2015, contudo o CJF não autorizou o início da obra em 2015, o que resultou na não homologação da licitação para a obra.
- 👁 **R\$ 21.787.917,00** – remanejamentos dos recursos dos convênios com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para reforçar as dotações orçamentárias mais afetadas pelos cortes.
- **R\$ 2.400,00** da ação 15GM (REFORMA DE DATACENTERS NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU DA 1ª REGIÃO);
  - **R\$ 17.353.845** do saldo de 2015
  - **R\$ 2.034.072,00** do saldo remanescente do contrato anterior.
- 👁 **R\$ 1.470.400** – decorrente dos contratos das Seccionais e TRF com instituições financeiras que também farão parte do planejamento anual a ser aprovado pelo CJF da fonte 181 e solicitado no crédito por excesso de arrecadação.
- SJBA – R\$ 1.378.286,32
  - SJAM – 87.500,00
  - SJRO – 4.613,71

- ☞ Medidas complementares de redução de custos que estão sendo tomadas pelo TRF1 e todas as Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, como:
  - não reposição de estagiário que venha a ter o contrato encerrado;
  - redução de 25% das luzes de áreas de circulação, garagens e locais de pouco acesso de público, bem como o desligamento de elevadores e das centrais de condicionadores de ar nos finais de semana e feriados;
  - postergação das licitações para compra de material de consumo para o final do ano, priorizando as compras essenciais e indispensáveis para o funcionamento do Órgão;
  - identificação e supressão de eventuais pontos de desperdício de água;
  - utilização conscienciosa de todos os recursos disponíveis (economia de papel, toner, ligações telefônicas, veículos oficiais, etc);
  - análise dos contratos atuais da Seção e Subseção, conforme arquivo encaminhado pela Dipla, para verificar possíveis reduções decorrentes de otimização do trabalho executado;

Apresentam-se, a seguir, outros pontos considerados relevantes:

### **PESSOAL**

- ☞ o Anexo V da LOA 2016 não contemplou recursos para provimento de cargos novos. Entretanto, a LDO 2016, nos §§ 6º e 12 do art. 99, autoriza o provimento de saldos de quantitativos remanescentes das autorizações relativas ao Anexo V da LOA de 2015, desde que haja disponibilidade orçamentária. O CJF publicou que o quantitativo de cargos remanescentes existentes na Justiça Federal é de 432, todavia, de acordo com a projeção de pessoal estimada pelo CJF, a dotação orçamentária existente em sua reserva não é suficiente para atender à projeção anual, se for mantido o pagamento da Gratificação de Acúmulo de Jurisdição e Acervo dos magistrados nos moldes como se vinha sendo pago. Sendo assim, não há disponibilidade orçamentária para a nomeação desses cargos remanescentes. Nessa oportunidade estão permitidas apenas as reposições, excluindo-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que impliquem pagamento de pensões, por gerarem novas despesas. O Processo SEI 0001718-64.2016.4.01.8000 trata especificamente desse assunto.
- ☞ como há déficit para suprir as despesas com a folha normal, a concessão de serviços extraordinários e novas requisições que impliquem ressarcimento ao órgão de origem devem ser concedidas somente em casos de imperiosas necessidades para que não haja comprometimento no pagamento da folha de dezembro.

### **JULGAMENTO DE CAUSAS**

- ☞ o valor máximo de reajuste dos contratos para o elemento de despesa 37 é de 7% e de 5% para as demais despesas, devendo os gestores buscar ao máximo junto aos fornecedores a redução dos reajustes e repactuações solicitados, de forma a se enquadrar no patamar definido para o presente exercício, visto que não será possível atender valor superior;
- ☞ os recursos destinados às despesas ordinárias serão do conhecimento das Seccionais, mediante dados inseridos no sistema e.Orçamento, mas permanecerão na reserva Secor para descentralização na medida da necessidade, os quais deverão ser solicitados à Divisão de Programação Orçamentária da Secor, devidamente justificados por meio de email, para análise, ressaltando que não houve previsão orçamentária para material permanente;
- ☞ será distribuído o valor correspondente a 8 meses das despesas de natureza continuada, no TRF e nas Seccionais, ficando uma reserva de 1,5 meses na Secor, estando descoberto dois meses e meio aguardando o resultado das medidas se concretizarem.
- ☞ foi cortado 80% do recurso destinado ao CRH para minimizar o déficit.

## 6 Estrutura organizacional

A estrutura do Tribunal é definida pela Resolução Presi 26/2015, alterada pela Resolução Presi 31/2015, pela Resolução Presi 32/2015 e pela Resolução Presi 35/2015, conforme quadro abaixo e organograma a seguir:

Quadro 30 – Estrutura do Tribunal

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
<b>PRESIDÊNCIA</b>			
Gabinete da Presidência	Chefe de Gabinete	CJ-02	1
	Supervisor de Gabinete	FC-05	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	3
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Núcleo de Apoio ao Sistema de Inteligência	Diretor de Núcleo	FC-06	1
Assessoria Especial da Presidência	Assessor Técnico II	CJ-02	1
Assessoria Jurídica e de Recursos Especiais e Extraordinários (Alterado pela Res. 35/2015)	Chefe de Assessoria III	CJ-03	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assessor Técnico III	CJ-03	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assessor Técnico II	CJ-02	3
(Alterado pela Res. 35/2015)	Oficial-de-Gabinete	FC-05	6
Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Alterado pela Res. 35/2015)	Diretor de Núcleo	FC-06	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Oficial-de-Gabinete	FC-05	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto III	FC-03	2
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Secretaria-Geral da Presidência	Secretário-Geral	CJ-03	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
Assessoria de Representação e Programação Social	Chefe de Assessoria II	CJ-02	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Promoção Institucional e Cultural	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Cerimonial e Eventos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Assessoria de Comunicação Social	Chefe de Assessoria II	CJ-02	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Revisor	FC-05	1
Núcleo de Redação e Imprensa (Alterado pela Res. 35/2015)	Diretor de Núcleo	FC-06	1
Seção de Redação, Publicidade e Mídias Sociais (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Imprensa (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
Núcleo de Rádio e TV (Alterado pela Res. 35/2015)	Diretor de Núcleo	FC-06	1
Seção Técnica e de Produção Audiovisual (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Secretaria de Controle Interno	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Divisão de Auditoria	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Planejamento e Programação de Auditoria	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Operacionalização	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Acompanhamento Técnico	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Auditoria Temática	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Auditoria Contábil, Financeira e Patrimonial	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Auditoria de Gestão e Prestação de Contas	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Verificação e Análise	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	1
Seção de Exame das Folhas de Pagamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Administração Financeira	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Contratos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Admissão de Pessoal, Aposentadoria e Pensões	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Verificação das Despesas de Exercícios Anteriores	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Licitações	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Diretoria-Geral da Secretaria</b>	<b>Diretor-Geral da Secretaria</b>	<b>CJ-04</b>	<b>1</b>
Gabinete da Diretoria-Geral	Chefe de Gabinete	CJ-02	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	2
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Suporte Administrativo na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Suporte Administrativo na Seção Judiciária do Estado da Bahia	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Apoio à Ouvidoria Administrativa	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Controle e Pagamento de Diárias e Indenizações	Supervisor de Seção	FC-05	1
Núcleo de Apoio a Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Núcleo Regional de Apoio ao Processo Administrativo Eletrônico	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	2
Assessoria Jurídica	Chefe de Assessoria II	CJ-02	1
	Oficial-de-Gabinete	FC-05	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	4
Assessoria de Assuntos da Magistratura	Chefe de Assessoria II	CJ-02	1
	Oficial de Gabinete	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	4
	Assistente Adjunto III	FC-03	2



UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Cadastro de Magistrados	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Legislação da Magistratura	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Acompanhamento e Controle de Assentamentos Funcionais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Coordenadoria de Execução Judicial	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	1
Seção de Apoio à Execução Judicial	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Divisão de Processamento de Requisições de Pagamento	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Cadastramento e Processamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Análise de Requisições de Pagamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Divisão de Cálculos Judiciais	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Controle de Pagamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Cálculos Judiciais	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Apoio a Comissões Regimentais	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Apoio à Revista	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
	Revisor	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Divisão de Jurisprudência	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Pesquisa e Sumulação de Jurisprudência	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Acompanhamento, Conferência e Registro de Acórdãos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise e Indexação de Acórdãos	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Analista de Jurisprudência	FC-05	4
Divisão de Biblioteca e Acervo Documental	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Referência e Atendimento ao Usuário	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Registro e Processamento Técnico de Acervo	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Seleção e Aquisição de Acervo	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Atualização de Legislação e Documentos Oficiais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Arquivo e Memória Institucional	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	4
Seção de Preparo Técnico e Memória Institucional	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Arquivo Judicial e Gestão de Autos Findos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Arquivo Administrativo e Gestão Documental	Supervisor de Seção	FC-05	1
Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	2
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Gestão de Conteúdo Web	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Planejamento Estratégico	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Apoio à Gestão Socioambiental	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Avaliação e Integração Estratégica	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Gestão de Projetos Estratégicos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Modernização Administrativa e Produção Editorial (Redação dada pela Res. 32/2015)	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Revisor	FC-05	5
Seção de Normas e Padronização (Redação dada pela Res. 32/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Análise e Melhoria de Processos de Trabalho	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Programação Visual	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Produção, Composição e Editoração Institucional	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Núcleo de Serviços Gráficos	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	11
Setor de Impressão	Encarregado de Setor	FC-04	1
Setor de Acabamento	Encarregado de Setor	FC-04	1
Divisão de Estatística	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Medição de Metas Estratégicas	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Produção de Informações Estatísticas	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Consistência e Aprimoramento de Dados	Supervisor de Seção	FC-05	1
Secretaria Judiciária	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
Núcleo Regional de Apoio do Processo Judicial Eletrônico – PJe	Diretor de Núcleo	FC-06	1
Seção de Apoio à Parametrização do PJe	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Atendimento aos Usuários do PJe	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Pesquisa e Compatibilização Normativa do PJe	Supervisor de Seção	FC-05	1
Coordenadoria de Registros e Informações Processuais	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	5
	Assessor Adjunto IV	FC-04	2
Divisão de Autuação e Distribuição Processual	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Central de Digitalização Judicial	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Cadastro	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Autuação	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Apoio à Distribuição	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Informações Processuais	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Pesquisa	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Informações ao Usuário	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Análise e Classificação de Feitos	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Execuções Fiscais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Ações Penais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Ações Ordinárias	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Processos Originários	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Ações Diversas	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Coordenadoria de Recursos</b>	<b>Diretor de Coordenadoria</b>	<b>CJ-02</b>	<b>1</b>
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto III	FC-03	2
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assessor Adjunto V	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Apoio à Admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
<b>Divisão de Processamento</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Processamento de Recursos Especiais e Extraordinários	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Processamento de Agravos	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Divisão de Procedimentos Diversos</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
Seção de Coordenação e Controle	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Procedimentos Diversos	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Publicações	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
<b>Coordenadoria da Corte Especial e das Seções</b>	<b>Diretor de Coordenadoria</b>	<b>CJ-02</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	4
<b>Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Apoio ao Processamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Procedimentos Diversos	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Divisão de Coordenação de Julgamentos</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Coordenação e Apoio aos Julgamentos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Publicações	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Coordenadoria de Turma (4 turmas)</b>	<b>Diretor de Coordenadoria</b>	<b>CJ-02</b>	<b>4</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	8
Seção de Coordenação e Apoio aos Julgamentos	Supervisor de Seção	FC-05	4
Seção de Publicações	Supervisor de Seção	FC-05	4
<b>Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>4</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	4
Seção de Apoio ao Processamento	Supervisor de Seção	FC-05	4
Seção de Procedimentos Diversos	Supervisor de Seção	FC-05	4
Seção de Intimações, Certidões e Expedições Diversas	Supervisor de Seção	FC-05	4
<b>Coordenadoria de Turma (2 turmas PREVIDENCIÁRIAS)</b>	<b>Diretor de Coordenadoria</b>	<b>CJ-02</b>	<b>2</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	4
	Assessor Adjunto IV	FC-04	4
Seção de Coordenação e Apoio aos Julgamentos	Supervisor de Seção	FC-05	2
Seção de Publicações	Supervisor de Seção	FC-05	2
<b>Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>2</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Apoio ao Processamento	Supervisor de Seção	FC-05	2

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Procedimentos Diversos	Supervisor de Seção	FC-05	2
Seção de Intimações, Certidões e Expedições Diversas	Supervisor de Seção	FC-05	2
Coordenadoria de Turma (2 turmas criminais)	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	2
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Coordenação e Apoio aos Julgamentos	Supervisor de Seção	FC-05	2
Seção de Publicações	Supervisor de Seção	FC-05	2
Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos	Diretor de Divisão	CJ-01	2
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Apoio ao Processamento	Supervisor de Seção	FC-05	2
Seção de Procedimentos Diversos	Supervisor de Seção	FC-05	2
Coordenadoria de Taquigrafia	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Áudio	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	3
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	3
Núcleo de Apanhamento de Notas Taquigráficas	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Taquígrafo I	FC-04	29
Divisão de Revisão	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Taquígrafo II	FC-05	9
Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1
Serviço de Atividades Destacadas	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Núcleo de Gestão Orçamentária de Obras	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Divisão de Planejamento	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Elaboração de Planos e Orçamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Controle e Avaliação de Planos e Programas	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Programação Orçamentária	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Análise e Projeções Orçamentárias	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise e Projeções de Pessoal	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Controle e Descentralização Orçamentária	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Programação Financeira	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Análise e Projeções Financeiras	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Controle e Repasse Financeiro	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Análise Contábil e Custos	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Orientação e Avaliação Contábil	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise Contábil	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Custos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Secretaria de Gestão de Pessoas	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Núcleo de Colocação de Pessoas e Avaliação de Desempenho	Diretor de Núcleo	FC-06	1
Seção de Recrutamento, Seleção e Colocação de Pessoal	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Avaliação de Desempenho e Acompanhamento Funcional	Supervisor de Seção	FC-05	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto III	FC-03	1
<b>Divisão de Cadastro de Pessoal</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	3
Seção de Controle de Assentamentos Funcionais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Provimento e Vacância	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Registro de Admissão e Desligamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Movimentação de Pessoal	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Divisão de Pagamento de Pessoal</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Preparo da Folha de Pagamento	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Pagamento de Inativos e Pensionistas	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Encargos e Consignações	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Prestação de Contas e Justificativas de Folhas	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Divisão de Legislação de Pessoal</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Direitos e Deveres	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Tempo de Serviço	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Legislação e Jurisprudência	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Aposentadorias e Pensões	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região</b>	<b>Diretor de Centro</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Ações Educacionais Virtuais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Ações Educacionais Presenciais	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Aperfeiçoamento de Servidores	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Secretaria de Administração</b>	<b>Diretor de Secretaria</b>	<b>CJ-03</b>	<b>1</b>
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1
Serviço de Atividades Destacadas	Assessor Adjunto V	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
	Assistente Adjunto I	FC-01	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	2
Seção de Apoio Técnico	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>Divisão de Engenharia e Manutenção</b>	<b>Diretor de Divisão</b>	<b>CJ-01</b>	<b>1</b>
Seção de Obras Civis	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Gestão de Projetos de Obras	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Obras e Manutenção de Instalações	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Manutenção Telefônica	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Manutenção de Máquinas e Equipamentos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Manutenção Elétrica	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Projetos e Acompanhamento de Obras	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Obras	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Planejamento da Obra	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Acompanhamento da Obra	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Segurança e Serviços Gerais	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Segurança	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Transportes	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	14
Seção de Manutenção e Conservação de Veículos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Vigilância e Portaria	Supervisor de Seção	FC-05	1
Núcleo de Copa, Limpeza e Conservação	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Divisão de Comunicação e Expedição Administrativa	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Protocolo Administrativo Eletrônico	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Seção de Execução de Remessa Judicial (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto I	FC-01	3
Seção de Recebimento e Distribuição de Correspondências (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Telecomunicações e Reprografia	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	4
Divisão de Elaboração e Acompanhamento de Contratos	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Elaboração de Contratos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Acompanhamento de Contratos	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Aplicação de Penalidades Contratuais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Análise e Verificação	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Pagamento de Requisições Judiciais	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	1
Seção de Execução Orçamentária	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Execução Financeira	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
	Assistente Adjunto I	FC-01	1
Seção de Acompanhamento e Conformidade da Execução Orçamentária e Financeira (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Compras	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Controle de Atas de Registro de Preços	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Cadastro de Fornecedores	Supervisor de Seção	FC-05	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
Seção de Aquisições	Supervisor de Seção	FC-05	1
Núcleo de Licitações	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Elaboração de Editais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Termo de Referência e Projetos Básicos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Material e Patrimônio	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto I	FC-01	1
Seção de Registro e Controle Patrimonial	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Almoxarifado	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Suprimento	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Movimentação e Inventário de Bens	Supervisor de Seção	FC-05	1
Secretaria de Tecnologia da Informação	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
Seção de Suporte Administrativo	Supervisor de Seção	FC-05	1
Núcleo de Governança de Tecnologia da Informação	Diretor de Núcleo	FC-06	1
Coordenadoria de Sistemas de Informação	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	1
Seção de Gestão de Sistemas de Informação	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Projeto de Sistemas	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Gerência de Projetos de Sistemas	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Sistemas de Processo Digital	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Sistemas Administrativos	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Sistemas de Gestão Corporativa	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Sistemas de Gestão de Pessoas	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Sistemas Administrativos Setoriais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Sistemas Judiciais	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Sistemas de Primeiro Grau	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Sistemas de Segundo Grau	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Sistemas Judiciais Setoriais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica	Diretor de Coordenadoria	CJ-02	1
Seção de Gestão de Infraestrutura Tecnológica	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Tecnologia	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Softwares Corporativos	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Equipamentos Corporativos	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Redes de Comunicação de Dados	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Segurança da Informação	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Banco de Dados	Supervisor de Seção	FC-05	1
Setor de Administração de Dados	Encarregado de Setor	FC-04	1
Divisão de Apoio aos Usuários	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Apoio Regional aos Serviços de TI	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Apoio Especializado ao Primeiro Grau	Supervisor de Seção	FC-05	1

UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Apoio Especializado ao Segundo Grau	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Secretaria de Bem-Estar Social	Diretor de Secretaria	CJ-03	1
	Assessor Adjunto VI	FC-06	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Seção de Informação e Suporte ao e-Pro-Social	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise e Operacionalização de Programas de Saúde	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Assistência e Negócios	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Convênios, Contratos e Credenciamentos	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Cadastro de Beneficiário	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão Administrativa e Financeira	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção Financeira	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	2
Seção de Contabilidade	Supervisor de Seção	FC-05	1
(Alterado pela Res. 35/2015)	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Seção de Análise de Faturas Hospitalares	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Análise de Faturas de Laboratórios, de Clínicas e de Reembolso	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Saúde Ocupacional	Diretor de Divisão	CJ-01	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
Setor de Apoio de Perícias	Encarregado de Setor	FC-04	1
Seção de Saúde Ocupacional	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (Alterado pela Res. 35/2015)	Supervisor de Seção	FC-05	1
Divisão de Assistência à Saúde	Diretor de Divisão	CJ-01	1
Seção de Enfermagem	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Atendimento em Saúde	Supervisor de Seção	FC-05	1
Setor de Serviço Social	Encarregado de Setor	FC-04	1
Setor de Nutrição	Encarregado de Setor	FC-04	1
Setor de Fisioterapia	Encarregado de Setor	FC-04	1
Seção de Odontologia	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Psicologia	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Assistência Materno-Infantil	Supervisor de Seção	FC-05	1
<b>VICE-PRESIDÊNCIA</b>			
Gabinete da Vice-Presidência	Chefe de Gabinete	CJ-02	1
	Supervisor de Gabinete	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	6
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Assessoria da Vice-Presidência	Chefe de Assessoria III	CJ-03	1
	Assessor Técnico II	CJ-02	1
	Oficial-de-Gabinete	FC-05	4
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
<b>CORREGEDORIA REGIONAL</b>			
Seção de Apoio à Ouvidoria da Justiça Federal da 1ª Região	Supervisor de Seção	FC-05	1
Gabinete da Corregedoria Regional	Chefe de Gabinete	CJ-02	1
	Assessor Adjunto V	FC-05	1



UNIDADE	FUNÇÃO	CÓD.	QTD.
	Supervisor de Gabinete	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	5
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	2
Seção de Apoio Executivo	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	3
Assessoria da Corregedoria Regional	Chefe de Assessoria III	CJ-03	1
	Assessor Técnico II	CJ-02	1
	Oficial-de-Gabinete	FC-05	5
	Assessor Adjunto V	FC-05	1
<b>COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS</b>			
Secretaria Executiva	Secretário Executivo	CJ-02	1
	Oficial-de-Gabinete	FC-05	1
Seção de Coordenação e Acompanhamento dos Juizados Especiais Federais	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
Seção de Gestão do Conhecimento dos Juizados Especiais Federais	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Coordenação e Acompanhamento das Turmas Recursais e Regional	Supervisor de Seção	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
<b>SISTEMA DE CONCILIAÇÃO DA 1ª REGIÃO</b>			
Núcleo Central de Conciliação (Redação dada pela Res. 31/2015, art. 33)	Diretor de Núcleo	FC-06	1
	Assessor Adjunto IV	FC-04	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
<b>GABINETE DE DESEMBARGADOR FEDERAL</b>			
Gabinete de Desembargador Federal	Chefe de Gabinete	CJ-02	24
	Supervisor de Gabinete	FC-05	24
	Assessor Adjunto IV	FC-04	120
	Assistente Adjunto III	FC-03	24
	Assistente Adjunto II	FC-02	24
Assessoria de Desembargador Federal	Chefe de Assessoria III	CJ-03	24
	Assessor Técnico II	CJ-02	24
	Oficial-de-Gabinete	FC-05	96
	Assessor Adjunto V	FC-05	24
<b>ESCOLA DE MAGISTRATURA FEDERAL DA 1ª REGIÃO</b>			
Secretaria Executiva	Secretário Executivo	CJ-02	1
	Oficial-de-Gabinete	FC-05	1
	Assistente Adjunto III	FC-03	1
	Assistente Adjunto II	FC-02	1
Seção de Administração de Instalações	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento de Magistrados	Supervisor de Seção	FC-05	1
Seção de Estudos, Pesquisas e Informações	Supervisor de Seção	FC-05	1

**INSERIR O ORGANOGRAMA NESTA PÁGINA!!!**

**INSERIR O ORGANOGRAMA NESTA PÁGINA!!!**

## 7 Detalhamento do quadro de pessoal – fev./2016

O quadro de **desembargadores federais** do TRF 1ª Região é composto por:

Quadro 31 – Desembargadores federais em atividade

Cargos	Quantidade
Vagos	1*
Providos	26
<b>Total</b>	<b>27</b>

\* Juiz federal Francisco Neves da Cunha tomará posse no cargo vago de desembargador federal no dia 29 de fevereiro de 2016 em decorrência de liminar concedida pelo CNJ no Mandado de Segurança 33.939, tendo em vista a ausência de nomeação pela Presidência da República.

Quadro 32 – Desembargadores federais inativos e instituidores de pensão

Tipo	Quantidade
Inativos	22
Pensões	6
<b>Total</b>	<b>28</b>

O quadro de **servidores** do TRF 1ª Região é composto por:

Quadro 33 – Servidores efetivos em atividade

Cargos	Analista	Técnico	Auxiliar	Total
Vagos	3	10	0	13
Providos	315	674	19	1008
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>684</b>	<b>19</b>	<b>1021</b>

Quadro 34 – Servidores inativos e instituidores de pensão

Tipo	Analista	Técnico	Total
Inativos	90	79	169
Pensões	10	29	39
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>108</b>	<b>208</b>

Quadro 35 – Servidores requisitados e sem vínculo

Tipo	Quantidade
Requisitados	212
Sem vínculo	34
<b>Total</b>	<b>246</b>

Quadro 36 – Funções comissionadas e cargos em comissão

<b>Tipo</b>	<b>FC</b>	<b>CJ</b>	<b>Total</b>
Vagos	41	1	41
Providos	864	170	1034
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>171</b>	<b>1076</b>

---

**Anexo 6 – Cargos em comissão por nome**

**Anexo 7 – Funções comissionadas e cargos em comissão por lotação**

**Anexo 8 – Funções comissionadas e cargos em comissão desocupados**

## 8 Relação dos contratos, acordos, convênios e licitações

### 8.1 Contratos

Quadro 37 – Contratos vigentes no TRF 1ª Região

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Conecta Light Iluminação	0101/2010	28/12/2010	20/02/2016	06217/2010	13.150,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Sepob	Fornecimento de mobiliário, bem como prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus
Projecon– Projetos e Construções Ltda.	0046/2015	10/12/2015	23/02/2016	6399142015401/8000	3.900,00	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos para a complementação da cobertura metálica da base operacional deste Tribunal
Microsens Ltda.	0126/2011	29/12/2011	14/03/2016	00174/2011	169.966,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – impressoras <i>laser</i> , para suprir às necessidades decorrentes da instalação, no âmbito da 1ª Região, das novas varas federais no ano de 2012
RF2C2 Comércio e Serviços de Informática Ltda. EPP	0001/2011	04/01/2011	18/03/2016	04570/2010	327.584,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento <i>storages</i> , bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Positivo Informática Ltda.	0009/2012	10/01/2012	23/03/2016	06673/2010	172.627,20	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – microcomputadores
BBR Soluções, Comércio e Serviços Ltda. – EPP	0010/2012	11/01/2012	26/03/2016	04018/2011	259.245,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Fornecimento de equipamentos de microinformática – monitores de vídeo
Compex Tecnologia Ltda.	0012/2012	12/01/2012	27/03/2016	03453/2011	91.542,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Fornecimento de equipamentos de microinformática – impressoras de código de barras, essenciais ao bom desempenho das atividades no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região
Microsens Ltda.	0024/2012	20/01/2012	02/04/2016	00174/2011	680.863,80	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – impressoras <i>laser</i> , impressoras de código de barras e multifuncionais
Soluti Comércio e Serviços de Informática Ltda.	0007/2011	06/01/2011	05/04/2016	06840/2010	904.004,40	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidades de armazenamento – <i>storages</i> e ativos de rede SAN, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Va & R Informática Ltda.	0026/2011	18/01/2011	15/04/2016	06840/2010	2.415.435,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidades de armazenamento – <i>storages</i> e ativos de rede SAN, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
World Digital Informática Ltda.	0129/2012	31/12/2012	19/04/2016	04689/2012	61.975,55	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de informática (impressoras) e consumíveis (cartuchos de <i>toner</i> ), contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Petrus Consultoria & Assessoria Ltda. – ME	0036/2014	15/10/2014	04/05/2016	03487/2013	9.992,40	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Sepob	Contratação de projetos executivos para recuperação
Eace – Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda.	0010/2015	24/02/2015	09/05/2016	1521802014401/8000	1.294.148,36	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Divob	Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-profissionais para assessoramento para recebimento da atualização dos projetos em plataforma BIM elaborados para a conclusão da nova sede do TRF 1ª Região
Dell Computadores do Brasil Ltda.	0040/2011	14/02/2011	17/05/2016	06838/2010	871.199,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de servidores de rede, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Task Engenharia e Infraestrutura Ltda.– ME	0055/2015	30/12/2015	28/05/2016	17184352015401/8000	249.500,00	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para adequação da fase 1 das instalações de detecção e combate a incêndio do edifício Sede I do TRF 1ª Região (serviços preliminares e administrativos, SPDA (para-raios), instalação de combate a incêndio por extintores, sinalização de emergência, iluminação de emergência e corrimão)
Microsens Ltda.	0130/2012	31/12/2012	30/05/2016	04689/2012	2.575,50	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de informática (impressoras) e consumíveis(cartuchos de <i>toner</i> ), contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Metroquattro Arquitetura Tecnologia Ltda.	0043/2015	23/11/2015	30/05/2016	2567702015401/8000	74.999,99	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de projetos para reforma da instalação de fibra óptica entre o edifício Sede II e o edifício Anexo II
Compex Tecnologia Ltda.	0043/2012	19/03/2012	31/05/2016	03453/2011	21.681,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Fornecimento de equipamentos de microinformática – impressoras de código de barras, essenciais ao bom desempenho das atividades no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Construtora LDN Ltda.	0114/2012	28/12/2012	12/06/2016	07436/2012	56.751.416,24	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Divob	Fornecimento e instalação de brises e fachada de vidro de alto desempenho, em esquadrias de alumínio completas e com vidros, na futura sede do contratante, em andamento no lote 3, quadra 5, Setor de Administração Federal Sul – Brasília/DF
Microsens Ltda.	0047/2012	03/04/2012	15/06/2016	00174/2011	22.608,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – impressoras <i>laser</i> , impressoras de código de barras e multifuncionais
Aurus Comercial e Distribuidora Ltda.	0063/2011	06/04/2011	04/07/2016	01499/2011	50.959,23	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição de mobiliário destinado aos gabinetes dos juízes do mutirão do TRF 1ª Região, conforme especificações, quantidades e prazos constantes do edital de licitação TSE 184/2010, seu Anexo I e proposta da contratada
Yovel Projetos e Consultoria Ltda. – ME	0035/2014	13/10/2014	06/07/2016	4109262015401/8000	61.600,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa para elaboração de projetos
Luz da Silva Comércio e Indústria de Móveis Ltda.	0077/2011	21/06/2011	21/07/2016	00176/2011	7.150,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário (estantes confeccionadas em madeira), destinado aos gabinetes e demais unidades do contratante
Essencial Engenharia Ltda.	0051/2014	16/12/2014	23/07/2016	304022014401/8000	5.692.144,71	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Divob	Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação e restauração de elementos estruturais de concreto armado e protendido da nova sede do TRF 1ª Região .
Eace – Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda.	0014/2015	07/04/2015	14/08/2016	1493152014401/8000	1.427.500,00	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Divob	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoramento técnico à fiscalização, para acompanhamento, controle, fiscalização técnica e medição dos serviços de recuperação e restauração de elementos estruturais de concreto armado e protendido da nova sede do TRF 1ª Região
C&P Arquitetura Ltda.	0036/2015	16/09/2015	16/08/2016	19980962015401/8000	200.000,00	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para elaboração dos estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos e executivos, de acordo com o conceito de engenharia simultânea em plataforma BIM ( <i>building information modeling</i> ), para padronização das construções das subseções judiciárias da 1ª Região
Protecline Proteções Lineares Ltda. EPP	0026/2015	10/06/2015	24/08/2016	6277352014401/8000	272.500,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dieng	<i>No-break</i> modular 80kva com banco de baterias – Selet/Dieng



Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Elemec Engenharia e Instalações Ltda.	0038/2015	03/11/2015	07/09/2016	7901852015401/8000	44.500,00	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa especializada em engenharia e arquitetura para prestação de serviços para assessoramento para análise e avaliação, visando recebimento dos anteprojetos, projetos básicos e executivos, elaborados para a padronização da construção das novas sedes das subseções judiciárias do TRF da 1ª Região
Madelon projetos e construções Ltda. – EPP	0056/2015	31/12/2015	17/09/2016	2222072015401/8000	37.999,99	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Dieng	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de projetos básico e executivo para adaptação de acessibilidade dos edifícios do TRF1ª Região
Metalúrgica comando ind. e comércio de móveis Ltda.	0089/2011	29/08/2011	28/09/2016	00302/2011	143.520,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de armários de aço sem portas, destinados às diversas unidades do contratante
CCM indústria de móveis Ltda.	0092/2011	08/09/2011	07/10/2016	01047/2011	7.818,80	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Fornecimento de armários, bem como prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus.
Control teleinformática Ltda.	0076/2012	14/09/2012	29/10/2016	01184/2012	3.077.250,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de equipamentos para monitorar, acelerar e otimizar o tráfego de dados para rede <i>wan</i> e internet
Luz da Silva Comércio e Indústria de Móveis Ltda.	0095/2011	03/10/2011	02/11/2016	00176/2011	7.800,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário (estantes confeccionadas em madeira), destinado aos gabinetes e demais unidades do contratante
RF2C2 Comércio e Serviços de Informática Ltda. – EPP	0090/2011	01/09/2011	14/11/2016	04570/2010	368.532,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento <i>storages</i> , bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
dell computadores do Brasil Ltda.	0088/2011	22/08/2011	21/11/2016	06838/2010	803.200,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de servidores de rede, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
PSN Tecnologia Ltda.	0083/2012	26/10/2012	26/11/2016	04669/2012	911.500,000	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Contratação de solução integrada de segurança de redes de computadores (licenças de antivírus)
Coperson Áudio e Vídeo Eireli – EPP	0019/2013	16/04/2013	06/12/2016	00579/2012	270.968,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Fornecimento, montagem e instalação de equipamentos de transmissão de áudio e vídeo para as salas de julgamento, seções e plenário do contratante, abrangendo treinamento e assistência técnica da garantia
Compex Tecnologia Ltda.	0078/2012	03/10/2012	17/12/2016	03453/2011	91.542,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Fornecimento de equipamentos de microinformática – impressoras de código de barras

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Esterilav –Esterilização de Materiais Hospitalares	0040/2015	01/01/2016	31/12/2016	17078732015401/8000	3.225,60	Prestação de serviços por demanda	Improrrogável	Diasa	Contratação de empresa especializada nos serviços de esterilização
Aguiar e Silva Serviços de Coletas Ltda.	0047/2015	01/01/2016	31/12/2016	935032015401/8000	5.680,00	Prestação de serviços por demanda	Improrrogável	Dieng	Prestação de serviços de locação, por chamada, de contêineres para remoção de entulhos de obras, restos de marcenaria e outros rejeitos em geral, não recolhidos pelo sistema de coleta urbana
Goiasmaster Comercial Ltda.– ME	0048/2015	01/01/2016	31/12/2016	18076412015401/8000	31.720,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diseg	Fornecimento de açúcar cristal.
BHC Comércio de Gases e Transporte Ltda.	0050/2015	01/01/2016	31/12/2016	17077882015401/8000	590,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diasa	Fornecimento de oxigênio.
Clear Lavanderia e Serviços Ltda.	0054/2015	01/01/2016	31/12/2016	18333662015401/8000	4.789,80	Prestação de serviços por demanda	Improrrogável	Diseg	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de lavanderia
HBL – Carimbos e Placas, Indústria e Comércio Ltda.	0053/2015	01/01/2016	31/12/2016	21075642015401/8000	6.764,00	Prestação de serviços por demanda	Improrrogável	Dicom	Fornecimento de carimbos – Dicom
Seiselles Distribuição e Logística Ltda.	0049/2015	01/01/2016	31/12/2016	20115112015401/8000	39.068,28	Prestação de serviços por demanda	Improrrogável	Dicad	Contratação de empresa para fornecimento de periódicos nacionais impressos e de senhas nominais para acesso a conteúdo <i>on-line</i> de jornais e revistas
Renault do Brasil S.A.	0070/2015	31/12/2015	31/12/2016	24735662015401/8000	738.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diseg	Veículos do tipo b e c
Calevi mineradora e comércio Ltda.	0002/2016	06/01/2016	31/12/2016	97322016401/8000	6.550,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diseg	Fornecimento de água mineral – Secol
Hellen Jarjour - ME	0003/2016	06/01/2016	31/12/2016	98172016401/8000	123.420,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diseg	Fornecimento de água mineral – Secol
Rede Sol Fuel Distribuidora S/A	0001/2016	06/01/2016	31/12/2016	18006242015401/8000	365.294,29	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diseg	Fornecimento de combustível
GJ Comércio de GLP Ltda.	0004/2016	21/01/2016	31/12/2016	18085032015401/8000	13.000,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diseg	Gás liquefeito fornecimento para 2016

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
CeB distribuição S.A.	0002/2012	09/01/2012	09/01/2017	08600/2011	1.317.285,06	Prestação de serviços	Improrrogável	Dieng	Regular, exclusivamente segundo a estrutura da tarifa de baixa tensão, o fornecimento da energia elétrica necessária ao funcionamento das unidades consumidoras do cliente, identificadas na ceb sob os ns. 674.654-3, 674.655-1, 674.658-6, 674.661-6, 674.667
Metalúrgica Comando Ind. e Comércio de Móveis Ltda.	0123/2011	22/12/2011	21/01/2017	00302/2011	83.720,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de armários de aço sem portas, destinados às diversas unidades do contratante
Fundação Carlos Chagas	0072/2013	31/12/2013	25/01/2017	02599/2012	357.368,00	Prestação de serviços por demanda	Improrrogável	Direh	Prestação, pela contratada, de serviços técnicos especializados consistentes na organização, fornecimento de materiais, mão de obra e aplicação das provas do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Justiça Federal da 1ª Região – seções judiciárias do Distrito Federal e dos estados do Amapá, Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Piauí, nos termos deste contrato e seus anexos, e da proposta técnica 54 b, de 4 de setembro de 2013 da contratada
Rapidonet Sistemas e Automação Ltda.	0042/2015	17/11/2015	05/02/2017	6985512015401/8000	82.618,90	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Nupae	Aquisição de dispositivos de coleta biométrica – Nupae
Luz da Silva Comércio e Indústria de Móveis Ltda.	0007/2012	10/01/2012	09/02/2017	00176/2011	1.300,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário (estantes confeccionadas em madeira)
Lenovo Tecnologia (Brasil) Ltda.	0038/2013	16/09/2013	11/02/2017	06803/2012	1.718,20	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição <i>ultrabooks/notebooks</i>
Mod Line Soluções Corporativas Ltda.	0118/2011	13/12/2011	16/02/2017	07722/2010	550.897,20	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário, destinado aos gabinetes e unidades do contratante
BBR Soluções, Comércio e Serviços Ltda. – EPP	0091/2012	11/12/2012	21/02/2017	04018/2011	80.010,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Fornecimento de equipamentos de microinformática – monitores de vídeo
Megaluz Engenharia e Representações Ltda.	0091/2011	06/09/2011	22/02/2017	02989/2011	406.484,46	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Sepob	Execução de serviços de engenharia para reforma do hall do plenário e criação de sala <i>vip</i> no edifício Sede I do TRF – 1ª Região, localizado no S.A.S. quadra 2, bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, nesta capital
GPS Global Projetos e Sistemas Ltda.	0065/2013	30/12/2013	23/02/2017	01702/2013	490.060,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Subscrição de suporte de sistema operacional linux- GPS

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
GPS Global Projetos e Sistemas Ltda.	0079/2013	31/12/2013	24/02/2017	01702/2013	263.710,80	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Subscrição de suporte de sistema operacional linux- GPS
Centro Brasileiro de Pesq. Aval. e Seleção – Cebraspe	0013/2015	13/03/2015	13/03/2017	2491802014401/8000	1.042.640,15	Prestação de serviços	Improrrogável	Cojud	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na realização de concurso público para provimento de cargos de juiz federal substituto da 1ª Região.
A.A. de Araújo	0132/2012	31/12/2012	14/03/2017	04690/2012	391.462,40	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – monitores LCD/LED, contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Positivo Informática Ltda.	0131/2012	31/12/2012	14/03/2017	04690/2012	1.412.880,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – microcomputadores, contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Va & R Informática Ltda.	0122/2011	21/12/2011	20/03/2017	06840/2010	1.100.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidades de armazenamento – <i>storages</i> e ativos de rede san, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
D.W.L. Comércio e Serviços de Informática Ltda.	0126/2012	31/12/2012	20/03/2017	04670/2012	97.600,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Coint	aquisição e instalação de <i>racks</i> com <i>switches</i> de consoles (kvm) e consoles (kvt)
Soluti Comércio e Serviços de Informática Ltda.	0125/2011	29/12/2011	26/03/2017	06840/2010	330.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidades de armazenamento – <i>storages</i> e ativos de rede SAN, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
DJC Tecnologia Comércio e Serviços Ltda.	0058/2013	27/12/2013	02/04/2017	05944/2013	58.800,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Fornecimento, montagem e instalação de ilhas de edição não linear
Dream Comércio de Instrumentos Musicais Ltda.	0060/2015	31/12/2015	08/04/2017	27333902015401/8000	11.550,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Cotaq	Aquisição de equipamentos de sonorização – Cotaq
Dvpro Consultoria, Comércio e Industria de Equipamentos Eire	0059/2015	31/12/2015	08/04/2017	27332082015401/8000	48.699,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Cotaq	Aquisição de equipamentos de sonorização – Cotaq
Rs Telecom Comércio de Equipamentos para Áudio e Vídeo Ltda.	0058/2015	31/12/2015	08/04/2017	27331232015401/8000	36.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Cotaq	Aquisição de equipamentos de sonorização – Cotaq
DVPRO Consultoria, Comércio e Indústria de Equipamentos Eire	0072/2015	31/12/2015	08/04/2017	220302016401/8000	8.700,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Aquisição de equipamentos eletrônicos para gravação de eventos do TRF1ª Região.

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Meta Plural Comércio e Serviços em Equipamentos de Áudio, Vídeo e Informática Ltda.– EPP	0073/2015	31/12/2015	08/04/2017	226372016401/8000	18.879,60	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Aquisição de equipamentos eletrônicos para gravação de eventos do TRF1ª Região.
Nathan's Comercial Ltda. – EPP	0074/2015	31/12/2015	08/04/2017	233292016401/8000	24.340,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Aquisição de equipamentos eletrônicos para gravação de eventos do TRF1ª Região.
Rs Telecom Comércio de Equipamentos para Áudio e Vídeo Ltda.	0075/2015	31/12/2015	08/04/2017	238512016401/8000	10.200,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Aquisição de equipamentos eletrônicos para gravação de eventos do TRF1ª Região.
Tecno Trade Comércio e Serviços Ltda.	0076/2015	31/12/2015	08/04/2017	242882016401/8000	71.556,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ascom	Aquisição de equipamentos eletrônicos para gravação de eventos do TRF1ª Região
World Digital Informática Ltda.	0057/2013	24/12/2013	15/04/2017	04689/2012	371.853,30	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de informática (impressoras) e consumíveis (cartuchos de <i>toner</i> ), contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Dell Computadores do Brasil Ltda.	0129/2011	29/12/2011	16/04/2017	06838/2010	803.200,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de servidores de rede, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Czar Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	0133/2012	31/12/2012	19/04/2017	05705/2012	336.900,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – <i>scanners</i> , contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Smitchs Detection Brasil Comércio de Equipamentos Ltda.	0054/2013	20/12/2013	07/05/2017	04421/2013	408.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Sesvi	Aquisição de escâner de raios-x
Damovo do Brasil S/A	0115/2012	28/12/2012	13/05/2017	06726/2011	3.667.595,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de sistema de videoconferência para interligação das seções e subseções judiciárias do TRF1ª Região
AMC Informática Ltda.	0059/2013	27/12/2013	16/05/2017	06802/2012	314.400,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de impressoras coloridas
Marumbi Tecnologia Ltda. – ME	0060/2013	27/12/2013	16/05/2017	06802/2012	264.019,57	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de impressoras coloridas.
Rafael Notório de Sousa Gomes – ME	0061/2013	27/12/2013	16/05/2017	06802/2012	103.700,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de impressoras coloridas.

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Code77 Ltda. – ME	0089/2013	31/12/2013	20/05/2017	02824/2013	132.413,18	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de leitores de código de barras
Compex Tecnologia Ltda.	0088/2013	31/12/2013	20/05/2017	02825/2013	231.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de impressoras de código de barras
Marumbi Tecnologia Ltda. – ME	0066/2013	31/12/2013	20/05/2017	05438/2013	466.462,70	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de impressora a <i>laser</i>
Luz da Silva Comércio e Indústria de Móveis Ltda.	0049/2012	23/04/2012	23/05/2017	00176/2011	2.600,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário (estantes confeccionadas em madeira), destinado aos gabinetes e demais unidades do contratante.
Manupa Comércio de Equipamentos e Ferramentas Ltda.	0037/2014	17/10/2014	29/05/2017	06405/2012	S/ ônus	Acordos e convênios (sem ônus)	Improrrogável	Sevei	Prestação de garantia contra defeito de fabricação do veículo da marca Hyundai, devidamente identificado no processo administrativo 6.405/2012, adquirido por meio da nota de empenho 2012NE801060, no valor global de R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais), sem ônus para o contratante, conforme os seguintes prazos: a) garantia contra defeito de fabricação e sem limite de quilometragem pelo prazo de 48 (quarenta e oito meses), contada da data do recebimento definitivo pelo contratante, 29/05/2013
Metalúrgica Comando Ind. e Comércio de Móveis Ltda.	0062/2012	01/06/2012	01/07/2017	00302/2011	71.760,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de armários de aço sem portas, destinados às diversas unidades do contratante, conforme cláusulas, quantitativos e especificações técnicas constantes deste contrato e seus anexos.
CBC – Construtora Brasil Central Ltda.	0097/2011	13/10/2011	09/08/2017	04073/2011	711.539,16	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Seoci	Execução de obra de estrutura metálica, com vistas à substituição da cobertura do edifício base operacional do TRF – 1ª Região, situado no SGON, lotes 100/110/120, nesta capital
Alberflex Indústria de Móveis Ltda.	0066/2012	23/07/2012	03/09/2017	01882/2011	184.754,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Fornecimento de cadeiras e poltronas giratórias, bem como prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus
Aurus Comercial e Distribuidora Ltda.	0067/2012	23/07/2012	03/09/2017	01882/2011	92.550,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Fornecimento de cadeiras e poltronas giratórias, bem como prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus
CCM Indústria de Móveis Ltda.	0069/2012	10/08/2012	09/09/2017	01047/2011	11.728,20	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Fornecimento de armários, bem como prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Tecnológica Injetados Plásticos Ltda.	0068/2012	10/08/2012	19/09/2017	01882/2011	27.650,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Fornecimento de cadeiras e poltronas giratórias, com prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus
Mod Line Soluções Corporativas Ltda.	0072/2012	21/08/2012	20/09/2017	07722/2010	84.871,50	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário, destinado aos gabinetes e unidades do contratante
Jagtec Informática Ltda.	0060/2012	11/05/2012	21/09/2017	06725/2011	779.981,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de unidades robóticas de <i>backup</i> e mídias de <i>backup</i>
Metalúrgica Comando Ind. e Comércio de Móveis Ltda.	0077/2012	19/09/2012	03/11/2017	03057/2012	79.800,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de armários de aço sem portas, destinados às diversas unidades do contratante
Ipcomm Tecnologia Ltda. – EPP	0033/2014	19/09/2014	18/11/2017	04583/2013	1.312.698,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Contratação de empresa para aquisição de atualização de licenças de plataforma de virtualização – <i>vmware vcenter</i> 5.1, instalação e treinamentos
MCR Sistema e Consultoria Ltda.	0041/2014	07/11/2014	06/01/2018	03625/2014	79.596,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Divob	Licença <i>software autodesk building design suite premium network</i> (em rede), <i>upgrade – subscription</i> de 36 meses.
Aurus Comercial e Distribuidora Ltda.	0108/2012	26/12/2012	06/02/2018	01882/2011	61.700,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Fornecimento de cadeiras e poltronas giratórias, bem como prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus
IPCOMM Tecnologia Ltda. – EPP	0075/2014	31/12/2014	01/03/2018	04583/2013	1.111.212,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Contratação de empresa para aquisição de atualização de licenças de plataforma de virtualização – <i>vmware vcenter</i> 5.1, instalação e treinamentos.
Damovo do Brasil S/A	0046/2013	14/11/2013	31/03/2018	06726/2011	1.169.370,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Equipamento de videoconferência
Czar Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	0049/2013	17/12/2013	08/04/2018	05705/2012	977.010,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática – <i>scanners</i> , contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
Dell Computadores do Brasil Ltda.	0104/2012	18/12/2012	29/04/2018	06728/2011	399.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de servidores de rede e placas adaptadoras, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Marumbi Tecnologia Ltda. – ME	0067/2014	31/12/2014	29/04/2018	03857/2014	2.880.006,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de impressoras <i>laser</i> e multifuncional – Diatu.

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Positivo Informática Ltda.	0048/2013	16/12/2013	05/05/2018	04690/2012	2.432.640,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de equipamentos de microinformática, contemplando equipamentos e assistência técnica da garantia
AIDC Tecnologia Ltda.	0073/2014	31/12/2014	05/05/2018	00416/2014	106.190,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Leitores de código de barras.
Compex Tecnologia Ltda.	0074/2014	31/12/2014	05/05/2018	00416/2014	32.200,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Leitores de código de barras
Dell Computadores do Brasil Ltda.	0127/2012	31/12/2012	14/05/2018	06728/2011	367.980,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de servidores de rede e placas adaptadoras, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Servix Informática Ltda.	0128/2012	31/12/2012	14/05/2018	06728/2011	43.730,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de servidores de rede e placas adaptadoras, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Safety Car Blindagens e Serviços Ltda. – ME	0076/2013	31/12/2013	14/06/2018	07157/2013	168.269,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Setra	Aquisição de veículos de médio porte, tipo sedan, categoria "h" – veículo de apoio especial com blindagem
Berry Indústria e Comércio de Estofados Ltda.	0029/2013	21/05/2013	20/06/2018	07176/2012	68.770,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição de mobiliário padronizado específico para as áreas de espera dos diversos ambientes dos edifícios do contratante
F & Reis Móveis – Comércio e Serviços Ltda.	0024/2013	26/04/2013	01/07/2018	06553/2012	32.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário (estantes)
Valter Magalhães de Brito O Goiano – ME	0027/2013	17/05/2013	09/08/2018	00926/2013	26.648,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Sepob	Prestação de serviços de confecção de armários sob medida para imóvel funcional do contratante, localizado na QL 6, Conjunto 6, casa 1, Lago Sul, Brasília/DF, com assistência técnica da garantia
SBE – Soares Barros Engenharia Ltda.	0056/2014	22/12/2014	02/09/2018	1170102014401/8000	3.051.052,91	Obras ou serviços de engenharia	Improrrogável	Divob	Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-profissionais para atualização tecnológica e normativa dos projetos, especificações e planilhas orçamentárias elaboradas para a construção da nova sede do TRF da 1ª Região
Softpro Soluções em Tecnologia Ltda. – ME	0076/2014	31/12/2014	21/10/2018	223192015401/8000	22.065,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de terminais de autoatendimento



Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
F & Reis Móveis – Comércio e Serviços Ltda.	0042/2013	23/10/2013	23/12/2018	06553/2012	4.000,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição e instalação de mobiliário (estantes)
P9 Tecnologia Eirelli – ME	0043/2014	26/11/2014	26/01/2019	03626/2014	5.996,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de estações de trabalho (monitor de vídeo de 23")
CPD Consult. Planej. Desenv. de Sistemas Ltda.	0044/2014	26/11/2014	04/02/2019	03626/2014	96.780,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de estações de trabalho (microcomputador tipo 3)
MC2 Tecnologia da Informação Ltda – EPP	0039/2013	20/09/2013	17/02/2019	04671/2012	1.088.416,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Aquisição de <i>switches</i>
Rapidonet Sistemas e Automação Ltda.	0041/2015	17/11/2015	20/02/2019	5849192015401/8000	12.101,97	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Nupae	Coletores biométricos – Nupae
MCR Sistema e Consultoria Ltda.	0044/2015	27/11/2015	10/03/2019	25149642015401/8000	654.625,05	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Coint	Aquisição e atualização de licenças de <i>software</i> gráfico – Adobe Creative Cloud.
Dell Computadores do Brasil Ltda.	0008/2013	25/01/2013	18/03/2019	06728/2011	1.758.489,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de servidores de rede e placas adaptadoras, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Servix Informática Ltda.	0007/2013	25/01/2013	18/03/2019	06728/2011	1.375.520,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento e instalação de servidores de rede e placas adaptadoras, bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia
Coperflex Indústria e Comércio de Móveis e Peças para Escritório	0051/2013	17/12/2013	27/03/2019	00239/2013	63.435,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição de mobiliário para os gabinetes e demais unidades do contratante
BBR Soluções, Comércio e Serviços Ltda – EPP	0064/2014	31/12/2014	29/04/2019	03757/2014	290.073,20	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Microcomputadores e monitores de vídeo – Diatu.
BBR Soluções, Comércio e Serviços Ltda. – EPP	0066/2014	31/12/2014	29/04/2019	03756/2014	244.072,80	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de <i>scanners</i> – Diatu.
Diagrama Tecnologia Ltda. – ME	0063/2014	31/12/2014	29/04/2019	7020452014401/8000	1.279.551,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de <i>scanners</i> – Diatu.

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Houter do Brasil Ltda.	0069/2014	31/12/2014	29/04/2019	03757/2014	2.794.140,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Microcomputadores e monitores de vídeo – Diatu.
Marumbi Tecnologia Ltda. – ME	0065/2014	31/12/2014	29/04/2019	03756/2014	844.090,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de <i>scanners</i> – Diatu.
Aurus Comercial e Distribuidora Ltda.	0090/2013	31/12/2013	30/04/2019	03038/2013	132.025,68	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição de poltronas e cadeiras fixas
Aidc Tecnologia Ltda.	0061/2015	31/12/2015	12/05/2019	2619662015401/8000	507.325,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Aquisição de leitora de código de barras – Secin
Vantage Tech Ltda.	0068/2014	31/12/2014	29/06/2019	7025672014401/8000	1.538.600,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Microcomputadores e monitores de vídeo – Diatu.
Positivo Informática Ltda.	0070/2014	31/12/2014	23/07/2019	7026522014401/8000	8.978.830,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Microcomputadores e monitores de vídeo – Diatu.
Coperflex Indústria e Comércio de Móveis e Peças para Escritório	0025/2014	05/08/2014	13/11/2019	00239/2013	90.890,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Aquisição de mobiliário para os gabinetes e demais unidades do contratante
EMC Computer Systems Brasil Ltda.	0045/2013	24/10/2013	22/12/2019	04714/2012	1.487.270,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento – <i>storages</i> .
Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda.	0044/2013	28/10/2013	22/12/2019	04714/2012	4.061.188,64	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento – <i>storages</i> .
Caixa Econômica Federal – CEF	1000/2014	26/12/2014	26/12/2019	16581592015401/8000	S/ ônus	Acordos e convênios (sem ônus)	Improrrogável	Secor	Viabilizar, ao Conselho da Justiça Federal e aos órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, condições econômicas e financeiras para a aquisição de bens, a contratação de serviços e a realização de obras, tudo diretamente voltado para a modernização dessas instituições e a melhoria da prestação jurisdicional, conforme planejamento plurianual e planos de ação anuais aprovados pelo plenário do Conselho da Justiça Federal.
Suportec Consultoria de Sistemas e Representações Ltda.	0072/2014	31/12/2014	31/12/2019	3187192014401/8000	4.818.417,33	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Coint	Aquisição de solução de segurança com características de <i>firewall</i>

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Banco do Brasil S/A	1000/2015	27/01/2015	27/01/2020	16553912015401/8000	S/ ônus	Acordos e convênios (sem ônus)	Improrrogável	Secor	Viabilizar, ao Conselho da Justiça Federal e aos órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, condições econômicas e financeiras para a aquisição de bens, a contratação de serviços e a realização de obras, tudo diretamente voltado para a modernização dessas instituições e a melhoria da prestação jurisdicional
EMC Computer Systems Brasil Ltda.	0075/2013	31/12/2013	24/02/2020	04714/2012	2.233.088,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento – <i>storages</i> .
Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda.	0074/2013	31/12/2013	24/02/2020	04714/2012	2.525.555,40	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento – <i>storages</i> .
Positivo Informática Ltda.	0052/2015	28/12/2015	28/04/2020	6963272014401/8000	4.209.170,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Diatu	Microcomputadores e monitores de vídeo – Diatu.
LA7 Serviços Ltda.	0068/2015	31/12/2015	12/05/2020	27336452015401/8000	1.101.924,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Diatu	Aquisição de microcomputadores e monitores de vídeo.
EMC Computer Systems Brasil Ltda.	0028/2014	20/08/2014	14/10/2020	04714/2012	1.202.432,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento – <i>storages</i> .
Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda.	0027/2014	20/08/2014	14/10/2020	04714/2012	1.022.330,78	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Ditec	Fornecimento de unidade de armazenamento – <i>storages</i> .
LTA Rh Informática Comércio Representações Ltda.	0022/2015	27/04/2015	03/11/2020	9407962015401/8000	4.169.600,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Ditec	Aquisição dos servidores de rede TRF1, seções e subseções judiciárias – Ditec.
Itália Office Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	0037/2015	13/10/2015	21/01/2021	5416492014401/8000	142.850,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Dimap	Aquisição (fornecimento e montagem) de mobiliário, contemplando a assistência técnica da garantia
Scatena e Scatena Ind. e Com. de Móveis para Escritório Ltda.	0065/2015	31/12/2015	30/03/2021	27330382015401/8000	142.320,00	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Dimap	Cadeiras, poltronas, sofás e longarinas – Semib/Dimap
Itália Office Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	0063/2015	31/12/2015	09/04/2021	5416492014401/8000	35.750,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Dimap	Mobiliário

Fornecedor	Contrato	Início	Término	Processo	Valor Total/Anual (R\$)	Espécie	Limite de prorrogação	Gestor	Objeto contratado
Work Link Ltda. – EPP	0062/2015	31/12/2015	09/05/2021	20285802015401/8000	1.042.314,60	Fornecimento de forma integral	Improrrogável	Coint	Switches – coint
América Tecnologia de Informática e Eletroeletrônicos Ltda.	0067/2015	31/12/2015	26/10/2021	27335602015401/8000	4.669.876,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Coint	Aquisição de storages.
EMC Computer Systems Brasil Ltda.	0069/2015	31/12/2015	26/10/2021	27334752015401/8000	692.729,00	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Coint	Aquisição de storages.
Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda.	0066/2015	31/12/2015	26/10/2021	27329532015401/8000	5.140.242,57	Fornecimento de forma parcelada	Improrrogável	Coint	Aquisição de storages.
Marelli Móveis para Escritório Ltda.	0119/2012	31/12/2012	09/02/2023	06790/2011	151.544,00	Fornecimento de forma integral	<b>Improrrogável</b>	Dimap	Fornecimento de mobiliário – poltronas giratórias, bem como a prestação de serviços de assistência técnica da garantia, sem ônus
Imprensa Nacional –IN	0057/2014	14/01/2015	14/01/2035	2432922014401/8000	210.000,00	Prestação de serviços por demanda	<b>Indeterminado</b>	Dicad	Contratação de serviços de publicação de matérias no DOU.
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal	0012/2014	21/03/2014	Indeterminado	01454/2014		Prestação de serviços	<b>Indeterminado</b>	Dieng	Prestação de serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços inerentes

## 8.2 Convênios e acordos

Quadro 38 – Convênios e acordos vigentes

Fornecedor	Tipo de instrumento	Número	Início	Término	N. do processo	Gestor	Objeto contratado
Caixa Econômica Federal – CEF	Convênio	0004/1999	07/07/1999	07/07/2019	966922016401/8000	Dipag	Concessão pela CEF, sob condições especiais, aos servidores do TRF 1ª Região, dos produtos e serviços (financiamento imobiliário e empréstimo consignado)
Secretaria da Receita Federal	Convênio	0001/2006	23/08/2006	23/08/2030	05664/2006	SJDF	A SRF fornecerá ao TRF1 e respectivas seccionais, mediante acesso on-line continuado às suas bases de dados por intermédio de serviço disponível no centro virtual de Atendimento ao Contribuinte e-CAC (Serviço Infojud – Informações ao Poder judiciário)

Fornecedor	Tipo de instrumento	Número	Início	Término	N. do processo	Gestor	Objeto contratado
Seção Judiciária do Distrito Federal	Acordo de cooperação	0002/2007	25/05/2007	25/05/2017	08351/2006	Nucju-SJDF	Intercâmbio de informações entre a SJDF e a PR/DF, com a interveniência do TRF 1ª Região, compreendendo o acesso eletrônico pela PR/DF aos dados de processos judiciais, inclusive os virtuais, e pautas de audiências da Justiça Federal de 1º grau no DF
Procuradoria Regional da República da 1ª Região	Acordo de cooperação	0001/2008	21/11/2008	21/11/2028	07043/2011	Diesp	Conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à prestação jurisdicional do Estado, maximizar os resultados institucionais e contribuir para a melhoria da administração pública por meio de intercâmbio de informações e soluções de tecnologia da informação e de comunicação
Conselho Nacional de Justiça	Termo de cooperação	0069/2010	13/04/2010	13/04/2020	05387/2013	Fórum/RO	Conjuração de esforços entre os partícipes, com vistas a implantar a "Casa de Justiça e Cidadania" no estado de Rondônia, como centro voluntário voltado à implementação e ao desenvolvimento de ações para o cidadão
Prefeitura do município de Parauapebas	Convênio	0014/2010	01/06/2010	01/06/2020	02813/2010	Dicap	Estabelecimento de mútua cooperação entre as partes convenientes, com a cessão, não onerosa, em face do disposto no art. 93, II, da lei 8.112/1990 e a edição de lei municipal autorizativa, de dois servidores do quadro efetivo de pessoal da prefeitura
Caixa Econômica Federal – CEF	Acordo de cooperação	0006/2010	22/12/2010	30/12/2016	27195262015401/8000		Fornecimento de certificados digitais conforme normas da autoridade certificadora da justiça – AC-Jus e da infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP-Brasil
Instituto Legislativo Brasileiro – ILB (Senado)	Protocolo intenção	0026/2010	08/11/2010	22/11/2020	23611482015401/8000	Direh	Estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional
Caixa Econômica Federal – CEF	Acordo de cooperação	0030/2011	16/03/2011	16/03/2016	00000/2011		Cooperação entre os partícipes (Corregedoria Nacional de Justiça, Corregedoria-Geral da Justiça Federal, TRF, Empresa Gestora de Ativos – Emgea e CEF) objetivando propiciar ambiente adequado à realização de mutirões de conciliação processual e pré-processual
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Termo de cooperação	0002/2011	08/08/2011	07/08/2016	05864/2010	Direh	Estabelecer a integração entre os partícipes com a finalidade de desenvolver e realizar eventos de educação corporativa, presenciais e a distância, como também outros projetos que visem à atualização, capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	Termo de cooperação	0012/2011	08/08/2011	08/08/2016	08396/2010		Estabelecer a integração entre os partícipes, com a finalidade de desenvolver e realizar eventos de educação corporativa, presenciais e a distância, como também outros projetos que visem à atualização, capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores
Faculdade Anísio Teixeira – FAT	Convênio	0002/2011	23/08/2011	23/08/2021	02228/2011	TRU/JEF	Firmar parceria entre o TRF 1ª Região e a instituição para instalação na Faculdade Anísio Teixeira de um posto avançado de atendimento do Juizado Especial Federal adjunto da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA

Fornecedor	Tipo de instrumento	Número	Início	Término	N. do processo	Gestor	Objeto contratado
Prefeitura do município de Teresina – Piauí	Termo de cooperação	0001/2011	31/08/2011	31/08/2021	10612/2008	Setel	Conjugação de esforços dos partícipes para viabilizar o acesso da comunidade escolar local às instalações da Justiça Federal do município de Teresina/PI e para a realização de eventos instrutivos diversos atinentes ao funcionamento e papel da Justiça
Conselho da Justiça Federal	Convênio presidência	0002/2011	16/09/2011	16/09/2016	161145/2011		Possibilitar o acesso às informações registradas no Sinapi – Sipci, nas opções, funções e perfis discriminados neste instrumento, onde o conveniente, através de sua rede, poderá consultar e obter informações, de acordo com a abrangência atribuída pelo gestor
Supremo Tribunal Federal	Acordo de cooperação	0042/2011	25/11/2011	25/11/2016	05054/2011	Ascom	Estabelecer condições para a exibição, pela Rádio Justiça, de programa de cunho educativo produzido pelo TRF 1ª Região, observada a legislação em vigor
Supremo Tribunal Federal	Acordo de cooperação	0041/2011	25/11/2011	25/11/2016	07103/2011	Ascom	Estabelecer condições para a divulgação, pela TV Justiça, de programa de cunho educativo produzido pelo TRF 1ª Região, observada a legislação em vigor
Supremo Tribunal Federal	Termo de compromisso	0002/2011	02/12/2011	02/12/2016	00000/2012		Estabelecer parceria entre o STJ, o TST, o STM, o MPF, o TRF1, o TJDFT, o TRE-DF e o TRT10 para implementação de ações destinadas à otimização do processo de gestão dos programas de saúde mantidos pelos partícipes, objetivando a elaboração
Conselho Nacional de Justiça	Termo de compromisso	0052/2011	16/12/2011	16/12/2021	05506/2011	Diatu	Estabelecimento de critérios para doação e utilização de equipamentos de tecnologia da informação
Centro de Ensino Superior de Ilhéus – Cesupi	Convênio	0001/2012	12/01/2012	12/01/2017	04031/2010	TRU/JEF	Cooperação técnica e científica entre a Justiça Federal de primeiro grau, Subseção Judiciária de Ilhéus/BA e o Centro de Ensino Superior de Ilhéus s/c Ltda. – CESUPI, com vistas à instalação do núcleo de prática jurídica no JEF adjunto da Subseção Judiciária
Tribunal de Justiça do Mato Grosso	Termo de cooperação	0004/2011	01/02/2012	01/02/2022	04775/2011	SJMT	Adesão do TRF 1ª Região ao Acordo de Cooperação Técnica 004/2011, firmado entre o Tribunal de Justiça do Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Justiça de Mato Grosso e a Polícia Federal em Mato Grosso
Faculdade Nobre	Convênio	0003/2012	06/02/2012	06/02/2022	03093/2011	TRU/JEF	Firmar parceria entre o TRF 1ª Região e a instituição, para instalação na Faculdade Nobre de um posto avançado de atendimento do Juizado Especial Federal adjunto da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA.
Tribunal de Justiça do Estado do Pará	Acordo de cooperação	0016/2011	24/02/2012	24/02/2024	04909/2011	SJPA	Fixar regras relativas ao repasse proporcional das verbas depositadas em contas especiais, destinadas ao pagamento de precatórios vencidos e submetidos ao regime especial.
Supremo Tribunal Federal	Acordo de cooperação	0005/2012	21/05/2012	21/05/2017	03810/2012	Port.215	Integrar o sistema informatizado de processamento de feitos utilizado no TRF1 e peças respectivas turmas recursais dos Juizados Especiais ao sistema informatizado de processo eletrônico (e-STF processamento eletrônico) ao STF, por meio da solução simplificada
Supremo Tribunal Federal	Acordo de cooperação	0016/2012	21/06/2012	21/06/2017	02864/2007	Ditec	Compartilhamento de conhecimentos, sistemas e infraestrutura para certificação digital

Fornecedor	Tipo de instrumento	Número	Início	Término	N. do processo	Gestor	Objeto contratado
Banco Santander (Brasil) S.A	Convênio	0004/2012	05/07/2012	05/07/2017	05166/2002	Dipag	Processamento de folha de pagamento, efetuando os créditos dos valores estipulados aos servidores.
Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida	Convênio	0005/2012	16/07/2012	16/07/2022	08612/2011	TRU/JEF	Firmar perceria entre o TRF 1ª Região e a instituição, para instalação no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – NPJ/Fesar de um posto avançado de atendimento do Juizado Especial Federal adjunto da subseção judiciárias
Departamento de Polícia Federal	Acordo de cooperação	0002/2012	21/08/2012	21/08/2017	07510/2012	Secju	Cooperação mútua dos partícipes com vistas à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil, no intercâmbio eletrônico de informações, compreendendo o acesso recíproco aos sistemas implantados e em funcionamento em qualquer dos órgãos envolvidos
Ministério Público do Estado do Ceará	Convênio	0050/2012	24/08/2012	24/08/2017	06183/2011	Dicap	Cessão recíproca de servidor, recaindo tal cessão somente sobre o servidor do quadro efetivo
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Termo de cooperação	0004/2012	27/08/2012	27/08/2017	00000/2012	Coint	Termo de cooperação firmado entre o Conselho da Justiça Federal, Ministério do Planejamento e Advocacia-Geral da União, objetivando o estabelecimento de intercâmbio de informações de interesse recíproco
Departamento de Polícia Federal	Acordo de cooperação	0001/2012	28/09/2012	28/09/2017	03594/2011	Direh	Promover a cooperação técnica e operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	Convênio	0006/2012	31/10/2012	30/10/2017	05383/2012	Corip	Prestação pela ECT ao TRF 1ª Região do serviço de protocolo postal - SPP, o qual consiste no recebimento, protocolo, transporte e entrega de petições, recursos e documentos, exclusivamente em território nacional, endereçados aos órgãos jurisdicionados
Banco do Brasil S/A	Termo de cooperação	0003/2012	10/12/2012	10/12/2017	04208/2000	Dipag	Troca de informações e prestação de serviços concernentes ao pagamento, em folha, dos rendimentos do Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público aos servidores do TRF 1ª Região inscritos no programa
Banco do Brasil S/A	Convênio	0007/2012	10/12/2012	10/12/2017	03229/2003	Dipag	Estabelecer normas e procedimentos visando ao pagamento de pessoal do TRF 1ª Região, mediante crédito em conta-corrente no Banco do Brasil, ou em outro banco, se for o caso, por meio de DOC eletrônico e/ou TED – transferência eletrônica disponível (Fopag)
Banco do Brasil S/A	Termo de compromisso	0001/2013	23/01/2013	23/01/2023	962552016401/8000	Dipag	Estabelecer condições e procedimentos a cargo do TRF 1ª Região e do Banco do Brasil para viabilizar a concessão de empréstimos pessoais, financiamentos e operações de arrendamento mercantil dos magistrados e servidores do TRF 1ª Região ativos, inativos
Faculdade Cumberland de Direito – Univ. Samford	Acordo de cooperação	0002/2013	01/03/2013	01/03/2023	02709/2012	Esmaf	Acordo entre as partes para programas jurídicos educacionais de curta duração, que permitirão aos juízes participar tanto de programas de formação jurídica continuada quanto de programas especializados que venham a ser acordados, sem pagamento de matrícula

Fornecedor	Tipo de instrumento	Número	Início	Término	N. do processo	Gestor	Objeto contratado
Ministério Público do Estado de Goiás	Convênio	0001/2013	12/03/2013	12/03/2016	00741/2013	Dipag	Cessão da servidora pública Irani Pierre de Araújo Ribeiro, ocupante do cargo de assistente administrativo, matrícula 18635-0, para o órgão cessionário
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Convênio	0013/2013	21/03/2013	21/03/2018	05122/2013	SJDF	Desenvolvimento de programas de cooperação técnica e administrativa relativamente à formação de conciliadores e mediadores e à produção de materiais didáticos para cursos de conciliação e mediação.
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	Acordo de cooperação	0004/2013	03/05/2013	03/05/2016	00804/2012	Direh	Acordo de cooperação entre o INSS, AGU e TRF 1ª Região, com o objetivo de promover a elaboração conjunta de cursos de capacitação, nas modalidades presencial ou a distância, programas, eventos, cessão de cursos e o intercâmbio de experiências educacionais
Supremo Tribunal Federal	Termo de cooperação	0016/2013	13/08/2013	13/08/2018	02067/2013	Direh	Cooperação entre os órgãos partícipes visando ao intercâmbio de conhecimento, informações e tecnologias relacionadas à educação corporativa, na modalidade presencial e a distância, e o compartilhamento de espaço físico para as ações de capacitação
Prefeitura Municipal de São Luís	Convênio	0003/2013	14/08/2013	14/08/2017	07977/2013	SJMA	Cooperação técnica e recíproca através do instituto de cessão de servidor, realizada entre os dois entes federados, para execução de tarefas de natureza técnica e administrativa no âmbito de suas competências
Banco do Brasil S/A	Termo de cooperação	0005/2013	10/10/2013	10/10/2018	09166/2009	Diefi	Regulamentar o estabelecimento pelo banco dos critérios para abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo Tribunal
Caixa Econômica Federal – CEF	Convênio	0004/2014	24/04/2014	24/04/2020	5074382014401/8000	Secbe	Mútua cooperação para a execução e aprimoramento dos respectivos planos de saúde e compartilhamento da rede de credenciados da Caixa para o Saúde Caixa
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Acordo de cooperação	0005/2014	25/06/2014	25/06/2019	1852014401/8000	Nupae	Cessão do <i>software</i> SEI – sistema eletrônico de informação, criado pelo TRF4, para o trâmite virtual dos processos administrativos no TRF1
Banco Santander (Brasil) S.A	Convênio	0001/2014	22/07/2014	22/07/2019	05439/2003	Dipag	Abertura de crédito para empréstimo em consignação em folha de pagamento, a ser concedido pelo banco Santander aos servidores ativos, inativos e pensionistas do TRF 1ª Região, com o consequente estabelecimento de rotinas operacionais para viabilizar o desconto, em folha de pagamento, dos encargos mensais relativos aos créditos concedidos.
Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda.	Termo de compromisso	0001/2014	13/08/2014		05810/2006	Divob	Disciplinar a forma, os procedimentos e os prazos que deverão ser observados pelo escritório Niemeyer na resolução de pendências atuais e na correção de quaisquer falhas, erros ou omissões já identificados nos projetos e nos documentos que os acompanham ou que venham a ser constatados durante os trabalhos de sua atualização.
Fundação Educacional Monsenhor Messias – FEMM	Convênio	0002/2014	03/11/2014		2342842014401/8000	Cojef	Renovar a parceria entre o TRF 1ª Região e a Fundação Educacional Monsenhor Messias – FEMM, para manutenção no centro universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM do posto avançado de atendimento do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG.



Fornecedor	Tipo de instrumento	Número	Início	Término	N. do processo	Gestor	Objeto contratado
Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo	Termo de adesão	0001/2015	11/02/2015		3936362014401/8000		Viabilizar ao Tribunal o acesso e a utilização da Central Nacional de Disponibilidade de Bens – CNIB, do sistema de penhora eletrônica de imóveis (penhora online) e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela central registradores de imóveis, relacionados com os cartórios de registros imóveis integrados aos sistemas.
Ministério do Meio Ambiente	Termo de adesão	0002/2015	30/04/2015	30/04/2020	4152942014401/8000	Diges	Integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, visando à inserção da variável socioambiental cotidiano da instituição e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.
Banco Alfa S.A.	Convênio	0002/2015	27/05/2015	27/05/2020	9958762015401/8000	SecGP	Abertura de crédito para empréstimo em consignação em folha de pagamento a ser concedido pelo banco Alfa S.A aos servidores ativos (ocupantes de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas), inativos e pensionistas do TRF 1ª Região, com o consequente estabelecimento de rotinas operacionais para viabilizar o desconto, em folha de pagamento, dos encargos mensais relativos aos créditos concedidos.
Caixa Econômica Federal – CEF	Cooperação técnica	0001/2015	15/06/2015	15/06/2020	01043/2007	Dipag	Processamento pela caixa de créditos provenientes de folha de pagamento gerada pelo TRF, lançados na conta dos servidores em contrapartida da efetivação de débito na conta-corrente do TRF
Senado Federal	Termo de cooperação	0002/2015	19/06/2015	19/06/2020	8529742015401/8000	Secor	Estabelecimento de ações que possibilitem o ressarcimento das despesas relativas à manutenção e conservação dos imóveis funcionais pertencentes à reserva técnica do Senado e ocupados pelo TRF 1ª Região
Companhia Imobiliária de Brasília –Terracap	Convênio	0049/2015	04/11/2015		17355892015401/8000	Dipag	Definir os deveres e as responsabilidades dos partícipes, na operacionalização de financiamento de terrenos adquiridos do consignatário em processo licitatório, permitindo o pagamento das prestações por meio de consignação em folha de pagamento dos magistrados, servidores e pensionistas civis do consignante
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	Convênio	0004/2015	17/11/2015		18658412015401/8000	Corej	Manutenção e gestão de listagens individuais de precatórios em sua respectiva origem

### 8.3 Permissões e autorizações de uso

Quadro 39 – Permissões e autorizações de uso

Fornecedor	Tipo de Instrumento	Número	Assinatura	Início	Término	Número do processo	Valor total R\$	Gestor	Objeto contratado
Maria da Conceição Souza Melo	Autorização de uso	0001/2007	26/07/2007	26/07/2007	26/07/2017	05494/2007	0,00	Diseg	Autorização de uso de área correspondente a 4,50 m² das dependências do TRF 1ª Região para funcionamento de uma livraria

Caixa Econômica Federal – CEF	Permissão de uso	0003/2011	07/07/2011	01/08/2011	01/08/2021	242252015401/8000	0,00	Dieng	Permissão de uso à Caixa Econômica Federal da área correspondente a 236,51 m <sup>2</sup> das dependências do TRF 1ª Região
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seção DF	Cessão de uso	0001/2012	23/02/2012	23/02/2012	23/02/2022	2742642015401/8000	0,00	Dieng	Cessão de uso à Ordem dos Advogados do Brasil da área correspondente a 30,70m <sup>2</sup> , situada no edifício Sede II do TRF 1ª Região
Banco Santander (Brasil) S.A	Permissão de uso	0001/2012	29/03/2012	29/03/2012	29/03/2022	2733052015401/8000	0,00	Dieng	Permissão de uso de áreas situadas no edifício Sede II e Cidade do Cabo Frio, totalizando 39,15 metros quadrados, destinadas à instalação de agência e terminais de autoatendimento bancário.
Associação dos Servidores da Justiça Federal – Assejufe	Permissão de uso	0001/2013	24/06/2013	24/06/2013	24/06/2023	26190662015401/8000	0,00	Dieng	Permissão de uso não onerosa à Associação dos Servidores da Justiça Federal da 1ª Região – Assejufe da área correspondente a 32,82 m <sup>2</sup> nas dependências do TRF 1ª Região

#### 8.4 Licitações

Quadro 40 – Licitações em andamento – jan./2016

Seq.	Processo	Requisitante	Objeto	Data abertura licitação	Valores estimados	Andamento em jan./2016
1	0012596-82.2015	Dimap	Aquisição de material de expediente	04/12/2015	R\$ 158.913,38	Análise amostras
2	0003204-21.2015	Ditec	Aquisição de racks, switches (KVM) e consoles (KVT)	29/12/2015	R\$ 1.948.362,67	Análise propostas
3	0004863-65.2015	Secin	Manutenção corretiva para o sistema de ponto eletrônico	11/02/2016	R\$ 279.397,54	Aguarda abertura
4	0018068-64.2015	Dieng	Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores	11/02/2016	R\$ 8.200,00	Aguarda abertura
5	0022691-74.2015	Ascom	Produção de legendas ocultas, <i>closed caption</i>	11/02/2016	R\$ 32.240,00	Aguarda abertura
6	0022708-13.2015	Ascom	Contratação de empresa na prestação de área de comunicação social		R\$ 2.409.611,16	Ajuste no TR
7	0018872-32.2015	Dimap	Aquisição de copos e guardanapos descartáveis		R\$ 112.408,13	Revisão no TR e minuta do edital
8	0017079-58.2015	Diasa	Contratação de empresa para serviços de lavanderia		R\$ 23.797,28	Ajuste no TR
9	0020782-94.2015	Secol	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de <i>coffee break</i>			Pesquisa de preço
10	0010337-17.2015	Secbe	Serviços de saúde e gestão de ambulatórios médicos		R\$ 226.661,66	Elaborar minuta de contrato
11	0001807-58.2014	Secbe	Contratação de empresa de p/ serviços de apoio administrativo na área de auditoria médico-hospitalar		R\$ 16.664.372,70	Análise do novo TR
12	0018077-26.2015	Diseg	Gêneros alimentícios		R\$ 164.276,38	Aprovar minuta do edital
13	0001949-28.2015	Secin	Contratação de serviços de acesso à internet		R\$ 999.042,60	Ajuste no TR
14	0010945-15.2015	Secin	Contratação (prestação) de serviços de acesso móvel à internet 4G		R\$ 49.008,96	Análise do novo TR

Seq.	Processo	Requisitante	Objeto	Data abertura licitação	Valores estimados	Andamento em jan./2016
15	0009678-08.2015	Asrep	Recepcionista cerimonial		R\$ 15.000,00	Ajuste no TR
16	0009198-30.2015	Sesup	Seguradora, para cobertura contra incêndio, raio e explosão dos bens imóveis e móveis		R\$ 31.222,72	Análise do novo TR
17	0016026-42.2015	Dieng	Aquisição de lâmpadas e reatores		R\$ 48.315,90	Pesquisa de preço
18	0018262-64.20156	Diseg	Contratação de serviços controle de pragas urbanas		R\$ 40.013,47	Elaborar minuta de contrato
19	0006213-25.2014	Diasa	Fornecimento de medicamentos e produtos médico-hospitalares		R\$ 12.367,98	Análise do novo TR
20	0019474-23.2015	Dimap	Aquisição de calculadoras		R\$ 28.322,80	Análise do novo TR
21	0017510-92.2015	Secin	Aquisição de solução de segurança da informação		R\$ 4.733.302,45	Revisão do TR e minuta do edital
22	0018871-47.2015	Dimap	Aquisição de pilhas e baterias		R\$ 16.691,21	Revisão do TR e minuta do edital
23	0016953-08.2015	Asrep	Reforma das cadeiras do salão nobre		R\$ 16.928,33	Análise do TR
24	0013696-72.2015	Diseg	Aquisição de coletes balísticos		R\$ 18.730,81	Análise do TR
25	0020245-98.2015	Dieng	Aquisição de materiais de pintura		R\$ 11.157,03	Análise do TR
26	0023307-49.2015	Dimap	Aquisição de papel A4		R\$ 179.016,00	Revisão do TR e minuta do edital
27	0018877-54.2015	Dimap	Aquisição de material de acondicionamento e embalagem		R\$ 388.419,60	Revisão do TR e minuta do edital
28	0018722-51.2015	Dieng	Fornecimento, instalação e remoção de película		R\$ 18.320,00	Análise do TR
29	0019167-69.2015	Dieng	Aquisição de material de vidraçaria		R\$ 7.117,40	Verificar disponibilidade de compra direta
30	0022291-60.2015	Dieng	Aquisição de material para manutenção de equipamento de ar-condicionado		R\$ 22.899,85	Revisão do TR e minuta do edital
31	0023263-30.2015	Dieng	Fornecimento e instalação de persianas		R\$ 188.525,08	Análise do novo TR
32	0011366-05.2015	Dieng	Aquisição de materiais de hidráulica		R\$ 11.409,48	Para exclusão de minuta de ata de registro de preço
33	0018677-47.2015	Diatu	Aquisição de terminal de autoatendimento		R\$ 2.502.282,50	Análise do TR
34	0002615-29.2015	Nugti	Aquisição de impressoras <i>laser</i> , multifuncional e consumível		R\$ 5.585.442,60	Análise do TR
35	0024109-47.2015	Dieng	Aquisição de forro teto		R\$ 69.391,63	Revisão do TR e minuta do edital
36	0025083-84.2015	Dieng	Análise da qualidade do ar		R\$ 36.746,06	Análise do TR
37	0018803-97.2015	Dieng	Aquisição e instalação de pisos e rodapés		R\$ 88.199,33	Análise do TR
38	0024507-91.2015	Secin	Contratação de empresa para emissão de certificado digital		R\$ 10.485.158,40	Análise do TR
39	0011386-93.2015	Dieng	Aquisição de materiais de hidráulica		R\$ 30.473,99	Análise do TR
40	0006442-82.2014	Secin	Renovação e aquisição de licenças de assistência, manutenção e suporte técnico		R\$ 7.963.897,92	Análise do TR

Seq.	Processo	Requisitante	Objeto	Data abertura licitação	Valores estimados	Andamento em jan./2016
41	0018071-19.2015	Diseg	Fornecimento de peças para veículos do TRF		R\$ 133.242,48	Análise do TR
42	0025193-83.2015	Secin	Contratação de empresa elaboração do projeto básico executivo – CPD		R\$ 44.268,05	Ajuste no TR
43	0003160-36.2014	Secin	Aquisição de chassis (gabinete) e lâminas blades		R\$ 29.393.921,09	Análise do TR
44	0024113-84.2015	Dieng	Aquisição de materiais de alvenaria		R\$ 28.721,20	Análise do TR
45	0007972-87.2015	Diasa	Aquisição de material médico e odontológico		R\$ 27.308,84	Ajuste no TR
Fonte: Nulit 04/02/2016						

## 9 Relação de sindicâncias e processos administrativos disciplinares

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui unidade específica para processamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, denominada Núcleo de Apoio a Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares – Nupad, subordinado ao Gabinete do Diretor-Geral.

O referido Núcleo possui a atribuição básica de promover a apuração de responsabilidade administrativa ou civil de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, e ainda:

- ☞ manifestar-se sobre a regularidade de PADs com indicativo de demissão oriundos das Seções Judiciárias da 1ª Região;
- ☞ prestar informações e orientações para as Seccionais acerca de sindicâncias e PADs.

Não há, no momento, sindicâncias ou processos administrativos disciplinares em andamento. A Comissão Permanente Disciplinar, no exercício de 2015, atuou nos seguintes processos:

Quadro 41 – Processos de sindicância e PADs

<b>PAe 0007185-58.2015.4.01.8000 (Portaria Presi 162/2015)</b>
Objeto: Apurar responsabilidade por inassiduidade e impontualidade de servidor.
Conclusão em 5/8/2015: Foi sugerida a aplicação da penalidade de suspensão por 15 dias e acompanhamento pela área de saúde.
<b>PAe 0011884-92.2015.4.01.8000 (Portaria Presi 229/2015)</b>
Objeto: Apurar eventual abandono de cargo e inassiduidade habitual do servidor.
Conclusão em 17/7/2015: Sugerida lotação em unidade de acordo com o perfil, sendo assistido temporária e sistematicamente por equipe de profissionais da área de psicologia/psiquiatria; assistência social e de recursos humanos deste Tribunal.
<b>PAe 0004151-12.2014.4.01.8000 (Portaria Presi 413/2014)</b>
Objeto: Apurar responsabilidade acerca do uso de viatura deste Tribunal para levar a filha de desembargador federal ao <i>ballet</i> no Jardim Botânico.
Conclusão em 9/2/2015: Sugerida que a área de transporte, ao receber pedidos que contrariem norma, deverá comunicar imediatamente à autoridade superior para adoção das providências pertinentes.
<b>PAe 0005820-66.2015.4.01.8000 (Portaria Diges 161/2015)</b>
Objeto: Apurar responsabilidade por uso indevido de computador deste Tribunal para alteração do perfil da Presidente da República, Dilma Rousseff, no site Wikipédia.
Conclusão em 23/4/2015: Sugerida aplicação da penalidade de advertência nos termos do art. 129 da mesma lei.

# 10 Situação atual das contas do Tribunal perante o TCU

## 10.1 Situação do Julgamento das Contas do TRF da 1ª Região pelo Tribunal de Contas da União

Em 2015, o Tribunal de Contas da União – TCU julgou regulares as contas da Seção Judiciária do Acre relativas ao exercício 2002, dando quitação plena aos responsáveis Jair Araújo Facundes, Francisco Martins Ferreira, Selmar Saraiva da Silva Filho, Lélis Gonçalves Souza e Mark Yshida Brandão. Contudo, manteve sobrestadas as contas do responsável Pedro Francisco da Silva até o trânsito em julgado da Tomada de Contas Especial TC-013.777/2014-9, conforme Acórdão 1.275/2015 - 1ª Câmara - DOU de 09/03/2015.

Assim, as contas relativas aos exercícios 2001 e 2002, ambas da Seção Judiciária do Acre, permanecem sobrestadas em relação a determinados responsáveis e pendentes de julgamento pelo TCU, de acordo com o constante do quadro seguinte.

Quadro 42 – Contas relativas aos exercícios de 2001-2002 pendentes de julgamento pelo TCU

Exercício	Processo	Acórdão	Histórico do processo
2001	TC 005.801/2002-5	–	21/11/2014 – Sobrestado até o pronunciamento definitivo no processo TC 013.777/2014-9.
			03/09/2014 – Excluído motivo de sobrestamento.
			13/08/2014 – Relatoria alterada do ministro Valmir Campelo para o ministro Bruno Dantas.
			11/10/2002 (DC-1304-36/02-P) – Sobrestado.
2002	TC-007.193/2003-5	1.275/2015 – TCU 1ª Câmara – Relação 03/2015 – DOU de 09/03/2015	07/04/2015 – Sobrestado. Motivo: Sobrestar as contas do Sr. Pedro Francisco da Silva até o trânsito em julgado da Tomada de Contas Especial TC-013.777/2014-9, nos termos do Acórdão 1.275/2015 - 1ª Câmara.
			Contas regulares dos Srs. Jair Araújo Facundes, Francisco Martins Ferreira, Selmar Saraiva da Silva Filho, Lélis Gonçalves Souza e Mark Yshida Brandão, dando-se quitação plena a esses responsáveis, mantendo-se sobrestadas as contas do Sr. Pedro Francisco da Silva até o trânsito em julgado da Tomada de Contas Especial TC-013.777/2014-9, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público junto ao TCU.
			11/11/2014 – Distribuído para o gabinete da Subprocuradora-Geral Cristina Machado.
			10/11/2014 – Enviado para parecer do MP por Secex-AC.
			03/09/2014 – Excluído motivo sobrestamento de processo.
			19/12/2012 – Relatoria alterada de MIN-AN para MIN-BZ.
			13/08/2004 – Sobrestado.

No que respeita ao julgamento das contas relativas aos dez últimos exercícios, retrata-se a situação atualizada no quadro a seguir, conforme consulta de movimentação processual feita ao sítio eletrônico do TCU em 12/02/2016.

Quadro 43 – Situação Atual dos Processos de Contas do TRF da 1ª Região – últimos exercícios

Exercício	Processo	Acórdão	Observação
2005	TC 015.012/2006-7	5.094/2012 – 2ª Câmara – DOU de 30/07/2012	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2006	TC-019.899/2007-9	3.582/2008 – 2ª Câmara – DOU de 25/09/2008	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2007	TC-018.750/2008-6	2.756/2009 – 2ª Câmara	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2008	TC-015.023/2009-5	4.580/2010 – 1ª Câmara – DOU de 05/06/2009	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2009	TC-022.943/2010-2	2.586/2015 – 1ª Câmara – DOU de 20/05/2015	Contas regulares com quitação plena aos responsáveis.
2010	TC-026.219/2011-5	5.850/2012 – 1ª Câmara – DOU de 05/10/2012	TRF: contas regulares com ressalva, com quitação.
			Seções judiciárias: contas regulares com quitação plena.
2011	TC-021.592/2012-8	1295/2016 – 2ª Câmara - DOU de 25/2/2016	Contas julgadas regulares e quitação plena aos responsáveis.
2012	TC 021.769/2013-3	6.630/2015 – TCU – 1ª Câmara – DOU de 05/11/2015	Contas julgadas regulares e quitação plena aos responsáveis.
2013	–	–	O TRF1 foi dispensado de apresentar o processo de contas, portanto as contas do exercício 2013 não serão julgadas pelo TCU.
2014	027.545/2015-6	–	Últimas movimentações do processo:
			22/01/2016 – Documentos elementos comprobatórios/evidências juntados ao processo por SecexAdministração. Em tramitação.
			22/01/2016 – Peça n. 9 do tipo elementos comprobatórios/evidências (doc. 54 710 360-8) desentranhada do processo por SecexAdministração/D1 – Motivo: erro na juntada.
			22/01/2016 – Documentos elementos comprobatórios/evidências juntados ao processo por SecexAdministração.
			07/10/2015 – Situação aberto: Unidade responsável técnica alterada de SecexAdmin para SecexAdministração/D1 por SecexAdministração.

No tocante às contas referentes ao exercício de 2015, o TCU, por meio da Decisão Normativa n. 147, de 11/11/2015, não incluiu este Tribunal e seccionais vinculadas entre as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2015 examinadas e julgadas pela Corte de Contas. Desse modo, a Justiça Federal da 1ª Região foi dispensada de constituir e apresentar ao TCU o processo de contas relativo ao exercício 2015, permanecendo a obrigação de apresentar o Relatório de Gestão e as informações suplementares previstas no art. 4º da Decisão Normativa/TCU n. 146, de 30/09/2015.

## 10.2 Situação do atendimento às diligências e aos acórdãos expedidos pelo TCU

No decorrer de 2015, foram adotadas providências para atender às solicitações, determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União dirigidas à Justiça Federal da 1ª Região, por meio de ofícios, acórdãos e diligências, conforme retratado no quadro a seguir.

Quadro 44 – Atendimento de acórdãos/diligências do TCU

Acórdão/diligência TCU	Determinação/recomendação TCU	Providências adotadas	Ofício Secoi/PAe SEI
Acórdão 3445/2014-TCU-Plenário	Recomendação aos Tribunais que passem a observar o preenchimento do requisito de tempo mínimo de 5 anos no cargo para a concessão de aposentadoria e abono de permanência.	Memorando TRF1-SECOI 4, de 14/1/2015, encaminhado à Asmag, para ciência.	PAe SEI 0000716-93.2015.4.01.8000
Ofício 16399/2014-TCU/SEFIP, de 29/12/2014	Solicita disponibilizar as informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas do TRF 1ª Região referentes ao mês de março/2015.	Instauração de processo no SEI, solicitação de atendimento à SecGP/Dipag e Secin/Disad, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU por <i>e-mail</i>	PAe 0008264-72.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi n. 27, de 6/5/2015
Acórdãos 7499/2013 – 2ª C; 363/2014-2ª C e 818/2014-2ª C	Solicita disponibilizar as informações cadastrais e financeiras de todos os magistrados e servidores em atividade no TRF 1ª Região, excluindo-se apenas os cedidos e desligados (aposentadoria, falecimento, exoneração) referentes ao mês de julho/2015.	Instauração de processo no SEI e solicitação de atendimento à SecGP/Dipag e Secin/Disad, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU	PAe 0016093-07.2015.4.01.8000 Atendimento por <i>e-mail</i> enviado ao TCU 4dt@tcu.gov.br, de 19/8/2015
Ofício 4138/2015-TCU/SEFIP, de 1/4/2015	Apurar indícios de irregularidades identificadas pela equipe de auditoria do TCU na folha de pagamento do mês de março/2015 - rubrica art. 192 da 8.112/9090 cumulada com subsídio aos magistrados	Instauração de processo no SEI e solicitação de preenchimento da planilha pelas seccionais e TRF1, conferência das planilhas pela Secoi e envio ao TCU por meio de ofício	PAe 0016017-80.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi nºs 34 e 38, de 31/7 e 9/9/2015
Acórdãos 7499/2013 – 2ª C; 363/2014-2ª C e 818/2014-2ª C	Solicita o envio de documentos/esclarecimentos referentes à pensão instituída por Geraldo do Vale Neves	Encaminhados esclarecimentos da área de recursos humanos e documentação comprobatória	PAe 0016604-05.2015.4.01.8000 Ofício/Secoi 35 e 37, de 17/7 e 10/8/2015
Comunicação de Fiscalização	Fiscalização em folhas de pagamento referente a março/2015 – acúmulo de cargos públicos e pagamento de auxílio alimentação. Solicita preenchimento de planilhas apresentando o posicionamento do TRF, bem como as providências tomadas para correção das situações encontradas ou o fundamento legal que as ampara.	Instauração de processo no SEI e solicitação de atendimento às seccionais, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU	PAe 0019227-42.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 001, de 25/9/2015
Ofício 278-06/2015 – TCU/SEFIP/Diaup, de 16/7/2015	Fiscalização em folhas de pagamento referente a março/2015 – indícios de pagamento acima do teto constitucional identificados na folha de pagamento de magistrados do TRF 1ª Região. Solicita preenchimento de planilhas apresentando o posicionamento do TRF, bem como as providências tomadas para correção das situações encontradas ou o fundamento legal que as ampara.	Instauração de processo no SEI e solicitação de atendimento às seccionais, conferência das planilhas pela Secoi e envio da documentação ao TCU	PAe 0021024-53.2015.4.01.8000 Ofício/Divea 004, de 20/10/2015
Diligência	Considera ilegal o ato de aposentadoria de J. J., ordenando o cancelamento do registro efetuado, em razão de averbação de tempo de serviço em duplicidade para obtenção de benefícios previdenciários distintos.	Encaminhados esclarecimentos prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, referentes ao cumprimento das determinações contidas	PAe 0021633-36.2015.4.01.8000
Ofício 278-67/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 27/7/2015			
Ofício 278-84/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 30/9/2015			
Acórdão 2.305/2015 - Plenário			



Acórdão/diligência TCU	Determinação/recomendação TCU	Providências adotadas	Ofício Secoi/PAe SEI
Ofício/SEFIP 13.790, de 29/9/2015	Determina a suspensão do pagamento, com a ciência do servidor, bem como a emissão de novo ato.	no acórdão, bem como cópia da documentação que comprova que o servidor tomou ciência do teor do mencionado acórdão.	Ofício /Divea 005, de 22/10/2015
Acórdãos 2377/2015 – TCU – Plenário e Acórdão 2515/2011-TCU –Plenário	Os referidos acórdãos tratam de modificação do entendimento do TCU a respeito de concessão de pensão civil a menor sob guarda, irmão órfão, e inválido, e à pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21 anos.	A SecGP, por meio da Dilep, divulgou o acórdão às seccionais para ciência e providências. Foram juntadas aos autos e analisadas pela Secoi/Divea as notificações feitas aos pensionistas das Seccionais do Maranhão, Amazonas e Mato Grosso.	PA SEI n. 0023363-82.2015.4.01.8000
Ofício 15700/2015-TCU/SEFIP, de 20/10/2015	Solicita notificar pensionistas que se enquadrem na situação prevista no acórdão 2.377/2015 para cientificá-los de que podem interpor pedido de reexame ao TCU no prazo de 180 dias.		OFÍCIO/SECOI N. 3, de 4/2/2016
Acórdão 625/2009 - 2C	Considera ilegal e nega registro ao ato de concessão de aposentadoria à servidora da Seção Judiciária do Distrito Federal, C. M. M. C., interrompe o pagamento decorrente das parcelas impugnadas, determina a ciência do inteiro teor do acórdão à interessada e a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas.	Encaminhadas informações prestadas pela área de recursos humanos deste Tribunal, bem como documento que comprova que a servidora tomou ciência em 26/03/2009 do teor do referido acórdão.	PAe 0000713-41.2015.4.01.8000
Ofício/SEFIP 16.072/2014, de 18/12/2014			OFÍCIO/SECOI 009, de 2/2/2015
Acórdão 5.694/2015 - 2C		Encaminhados esclarecimentos prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal e nova ficha de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada no referido acórdão.	PAe 0019643-10.2015.4.01.8000
Ofício/SEFIP 11.779, de 01/09/2015	Determina o cadastramento no Sisac de novo ato de aposentadoria de H. Z. S., livre das irregularidades apontadas no Acórdão 1025/2009-TCU-2ª Câmara.		OFÍCIO/DIVEA 002, 30/9/2015
Acórdão 5.101/2015 - 2C		Encaminha nova ficha de concessão de aposentadoria livre das irregularidades apontadas no acórdão, bem como cópia do documento e comprovação de ciência do referido servidor acerca do do citado acórdão.	PAe 0019077-61.2015.4.01.8000
2078/2009	Determina o cadastramento no Sisac de novo ato de aposentadoria de J. A. A., escoimado das irregularidades apontadas no Acórdão 2078/2009-TCU-2ª Câmara.		OFÍCIO/SECOI 39, 22/9/2015
Ofício/SEFIP 10.584, de 17/08/2015			
Diligência		Encaminhada documentação esclarecendo a origem das vagas nas quais foram investidos os servidores citados no referido ofício.	PAe 0023459-97.2015.4.01.8000
Ofício/SEFIP 16.318, de 26/10/2015	Solicita esclarecer a origem das vagas nas quais foram investidos R. M. M. A., R. R. S., R. M. P. e T. L. F. S.		OFÍCIO/DIVEA n. 007, de 16/11/2015
Acórdão 6.492/2015 - 1C		Encaminhados esclarecimentos prestados pela Divisão de Cadastro de Pessoal deste Tribunal, bem como novo formulário de admissão livre da irregularidade apontada no referido acórdão.	PAe 0024861-19.2015.4.01.8000
Ofício/SEFIP 17.730, de 11/11/2015	Solicita esclarecimentos e o encaminhamento de novo formulário de admissão de C. S. O. livre das irregularidades apontadas no referido acórdão.		OFÍCIO/DIVEA n. 007, 27/11/2015
Acórdãos 7499/2013 – 2ª C; 363/2014-2ª C e 818/2014-2ª C	Solicita disponibilizar informações cadastrais e respectivas fichas financeiras referentes ao mês de	A diligência foi encaminhada à SecGP e Secin, para adoção de providências, com	PAe n. 0001824-26.2016.4.01.8000

Acórdão/diligência TCU	Determinação/recomendação TCU	Providências adotadas	Ofício Secoi/PAe SEI
Ofício 14063/2015-TCU-SEFIP, de 1/10/2015	setembro/2015 de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas do TRF 1ª Região.	solicitação de retorno a esta Secretaria até 16/2/2016, para conferência.	Providências estão sendo adotadas pela Divisão de Pagamento e Divisão de Sistemas Administrativos para que a documentação seja enviada ao TCU até 25/02/2016.

# 11 Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre

## RESOLUÇÃO PRESI 2\*

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000,

RESOLVE:

**Art. 1º** Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Administração, o **Relatório de Gestão Fiscal** do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, exigido pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, referente ao 3º quadrimestre de 2015, na forma dos Anexos, bem como autorizar sua publicação no Diário Oficial da União e na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida Lei.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF 1ª Região**, em 27/01/2016, às 10:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portalt rf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **1712375** e o código CRC **D0E694FA**.

### ANEXO I

**UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015**

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00			
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas		Total
	(a)		(c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.128.281.993,64	13.636.312,97	2.141.918.306,61
Pessoal Ativo	1.823.705.525,08	9.954.840,80	1.833.660.365,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	304.576.468,56	3.681.472,17	308.257.940,73
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	272.110.310,83	4.323.980,76	276.434.291,59
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.739.066,85	13.566,96	2.752.633,81
Despesas de Exercícios Anteriores	8.249.966,49	4.067.343,00	12.317.309,49
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	261.121.277,49	243.070,80	261.364.348,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	1.856.171.682,81	9.312.332,21	1.865.484.015,02

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.049,70		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,28%	0,00%	0,28%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,46%	3.085.226.550,77	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,43%	2.930.965.223,23	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,41%	2.776.703.895,69	
FONTE: Tesouro Gerencial, Resolução CJF 250/2013 e Portaria STN 20/2016.			
<b>Notas:</b> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.			

**ANEXO V**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015**

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")						R\$ 1,00		
Destinação de recursos	Disponibilidade de caixa bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição de restos a pagar não processados)	Restos a pagar empenhados e não liquidados no exercício	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)			
00 - Recursos Ordinários	334.256.377,88	6.398.885,18	1.919.903,68	135.730.588,82	643.768,56	189.563.231,64	190.165.244,70	
27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	28.186.342,35	182.812,88	1.170.776,36	4.462.058,64	-1.047,19	22.371.741,66	22.370.694,47	
50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.933.213,61	2.871,00		9.316,60		1.921.026,01	903.769,27	
51 - Cont. Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	42.887,45				326,26	42.561,19		
53 - Contribuição P/Financiam. da Seguridade Social	28.961,91					28.961,91		
56 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	212.677,90			21.677,90		191.000,00	191.000,00	
69 - Contrib. Patronal P/Plano de Segurid.Soc.Serv.	368.379,85			316.309,05		52.070,80	52.070,80	
81 - Recursos de Convênios	2.049.191,74				1.630.858,98	418.332,76		
88 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	7.893.884,28		182.128,65			7.711.755,63	7.707.858,63	
90 - Recursos Diversos	1.374.151,32				1.593.927,08	-219.775,76		

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")						R\$ 1,00		
Destinação de recursos	Disponibilidade de caixa bruta	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição de restos a pagar não processados)	Restos a pagar empenhados e não liquidados no exercício	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	376.346.068,29	6.584.569,06	3.272.808,69	140.539.951,01	3.867.833,69	222.080.905,84	221.390.637,87	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)								
TOTAL (III) = (I + II)	376.346.068,29	6.584.569,06	3.272.808,69	140.539.951,01	3.867.833,69	222.080.905,84	221.390.637,87	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>								
FONTE: Tesouro Gerencial								
Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.								
Nota: <sup>2</sup> As demais obrigações financeiras na fonte 00 - Recursos ordinários decorrem de erros em eventos contábeis que resultaram em obrigações no passivo sem os respectivos saldos nas contas de controle de empenho nas UGs 090003/JFPA, 090027 e 090049/TRF 1ª Região.								
Nota: <sup>3</sup> As demais obrigações financeiras na fonte 27 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário decorrem de falta de reclassificação de passivo de 2014 transposto para a fonte 90 - Recursos diversos na UG 090003/JFPA.								
Nota: <sup>4</sup> As demais obrigações financeiras na fonte 51 - Cont. Social S/O Lucro das Pessoas Jurídicas decorrem de falta de reclassificação de transferência financeira recebida pela UG 090027/TRF 1ª Região, referente a devolução de despesa efetuada por meio documento PF - Nota de programação financeira, em vez de GRU - Guia de recolhimento da União.								
Nota: <sup>5</sup> As demais obrigações financeiras na fonte 81 - Recursos de Convênios decorrem de apropriação de restituição à instituição repassadora de recursos não aplicados, que aguarda autorização para liquidação.								
Nota: <sup>6</sup> As demais obrigações financeiras na fonte 90 - Recursos Diversos são referentes a depósitos de cauções e retenções de encargos trabalhistas (Resoluções CNJ 98/2009 e 169/2013), estas últimas na UG 090024/JFAC, em face de não reclassificação para nova conta do PCASP.								
Nota: <sup>7</sup> Recursos a Receber para RP (valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta): fonte 00 (R\$ 211.773.871,70), fonte 27 (5.342.967,79), fonte 51 (R\$ 4.919,00), fonte 69 (R\$ 242.373,23) e fonte 88 (R\$ 4.023.462,59).								
Nota: <sup>8</sup> A insuficiência na disponibilidade de caixa líquida na fonte 00 - Recursos Ordinários decorre dos erros em procedimentos contábeis citados na Nota 2, que resultaram em apuração inferior de recursos a receber na UG 090003/JFPA. Nas UGs 090027 e 090049/TRF 1ª Região, o passivo financeiro indevido será baixado, a saber: R\$ 4.954,65 e (UG 090027) e R\$ 668.494,49 (UG 090049).								
Nota: <sup>9</sup> O valor negativo na fonte 90 - Recursos Diversos decorre de falta de reclassificação, pela UG 090003/JFPA, de passivo de 2014 transposto para essa fonte, relativo a empenhos (fontes 00 e 27), bem como da reclassificação, pela mesma UG, de ativo transposto para 2015 na fonte 77 - Fonte a classificar para a fonte 00, em vez da 90, por se tratar de cauções.								
Nota: <sup>10</sup> Os ajustes contábeis necessários serão efetuados no Siafi 2016.								

## 12 Situação atual do Pro-Social

O Pro-Social tem natureza jurídica de um programa, instituído com fundamento nos arts. 184 e 230 da Lei 8.112/1990, sob a modalidade de autogestão, sem finalidade lucrativa, que executa recursos orçamentários da ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores (AMOS) e recursos próprios.

Sua administração é realizada por meio da Secretaria de Bem-Estar Social – Secbe, subordinada à Diretoria-Geral, e do Conselho Deliberativo do Pro-Social, presidido pelo Presidente do Tribunal, aos quais competem a prática de atos de gestão necessários à execução dos planos e programas instituídos pelo Pro-Social, a coordenação, o planejamento e a execução do sistema de serviços de assistência à saúde e qualidade de vida, visando a desenvolver ações que atuem na promoção de saúde, no bem-estar biopsicossocial e prevenção de doenças em magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região e dependentes.

Nas seções judiciárias existem núcleos de bem-estar social ou seções de bem-estar social, conforme a organização administrativa adotada em cada seccional, que exercem funções similares à Secbe do Tribunal.

### 12.1 Situação encontrada em abril de 2014

A Administração teve uma atenção especial em relação ao Programa de Saúde dos Magistrados e Servidores na atual gestão. Em meio a uma crise financeira e de credibilidade, foram adotadas duas frentes: de austeridade no cumprimento e formalidade dos atos administrativos e de regulamentação do programa e uma agenda positiva de divulgação dos benefícios e vantagens do programa, de valorização daqueles envolvidos com a área, com envolvimento da Assessoria de Comunicação e as seccionais.

Destaque-se a obtenção de recursos por meio de emendas parlamentares a fim de trazer estabilidade para a reserva financeira do Programa. Nesse esforço foi obtido algo em torno de R\$ 27.000.000,00 (vinte sete milhões de reais) que reforçaram as dotações do programa.

O Regulamento-Geral do Pro-Social (RGPS) passou por três alterações subsecutivas, voltadas para a forma de captação e custeamento das despesas, por meio das Resoluções Presi/Secbe 6 de 30/04/2013, 31 de 18/12/2013 e 9 de 23/04/2014, como medida de emergência em vista da crise financeira enfrentada pelo Programa, que culminou com a reserva financeira atingindo R\$ 53 milhões em dezembro de 2012, para fazer face à despesa mensal média de R\$ 10 milhões/mês.

Como resultado das alterações no custeio e na contribuição fixa promovidas no ano de 2013, para recuperar as receitas e restabelecer o equilíbrio financeiro, o número de inscritos no Programa foi drasticamente reduzido de 24 mil para 19 mil participantes, com expressiva repercussão na capacidade financeira. Ademais, as despesas ao final de 2013 se apresentaram ainda maiores que as de 2012.

Essa situação exigiu da gestão anterior medidas urgentes para evitar o colapso total do Programa, cujas propostas de recuperação foram convertidas no novo RGPS, aprovado pela Resolução Presi/Secbe 9 de 23/04/2014, que entrou em vigor em 1º de julho de 2014.

Em 2014, foram feitos esforços junto à Secor para que a contratação de profissionais destinados à prestação de assistência direta à saúde nas seções judiciárias passasse à conta dos recursos da União, em cumprimento ao art. 10 da Resolução Presi/Secbe 9/2014. Atualmente, as despesas com assistência direta nas seccionais correm à saúde de recursos da União, restando apenas as SJDF e SJMG, que ainda têm esses profissionais com recursos do Programa devido a restrições orçamentárias.

No Tribunal, as despesas com assistência direta à saúde são pagas com recursos próprios em face da existência de servidores com cargos especializados (médico, odontólogo, psicólogo e outros), em atendimento à recomendação do Tribunal de Contas da União.

## 12.2 Metas/Projetos

A execução financeira do Pro-Social registrou resultado superavitário nos anos de 2014 e 2015.

Quadro 45 – Composição dos Recursos do Pro-Social em dezembro de 2015

2014		2015	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	R\$ 44.215.200,88	<b>Saldo em 31/12/2013</b>	R\$ 44.215.200,88
Contribuição social titular	R\$ 31.607.107,26	Contribuição social titular	R\$ 31.607.107,26
Contribuição social dep. direto	R\$ 15.300.608,02	Contribuição social dep. direto	R\$ 15.300.608,02
Contribuição social dep. indireto	R\$ 1.697.532,16	Contribuição social dep. indireto	R\$ 1.697.532,16
Cota do associado	R\$ 249.744,54	Cota do associado	R\$ 249.744,54
Custeios diversos	R\$ 8.224.203,52	Custeios diversos	R\$ 8.224.203,52
Outros	R\$ 322.138,13	Outros	R\$ 322.138,13
Rendimentos	R\$ 4.829.737,58	Rendimentos	R\$ 4.829.737,58
<b>Total</b>	<b>R\$ 62.231.071,21</b>	<b>Total</b>	<b>R\$ 62.231.071,21</b>
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>R\$ 53.113.869,20</b>	<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>R\$ 53.113.869,20</b>
Recursos AMOS			
Dotação orçamentária 2014	R\$ 46.471.708,17	Dotação orçamentária 2014	R\$ 46.471.708,17
Restos a pagar inscritos de 2013	R\$ 2.624.526,17	Restos a pagar inscritos de 2013	R\$ 2.624.526,17
Receita orçamentária total 2014	R\$ 49.096.234,34	Receita orçamentária total 2014	R\$ 49.096.234,34

Esse superávit é decorrente do incremento da receita obtido por meio de emendas parlamentares à Lei Orçamentária de 2015 e devido ao aperfeiçoamento da gestão do Programa, que priorizou o saneamento de gastos e o aprimoramento dos processos internos de trabalho.

Quadro 46 – Dotação orçamentária de 2015 - AMOS

	TRF1	Seccionais	Total
LOA	8.430.828,00	50.923.644,00	59.354.472,00
Emendas	100.000,00	23.100.000,00	23.200.000,00
<b>Total</b>	<b>8.530.828,00</b>	<b>74.023.644,00</b>	<b>82.554.472,00</b>

Fonte: PAe 0011449-21.2015.4.01.8000

No exercício de 2015, houve um incremento de 77,64% em relação ao exercício 2014, no aporte de recursos da União, na Ação Orçamentária 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores (AMOS), possível em vista de remanejamento de emendas parlamentares.

A racionalização dos processos internos de trabalho no tocante à formalização, análise e pagamento dos processos administrativos de despesas do Pro-Social possibilitou a melhoria da execução de despesas com recursos da União em 44,44%, resultando na redução de 81,14% na utilização de recursos próprios.

A economia dos recursos próprios gerou o saldo de R\$ 87.189.591,64 na conta financeira do Pro-Social, posição relativa a dezembro de 2015.

Essa economia representa aumento de 64,16% de recursos disponíveis na reserva financeira em relação ao saldo de dezembro de 2014 (R\$ 53.113.869,20).

A receita excedente foi revertida para a recomposição da reserva técnica financeira do Programa.

Apresenta-se no quadro a seguir a composição dos recursos do Pro-Social em janeiro de 2016.



Quadro 47 – Composição dos recursos do Pro-Social em janeiro de 2016

2015		2016	
<b>Recursos próprios</b>			
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	R\$ 53.113.869,20	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	R\$ 87.189.591,64
Contribuição social titular	R\$ 19.781.782,50	Contribuição social titular	R\$ 1.674.012,26
Contribuição social dep. direto	R\$ 24.055.846,70	Contribuição social dep. direto	R\$ 2.000.901,14
Contribuição social dep. indireto	R\$ -	Contribuição social dep. indireto	R\$ -
Cota do associado	R\$ -	Cota do associado	R\$ -
Custeios diversos	R\$ 9.524.140,00	Custeios diversos	R\$ 985.964,89
Outros	R\$ 71.705,18	Outros	R\$ 7.706,42
Rendimentos	R\$ 8.347.930,07	Rendimentos	R\$ 903.318,83
<b>Total</b>	<b>R\$ 61.781.404,45</b>	<b>Total</b>	<b>R\$ 5.571.903,54</b>
Saldo em 31/12/2015	R\$ 87.189.591,64	Saldo em 31/01/2016	R\$ 92.117.359,75
<b>Recursos AMOS</b>			
Dotação orçamentária 2015	R\$ 82.630.472,00	Dotação orçamentária 2016	R\$ 67.004.140,00
Restos a pagar inscritos de 2014	R\$ 2.292.292,58	Restos a pagar inscritos de 2015	R\$ 1.330.215,97
Receita orçamentária Total 2015	R\$ 84.922.764,58	Receita orçamentária total 2016	R\$ 68.334.355,97

Atualmente, o Pro-Social está em fase de recuperação e de fortalecimento da reserva financeira:

Quadro 48 – Demonstrativo de receitas e despesas em 2015

MÊS	RECURSOS DA UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS								
	RESTOS A PAGAR EXECUTADO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS					DESPESAS	SALDO	
						CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO DEP DIRETO	CUSTEIOS DIVERSOS	RENDIMENTOS	OUTRAS			TOTAL
jan/15	215.176,34	2.308.009,40	335.112,12	1.972.897,28	53.113.869,20	1.617.019,46	1.999.967,43	801.859,38	457.599,95	7.770,62	4.884.216,84	2.432.773,34	55.565.312,70
fev/15	1.495.860,86	7.722.965,21	4.051.794,78	5.644.067,71	55.565.312,70	1.621.842,30	2.003.107,49	588.903,91	421.846,34	5.426,04	4.641.126,08	678.030,00	59.528.408,78
mar/15	171.460,82	11.646.728,85	10.293.604,16	6.997.192,40	59.528.408,78	1.645.375,62	2.020.571,70	747.480,39	563.790,59	4.351,94	4.981.570,24	859.092,57	63.650.886,45
abr/15	0,00	7.292.396,63	8.019.111,35	6.270.477,68	63.650.886,45	1.639.604,13	2.004.199,68	860.637,58	545.388,41	6.636,08	5.056.465,88	758.202,93	67.949.149,40
mai/15	104.541,84	8.387.375,62	10.622.216,54	4.035.636,76	67.949.149,40	1.645.303,10	2.001.031,14	782.760,03	615.844,22	8.295,18	5.053.233,67	1.885.221,47	71.117.161,60
jun/15	177.922,52	13.895.898,09	6.155.728,85	11.775.806,00	71.117.161,60	1.646.029,77	2.003.599,70	880.337,46	671.202,62	7.031,18	5.208.200,73	1.792.507,57	74.532.854,76
jul/15	1.375,21	8.784.933,72	11.364.405,40	9.196.334,32	74.532.854,76	1.650.833,80	2.001.598,54	757.902,58	780.421,13	6.627,04	5.197.383,09	499.789,90	79.230.447,95
ago/15	0,00	8.525.340,59	8.289.275,52	9.432.399,39	79.230.447,95	1.650.940,69	1.994.331,35	877.495,90	774.719,09	5.079,62	5.302.566,65	699.013,37	83.834.001,23
set/15	40.966,60	6.452.725,88	8.040.772,75	7.844.352,52	83.834.001,23	1.658.968,70	2.003.272,73	804.847,69	811.988,17	5.913,54	5.284.990,83	456.337,59	88.662.654,47
out/15	138,26	4.267.226,77	7.218.656,28	4.892.923,01	88.662.654,47	1.664.073,27	2.007.681,51	785.078,95	847.845,55	5.323,12	5.310.002,40	882.754,76	93.089.902,11
nov/15	0,00	2.177.589,88	4.569.339,48	2.501.173,41	93.089.902,11	1.667.978,02	2.005.582,36	777.474,00	884.207,70	6.105,12	5.341.347,20	5.859.041,12	92.572.208,19
dez/15	170,49	1.169.281,36	2.287.863,42	1.382.591,35	92.572.208,19	1.673.813,64	2.010.903,07	859.362,13	973.076,30	3.145,70	5.520.300,84	10.902.917,39	87.189.591,64
<b>TOTAL 2015</b>	<b>2.207.612,94</b>	<b>82.630.472,00</b>	<b>81.247.880,65</b>	<b>1.382.591,35</b>		<b>19.781.782,50</b>	<b>24.055.846,70</b>	<b>9.524.140,00</b>	<b>8.347.930,07</b>	<b>71.705,18</b>	<b>61.781.404,45</b>	<b>27.705.682,01</b>	<b>87.189.591,64</b>

FONTE: Recursos União - Secor; Recursos Próprios - DIVAF.

Nota 1: Saldo Restos a Pagar 01/01/15: R\$ 2.292.292,58

Nota 2: Saldo Restos a Pagar em 12/15 : R\$ 48.084,88

Nota 3: Restos a Pagar Cancelados: R\$ 36.594,76

### 12.3 Aprimoramento dos processos internos de trabalho

No biênio 2014-2016, priorizou-se o ajuste financeiro do Programa e, por consequência, a racionalização dos processos internos de trabalho relacionados à Divaf, em vista da crise financeira enfrentada pelo Pro-Social.

Em síntese, os ajustes realizados nos processos internos de trabalho visaram a:

- ☉ eliminar o pagamento de atividades não relacionadas às atividades finalísticas do Programa de Saúde (p. ex. despesas do Pro-Bem, pagamento de perícias funcionais e dos juizados);
- ☉ eliminar o acervo de processos administrativos de pagamento estocados em fase de análise e de pagamento, a fim de evitar "pedaladas" financeiras no saldo da reserva financeira do Programa;
- ☉ racionalizar as atividades para evitar o retrabalho, especificamente:
  - atualização do Sistema Benner (e-ProSocial), negociada com a Benner com base nos termos do Contrato 23/2009;
  - parametrização das tabelas de credenciamento no Sistema Benner (e-ProSocial);
  - racionalização das atividades de análise e pagamento de faturas e de tributos;
  - racionalização do recebimento/protocolo/autuação de processos administrativos de pagamento;
  - automação do processo de emissão das DIRPFs, realizada os serviços de assessoria e consultoria em sistemas de gestão de saúde do Pro-Social;
  - aperfeiçoamento do controle dos saldos de custeios e participação financeira no Sistema Benner (e-ProSocial); e
  - racionalização da atividade de autorização de procedimentos médicos envolvendo a Diasa e a Divaf).
- ☉ consolidar a negociação das tabelas de preços praticados com a rede credenciada, em conjunto com o grupo de gestores dos programas de saúde de autogestão do STF, STJ, TST, STM, TRF1, TJDFT, TRT-10, do Senado e do MPU;
- ☉ manter atualizadas as rotinas de atendimento, disponibilizadas na página do Pro-Social na internet, a fim de orientar quanto ao funcionamento e utilização dos programas e benefícios previstos no Regulamento-Geral do Programa, mediante revisões feitas com a supervisão técnica da Diasa.

### 12.4 Rotina de pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA

Com o apoio da Diges, a Secbe implementou rotina para pagamento das despesas de saúde assumidas em exercícios anteriores, mediante o reconhecimento de dívidas pelo ordenador de despesas, no TRF1 e Seccionais vinculadas.

Essa sistemática de pagamento de DEA tem por fundamento a Lei 4.320/1964, aplicando-se aos casos em que inexistente empenho inscrito em Restos a Pagar - RAP, para quaisquer dívidas da Administração que não foram pagas no exercício devido e precisam ser pagas no exercício corrente.

A sistemática foi fundamental para o resultado financeiro do período 2014-2015, especialmente em 2015, em vista do incremento da receita obtido com emendas parlamentares (PAe 0011449-21.2015.4.01.8000).

### 12.5 Projetos de atos normativos propostos e em tramitação

Foram apresentadas propostas de alterações evolutivas para os normativos do Exame Periódico de Saúde e do RGPS, aderentes à legislação aplicável e normativos de outros programas de autogestão do Poder Judiciário da União.

### *12.5.1 Exame Periódico de Saúde, que resultou na edição da Portaria Presi 257 de 14/06/2015, PAe 0003173-98.2015.4.01.8000.*

Foi elaborada proposta de nova normatização para o Exame Periódico de Saúde e revogação das Portarias Presi/Secbe 398/2010 e 38/2014 vigentes, objetivando o alinhamento gerencial e a adequação normativa aos dispositivos legais regentes da matéria e ao planejamento estratégico do Tribunal, bem como a facilitação do cumprimento da Meta 13 do Conselho Nacional de Justiça.

As razões para elaboração de proposta de nova normatização foram, em síntese:

- ☉ inclusão de disposições expressas no decreto regulamentador e ausentes na norma então vigente.
- ☉ inclusão dos exames especificados no decreto regulamentador e necessários, especialmente, em razão da implementação dos sistemas SEI e PJe;
- ☉ definição de parâmetros objetivos, nos moldes do decreto, para o exames;
- ☉ definição da idade para a realização de exames;
- ☉ estabelecimento da conclusão do Exame Periódico de Saúde com a emissão o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO;
- ☉ normatização de situações não previstas, surgidas na aplicação da norma em vigor.

### *12.5.2 Regulamento-Geral do Pro-Social, apresentada ao Conselho Deliberativo do Programa, PAe 0007218-48.2015.4.01.8000.*

O TRF1 contratou, por solicitação da Secbe, serviços de consultoria e assessoria técnica atuarial para avaliação da situação econômico-financeira e risco de sinistralidade do Pro-Social, nos autos do PAe 0000514-53.2014.4.01.8000.

A empresa emitiu Relatório da Avaliação Atuarial do Pro-Social, levado à apreciação do Conselho Deliberativo, que autorizou a publicação na página eletrônica junto aos relatórios financeiros do Programa.

O estudo atuarial tomou por base as informações contábeis e financeiras do período de jan./2012 a dez./2014. O parecer atuarial indicou que o Programa se encontra atualmente em equilíbrio e que, embora o custo médio assistencial líquido por beneficiário tenha elevado, ocorreu redução na morbidade populacional e na redução da despesa com consultas, registrando superávit financeiro.

As recomendações do relatório estão, basicamente, centradas na fixação de moderador de utilização e no estancamento/limitação de endividamento dos beneficiários.

Diante das recomendações, a Secbe apresentou ao Conselho Deliberativo proposta de alteração evolutiva do RGPS em dezembro de 2015, cuja discussão foi adiada para o exercício de 2016.

## **12.6 Projetos estratégicos da Secbe em tramitação**

Encontram-se em fase de tramitação interna na Secbe os seguintes projetos:

- ☉ processo de escrituração contábil do Pro-Social e emissão dos relatórios contábeis, mediante parametrização das rotinas do módulo contábil do Sistema Benner (e-ProSocial), PAe 0018729-43.2015.4.01.8000;
- ☉ rotina para cobrança de saldo devedor de beneficiários desligados, já apreciada no âmbito da Asjur-TRF1, PAe 0009952-69.2015.4.01.8000;
- ☉ Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, em fase de providências de atualização dos membros do Comitê Técnico Multiprofissional de Saúde Ocupacional – Coteso, PAe 0015980-53.2015.4.01.8000;
- ☉ Manual de Perícias Médicas da Justiça Federal do 1º e 2º graus da 1ª Região, em fase de elaboração pela junta médica do TRF1, PAe 0016392-81.2015.4.01.8000;

- ☞ Programa de Gestão em Qualidade de Vida no Trabalho, em fase reestruturação da proposta apresentada pela SecGP, em vista da transferência das atribuições de qualidade de vida no trabalho para a estrutura da Secbe, PAe 0007546-75.2015.4.01.8000;
- ☞ Instrução Normativa de Tratamento Seriado, em fase de análise das alterações propostas pela Diasa, PAe 0005751-34.2015.4.01.8000;
- ☞ normatização do Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral, em fase de reestruturação da proposta em vista da transferência das atribuições de qualidade de vida no trabalho para a estrutura da Secbe, PAe 0005265-49.2015.4.01.8000.

## 12.7 Transparência

A Secbe tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente para os conselheiros do Pro-Social, mas também aos seus beneficiários.

Dessa maneira, os relatórios de despesa e receita extraídos do Sistema e-Prososocial, por meio do *software* BI (*Business Intelligence*), em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, são disponibilizados mensalmente na intranet, após apresentação ao Conselho Deliberativo do Pro-Social, nos termos do art. 60, parágrafo único, do RGPS, de 23/04/2014, o qual estabelece que a Secbe prestará contas ao Conselho Deliberativo, mensalmente, das receitas e despesas do Pro-Social.

A tramitação de processos administrativos na Secbe é feita integralmente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI-TRF1.

## 12.8 Conselho Deliberativo do Pro-Social

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é integrado pelo presidente do TRF 1ª Região, por dois representantes dos magistrados, dois representantes dos servidores, pelo diretor-geral da Secretaria, pelo diretor da Secretaria de Recursos Humanos – Secre, pelo diretor da Secretaria de Controle Interno – Secoi, conforme composição estabelecida pelo art. 68 do novo RGPS, aprovado pela Resolução Presi/Secbe 9 de 23/04/2014, vigente a partir de 01/07/2014.

A designação dos dois representantes dos magistrados, um ativo e outro inativo, ocorreu por meio da Portaria/Presi/Secbe 230 de 11/07/2014, mediante indicação do presidente do Tribunal, na forma do RGPS.

Os representantes dos servidores ativos e inativos foram escolhidos, mediante eleição direta, entre candidatos servidores do TRF e da SJDF, que obedeceu às disposições da Portaria Presi/Secbe 222, de 03/07/2014, cuja votação foi operacionalizada por meio do sítio do Tribunal na internet, aberta à participação de todos os beneficiários titulares no Programa em exercício no TRF 1ª Região e nas seções judiciárias da 1ª Região. A nomeação ocorreu por meio da Portaria/Presi/Secbe 264, de 08/08/2014.

O Conselho Deliberativo do Pro-Social é o órgão responsável pela qualidade, eficácia e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa, exame e aprovação de propostas de modificações normas do Programa, julgamento de recursos interpostos contra atos praticados na Administração do Programa, entre outras atribuições.

A atuação de seus membros foi fundamental para execução de medidas de aporte, saneamento e conservação de recursos, que geraram resultado superavitário em 2015, revertido para recomposição da reserva financeira do Programa.

No ano de 2015, foram realizadas oito sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, tendo sido analisados 79 processos administrativos.



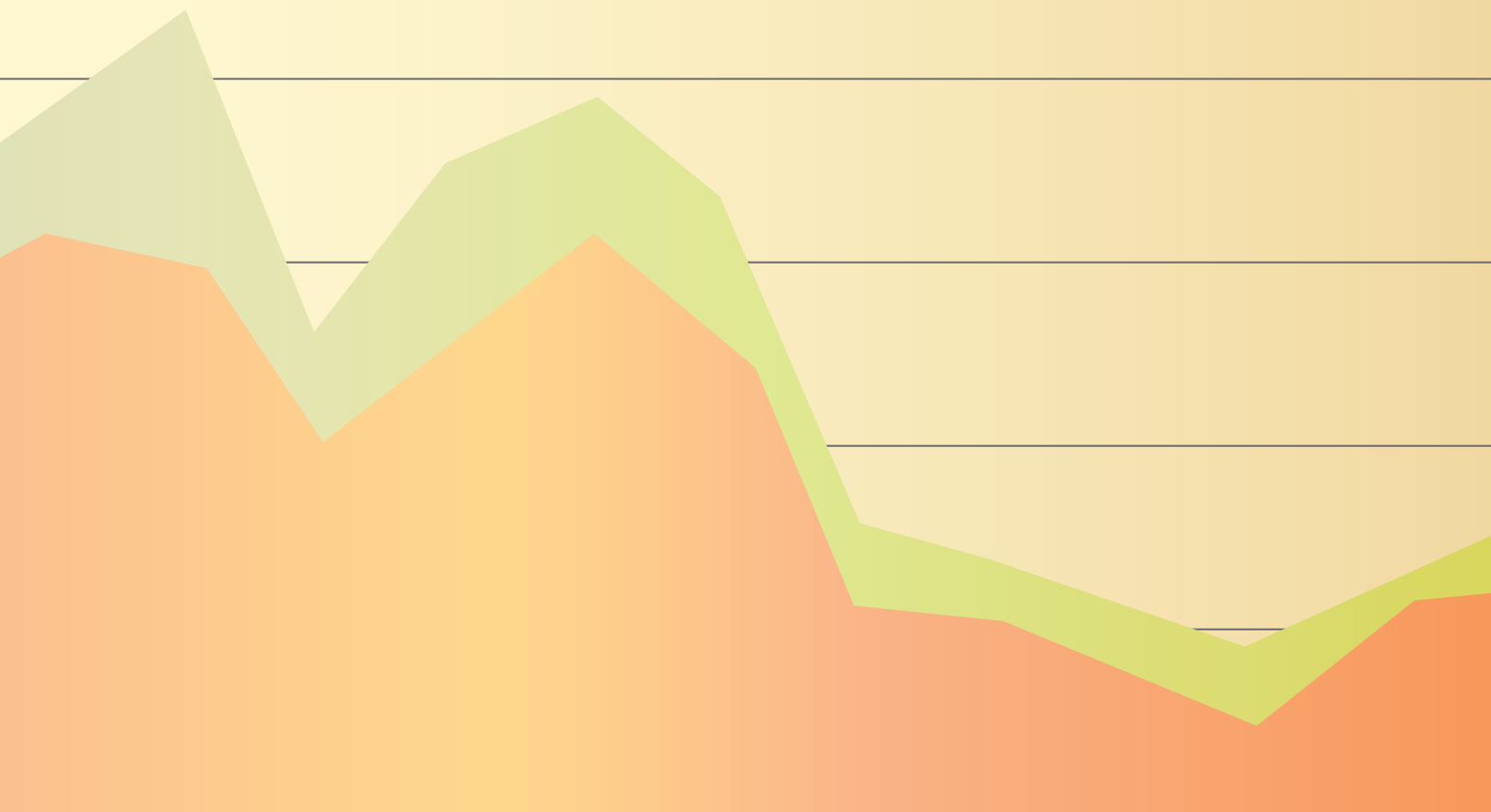


JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# Relatório de Transição

# 2016

## ANEXOS



# Sumário

## **Anexo 1**

Resolução TRF1 Presi 29/2014, que dispõe sobre o **Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região** e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias.

## **Anexo 2**

A Estratégia da Justiça Federal 2015-2020: **Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI**, aprovados pela Resolução CJF 313/2015.

## **Anexo 3**

Portaria TRF1 Presi 92/2014, que dispõe sobre a **Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região**, designando membros de comitês e gestores de metas e de iniciativas nacionais.

## **Anexo 4**

Portaria TRF1 Presi 375/2015, que delega competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das seccionais para realizar as **Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs** e Ata da I RAE do Tribunal.

## **Anexo 5**

Portaria TRF1 Presi 392/2015, que aprova a **Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região** para o biênio 2015/2016, composta pelos Planos de Ação do Tribunal e de suas 14 Seções Judiciárias.

## **Anexo 6**

Relação de **cargos em comissão por nome** – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

## **Anexo 7**

Relação de **funções comissionadas e cargos em comissão por lotação** – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

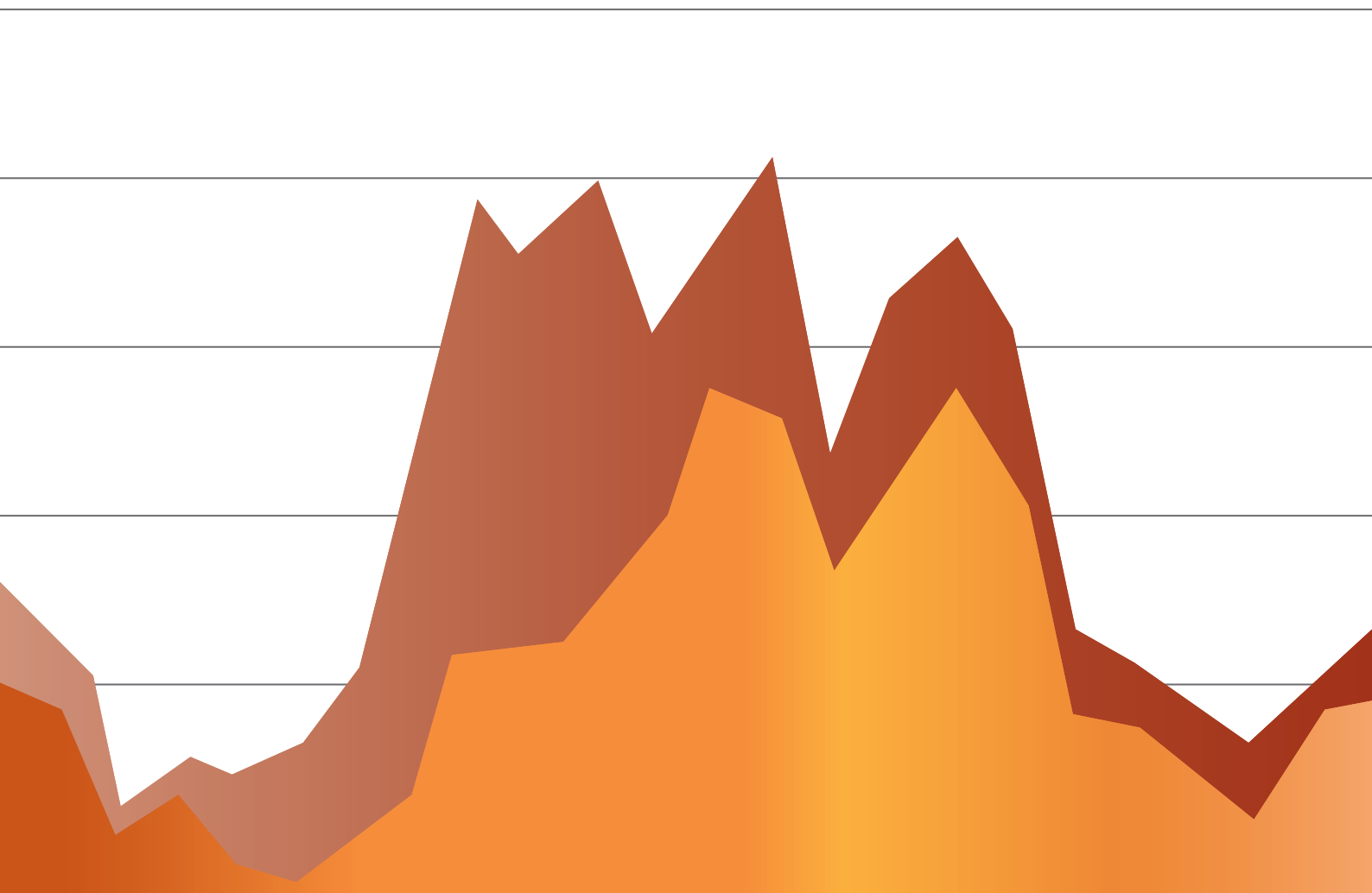
## **Anexo 8**

Relação de **funções comissionadas e cargos em comissão desocupados** – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.



# ANEXO 1

Resolução TRF1 Presi 29/2014, que dispõe sobre o **Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região** e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**RESOLUÇÃO PRESI 29 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014 (\*)**

Dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal, das Seções e das Subseções Judiciárias.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o que consta dos autos do Processo Administrativo Eletrônico **PAe/SEI 5088-22.2014.4.01.8000**,

**CONSIDERANDO:**

- a) o disposto no art. 3º, inciso III, da [Resolução 198 de 1º de julho de 2014 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ](#) que aprovou a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020;
- b) a [Resolução 313 de 22 de outubro de 2014 do Conselho da Justiça Federal – CJF](#) que aprovou a Estratégia da Justiça Federal para o mesmo período;
- c) as [Metas Nacionais do Poder Judiciário](#) e as específicas para a Justiça Federal, aprovadas no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Florianópolis/SC em novembro/2014;
- d) a necessidade de desdobrar a Estratégia da Justiça Federal no âmbito da 1ª Região;
- e) que o Planejamento Estratégico terá início em janeiro de 2015;
- f) o cancelamento da última sessão do Conselho de Administração, prevista para o dia 18 de dezembro de 2014,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**  
**DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**Art. 1º** Instituir, *ad referendum* do Conselho de Administração, no âmbito do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região, o **Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região para o período 2015 a 2020 – Planej 2015-2020**, composto por:

I – Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, elaborados com a participação efetiva de magistrados e servidores de 1º e 2º graus de jurisdição dos cinco tribunais regionais federais e aprovados pela Resolução CJF 313/2014;

II – Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da Justiça Federal, aprovadas pelos presidentes dos tribunais do Judiciário brasileiro no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário;

III – Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região, que traduz graficamente a estratégia disposta nos planos referidos no inciso I deste artigo;

IV – Carteira de Iniciativas estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região, a ser formada pelos projetos estratégicos regionais eleitos pelo Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, na forma do § 2º do art. 2º e do § 4º do art. 7º desta Resolução, com vistas à execução da estratégia prevista no **Planej 2015-2020**.

§ 1º Os atos normativos, as políticas e as diretrizes emanados do TRF 1ª Região serão fundamentados, no que couber, no **Planej 2015-2020**.

§ 2º As propostas orçamentárias da Justiça Federal da 1ª Região devem ser alinhadas ao **Planej 2015-2020**, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

## CAPÍTULO II

### DA IMPLEMENTAÇÃO, DA EXECUÇÃO E DO MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

**Art. 2º** A **execução** da estratégia prevista no **Planej 2015-2020** cabe a **todos** os desembargadores e juízes federais, servidores, estagiários e prestadores de serviço do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, que deverão envidar os esforços necessários para o alcance dos macrodesafios, objetivos estratégicos e metas estabelecidos.

§ 1º Os dados estatísticos processuais relativos aos indicadores e às metas do **Planej 2015-2020** estarão disponíveis para consulta *online* de todos os magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região no Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest, de modo a propiciar o seu monitoramento mensal para integral cumprimento.

§ 2º Para a execução da estratégia prevista no **Planej 2015-2020** e integral cumprimento de suas metas, ficam os magistrados e servidores de todas as unidades do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias autorizados a propor projetos, planos de ação e boas práticas para otimização de processos e procedimentos de trabalho às seguintes autoridades:

I – magistrados: ao Presidente ou ao Diretor-Geral do Tribunal;

II – servidores: ao Diretor-Geral, no Tribunal; ao Diretor da Secretaria de Administração, nas Seções Judiciárias; e ao Diretor do Núcleo de Apoio ou ao Supervisor da Seção de Suporte Administrativo e Operacional, nas Subseções Judiciárias, conforme o caso.

§ 3º Anualmente, será realizado o Encontro das Seções de Modernização Administrativa – Semad, ocasião em que o Tribunal promoverá Reunião de Análise da Estratégia – RAE presencial para avaliação e acompanhamento dos resultados, na forma prevista nos arts. 7º, parágrafo único, e 9º da Resolução CNJ 198/2014, sendo as demais reuniões quadrimestrais realizadas por videoconferência.

§ 4º Preferencialmente, o evento de que trata o § 3º deste artigo será realizado na mesma semana do evento a ser promovido pelo CJF, de forma que os supervisores das Semads possam participar de ambos, quando o evento do CJF for extensivo aos servidores da 1ª instância.

**Art. 3ª A implementação e o monitoramento do Planej 2015-2020 e o monitoramento dos projetos classificados como estratégicos competem:**

I – no Tribunal: à Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – Secge;

II – nas Seções Judiciárias: à Seção de Modernização Administrativa – Semad;

III – Nas Subseções Judiciárias: ao Núcleo de Apoio à Subseção – Nusub ou à Seção de Suporte Administrativo e Operacional – Sesap, conforme o caso.

~~Parágrafo único. As unidades referidas no caput poderão convocar, sempre que necessário, os comitês institucionais previstos no art. 7º desta Resolução.~~ [Correção de erro material, com exclusão do parágrafo único. Nova redação dada pela republicação no e-DJF1 249 de 24/12/2014, p. 4/5](#)

**Art. 4º** Cabe à Divisão de Estatística – Diest/Secge informar os dados relativos às Metas Nacionais do Poder Judiciário e às Metas Específicas da Justiça Federal ao CNJ, nos prazos estipulados e no sistema próprio fornecido por aquele órgão.

Parágrafo único. A Diest, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação – Secin, deve tomar as providências necessárias para que a extração dos dados das metas referidas no *caput*, bem como dos indicadores constantes do PEJF e do PETI, seja feita de forma automática pelo Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest.

### CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA

**Art. 5º** Representam a Justiça Federal da 1ª Região no Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal – Cogest, instituído pelo art. 2º, inciso I, da Resolução CJF 313/2014:

~~I – o Presidente do Tribunal ou Desembargador Federal por ele indicado, representando o 2º grau de jurisdição;~~

~~II – o Corregedor Regional ou Juiz Federal em auxílio à Corregedoria Regional por ele indicado, representando o 1º grau de jurisdição;~~

~~III – o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.~~

I – o Presidente do Tribunal ou magistrado por ele indicado;

II – o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal. [Correção de erro material. Nova redação dada aos incisos do art. 5º pela republicação no e-DJF1 249 de 24/12/2014, p. 4/5](#)

§ 1º Os membros do Cogest serão designados por meio de Portaria da Presidência para o período que coincidir com a gestão do Presidente do Tribunal.

§ 2º São atribuições do Cogest, nos termos do art. 4º da Resolução CJF 313/2014:

I – submeter ao Plenário do CJF para aprovação as seguintes propostas:

a) alterações nos objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas constantes do PEJF e do PETI;

b) sistemas de informação de caráter nacional e uso obrigatório, cujo desenvolvimento poderá ser realizado de forma colaborativa entre os órgãos da Justiça Federal, sob a coordenação do CJF;

c) pautas temáticas;

II – aprovar e submeter ao Plenário do CJF para referendo:

a) o Plano de Comunicação da Estratégia da Justiça Federal;

b) a indicação da ordem de prioridade de destinação de insumos e recursos orçamentários e humanos para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas constantes do PEJF e do PETI;

c) a política de nivelamento, atualização e renovação da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação da Justiça Federal;

d) a parametrização do glossário de metas do PEJF, do PETI e do Poder

Judiciário aplicáveis à Justiça Federal;

e) a formulação de políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal;

III – promover a convergência das ações aprovadas no âmbito dos fóruns, comitês e comissões do CJF e unidades sistêmicas para o planejamento estratégico;

IV – monitorar o desenvolvimento da estratégia da Justiça Federal;

V – promover eventos anuais para a avaliação e divulgação da Estratégia da Justiça Federal.

**Art. 6º** Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1, nos termos do art. 2º, inciso II, da Resolução CJF 313/2014, com os seguintes membros:

~~I – os mesmos representantes da 1ª Região designados para integrar o Cogest;~~

~~II – o Coordenador dos Juizados Especiais Federais ou Juiz Federal por ele indicado;~~

~~III – o Coordenador do Sistema de Conciliação ou Juiz Federal por ele indicado;~~

~~IV – o Diretor da Escola de Magistratura ou Juiz Federal por ele indicado;~~

~~V – três Diretores de Foro, em forma de rodízio anual entre as Seções Judiciárias, a serem indicados pelo Presidente do Tribunal.~~

I – o Presidente do Tribunal ou magistrado por ele indicado, representando o 2º grau de jurisdição;

II – o Corregedor Regional ou um magistrado por ele indicado, representando o 1º grau de jurisdição;

III – o Coordenador dos Juizados Especiais Federais ou magistrado por ele indicado;

IV – o Coordenador do Sistema de Conciliação ou magistrado por ele indicado;

V – o Diretor da Escola de Magistratura ou magistrado por ele indicado;

VI – três Diretores de Foro, em forma de rodízio anual entre as Seções Judiciárias, a serem indicados pelo Presidente do Tribunal;

VII – o Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal. [Correção de erro material. Nova redação dada aos incisos do art. 6º pela republicação no e-DJF1 249 de 24/12/2014, p. 4/5](#)

§ 1º Os membros do CGER-TRF1 serão designados por meio de Portaria da Presidência para o período que coincidir com a gestão do Presidente do Tribunal.

§ 2º São atribuições do CGER-TRF1, nos termos do art. 6º da Resolução CJF 313/2014:

I – encaminhar ao Cogest proposta de:

a) políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal;

b) atualização do PEJF e do PETI;

II – aprovar metas e iniciativas estratégicas da região;

~~III – validar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da região e submetê-lo ao presidente do tribunal para aprovação;~~

III – validar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e submetê-lo ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI para aprovação, nos termos do art. 84-A do Regimento Interno do TRF 1ª Região; [\(Redação dada pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

IV – executar, no âmbito regional, o Plano de Comunicação da Estratégia da Justiça Federal;

V – garantir os insumos e recursos, orçamentários e humanos, para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas na região;

VI – promover, nos meses de março, julho e novembro, Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs;

VII – propor pautas temáticas ao Cogest.

§ 3º O CGER-TRF1 poderá revisar, anualmente, o **Planej 2015-2020**, alinhando-o sempre à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia da Justiça Federal.

§ 4º O Presidente do Tribunal dará conhecimento ao Conselho de Administração das deliberações do CGER-TRF1 na sessão subsequente.

§ 5º A Secge e a Secin prestarão assessoramento técnico ao CGER-TRF1 conforme o tema em discussão.

~~§ 6º Os membros do CGER-TRF1 indicados nos incisos II a IV do caput deste artigo somente serão convocados a participar de reuniões em que forem tratados assuntos do interesse específico de suas respectivas áreas, quando terão direito a voto.~~

§ 6º Os membros do CGER-TRF1 indicados nos incisos III a V do *caput* deste artigo somente serão convocados a participar de reuniões em que forem tratados assuntos do interesse específico de suas respectivas áreas, quando terão direito a voto. [\(Correção de erro material. Nova redação dada ao § 6º pela republicação no e-DJF1 249 de 24/12/2014, p. 4/5\)](#)

~~Art. 7º O Tribunal e as Seções Judiciárias deverão, até 30 de janeiro de 2015, constituir Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – Cipe local com atribuições para estudar, avaliar e propor ao CGER-TRF1 as políticas, diretrizes, recomendações, planos, iniciativas e metas relacionadas ao Planej 2015-2020 no âmbito de sua jurisdição.~~

**Art. 7º** O Tribunal e as Seções Judiciárias deverão, **até 13 de fevereiro de 2015**, constituir Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – Cipe local com atribuições para estudar, avaliar e propor ao CGER-TRF1 as políticas, diretrizes, recomendações, planos, iniciativas e metas relacionadas ao **Planej 2015-2020** no âmbito de sua jurisdição. [\(Redação dada pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

§ 1º As Subseções Judiciárias terão garantida a sua participação nos comitês institucionais de seu Estado, ainda que em forma de rodízio anual.

§ 2º As Seções Judiciárias de padrão 1 a 3 poderão, a seu critério, agregar-se na composição de comitês institucionais com jurisdição em até dois Estados.

§ 3º Os comitês institucionais serão compostos pelos chefes e diretores das seguintes unidades, sendo presididos pelo Diretor-Geral, no Tribunal, e pelos Diretores de Secad, nas seccionais:

I – no Tribunal:

- a) Diretoria-Geral da Secretaria;
- b) Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação;
- c) Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro;
- d) Secretaria de Administração;
- e) Secretaria Judiciária;
- f) Secretaria de Recursos Humanos;
- g) Secretaria de Tecnologia da Informação;
- h) Secretaria de Controle Interno;
- i) Secretaria de Bem-Estar Social;
- j) Assessoria de Comunicação Social;



k) Gabinete da Corregedoria Regional; [\(Incluído pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

l) Secretaria Executiva da Coordenação dos Juizados Especiais Federais; [\(Incluído pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

m) Secretaria Executiva da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região; [\(Incluído pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

n) Núcleo Central de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania. [\(Incluído pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

~~II – nas Seções Judiciárias: diretores e supervisores das áreas correlatas às elencadas no inciso I deste artigo.~~

II – nas Seções Judiciárias: diretores e supervisores das áreas correlatas às elencadas no inciso I deste artigo, quando houver. [\(Redação dada pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

§ 4º Poderão ser convocados a participar das reuniões dos comitês institucionais os representantes de outras unidades que tiverem projetos estratégicos inseridos na Carteira de iniciativas estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região, nos termos no inciso IV do art. 1º desta Resolução.

~~§ 5º Os comitês institucionais desdobrarão, anualmente, o Planej 2015-2020 no Tribunal e nas Seções e Subseções Judiciárias em programas, projetos e ações, devendo apresentar o respectivo plano ao CGER-TRF1 até 15 de março do ano corrente, além de relatórios de execução da estratégia em junho e em dezembro do mesmo ano.~~

§ 5º Os comitês institucionais desdobrarão, anualmente, o **Planej 2015-2020** no Tribunal e nas Seções e Subseções Judiciárias em programas, projetos e ações, devendo apresentar o respectivo Plano de Ação ao CGER-TRF1 **até 15 de abril do ano corrente**, além de relatórios de execução da estratégia em junho e em dezembro do mesmo ano. [\(Redação dada pela Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015\)](#)

**Art. 8º** Anualmente, o Presidente do Tribunal designará gestores estratégicos para:

I – as Metas Nacionais do Poder Judiciário e para as Metas Específicas da Justiça Federal;

II – as iniciativas estratégicas nacionais elencadas no PEJF e no PETI prioritizadas no ano em referência.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 9º** Para a implementação, a execução e o monitoramento da estratégia, o Tribunal e as Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região adotarão as metodologias de gerenciamento de projetos e de gerenciamento de processos em vigor na Justiça Federal da 1ª Região.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput*, o Tribunal e as Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região utilizarão o módulo de Gestão Estratégica e Projetos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**Art. 10.** As áreas de Recursos Humanos do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias oferecerão aos membros dos comitês referidos nos arts. 6º e 7º desta Resolução treinamentos nas áreas de planejamento estratégico, execução da estratégia, gerenciamento de projetos e gerenciamento de processos.

**Art. 11.** O **Planej 2015-2020** deve ser divulgado ostensivamente durante toda a sua vigência, de modo que todos os magistrados, servidores e colaboradores da 1ª Região conheçam os objetivos estratégicos e as metas estabelecidos para a Justiça Federal e se sintam responsáveis pela execução da estratégia.

Parágrafo único. Assessoria de Comunicação Social deverá apresentar, **até o dia 13 de fevereiro de 2015**, Plano de Comunicação da Estratégia para divulgação do **Planej 2015-2020** no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

**Art. 12.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução 600-27 de 17/12/2009.

Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**  
Presidente

(\*) Republicada no [e-DJF1 249 de 24/12/2014](#) por erro material na publicação de 22/12/2015.

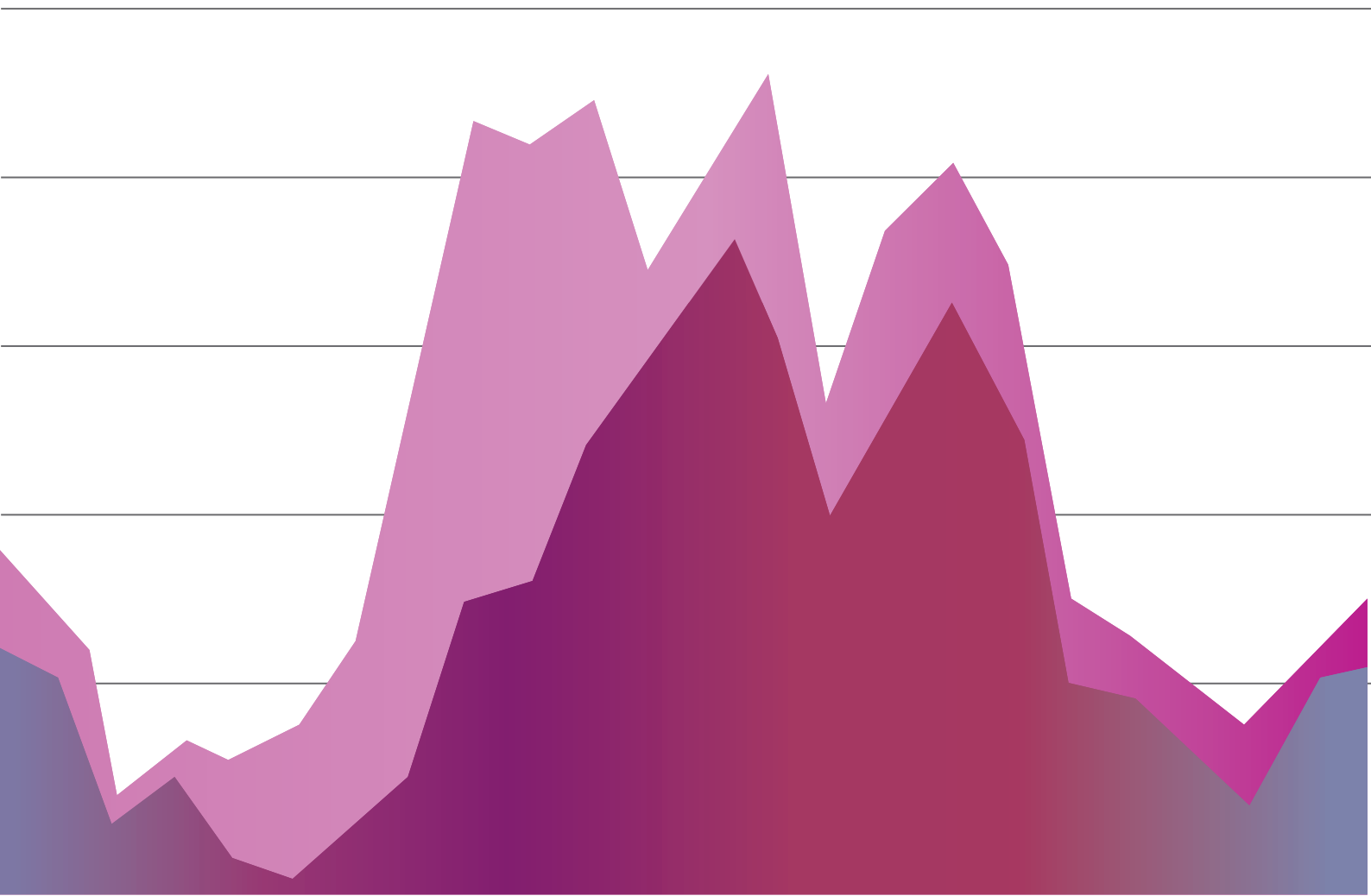
**Resolução Presi 29 de 17/12/2014** original (antes da republicação) assinada eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF 1ª Região**, em 18/12/2014, às 11:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **0157125** e o código CRC **3CCF7E7C**.

Republicação assinada fisicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF 1ª Região** e incluída nos autos do Processo Administrativo Eletrônico **PAe/SEI 5088-22.2014.4.01.8000**, documento **176413**.

**Resolução Presi 8 de 06/02/2015** assinada eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF 1ª Região**, em 06/02/2015, às 14:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **0276479** e o código CRC **C22A359F**.

# ANEXO 2

A Estratégia da Justiça Federal 2015-2020: **Plano Estratégico da Justiça Federal** – PEJF e **Plano Estratégico de Tecnologia da Informação** – PETI, aprovados pela Resolução CJF 313/2015.





# **A Estratégia da Justiça Federal**

## **2015/2020**

**Anexo da Resolução CJF nº 313/2014**  
Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF  
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI



# Planejamento Estratégico



Outubro 2014  
Conselho da Justiça Federal  
[www.cjf.jus.br](http://www.cjf.jus.br)

## **Conselho da Justiça Federal**

Ministro Francisco Falcão  
**Presidente**

Ministra Laurita Vaz  
**Vice-Presidente**

Ministro Humberto Martins  
**Corregedor-Geral da Justiça Federal**  
**Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e**  
**Diretor do Centro de Estudos Judiciários**

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura  
Ministro Herman Benjamin  
Desembargador Federal Cândido Artur Ribeiro Filho  
Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer  
Desembargador Federal Fábio Prieto de Souza  
Desembargador Federal Tadaaqui Hirose  
Desembargador Federal Francisco Wildo  
**Membros Efetivos**

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Ministro Jorge Mussi  
Ministro Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes  
Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva  
Desembargador Federal Poul Erik Dyrland  
Desembargadora Federal Cecília Marcondes  
Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado  
Desembargador Federal Edilson Pereira Nobre Júnior  
**Membros Suplentes**

Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil  
**Sem direito a voto**

Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos  
**Secretário-Geral**

Eva Maria Ferreira Barros  
**Secretária Executiva**

# 4

A Estratégia da Justiça Federal  
2015/2020

## **Expediente**

### **Organização**

Juíza Federal Kelly Cristina Oliveira Costa – Corregedoria-Geral  
da Justiça Federal  
Secretaria de Desenvolvimento Institucional – SDI/CJF

### **Realização**

Comitê Gestor de Planejamento Estratégico da Justiça Federal

### **CJF**

Ministro Humberto Martins – Coordenador  
Juíza Federal Kelly Cristina Oliveira Costa  
Secretária Executiva Eva Maria Ferreira Barros

### **TRF da 1ª Região**

Desembargador Federal Olindo Menezes  
Juiz Federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz - Suplente  
Juíza Federal Luciana Pinheiro Costa - Suplente

### **TRF da 2ª Região**

Desembargador Federal Sérgio Schwaitzer  
Juíza Federal Marcella Nova Brandão – Suplente  
Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Júnior – Suplente

### **TRF da 3ª Região**

Desembargador Federal Fábio Prieto

### **TRF da 4ª Região**

Desembargador Federal Fernando Silva Quadros

### **TRF da 5ª Região**

Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira  
Juíza Federal Joana Carolina Lins – Suplente

### **Equipe Técnica**

Comitê Técnico de Planejamento Estratégico da Justiça Federal

## Apresentação

O Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI resumem as prioridades de nossa justiça especializada para o período 2015–2020. A elaboração desses planos teve início em junho de 2013, no I Encontro de Trabalho realizado no Conselho da Justiça Federal, quando se estabeleceram as premissas para a estratégia futura. O novo ciclo terá início em janeiro do próximo ano, quando a Resolução CJF n. 69, de 31 de julho de 2009, que definiu diretrizes para elaboração e gestão do planejamento estratégico da Justiça Federal, não mais atenderá à disciplina do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução CNJ n. 198, de 1º de julho 2013.

Essa nova resolução do CNJ foi inspirada nas conclusões do VII Encontro Nacional do Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em novembro de 2013, em Belém-PA, ocasião em que os presidentes dos 91 tribunais brasileiros aprovaram os macrodesafios da Estratégia Judiciário 2020.

Importa ressaltar que os macrodesafios foram definidos com intensa participação dos órgãos do Judiciário, que se organizaram por meio de uma rede colaborativa de governança, coordenada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça e supervisionada pelos Conselheiros da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento. São os seguintes:

- garantia dos direitos de cidadania;
- celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- adoção de soluções alternativas de conflito;
- aprimoramento da gestão da justiça criminal;
- impulso às execuções fiscais e cíveis;
- combate à corrupção e à improbidade administrativa;
- gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
- melhoria da gestão de pessoas;
- aperfeiçoamento da gestão de custos;
- instituição da governança judiciária;
- melhoria da infraestrutura e governança de TIC.



Para desdobrar esses macrodesafios, a Justiça Federal edita Resolução que estabelece a Gestão da Estratégia da Justiça Federal e apresenta, na forma do anexo, o PEJF e o PETI, nos quais, a partir de qualificados debates com envolvimento de magistrados e servidores, foram engendradas suas metas e iniciativas para os próximos seis anos, inclusive aquelas relacionadas à tecnologia da informação.

Os referidos planos descrevem a estratégia e definem a trajetória que a Justiça Federal realizará na busca por uma prestação jurisdicional mais efetiva. É, portanto, a síntese das políticas públicas judiciárias que se intenciona implementar nos anos vindouros.

Uma das inovações para esse novo ciclo é o fato de que o Plano Estratégico não contemplará apenas objetivos e metas, visto que delimitará, também, as principais iniciativas (programas, projetos e ações) que se pretende realizar em âmbito nacional para dar suporte ao alcance dos macrodesafios.

Nos próximos anos, permanece a política de incremento de produtividade de magistrados e servidores, que deve ser aumentada, no mínimo, a um nível que permita a equalização entre demanda (casos novos) e julgados, visando o descongestionamento do Judiciário e a garantia da razoável duração do processo. Já para 2015, a pretensão, explicitada neste planejamento, é não admitir que um processo tenha, em qualquer grau de jurisdição, tramitação por período superior a cinco anos. No caso dos juizados especiais, a meta é que 70% dos processos não levem mais que três anos para serem resolvidos. Para o alcance desses resultados, entre as medidas estabelecidas nesse plano está a iniciativa de ampliar o uso do Processo Judicial Eletrônico e, também, de adotar medidas para ajustar a estrutura das carreiras judiciais, de modo que haja a incorporação definitiva, por parte de servidores e magistrados, de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao uso pleno das ferramentas do processo virtual.

Outro macrodesafio que se almeja enfrentar nos próximos anos é o da redução do congestionamento das execuções. Consciente de que, em muitos casos, a finalização dos processos que se encontram na fase de execução não depende apenas do impulso judicial, a Justiça Federal assume o compromisso de baixar, todos os anos, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a de casos novos. Para a concretização desse desafio, uma das iniciativas propostas foi a implantação do Sistema Nacional de Cálculos, que visa uniformizar e dar transparência à forma de elaborar os cálculos judiciais, por meio da disponibilização de sistema, via web, para utilização pelo público interno (varas, gabinetes etc.) e externo (jurisdicionado, advogados e procuradores).

Nesse PEJF, alguns temas judiciais que já estavam contemplados no ciclo de gestão anterior permanecem como prioridade para os próximos anos. É caso das ações cíveis de improbidade e as relacionadas à prática de crimes de corrupção e outros crimes contra a Administração Pública, a serem definidos e detalhados no glossário de metas. Esses processos não poderão durar, em cada instância da Justiça Federal, mais do que três anos.

Outra política da Justiça Federal, figurada nesse PEJF, é a da melhoria do sistema criminal. Nesse contexto, uma das ações prioritárias é o aperfeiçoamento dos sistemas de controle de penas e medidas alternativas, de modo a garantir que o início do cumprimento dessas penas ocorra em, no máximo, 60 dias. Tal iniciativa cria a possibilidade concreta de aqueles que cometam atos de menor poder ofensivo tenham chance real de se reeducar e se reintegrar à sociedade.

Ainda no âmbito da justiça criminal e da garantia dos direitos humanos, será prioridade na Justiça Federal o julgamento de processos que tratem de crimes relacionados a tráfico de pessoas e à redução à condição análoga a de escravos. A meta é julgar, em 2015, todos os processos relacionados a esses crimes, recebidos pela Justiça Federal até 31 de dezembro de 2012.

Outra importante política judiciária, inclusa nesse plano, foi a decisão de enfrentar, com maior racionalidade e de forma sistêmica, a plethora de casos judiciais repetitivos. A Justiça Federal recebe milhares de processos em que a causa de pedir e o pedido são, muitas vezes, idênticos, variando apenas as partes. Soluções individuais para demandas de massa não têm sido a melhor estratégia para a resolução rápida e segura desses litígios. Para mudar esse cenário, uma das medidas estabelecidas nesse plano foi a decisão de aprimorar o fluxo de informações entre os tribunais regionais, as turmas recursais e os tribunais superiores no que tange aos recursos repetitivos e aos de repercussão geral, com adoção de ferramentas informatizadas. Ademais, o propósito é realizar pesquisa científica, sob a coordenação do Centro de Estudos Judiciários - CEJ do CJF, relativamente às principais causas das demandas repetitivas, buscando medidas eficazes que permitam soluções de massa.

No que tange especificamente ao planejamento de tecnologia da informação, a principal estratégia é a melhoria da governança, com adoção de medidas que favoreçam o uso compartilhado, entre os órgãos da Justiça Federal, de profissionais e recursos de informática, visando, principalmente, a economicidade e a eficiência na aplicação de orçamentos destinados à modernização tecnológica de nosso sistema judicial.

Seja no formato de objetivos, metas ou iniciativas, todo o conjunto da estratégia pretende, ao final de 2020, propiciar a entrega de serviços judiciais de melhor qualidade, garantindo à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Compõem o presente documento os seguintes produtos:

- Mapa Estratégico da Justiça Federal (macrodesafios, missão, visão de futuro, tendências, cenários e valores);
- Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF:
  - objetivos estratégicos;
  - indicadores;
  - metas e
  - iniciativas (ações, projetos e programas).
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, com suas descrições e fichas de indicadores.



**Plano Estratégico da  
Justiça Federal**  
**2015/2020**

# MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

2015

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente

2020

## Tendências atuais

- Incentivo às soluções alternativas de litígio;
- Aumento da quantidade de julgados;
- Julgamento de processos antigos;
- Melhoria do sistema criminal;
- Profissionalização da gestão;
- Intensificação do uso da tecnologia da informação;
- Proibição e combate à corrupção.

## Cenário desejado

- Justiça mais acessível;
- Desjudicialização;
- Descongestionamento do Poder Judiciário;
- Probidade pública;
- Justiça tempestiva;
- Maior racionalização do sistema judicial;
- Valorização profissional;
- Melhoria da qualidade do gasto público;
- Equalização das estruturas de 1º e 2º grau de jurisdição;
- Disseminação da Justiça Eletrônica.

## Valores

ÉTICA

RESPEITO À CIDADANIA E AO SER HUMANO

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

TRANSPARÊNCIA

QUALIDADE

INOVAÇÃO



## Missão

A missão é a razão da existência da organização e define seu propósito institucional. A missão da Justiça Federal é:

**Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.**

## Visão de futuro

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida. A Justiça Federal definiu sua visão para 2020:

**Consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente.**

## Valores

Os valores são costumes, posturas e ideias que direcionam o comportamento das pessoas na organização, permeando todas as suas atividades e relações. Os valores da Justiça Federal são:

- Ética;
- Respeito à cidadania e ao ser humano;
- Responsabilidade ambiental;
- Transparência;
- Qualidade;
- Inovação.

## Perspectiva Sociedade

---

### Macrodesafio do Poder Judiciário

#### Garantia dos direitos de cidadania

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos de cidadania (CF, art. 1º, II) em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

### Objetivo estratégico da Justiça Federal

#### Buscar a satisfação do usuário/cidadão

Prestar serviços de qualidade na busca da satisfação dos usuários da Justiça Federal, de modo a assegurar os direitos de cidadania.

Indicador	Meta	Iniciativa
Taxa de satisfação dos usuários da Justiça Federal	Atingir 70% de satisfação dos usuários da Justiça Federal em 2020	Carta de serviços

## Perspectiva Processos Internos

### Macrodesafio do Poder Judiciário

#### Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como de elevar a produtividade de servidores e magistrados.

### Objetivo estratégico da Justiça Federal

#### Agilizar os trâmites judiciais

Tornar a prestação jurisdicional mais ágil, com vistas à razoável duração do processo, mediante a implementação de ações que propiciem o aumento da produtividade de magistrados e servidores sem prejuízo da segurança jurídica e procedimental.

Indicador	Meta	Iniciativa
Índice de produtividade judicante	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano	Processo Judicial Eletrônico da JF – PJe  Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)  Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência nas carreiras da magistratura federal e de servidores
Índice de julgamento de processos antigos	Identificar e julgar, no ano corrente, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12 do quinto ano anterior ao ano corrente, no 1º e 2º graus; 100% dos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior ao ano em curso e 70% dos distribuídos até 31/12 do antepenúltimo ano nos juizados especiais federais e turmas recursais	
Índice de produtividade dos magistrados	Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior da própria região. (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração)	
Índice de produtividade dos servidores	Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior da própria região. (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração)	
Taxa de congestionamento	Não há meta estabelecida	





## Macrodesafio do Poder Judiciário

### Adoção de soluções alternativas de conflito

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

## Objetivo estratégico da Justiça Federal

### Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação

Desenvolver a conciliação, especialmente pré-processual, para ampliar o quantitativo de processos encerrados pela via conciliatória.

Indicador	Meta	Iniciativa
Taxa de casos encerrados por conciliação	Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior	Ampliação das ações de conciliação (2016) Melhoria de processos e estrutura da conciliação (2016)

## Macrodesafio do Poder Judiciário

### Aprimoramento da gestão da justiça criminal

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e de ações para o aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e de medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade e penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e de insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

### Objetivos estratégicos da Justiça Federal

#### Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade

Dar maior celeridade aos julgamentos, assegurando a razoável duração do processo, evitando a ocorrência de prescrição, e aumentar a produtividade em relação ao julgamento de crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

Indicador	Meta	Iniciativa
Índice de atendimento à demanda de processos criminais	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente	Celebração de acordos de cooperação técnica (2017)
Índice de julgamento dos processos antigos	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionadas à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano	

#### Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa

Propiciar maior eficiência na execução e na fiscalização de penas alternativas.

Indicador	Meta	Iniciativa
Taxa de atendimento de apenados com penas alternativas	Viabilizar o início do cumprimento de penas alternativas, em até 60 dias, em 100% dos casos, até 2020	Controle da execução de penas e medidas alternativas (2017)

## Macrodesafio do Poder Judiciário

### Impulso às execuções fiscais e cíveis

Refere-se à implantação de medidas visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e de valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras.

## Objetivos estratégicos da Justiça Federal

### Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado

Promover a celeridade e a efetividade no cumprimento do julgado visando à diminuição do acervo de processos nessa fase.

Indicador	Meta	Iniciativa
Índice de atendimento à demanda na execução não fiscal do 1º grau	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a de casos novos de Execução não fiscal no ano corrente	Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia

### Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais

Promover a celeridade e a efetividade nas execuções fiscais visando à diminuição do acervo.

Iniciativas
Estudos visando alterações na LEF (Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80); Aperfeiçoamento da gestão dos processos de execução fiscal suspensos/sobrestados (2016).

## Macrodesafio do Poder Judiciário

### Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Conjunto de atos que visam à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a Administração Pública e dos crimes eleitorais, entre outras. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

### Objetivos estratégicos da Justiça Federal

#### Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa

Garantir a agilidade na tramitação dos feitos relacionados à improbidade administrativa pendentes de julgamento, a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicador	Meta
Índice de produtividade de julgamento de ações de improbidade administrativa	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12 do penúltimo ano

#### Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal

Aperfeiçoar os sistemas de controles internos da Justiça Federal.

Indicador	Meta	Iniciativa
Taxa de avaliação do sistema de controles internos	Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada região para 100%, até 2020	Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos



## Macrodesafio do Poder Judiciário

### Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial - advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros - por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

### Objetivo estratégico da Justiça Federal

#### Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes

Aprimorar a gestão das demandas repetitivas, considerando os processos sobrestados por recursos repetitivos e de repercussão geral, a fim de reduzir o acúmulo desses processos.

Indicadores	Iniciativa
Taxa de congestionamento líquido no 2º grau	Aprimoramento do fluxo de informações recursos repetitivos e repercussão geral; Ferramenta de controle gerencial; Centrais de controle de sobrestamentos (2016); Pesquisa sobre demandas repetitivas.
Taxa de congestionamento líquido nas turmas recursais	

## Perspectiva Recursos

### Macrodesafio do Poder Judiciário

#### Melhoria da gestão de pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos da Justiça Federal. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas; à modernização das carreiras; e à adequada distribuição da força de trabalho.

#### Objetivo estratégico da Justiça Federal

##### Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, promovendo políticas de gestão de pessoas que contribuam para o bem-estar de magistrados e servidores e para a melhoria do clima organizacional.

Indicador	Meta	Iniciativa
Taxa de satisfação de magistrados e servidores com o clima organizacional	Alcançar 70% de satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional, até 2019	Adequação da estrutura de cargos e desenvolvimento de competências a partir de novas demandas na Justiça Federal.
Taxa de absenteísmo de magistrados e servidores	Manter, em todos os anos, o absenteísmo abaixo ou igual a 3%	Fortalecimento do clima organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho.
Taxa de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico	Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020	

# 20

A Estratégia da Justiça Federal  
2015/2020



## **Macrodesafio do Poder Judiciário**

### **Aperfeiçoamento na gestão de custos**

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Requer o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da Justiça.

## **Objetivo estratégico da Justiça Federal**

### **Otimizar custos operacionais**

Buscar a racionalização na aquisição e utilização dos bens e serviços por meio de ações conjuntas dos órgãos da Justiça Federal, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública.

<b>Iniciativa</b>
Programa de sustentabilidade

## **Macrodesafio do Poder Judiciário**

### **Instituição da governança judiciária**

Trata-se da formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à adoção de melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, gestão da informação, de processos de trabalho e de projetos.

## **Objetivo estratégico da Justiça Federal**

### **Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal**

Propiciar aos gestores, magistrados e servidores ferramentas de planejamento, de tecnologia da informação, de gestão de projetos e de processo de trabalho, de comunicação e de monitoramento da estratégia que favoreçam a implementação da estratégia da Justiça Federal.

<b>Indicador</b>	<b>Meta</b>	<b>Iniciativa</b>
Taxa de adesão às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário	Atingir 90% de aderência às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário em 2020	Desenvolvimento das ações do plano de comunicação da estratégia; Implantação dos planos de gestão para desdobramento da estratégia (2016); Implementação do sistema de governança da Justiça Federal.





## Macrodesafio do Poder Judiciário

### Melhoria da infraestrutura e governança de TIC

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, e dos controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

### Objetivos estratégicos da Justiça Federal

#### Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

Indicador	Meta	Iniciativa
Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação	Assegurar que, até 2020, 100% dos órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação	Implantação de ferramentas de TIC para reduzir cartas precatórias; Nivelamento da infraestrutura de TI e uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados.
Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI	Atingir, em 2019, 70% de avaliações consideradas positivas	
Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI	Atingir, em 2020, 70% de avaliações consideradas positivas	

#### Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da JF e as operações das áreas de TI e de negócio.

Indicador	Meta	Iniciativa
Índice de governança de TI - iGovTI	Atingir o índice mínimo de 0,6 em 2020	Implantação dos sistemas eletrônicos de gestão integrados; Contratações conjuntas na área de TI.



**Plano Estratégico de  
Tecnologia da Informação  
da Justiça Federal**

**PETI**



## Missão

A missão é a razão da existência da organização e define seu propósito institucional. A missão de tecnologia da informação da Justiça Federal é:

**Garantir soluções tecnológicas efetivas para o cumprimento da função institucional da Justiça Federal.**

## Visão de futuro

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Define o modo como a organização pretende ser percebida. A Justiça Federal definiu assim sua visão de tecnologia da informação para 2020:

**Consolidar-se como área estratégica da Justiça Federal e ser reconhecida pela excelência e inovação de suas soluções.**

## Valores de tecnologia da informação para a Justiça Federal

Os valores são costumes, posturas e ideias que direcionam o comportamento das pessoas na organização, permeando todas as suas atividades e relações. Os valores de tecnologia da informação da Justiça Federal são:

- Segurança da informação digital;
- Qualidade;
- Inovação;
- Economicidade;
- Ética;
- Transparência.

## **Macrodesafio do Poder Judiciário**

### **Melhoria da infraestrutura e governança de TIC**

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

## **Objetivos estratégicos da Justiça Federal**

### **Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal**

Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação visando à melhoria da satisfação dos clientes internos e externos da Justiça Federal em relação aos serviços de tecnologia da informação.

<b>Indicadores</b>	<b>Meta</b>
Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões equipamentos, atendimento, disponibilidade, serviços e sistemas	Atingir, até 2019, 70% de satisfação dos clientes internos
Taxa de satisfação dos clientes externos da Justiça Federal com os serviços de TI, nas dimensões atendimento e sistemas	Atingir, até 2020, 70% de satisfação dos clientes externos

### Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal

Aperfeiçoar e consolidar conjuntos de estruturas organizacionais e de processos que envolvem a alta direção, as gerências de TI e as gerências de negócio nas tomadas de decisão sobre o uso de TI, para garantir o alinhamento entre as estratégias da Justiça Federal e as operações das áreas de TI e de negócio.

Indicador	Meta
Índice de governança de TI-iGovTI nas dimensões liderança, estratégia e planos, informações, pessoas e processos	Atingir, em 2016, o índice mínimo de 0,5, em 2018, o índice mínimo de 0,55 e, em 2020, o índice mínimo de 0,6

### Assegurar a atuação sistêmica da TI na Justiça Federal

Assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento e a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

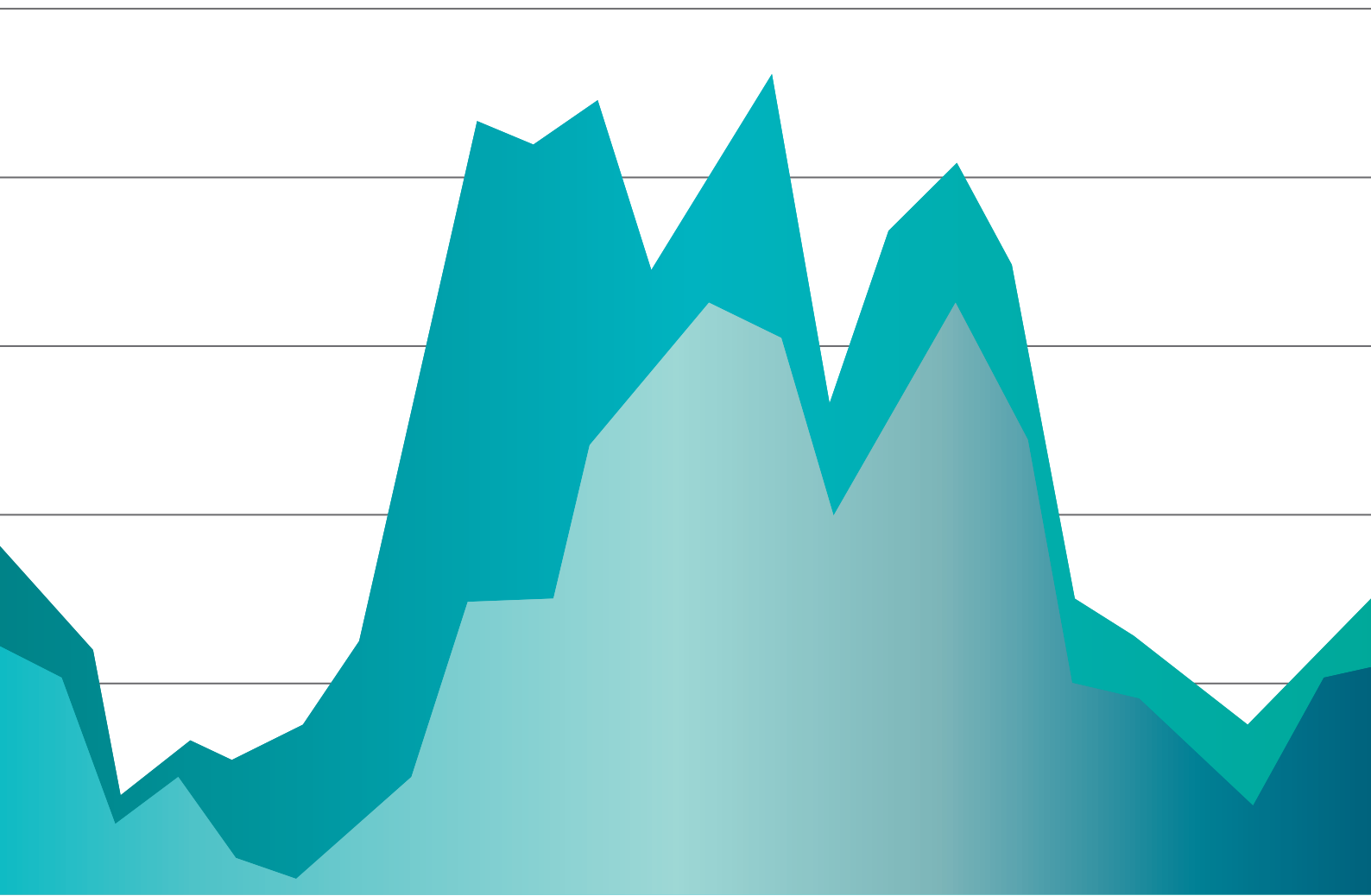
Indicadores	Metas
Quantidade de sistemas de informação instituídos formalmente pelo CJF e implantados pelos órgãos da Justiça Federal	Atingir seis sistemas em 2016, sete, em 2018, e oito em 2020
Quantidade de aquisições conjuntas de soluções de TI com a participação dos órgãos da Justiça Federal	Realizar uma aquisição conjunta em 2015, duas, em 2016, três, em 2017, quatro, em 2018, cinco, em 2019 e seis, em 2020
Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação	Assegurar que, até 2020, todos os órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação





# ANEXO 3

Portaria TRF1 Presi 92/2014, que dispõe sobre a **Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região**, designando membros de comitês e gestores de metas e de iniciativas nacionais.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**PORTARIA PRESI 92**

Dispõe sobre a Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região, designando membros de comitês e gestores de metas e iniciativas nacionais.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 5088-22.2014.4.01.8000,

**CONSIDERANDO:**

a) a [Portaria 138, de 23 de agosto de 2013](#), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que instituiu a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, da qual fazem parte os comitês de gestão estratégica da Justiça Federal;

b) a [Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014](#), que aprovou a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020;

c) as [Metas Nacionais do Poder Judiciário](#) e as específicas para a Justiça Federal, aprovadas no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Florianópolis/SC em novembro/2014;

d) a [Resolução 313, de 22 de outubro de 2014](#), do Conselho da Justiça Federal – CJF, que aprovou a Estratégia da Justiça Federal para o período de 2015 a 2020;

e) a [Resolução Presi 29 de 17 de dezembro de 2014](#), deste tribunal, alterada pela [Resolução Presi 8 de 6 de fevereiro de 2015](#), que dispõe sobre Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região para o período de 2015 a 2020 e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do tribunal, das seções e das subseções judiciárias;

f) as recomendações do Tribunal de Contas da União acerca da modernização da gestão por meio do estabelecimento de padrões de governança na administração pública;

g) a unicidade da Justiça Federal da 1ª Região, que exige a implementação de diretrizes nacionais que norteiem a atuação institucional coordenada do tribunal e das seções e subseções Judiciárias da 1ª Região;

h) a necessidade de se designarem os gestores de metas e membros dos comitês instituídos pela Resolução Presi 29/2014,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituída a **Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região**, com vistas a orientar os gestores do tribunal e das seções e subseções judiciárias na execução da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região, cabendo a cada representante, em sua instância de atuação:

I – **avaliar** o ambiente, os cenários, o desempenho e os resultados atuais e futuros;

II – **direcionar** e orientar a preparação, a articulação e a coordenação de políticas e planos, alinhando as funções organizacionais às necessidades das partes interessadas (usuários dos serviços, cidadãos e sociedade em geral) e assegurando o alcance dos objetivos estratégicos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região – Planej 2015-2020;

III – **monitorar** os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos, confrontando-os com os objetivos e as metas estabelecidos e as expectativas das partes interessadas;

IV – **divulgar** o Planej 2015-2020 no âmbito do tribunal, das seções e subseções Judiciárias.

Parágrafo único. A Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região é integrada por:

I – representantes da 1ª Região no Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal – Cogest, instituído pelo art. 2º, inciso I, da Resolução CJF 313/2014;

II – Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1, instituído pelo art. 6º da Resolução Presi 29/2014;

III – Comitê Institucional de Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Cipe-TRF1, instituído pelo art. 7º, § 3º, inciso I, da Resolução Presi 29/2014;

IV – comitês institucionais de planejamento estratégico das seções judiciárias, instituídos em atos próprios daqueles órgãos nos termos do art. 7º e parágrafos da Resolução Presi 29/2014;

V – gestores estratégicos de metas e de iniciativas nacionais.

**Art. 2º** Representarão o TRF 1ª Região no **Cogest** durante a presente gestão administrativa do tribunal, que vai de abril/2014 a abril/2016, nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução Presi 29/2014:

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

TITULAR	SUBSTITUTO
Desembargador federal Cândido Ribeiro (presidente)	Juiz federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (em auxílio à Corregedoria Regional)
Carlos Frederico Maia Bezerra (diretor-geral)	Wânia Maríça Araujo Vieira (diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação)

Parágrafo único. As atribuições do Cogest são as elencadas no art. 5º, § 2º, da Resolução Presi 29/2014.

**Art. 3º O CGER-TRF1** será composto pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro, durante o ano de 2015, nos termos do art. 6º, § 1º, da Resolução Presi 29/2014:

MEMBRO	UNIDADE
Desembargador federal Cândido Ribeiro	Presidência do TRF 1ª Região – Presi
Juiz federal Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região – Coger
<del>Desembargador federal Reynaldo Fonseca, membro titular</del> Desembargadora federal Gilda Sigmaringa Seixas, membro titular ( <a href="#">Redação dada pela Portaria Presi 311 de 13 de agosto de 2015</a> ) Juiz federal Murilo Fernandes de Almeida, membro suplente	Coordenação dos Juizados Especiais Federais – Cojef
Desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso	Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon
Juiz federal substituto Marco Antônio Barros Guimarães (SJMG)	Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Esmaf
Juiz federal Náiber Pontes de Almeida	Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Acre
Juiz federal Rui Costa Gonçalves	Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal
Juiz federal Arthur Pinheiro Chaves	Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Pará
Carlos Frederico Maia Bezerra	Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal

§ 1º Fica estabelecida a seguinte escala de rodízio para participação das seções judiciárias no CGER-TRF1, nos termos do art. 6º, inciso VI, da Resolução Presi 29/2014:

Padrão	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
P6	DF		MG	BA	DF	
P5		GO				GO
P4	PA		MA			PA
P3		MT		AM	PI, AP	
P2	AC		RO			AC

P1		TO		RR		
----	--	----	--	----	--	--

§ 2º As atribuições do CGER-TRF1 são as elencadas no art. 6º, § 2º, da Resolução Presi 29/2014, observando-se que:

I – o CGER-TRF1 poderá revisar, anualmente, o Planej 2015-2020, alinhando-o sempre à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia da Justiça Federal;

II – o presidente do Tribunal dará conhecimento ao Conselho de Administração das deliberações do CGER-TRF1 na sessão subsequente;

III – a Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação e a Secretaria de Tecnologia da Informação prestarão assessoramento técnico ao CGER-TRF1 conforme o tema em discussão;

IV – os representantes da Cojef, Esmaf e SistCon somente serão convocados a participar de reuniões em que forem tratados assuntos de interesse específico de suas respectivas áreas, quando terão direito a voto.

**Art. 4º O Cipe-TRF1** é composto pelos chefes e diretores das seguintes unidades, sendo presidido pelo diretor-geral, nos termos do art. 7º da Resolução Presi 29/2014:

I – Diretoria-Geral da Secretaria;

II – Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação;

III – Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro;

IV – Secretaria de Administração;

V – Secretaria Judiciária;

VI – Secretaria de Recursos Humanos;

VII – Secretaria de Tecnologia da Informação;

VIII – Secretaria de Controle Interno;

IX – Secretaria de Bem-Estar Social;

X – Assessoria de Comunicação Social;

XI – Gabinete da Corregedoria Regional;

XII – Secretaria Executiva da Coordenação dos Juizados Especiais Federais;

XIII – Secretaria Executiva da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região;

XIV – Núcleo Central de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania.

Parágrafo único. Cabe ao Cipe-TRF1:

I – estudar, avaliar e propor ao CGER-TRF1 as políticas, diretrizes, recomendações, planos, iniciativas e metas relacionados ao Planej 2015-2020 no âmbito deste Tribunal;

II – desdobrar o Planej 2015-2020 em programas, projetos e ações, utilizando a metodologia de gestão de projetos em vigor na Justiça Federal da 1ª Região, bem como o módulo de Gestão Estratégica e Projetos do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

III – apresentar ao CGER-TRF1:

a) o Plano de Ação do ano subsequente até 15 de abril do ano corrente;

b) relatórios de execução da estratégia em junho e dezembro do ano corrente.

**Art. 5º** Ficam designados como **gestores estratégicos de metas**, durante o ano de 2015, nos termos do art. 8º da Resolução Presi 29/2014:

I – desembargador federal Marcos Augusto de Sousa, gestor das metas voltadas para a área-fim;

II – diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Carlos Frederico Maia Bezerra, gestor das metas voltadas para a área-meio.

§ 1º São atribuições dos gestores estratégicos:

I – elaborar e disseminar o Plano de Ação para cumprimento das metas;

II – executar as ações necessárias ao efetivo cumprimento das metas;

III – elaborar projetos, quando necessário, seguindo a metodologia de gestão de projetos em vigor na Justiça Federal da 1ª Região;

IV – manter contato com as áreas do tribunal e das seções judiciárias a fim de obter dados e apoiar o cumprimento das metas;

V – prestar informações acerca das metas à Administração do tribunal, ao Cogest ou ao CGER-TRF1.

§ 2º Os gestores estratégicos serão auxiliados ou substituídos em seus afastamentos e impedimentos por substituto indicado especificamente para tal finalidade.

§ 3º Para o desempenho de suas atividades, o gestor das metas contará com o apoio técnico e administrativo da:

I – Secretaria Judiciária – Secju, no que se refere às metas voltadas para a área-fim;

II – Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação – Secge, no que se refere às metas voltadas para a área-meio.

§ 4º Os magistrados e servidores do tribunal e das seções e subseções judiciárias envidarão todos os esforços necessários para o cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2015, quais sejam:

**I – Metas Nacionais do Poder Judiciário voltadas para a área-fim:**

a) Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;

b) Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau; 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais;

c) Meta 3 – Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior;

d) Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013;

e) Meta 5 – Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente;

f) Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

**II – Metas específicas para a Justiça Federal voltadas para a área-fim:**

a) Meta 7 – Julgar quantidade maior de processos criminais do que de casos novos criminais no ano corrente (acompanhada pelo CNJ);

b) Meta 8 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, a tráfico de pessoas e a trabalho escravo distribuídos até 31/12/2013 (acompanhada pelo CNJ);

c) Meta 9 – Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior;

d) Meta 10 – Aumentar o índice de produtividade de servidores em relação à média do triênio anterior;

**III – Metas específicas para a Justiça Federal voltadas para a área-meio:**

a) Meta 11 – Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos para 100% até 2020;

b) Meta 12 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de magistrados e servidores abaixo ou igual a 3%;

c) Meta 13 – Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020.

§ 5º O Glossário das Metas da Justiça Federal, que contém esclarecimentos, critérios de cumprimento e fórmulas de cálculo das metas de que trata o parágrafo anterior, estará disponível para consulta no Portal do TRF 1ª Região, na página da Gestão Estratégica, disponível no menu Institucional.

§ 6º Os dados estatísticos processuais relativos às metas estarão disponíveis para consulta *online* para todos os magistrados e servidores da Justiça Federal da 1ª Região no Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest, de modo a propiciar o seu monitoramento mensal para integral cumprimento.

**Art. 6º** Ficam designados como **gestores de iniciativas nacionais**, a serem conduzidas no âmbito do Conselho da Justiça Federal – CJF para as cinco regiões da Justiça Federal, durante o ano de 2015, nos termos do art. 8º da Resolução Presi 29/2014:

I – Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa (nos termos da [Portaria CJF-POR 321 de 4 de setembro de 2013](#)): projeto de desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia:

II – Juíza Federal Vânia Cardoso Andre de Moraes (nos termos da [Portaria CJF-POR 159 de 9 de abril de 2014](#)): projeto de pesquisa sobre demandas repetitivas.

Parágrafo único. O Portfólio de Projetos Estratégicos da Justiça Federal, contendo as iniciativas nacionais conduzidas no âmbito do CJF, estará disponível para consulta no Portal do TRF 1ª Região, na página da Gestão Estratégica, disponível no menu Institucional.

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a [Portaria Presi/Secge 202 de 10 de junho de 2014](#).

Desembargador federal **CÂNDIDO RIBEIRO**  
Presidente

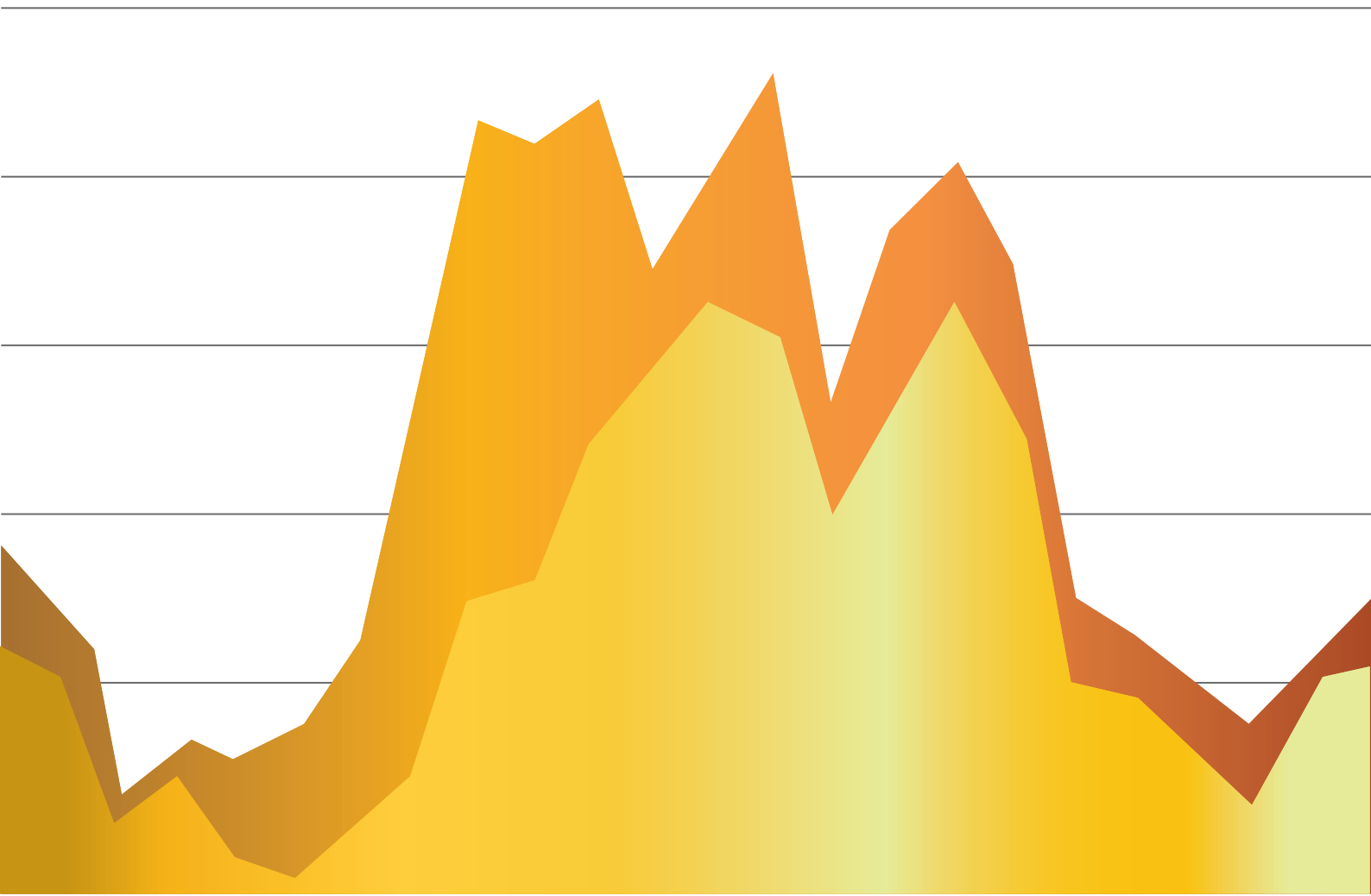
**Portaria Presi 92** assinada eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF 1ª Região**, em 26/02/2015, às 10:00 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **0336601** e o código CRC **4FB2150B**.

Portaria Presi 311 assinada eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF 1ª Região**, em 13/08/2015, às 10:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **1010591** e o código CRC **8FE34745**.

# ANEXO 4

Portaria TRF1 Presi 375/2015, que delega competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das seccionais para realizar as **Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs.**

Ata da I Reunião de Análise da Estratégia do Tribunal.







TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

## PORTARIA PRESI 375

Delega competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das seccionais para realizar as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, pelo menos quadrimestralmente.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe/SEI 0022116-66.2015.4.01.8000,

### CONSIDERANDO:

a) a [Resolução CNJ 198/2014](#) que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, no período de 2015 a 2020, e determina, no art. 9º, a **realização de Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs, pelo menos quadrimestralmente**, para avaliação e acompanhamento dos resultados, nas quais poderão os órgãos promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional;

b) a [Resolução CJF 313/2014](#) que dispõe sobre a Gestão da Estratégia da Justiça Federal e determina, no art. 6º, VI, que tais reuniões sejam realizadas, no âmbito da Justiça Federal, **nos meses de março, julho e novembro**, devendo ser promovida pelo Comitê Gestor de Estratégia Regional – CGER-TRF1;

c) a [Resolução Presi 29/2014](#) que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e replica tais comandos no âmbito deste Tribunal e das seções e subseções judiciárias vinculadas;

d) a inviabilidade em realizar as reuniões de análise da Estratégia - RAEs no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região por videoconferência, tendo em vista que são 291 varas federais distribuídas em 14 seções e 82 subseções judiciárias, além de 24 gabinetes de desembargador federal,

### RESOLVE:

**Art. 1º DELEGAR** competência aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico do Tribunal e das Seções Judiciárias da 1ª Região para realizar as Reuniões de Análise da Estratégia nos meses de março, julho e novembro, no período de 2015-2020, para análise do desempenho no cumprimento das metas e na execução dos planos de ação, nos termos da [Resolução Presi 29/2014](#), devendo a respectiva ata, acompanhada do Relatório de Execução da Estratégia, ser encaminhada ao CGER-TRF em até 15 dias após a realização da reunião.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF - 1ª Região**, em 23/10/2015, às 14:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código  
verificador **1298828** e o código CRC **3A2523F5**.

---

SAU/SUL - Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)  
0022116-66.2015.4.01.8000

1298828v3

---

Criado por [tr300775](#), versão 3 por [tr300775](#) em 19/10/2015 17:33:57.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**ATA**

**I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA  
DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

Data: 20 de outubro de 2015

Horário: das 17h às 19h30

Local: sala de reuniões da Secad, Anexo I, sala 2

<b>Participantes</b>	<b>Cargo e Unidade</b>
Wânia Maríça Araújo Vieira	Diretora-Geral em substituição e Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação
Maria Carolina de Souza Ribeiro	Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico
Rafaela Alvim Possas Bastos	Supervisora da Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos
Renato Lopes Vasconcelos	Supervisor da Seção de Gestão de Projetos Estratégicos
Maria Cristina Turnes	Diretora da Secretaria de Administração
Alexandre José Amaral Ferreira	Diretor da Secretaria Judiciária
Marcos Barbosa Andrade	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
Kátia Regina Ribeiro de Santa Ana	Diretora da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro
Maria do Carmo Cezário Corrêa	Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas
Marilene Sousa da Silva	Diretora Substituta da Secretaria de Controle Interno
Ionice de Paula Ribeiro	Diretora da Secretaria de Bem-Estar Social
Sandra Maria Alves Borges Costa	Secretária Executiva da Coordenação dos Juizados Especiais Federais
Rosana Monori	Diretora do Núcleo Central de Conciliação
Márcio da Silva Albuquerque	Diretor do Centro de Desenvolvimento de Servidores
Rênia Alves Machado Carlini	Diretora do Núcleo de Governança de Tecnologia da Informação

Registre-se a ausência dos representantes da Corregedoria Regional, da Escola de Magistratura Federal e da Assessoria de Comunicação Social, que foram convocados por integrarem o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – Cipe-TRF1, e do Diretor-geral, que é também o Presidente do Cipe-TRF1, em razão de viagem a serviço.

## 1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pela Diretora-Geral em substituição, que apresentou a equipe da Divisão de Planejamento Estratégico – Diple e lhes passou a palavra para condução da **I Reunião de Análise da Estratégia – RAE**.

### 1.1 Esclarecimentos sobre o monitoramento da estratégia

A Diretora da Diple iniciou a reunião lançando o questionamento *Como saber se a Justiça Federal da 1ª Região está executando bem a estratégia?*, que levou a uma pequena explanação sobre o monitoramento da estratégia, nos seguintes termos:

- O monitoramento da estratégia cabe:
  - **na Justiça Federal:** ao Comitê Gestor de Estratégia – **Cogest**, composto pelos presidentes do CJF e dos cinco TRFs e seus diretores-gerais;
  - **na Justiça Federal da 1ª Região:** ao Comitê de Gestão Estratégica Regional – **CGER-TRF1**, composto pelo Presidente do TRF1 e magistrados representantes da Corregedoria Regional, Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Sistema de Conciliação, Escola de Magistratura Federal, Diretores de Foro e o Diretor-geral do Tribunal;
  - **no Tribunal:** ao Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – **Cipe-TRF1**, composto pelo Diretor-geral e por representantes das unidades organizacionais do Tribunal (área-meio e área-fim) e aos demais gestores;
  - **nas Seccionais:** aos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – **Cipes** de cada Seção Judiciária e aos demais gestores.
- Existem ferramentas à disposição dos gestores e dos comitês em cada fase do monitoramento da estratégia:

Fases do monitoramento	Ferramentas disponíveis
1. MEDIR: Acompanhar o desempenho das Metas e do Plano de Ação 2015/2016	<b>Para as Metas:</b> Sistema de Informações Gerenciais e Estatísticas da Justiça Federal da 1ª Região – e-Siest <b>Para o Plano de Ação:</b> metodologia de gestão de projetos, SEI, MS Project, Excel, etc.
2. AVALIAR: Analisar o desempenho, detectar e formalizar problemas, identificar causas	Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) Relatórios de Execução da Estratégia (REA)
3. MELHORAR: Planejar e executar ações para corrigir os problemas, definir responsáveis e prazos	Gestão de processos de trabalho Propostas de projetos e ações
4. COMUNICAR: Fornecer aos responsáveis pela execução da estratégia <i>feedback</i> sobre o desempenho	Comunicações formais: <i>e-mails</i> , despachos no SEI, demonstrativos de resultados, boletins estatísticos, relatórios, <i>endomarketing</i> , etc.

- As reuniões de análise da estratégia têm como objetivo geral analisar o progresso da execução da estratégia e, como objetivos específicos:
  - analisar o desempenho de metas e planos de ação;
  - detectar problemas e identificar suas causas;
  - recomendar medidas preventivas e corretivas;
  - definir responsáveis e prazos.
- Nos termos da Resolução CJF 313/2014, as RAEs devem ser promovidas pelo CGER-TRF1 nos meses de março, julho e novembro de cada ano. No caso da Justiça Federal da 1ª Região, que possui 14 seções e 82 subseções judiciárias distribuídas em mais de 82%




















do território nacional, o CGER-TRF1 delegou aos Cipes do Tribunal e das seccionais a realização das RAEs, a fim de que se possam aprofundar as análises devidas em cada órgão da 1ª Região.

- A RAE deve voltar-se para a análise do caminho crítico e apontar soluções para o cumprimento das metas e a execução dos planos de ação, produzindo o Relatório de Execução da Estratégia e, quando for o caso, recomendações e até ajustes no próprio Planejamento Estratégico.

## 2. Apresentação de resultados estratégicos

A Diretora da Diple apresentou, então, o panorama dos resultados estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região, apurado nos meses de janeiro a setembro de 2015, nos seguintes termos:

### 2.1 Metas




Meta	1º grau	2º grau	1ª Região	Observações
Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	 88,17%	 106,48%	 90,46%	Constatou-se que, estando a distribuição parada em razão da greve de servidores, a meta poderá sofrer grandes alterações quando todos os processos pendentes de distribuição passarem a compor o acervo.
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus	 89,43%	 74,77%	Não se aplica	Constatou-se a necessidade de promover ações que estimulem o julgamento de processos antigos.
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais	 98,87%	Não se aplica	 98,87%	Normalmente, os JEFs da 1ª Região cumprem integralmente a Meta 2. Todavia, em 2015, a Secretária Executiva da Cojef relatou que as procuradorias estão em greve, o que dificulta o trabalho dos JEFs e, especialmente, dos mutirões de julgamento.
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais	 108,71%	Não se aplica	 108,71%	A Diretora do Nucon relatou que o INSS está em greve, o que dificulta o agendamento de perícias e audiências de conciliação.
Meta 3 – Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior	 76,21%	 139,52%	N/D	
Meta 4 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013	 25,65%	 59,37%	 36,66%	
Meta 5 – Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente	 75,19%	 661,54%	 75,40%	Constatou-se a necessidade de promover ações que estimulem o julgamento de processos das classes contempladas pelas Metas de 2015.
Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas				

31/12/2013, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau	60,54%	16,17%	N/D	A Diretora da Secad argumentou sobre a necessidade de realização de diagnóstico que revele as causas pelas quais o percentual de cumprimento das metas está abaixo do esperado, tendo em vista que os índices de produtividade de magistrados e de servidores estão muito acima do esperado.
Meta 7 – Baixar quantidade maior de processos criminais do que de casos novos criminais no ano corrente	93,84%	126,30%	97,00%	
Meta 7 – Julgar quantidade maior de processos criminais do que de casos novos criminais no ano corrente	10,71%	77,51%	17,20%	
Meta 8 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados a improbidade administrativa, a tráfico de pessoas e a trabalho escravo distribuídos até 31/12/2013	20,16%	9,8%	17,9%	
Meta 9 – Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior	439,52%	332,37%	344,07%	Os números demonstram que a 1ª Região tem se esforçado até o limite do possível para aumentar a produtividade com os insuficientes recursos humanos e orçamentários disponíveis, sendo necessária urgente intervenção na recomposição de sua força de trabalho e na distribuição dos recursos orçamentários entre os TRFs.
Meta 10 – Aumentar o índice de produtividade de servidores em relação à média do triênio anterior	229,08%	366,14%	282,26%	
Meta 11 – Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos para 100% até 2020. Para 2015, a meta é atingir 70% de avaliações positivas.	123,80%			Avaliações positivas: em 2013: 70,00%; em 2014: 86,66%. Os quatro itens avaliados com pontuação menor que 4 são relativos à gestão de riscos. O projeto de implantação de gestão de riscos ainda não foi iniciado.
Meta 12 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de magistrados abaixo ou igual a 3%	<b>Não informado.</b>			A Diretora da Secbe irá averiguar se os atestados de licenças médicas dos magistrados são cadastrados no sistema e quem é o responsável pelo cadastro e pela informação da Meta.
Meta 12 – Manter, em todos os anos, o absenteísmo de servidores abaixo ou igual a 3%	90,1%	51,1%	84,5%	Absenteísmo: no 1º grau: 3,3%; no 2º grau: 4,5%. Constatou-se a necessidade de promover ações que promovam a saúde do servidor.
Meta 13 – Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020	<b>Informação incompleta.</b> A unidade alega que a informação de número de pessoas com exame previsto para o período é complexa, devido aos critérios do art. 4º da Portaria Presi 257/2015			A Diretora da Secbe relatou sobre a impossibilidade de cumprimento da meta, tendo em vista que os EPS não são obrigatórios e que os não-beneficiários do plano têm de arcar com as despesas dos exames.

## 2.2 Plano de Ação 2015/2016 (Anexo I):

Dos 29 projetos e ações inseridos no Plano de Ação 2015/2016, quatro já foram concluídos; sete estão

com andamento em dia; dez estão atrasados ou correndo risco de atraso em relação ao prazo previsto para sua conclusão e oito estão estacionados ou ainda não foram iniciados:

Situação em outubro/2015	Quantidade de projetos e ações
Concluídos ou dentro do prazo previsto	 11
Atrasados ou com risco de atraso	 10
Não iniciados ou estacionados	 8

- Projetos e e ações classificados como atrasados ou com risco de atraso:

Projeto/Ação	Situação	Observações
Pesquisa sobre demandas repetitivas – CEJ/CJF	Projeto Nacional, sob a responsabilidade do CEF/CJF.	Projeto Nacional
Sistema Nacional de Cálculos – Secaj/SJDF	Projeto Nacional, gerido pelo Desembargador Federal Marcos Augusto.	Projeto Nacional
Construção da nova sede – Secad	Motivos de atraso na execução da obra: dois contratos foram rescindidos por inexecução parcial, necessidade de atualização normativa e tecnológica dos projetos e atraso na entrega de projetos estruturais.	
Programa de Sustentabilidade da 1ª Região – Secge	Criada a Seção de Apoio à Gestão Socioambiental. Estudos em desenvolvimento.	Necessário instituir o Comitê de Gestão Socioambiental
Estudos para criação de varas ambientais – Secge	Processo no SEI encaminhado à Secor para manifestação em 22/jul/2015.	
Estudos para modernização do sistema de RH – SecGP	Servidores do TRF 1ª Região vão realizar reunião com os do TRF 4ª Região, a fim de conhecerem o sistema local.	Há previsão de implantação de sistema nacional de RH pelo CJF
Transparência de TI – Secin	Portal concluído. Processo no SEI encaminhado 21/09/2015 à Secge, gestora dos portais internet e intranet da JF1, para aprovação da publicação do portal de TI.	
Gestão de demandas de TI – Secin	Análise de viabilidade da solução a ser adotada de alta complexidade e característica inédita do objeto eventualmente a ser contratado levaram a previsão de término da análise para dezembro/2015. A estimativa da próxima fase dependerá do resultado da análise de viabilidade, com previsão de conclusão para o caso mais complexo, aquisição e implantação de nova ferramenta de gestão de demandas de TI - de 18 a 24 meses.	
Reestruturação dos CPDs da 1ª Região – Secor	Ação orçamentária para 2016. Planos de ação das subseções para execução em 2016.	
Expansão e		

Expansão e melhoria do sistema e-Orçamento – Secor	O módulo de transparência estava previsto para entrega em junho/2015, porém ainda está em andamento, de acordo com as prioridades definidas pelos gestores de sistemas de informação e pela Administração.	
--	--	--

- Projetos não iniciados ou estacionados:

Projeto/ação	Observações
Implantação do EaD para magistrados – Esmaf	Representante da Esmaf não compareceu à reunião
Adesão de magistrados e servidores aos EPS – Secbe	A Diretora da Secbe relata que o projeto não foi iniciado por que não há recursos específicos da União para o pagamento dos EPS a todos os magistrados e servidores
Melhoria do sistema de controle de materiais – Secad	Os Diretores da Secad e da SecGP relatam que estavam aguardando a aprovação pelo CGER-TRF1 do Plano de Ação proposto pelo Cipe-TRF1, razão pela qual os projetos/ações não foram iniciados
Proger – Gestor Estratégico – SecGP	
Ações Conjuntas de Qualidade de Vida no Trabalho – SecGP	
(Des)Envolvimento de Líderes – SecGP	
Carta de serviços da Justiça Federal da 1ª Região – Secge	A Diretora da Secge relata que o CJF inseriu o projeto Carta de Serviços da Justiça Federal entre as iniciativas nacionais, razão pela qual tal projeto deve ser excluído do Plano de Ação do Tribunal, de forma a evitar o retrabalho
Gestão de riscos – Secoi	A Diretora Substituta da Secoi relata que o escopo do projeto foi superdimensionado, sendo necessária a sua revisão, propondo que o projeto piloto seja a implantação da gestão de riscos em uma das divisões da Secad e não em toda a Secad

### 3. Deliberações do Cipe-TRF1

Com base nos resultados estratégicos apurados, relativos ao período de janeiro a setembro de 2015 (ítems 2.1 e 2.2 desta ata), o Cipe-TRF1 deliberou que, apesar de terem sido tomadas as medidas elencadas no item 3.1 ao longo do ano, a 1ª Região ainda não logrou alcançar o integral cumprimento das Metas e a execução tempestiva de todos os projetos e ações inseridos no Plano de Ação 2015/2016 - TRF1, levantando possíveis causas para tal fato, no item 3.2; recomendando uma série de medidas que possibilitem reverter a situação atual, no item 3.3; com definição de responsáveis e prazos, no item 4.

#### 3.1 Medidas adotadas ao longo do ano para o cumprimento das Metas e execução do Plano de Ação 2015/2016:

Entre os 29 projetos e ações inseridos no Plano de Ação 2015/2016, quatro deles já foram concluídos:

- Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias descentralizadas em Salvador/BA, Belo Horizonte/MG e Juiz de Fora/MG, previstas na Emenda Constitucional 45 e instituídas pelas Resoluções Presi 23/2014, 5/2015 e 11/2015.
- Autorização para a criação de Unidades Avançadas de Atendimento - em localidades em que não há sede da Justiça Federal, sempre vinculadas a uma seção ou subseção judiciária, onde serão realizadas atividades que exijam a presença das partes - instituída pela Resolução Presi 21/2015.



- Delegação de competência aos Diretores de Foro para administrar e organizar a estrutura organizacional das seccionais, de modo que possam criar, extinguir, transformar ou remanejar unidades administrativas e funções comissionadas no âmbito das áreas administrativa e judicial, desde que não implique no aumento de despesa e desde que sejam observadas as restrições e os limites estipulados na Resolução Presi 24/2015.
- Readequação da Estrutura do Tribunal, mediante o remanejamento interno de funções comissionadas e considerando as novas demandas de serviço, em virtude da proximidade da vigência do novo Código de Processo Civil (com significativas alterações no rito do recurso repetitivo) e ainda da determinação do CNJ de implantação do PJe em todo o Poder Judiciário, foram reforçadas as áreas de recursos especiais e extraordinários, repercussão geral e recursos repetitivos, de apoio ao processo judicial eletrônico e de apoio ao processo administrativo eletrônico, pelas Resoluções Presi 26, 31, 32 e 35/2015.

Além desses, outros 7 projetos caminham dentro dos prazos esperados, destacando-se, entre eles:

- Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe: andamento está rigorosamente de acordo com o planejado no cronograma. No 2º grau, o sistema está em pleno funcionamento nas ações monitórias e mandados de segurança, e foi iniciado o processo de implantação nas seccionais. O PJe está funcionando nas Seções Judiciárias do Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Roraima e Tocantins. Até dezembro de 2015 será implantado nas Seções Judiciárias do Acre, Amapá e Rondônia e, janeiro de 2016, na Seção Judiciária do Amazonas. Para as demais seccionais, o cronograma de instalação será definido em breve.
- Execução do Plano de Comunicação da Estratégia: estão em andamento as ações para veiculação das peças que compõem o Plano de Comunicação da Estratégia, de forma a tornar conhecido de todos os magistrados e servidores os objetivos estratégicos, indicadores e metas, consolidando na cultura organizacional da 1ª Região a importância das ações relativas ao Planejamento Estratégico, os seus benefícios e possíveis resultados e a importância de se promoverem ações para o cumprimento das metas e execução das iniciativas estratégicas.

### 3.2 Possíveis causas para o não cumprimento integral de Metas e para o atraso na execução do Plano de Ação 2015/2016:

- Subdimensionamento da força de trabalho:
  - **quadro de desembargadores federais:** o TRF 1ª Região vem trabalhando com menos de 50% da força de trabalho considerada ideal pelo próprio CNJ, pelo STJ e pelo CJP, e, portanto, acima do limite de sua capacidade laboral, razão pela qual esses órgãos superiores aprovaram os estudos técnicos realizados por uma comissão de magistrados instituída pelo CJP e encaminharam ao Poder Legislativo anteprojeto de lei que amplia o número de membros deste Tribunal de 27 para 60 desembargadores, mais do que duplicando a composição do Tribunal.
  - **quadro de juizes federais:** segundo dados do Justiça em Números 2015, atualmente, há 208 cargos vagos de juiz federal na 1ª Região - o que representa 26,3% de vacância num quadro total de 790 cargos existentes. Adicionalmente, devido ao insuficiente número de desembargadores, o Tribunal frequentemente precisa convocar juizes federais do 1º grau para atuação no 2º grau, nos vários projetos que visam à diminuição dos gigantes acervos - como as CRPs (referidas no item 3.1) e o Projeto de Aceleração de Julgamentos, promovido pelo CNJ (Portaria CN/CNJ 17/2015).
  - **quadro de servidores efetivos:** a 1ª Região há muito se resente do

subdimensionamento dos seus quadros de pessoal, tendo enviado, ao longo dos anos, diversos ofícios ao CJF e ao CNJ com estudos que demonstravam tecnicamente a necessidade de criação de cargos efetivos de servidores e ainda de cargos em comissão e de funções comissionadas para a recomposição de sua força de trabalho. Tendo em vista o alto grau de superação da Meta 10, relativa ao Índice de Produtividade de Servidores (282,26%), e a alta Taxa de Absenteísmo de Servidores por motivos de saúde (3,5%), que não permitiu o cumprimento da Meta 12, constata-se que a criação de cargos efetivos é urgente e imprescindível. Esse quadro motivou os órgãos superiores a encaminharem ao CNJ ao longo dos anos propostas de anteprojeto de lei que ampliariam o número de cargos de servidores da Justiça Federal - em regra infrutíferas, a não ser para viabilizar a criação de novas Varas Federais. Como exemplo, há a proposta de ampliação do quadro de servidores de TI - tratada no TRF1 por meio do processo 0006821-86.2015.4.01.8000, no CJF por meio do processo CF-PPN-2012/00119 e no CNJ PAM 0001776-11.2013, onde encontra-se sobrestado.

- Grave contingenciamento nos recursos orçamentários:
  - diante da atual crise econômica, o orçamento da 1ª Região sofreu significativo contingenciamento, o que impediu o início de alguns projetos e ações inseridos no Plano de Ação 2015/2016 - TRF1, bem como ocasionou o atraso ou paralisação de outros.

### 3.3 Recomendações do Cipe-TRF1 para integral cumprimento das Metas e execução tempestiva do Plano de Ação 2015/2016:

Em relação ao cumprimento das Metas voltadas para a área fim:

- Para detectar tecnicamente as causas de não cumprimento das Metas, é necessário determinar a elaboração de um diagnóstico, por Estado, de modo a se avaliar as diferenças em cada seccional e o desempenho de cada unidade judicial, individualmente, verificando-se a contribuição de cada unidade jurisdicional para o cumprimento ou não cumprimento das Metas, propiciando assim que as ações a serem definidas tenham maior chance de refletir positivamente nas Metas;
- A fim de agilizar a tramitação do Projeto de Lei 8.132/2014 que dispõe sobre a criação de 82 cargos de desembargador federal, sendo 33 para o TRF da 1ª Região, é necessário que a Presidência intensifique as diligências junto aos parlamentares dos Estados jurisdicionados à Região;
- A fim de agilizar a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5017 que recaiu sobre a Emenda Constitucional 73, que criou 4 novos TRFs, é necessário que a Presidência intensifique as diligências junto ao STF;
- A fim de agilizar a tramitação da proposta de anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de cargos de servidores de TI para a Justiça Federal (TRF1 0006821-86.2015.4.01.8000, CJF CF-PPN-2012/00119 e CNJ PAM 0001776-11.2013), com vistas a viabilizar as ações de TI requeridas por quase todas as ações estratégicas, é necessário que a Presidência intensifique as diligências junto ao STF;
- Visando ao cumprimento das Metas no 1º grau, é necessário reforçar o quadro de juízes federais, bem como reduzir o máximo possível as convocações dos juízes federais;
- Visando ao cumprimento das Metas em toda a 1ª Região e a aumentar os casos solucionados por conciliação (Meta 3), é imprescindível fortalecer as estruturas e os quadros de pessoal nas unidades de conciliação do Tribunal e das seccionais;
- Com o objetivo de agilizar os procedimentos de processamento e julgamento de feitos, é necessário priorizar, por todas as unidades da JF1 e por todos os gestores de sistemas de informação, o projeto de implantação do PJe, com liberação de servidores com dedicação

exclusiva. A Secin ficará responsável por encaminhar à Diretoria-Geral proposta objetivando definição de sistemática que preveja submissão prévia à apreciação do Cipe-TRF1 de qualquer ação, em especial na TI, que tenha potencial de impactar o projeto de implantação do PJe na JF1 - empreitada que contempla também a migração dos sistemas legados para o PJe;

- Tendo em vista o desenvolvimento do Sistema de Publicações de Atos Judiciais – Sepublic, é necessário repassar aos gabinetes a publicação dos acórdãos, liberando servidores das coordenadorias de turmas para atuar em outras frentes de trabalho. Para isso, é necessário priorizar essa ação entre os gestores de sistemas de informação, para que os ajustes necessários nos sistemas afetados sejam implementados com brevidade;
- A fim de destacar mais servidores de TI para o desenvolvimento do PJe, ajustes nos sistemas afetados à publicação direta pelos gabinetes no Sepublic e demais ações estratégicas priorizadas pelo CGER-TRF1, é imprescindível liberar o pessoal de TI da manutenção e evolução de sistemas antigos, principalmente os que serão substituídos pelo PJe. Para tanto, é imprescindível haver uma padronização de procedimento e de ferramentas nos órgãos julgadores e quando houver novas e mais modernas ferramentas que possibilitem o mesmo trabalho, determinar que seja obrigatória a utilização dos novos sistemas e novas versões de sistemas, desativando os anteriores - sendo importante constituir uma equipe que apresente as novas ferramentas aos usuários;

Em relação ao cumprimento das Metas voltadas para a área meio:

- A fim de possibilitar a apuração das Metas e informação de desempenho ao CNJ e CJP, é imprescindível determinar às unidades do Tribunal e das Seções Judiciárias que forneçam tempestivamente as informações solicitadas;
- Para possibilitar o cumprimento da Meta 11 em 2020, é necessário iniciar e priorizar o projeto “Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Administração do TRF 1ª Região”, sugerindo-se a revisão de seu escopo no primeiro ano para que contemple uma das divisões da Secad em vez de toda a secretaria, com gradual avanço para as demais divisões e demais unidades do Tribunal;
- A fim de possibilitar providências que promovam a saúde do servidor, de modo a evitar o absenteísmo por motivo de doenças e acidentes de trabalho (Meta 12), é necessário determinar a elaboração de um diagnóstico das causas de afastamento, por grupo de doenças (CID), sem identificação do servidor, sendo necessário ainda determinar a todas as seções judiciárias o integral preenchimento do Prontuário Eletrônico no atendimento médico dos magistrados e servidores;
- De forma a possibilitar o custeio dos Exames Periódicos de Saúde a todos os servidores, inclusive aos não beneficiários do Pro-Social, conforme determina a Lei 8.112/1990, é necessário solicitar o destaque anual de recursos específicos para a rubrica AMOS;
- Com vistas a possibilitar a apuração da Meta 12, determinar que os atestados médicos de servidores e magistrados sejam devidamente cadastrados no sistema e-Pro-Social no prazo máximo de 03 (três) dias úteis;
- Tendo em vista que está em andamento negociação para que servidores realizem todos os exames do EPS em apenas uma clínica de Brasília, num único dia, propõe-se que, caso isso ocorra, seja concedido o abono desse dia de trabalho aos servidores e magistrados, como forma de incentivar a adesão ao EPS;
- A fim de agilizar a tramitação da proposta de anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação de cargos de servidores de TI para a Justiça Federal (TRF1 0006821-86.2015.4.01.8000, CJP CF-PPN-2012/00119 e CNJ PAM 0001776-11.2013), com vistas a viabilizar as ações de TI requeridas por quase todas as ações estratégicas, é necessário que a Presidência intensifique as diligências junto ao STF;

Em relação à execução do Plano de Ação 2015/2016:

- Devido ao grave contingenciamento que sofreu o orçamento da Justiça Federal, é necessário que cada unidade reavalie os projetos e ações, de modo que se possa propor ao CGER-TRF1 as alterações necessárias no Plano de Ação 2015/2016;
- Tendo em vista a constatação da existência de projetos e ações atrasados ou com risco de atraso em relação aos prazos previstos de conclusão, é necessário que as unidades revejam os prazos de conclusão, de modo que se possa propor ao CGER-TRF1 as alterações necessárias no Plano de Ação 2015/2016;
- Considerando a iniciativa estratégica nacional de criação da Carta de Serviços da Justiça Federal, é necessário propor ao CGER-TRF1 a exclusão do projeto Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região do Plano de Ação 2015/2016 - TRF1;
- Tendo em vista o relato da diretora da Secor da criação de dezenas de indicadores que compõem o Justiça em Números pelo CNJ, é necessário propor ao CGER-TRF1 a inclusão, no Plano de Ação 2015/2016, de ação que promova a urgente revisão desses indicadores;

Em relação à próxima Reunião de Análise da Estratégia:

- A fim de se obter, em tempo real, informações complementares sobre as Metas e os projetos e ações do Plano de Ação 2015/2016, convidar os gerentes dos projetos e os gestores das Metas a comparecerem à próxima RAE, de modo que possam detalhar e apresentar os resultados alcançados;

Em relação às recomendações do Cipe-TRF1:

- Com vistas a validar e reforçar a execução e o monitoramento da estratégia, é imprescindível propor ao CGER-TRF1 que conheça e referende o Plano de Ação 2015/2016 e as recomendações do Cipe-TRF1.

#### 4. Próximas providências, conforme recomendações do Cipe-TRF1

Providências	Responsável	Data Limite
Elaborar o calendário de reuniões do Cipe-TRF1 e das próximas RAEs	Secge	30/10/2015
Submeter as recomendações do Cipe-TRF1 à referenda do CGER-TRF1	Secge	30/10/2015
Agendar a próxima reunião do Cipe-TRF1 para definição dos responsáveis pela execução das recomendações, após referenda do CGER-TRF1	Secge	3 dias após a referenda pelo CGER-TRF1
Reavaliar os projetos e ações do Plano de Ação 2015/2016 - TRF1 quanto aos prazos e manutenção das propostas devido ao contingenciamento	Unidades proponentes	30/10/2015
Consolidar as manifestações das áreas sobre a reavaliação dos projetos e ações do Plano de Ação (prazos e manutenção da proposta)	Secge	10/11/2015
Encaminhar ao CGER-TRF1 as propostas de alteração do Plano de Ação 2015/2016 - TRF1	Diges	13/11/2015

Os participantes listados concordam com os termos desta Ata, que vai assinada pela Diretora-Geral em

substituição no dia da reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Wânia Maríça Araújo Vieira, Diretor(a) de Secretaria**, em 23/10/2015, às 17:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **1309904** e o código CRC **6A1FD654**.

---

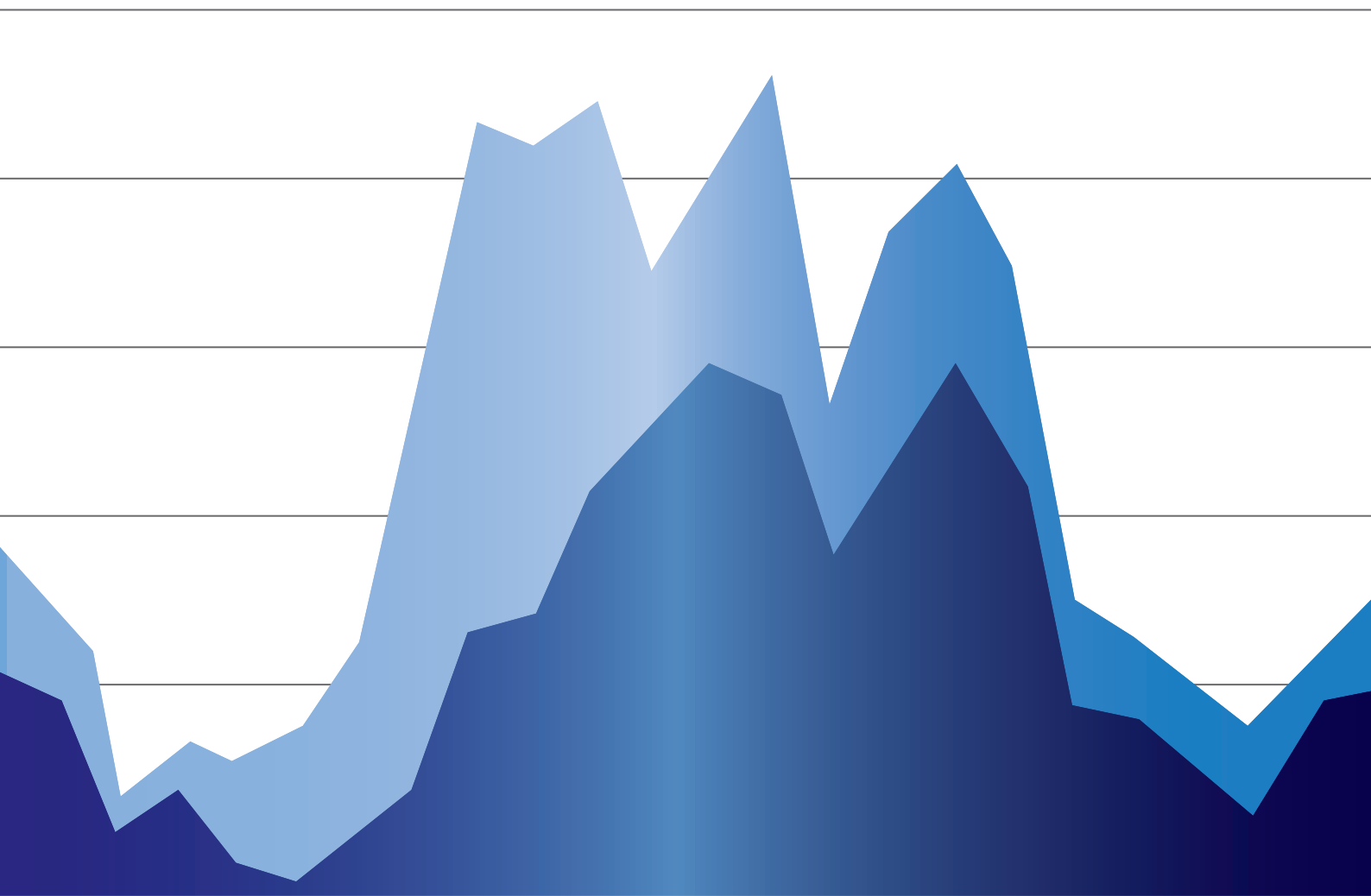
SAU/SUL - Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)  
0022116-66.2015.4.01.8000

1309904v126

Criado por [tr300069](#), versão 126 por [tr300775](#) em 23/10/2015 17:02:56.

# ANEXO 5

Portaria TRF1 Presi 392/2015, que aprova a **Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região** para o biênio 2015/2016, composta pelos Planos de Ação do Tribunal e de suas 14 Seções Judiciárias.





TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

## PORTARIA PRESI 392

Aprova os Planos de Ação 2015/2016 do Tribunal e das Seções Judiciárias da Justiça Federal da 1ª Região e recomenda ações e procedimentos para a execução do Planej 2015-2020.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**, no uso das atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0017930-97.2015.4.01.8000,

### CONSIDERANDO:

a) a Resolução Presi 29 de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região e dá diretrizes para sua gestão no âmbito do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias;

b) os Planos de Ação 2015/2016 encaminhados pelos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes do Tribunal e das 14 Seções Judiciárias da 1ª Região;

c) a análise técnica e as recomendações da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação e do Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal;

d) as manifestações favoráveis e as recomendações dos membros do Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1,

### RESOLVE:

**Art. 1º APROVAR** os **Planos de Ação 2015/2016** constantes do Anexo desta Portaria, cujas propostas de projetos e ações devem ser implantadas pelas unidades proponentes e monitoradas pelos Cipes do Tribunal e das Seccionais, observadas as recomendações das áreas técnicas e dos membros do CGER-TRF1 acostadas ao Processo Administrativo Eletrônico 0017930-97.2015.4.01.8000.

§ 1º Os Planos de Ação 2015/2016 devem ser atualizados a cada quatro meses, na ocasião da realização das Reuniões de Análise da Estratégia, quando se verificarão a necessidade de inclusão ou exclusão de iniciativas estratégicas, bem como o seu andamento em relação aos prazos previstos para conclusão dos projetos e ações.

§ 2º Cabe aos Cipes deliberar sobre as propostas de revisão dos escopos e dos prazos de conclusão dos projetos, quando estes não ultrapassarem o período de vigência do Plano de Ação.

§ 3º As propostas de inclusão ou exclusão de iniciativas estratégicas, bem como o adiamento de prazos para além do período de vigência dos Planos de Ação devem ser encaminhadas ao CGER-TRF1 para análise e aprovação.

**Art. 2º** O conjunto dos quinze Planos de Ação 2015/2016 do Tribunal e das Seções Judiciárias constituem a **Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região**, nos termos do inciso IV do art. 1º da Resolução Presi 29/2014, a ser disponibilizada na página da Gestão Estratégica, no portal do TRF 1ª Região.

**Art. 3º** As iniciativas estratégicas inseridas nos Planos de Ação 2015/2016 devem ter preferência na distribuição de recursos orçamentários, nos termos do inciso V do art. 6º e do art. 11 da Resolução CJF 313/2014.

**Art. 4º** O CGER-TRF1 recomenda aos Cipes do Tribunal e das Seções Judiciárias:

I – promover a ampliação dos Planos de Ação 2015/2016 de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos macrodesafios, objetivos estratégicos e metas propostos no Plano Estratégico da Justiça Federal, anexo da Resolução CJF 313/2014;

II – promover ampla e constante divulgação sobre o Planej 2015-2020 e, em especial, sobre a execução dos Planos de Ação e o cumprimento das Metas do Poder Judiciário no Tribunal e nas Seções e Subseções Judiciárias vinculadas, de modo que todos os magistrados, servidores e colaboradores sintam-se parte da estratégia e responsáveis por sua execução, nos termos do art. 2º da Resolução Presi 29/2014;

III – fomentar a adoção, sempre que possível, da metodologia de gestão de projetos em vigor na 1ª Região para a execução das propostas classificadas como projetos inseridas nos Planos de Ação, incentivando o preenchimento dos formulários já disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações, com acompanhamento dos resultados obtidos com a implantação dos projetos e, quando for o caso, inscrição no banco de boas práticas da 1ª Região;

IV – realizar reuniões periódicas, preferencialmente a cada dois meses, para acompanhamento da execução dos Planos de Ação e do cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, promovendo, ainda, nos meses de março, julho e novembro, Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, nos termos do art. 6º, VI, da Resolução Presi 29/2014, encaminhando a respectiva ata ao CGER-TRF1 em até 15 dias após a realização da RAE;

V – promover ações de capacitação, seminários e *workshops* nas áreas de planejamento estratégico, execução da estratégia e gestão de projetos, com a participação de gestores e servidores das áreas meio e fim;

VI – informar à Secretaria de Tecnologia da Informação sobre a disponibilidade de servidores qualificados em condições técnicas de desenvolvimento de novos sistemas para a 1ª Região, de modo que passem a integrar, a distância, a equipe de desenvolvedores de sistemas do Tribunal;

VII – promover ações destinadas a assegurar maior apoio da área de TI ao projeto de desenvolvimento do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe;

VIII – propor o reforço das unidades de gestão estratégica das Seções Judiciárias e a priorização das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região – Planej 2015-2020, detalhadas na Resolução Presi 29/2014 e na Portaria Presi 92/2015.

**Art. 5º** Os Planos de Ação para o ano 2017 devem ser encaminhados ao CGER-TRF1, impreterivelmente, **até o dia 31 de agosto de 2016**, para análise e aprovação.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Desembargador Federal **CÂNDIDO RIBEIRO**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Cândido Ribeiro, Presidente do TRF - 1ª Região**, em 12/11/2015, às 10:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **1375505** e o código CRC **C7E7E230**.



Criado por [tr300069](#), versão 3 por [tr300069](#) em 11/11/2015 11:40:27.

# Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região

## 2015-2016

Anexo da Portaria Presi 392/2015  
Planos de Ação do Tribunal e das  
Seções Judiciárias da 1ª Região

Atualizado novembro de 2015



JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF1**



## Coordenação geral

*Carlos Frederico Maia Bezerra*

Diretor-geral

## Coordenação técnica

*Wânia Marítiça Araújo Vieira*

Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação

*Maria Carolina de Souza Ribeiro*

Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico

## Equipe técnica

*Renato Lopes Vasconcelos*

Supervisor da Seção de Gestão de Projetos Estratégicos

*Rafaela Alvim Possas Bastos*

Supervisora da Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos

# SUMÁRIO

Apresentação, *4*

Plano de Ação 2015/2016 do Tribunal, *5*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Acre, *9*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Amapá, *10*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Amazonas, *12*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária da Bahia, *14*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Distrito Federal, *16*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária de Goiás, *18*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Maranhão, *24*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária de Mato Grosso, *28*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária de Minas Gerais, *37*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Pará, *39*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária do Piauí, *42*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária de Rondônia, *44*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária de Roraima, *48*

Plano de Ação 2015/2016 da Seção Judiciária de Tocantins, *53*

# Apresentação

A Resolução Presi 29 de 17 de dezembro de 2014 instituiu o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região para o período 2015 a 2020 – Planej 2015-2020, que é composto por:

- Plano Estratégico da Justiça Federal – PEJF e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI (anexos da Resolução CJF 313/2014);
- Metas Nacionais do Poder Judiciário e Metas Específicas da Justiça Federal;
- Mapa Estratégico da Justiça Federal;
- Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região.

Os Planos Estratégicos apresentam e detalham a Estratégia da Justiça Federal, estabelecendo macrodesafios, objetivos estratégicos e indicadores. Nesses planos também são encontradas as Metas Nacionais e Específicas, o Mapa Estratégico e as iniciativas estratégicas nacionais.

Todavia, uma estratégia que não sai do papel em nada contribui com o crescimento da organização. É preciso promover ações concretas para que os macrodesafios e objetivos estratégicos sejam alcançados e para que as metas sejam cumpridas.

Nesse sentido, a presente Carteira de Iniciativas Estratégicas se apresenta como o instrumento mais importante para garantir a execução da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região.

Ela relaciona os programas, projetos e ações que o Tribunal e as Seções e Subseções Judiciárias se comprometeram a implantar no biênio 2015/2016,

com o objetivo de alavancar o seu desempenho diante dos indicadores e das metas propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho da Justiça Federal e pelos próprios Tribunais Regionais Federais.

Essas iniciativas estratégicas foram propostas pelas unidades organizacionais do próprio Tribunal e das seccionais, validadas pelos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico – Cipes de cada localidade e aprovadas pelo Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1, por meio da Portaria Presi 392/2015, cabendo às unidades proponentes a sua execução, com o apoio dos comitês locais e regional.

Prevê a referida portaria que a presente Carteira de Iniciativas Estratégicas será revisada e atualizada a cada 4 meses, quando se verificarão a necessidade de inclusão ou exclusão de programas, projetos e ações e o andamento de cada iniciativa em relação aos prazos previstos para conclusão.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta eficaz para a execução e o monitoramento da estratégia, que possibilita à Justiça Federal da 1ª Região alcançar a sua visão de futuro, qual seja, consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente.

*“Para atingir uma meta jamais alcançada, você deve começar a fazer coisas que nunca fez antes”*

*Jim Stuart. Do livro “As 4 disciplinas da execução”. McChesney, Chris e outros.*

## Plano de Ação 2015/2016 – TRF1

### Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Necessidade a ser atendida	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
PROJETO NACIONAL Pesquisa sobre demandas repetitivas	Levantar soluções para a repetição excessiva de demandas e ocorrência de decisões judiciais divergentes acerca de um mesmo conflito	Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes	CEJ/CJF	dez/2018
PROJETO NACIONAL Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia	Eliminar a necessidade de elaboração de cálculos com o uso de planilhas eletrônicas pelos servidores da área de Contadoria	Impulso às execuções fiscais e cíveis	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado	Secaj/SJDF	dez/2020
PROJETO NACIONAL Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe	Unificar os diversos sistemas judiciais na Justiça Federal da 1ª Região	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantia dos direitos de cidadania</li> <li>▪ Aperfeiçoamento na gestão de custos</li> <li>▪ Melhoria da infraestrutura e governança de TIC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Buscar a satisfação do usuário/cidadão</li> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> <li>▪ Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal</li> <li>▪ Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> </ul>	Secin	dez/2018
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	Alinhar e envolver unidades e servidores da Justiça Federal da 1ª Região na implantação do planejamento estratégico	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Ascom	dez/2015
Meta 2 – Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias (Metas de Nivelamento das Corregedorias – CNJ)	Dar cumprimento à meta de processos com relatórios preparados	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	Coger	dez/2015
Correções Gerais Ordinárias	Regularizar os serviços judiciários de primeiro grau de jurisdição e garantir o cumprimento das metas para a 1ª Região	Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da justiça federal	Coger	mar/2016
Atualização e compatibilização das normas relativas à Corregedoria Regional	Manter os normativos referentes à Corregedoria Regional com as demais normas do TRF e Conselhos em vigor	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Coger	dez/2016

Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Necessidade a ser atendida	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Implementação do Ensino a Distância – EAD	Disponibilizar ferramenta para metodologia de ensino a distância aos magistrados	Aperfeiçoamento na gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Esmaf	dez/2017
Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias	Reduzir custos e tempo na elaboração de projetos de novos edifícios para as Subseções Judiciárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aperfeiçoamento na gestão de custos</li> <li>▪ Instituição da governança judiciária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> <li>▪ Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal</li> </ul>	Secad	dez/2015
Gestão de Projeto da Construção da Nova Sede do TRF 1ª Região	Centralizar as instalações do TRF 1ª Região	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantia dos direitos de cidadania</li> <li>▪ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>▪ Melhoria da gestão de pessoas</li> <li>▪ Aperfeiçoamento na gestão de custos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Buscar a satisfação do usuário/cidadão</li> <li>▪ Agilizar os trâmites processuais</li> <li>▪ Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal</li> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> </ul>	Secad	jun/2019
Modernização de Sistema Informatizado de Administração e Controle de Materiais	Propor a aquisição de novo e eficiente sistema informatizado de administração e controle de material	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secad	dez/2016
Programa de Sustentabilidade do TRF1	Implantar no TRF 1ª Região unidade organizacional com atribuições exclusivas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e econômica, assim como o respectivo Plano de Logística Sustentável, conforme determinação normativa do CNJ (Res.201/2015)	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secad/Secge	dez/2016
Ampliação da participação de magistrados e servidores no Exame Periódico de Saúde – EPS	Aumentar a adesão de magistrados e servidores ao Exame Periódico de Saúde – EPS	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secbe	dez/2020
Realinhamento do quadro de cargos e funções comissionadas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Adequar cargos e funções comissionadas às reais necessidades da Justiça Federal de 2º Grau	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secge	mai/2015

Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Necessidade a ser atendida	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Criação de Unidades Avançadas de Atendimento	Facilitar o acesso à justiça federal nas localidades desprovidas de vara federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia dos direitos de cidadania</li> <li>Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>Adoção de soluções alternativas de conflito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Buscar a satisfação do usuário/cidadão</li> <li>Agilizar os trâmites judiciais</li> <li>Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação</li> </ul>	Secge	jun/2015
Estudos para criação de varas federais especializadas em matéria ambiental e agrária relativas ao bioma cerrado na 1ª Região	Atender a demanda jurisdicional relativa aos feitos ambientais e agrários com foco no bioma cerrado na 1ª Região	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secge	jul/2015
Readequação dos padrões organizacionais das Seções Judiciárias da 1ª Região	Adequar cargos e funções comissionadas às reais necessidades da Justiça Federal de 1º Grau	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secge	dez/2015
Carta de Serviços da Justiça Federal da 1ª Região	Informar e orientar os cidadãos sobre os serviços prestados pela justiça federal em seu portal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia dos direitos de cidadania</li> <li>Melhoria da infraestrutura e governança de TIC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Buscar a satisfação do usuário/cidadão</li> <li>Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal</li> </ul>	Secge	dez/2015
Proger – Projeto Gestor Estratégico	Definir perfil das funções gerenciais do TRF 1ª Região alinhado aos objetivos estratégicos	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	SecGP	jun/2015
Mapeamento da distribuição de servidores, cargos e funções nas unidades do Tribunal	Propor a ampliação do quadro de pessoal do Tribunal	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	SecGP	dez/2016
Estudos para modernização do sistema de Recursos Humanos	Propiciar a modernização do sistema de RH	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	SecGP	dez/2016
Ações Conjuntas de Qualidade de Vida no Trabalho	Realizar intervenções em uma unidade piloto para fomentar possíveis mediações e soluções sob o aspecto da qualidade de vida no trabalho	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	SecGP	dez/2017
(Des)Envolvimento de Líderes	Aprimorar habilidades dos gestores em gerenciar pessoas e análise do processo de trabalho	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	SecGP	dez/2020



Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Necessidade a ser atendida	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Transparência de TI – TTI	Propiciar transparência nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituição da governança judiciária</li> <li>Melhoria da infraestrutura e governança de TIC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal</li> <li>Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal</li> <li>Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> </ul>	Secin	mai/2015
Gestão de Demandas de TI – GDTI	Implantar processo formal de gestão de demandas encaminhadas à área de Tecnologia da Informação no âmbito da 1ª Região	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituição da governança judiciária</li> <li>Melhoria da infraestrutura e governança de TIC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal</li> <li>Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal</li> <li>Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> </ul>	Secin	dez/2015
Implantação das Câmaras Regionais Previdenciárias nas SJMG, SJBA e SSJFO	Diminuir o acervo de recursos previdenciários oriundos de MG e BA das turmas especializadas da 1ª Seção do TRF 1ª Região	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia dos direitos de cidadania</li> <li>Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Buscar a satisfação do usuário/cidadão</li> <li>Agilizar os trâmites judiciais</li> </ul>	Secju/Secge	out/2015
Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria de Administração do TRF 1ª Região	Evitar ou minimizar o impacto da ocorrência de riscos na execução das atividades	Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da justiça federal	Secoi	dez/2016
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados da Primeira Região	Modernizar e garantir capacidade de expansão dos Centros de Processamento de Dados na Justiça Federal da 1ª Região	Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal	Secor	dez/2015
Expansão e melhoria do Sistema e-Orçamento	Dar continuidade na implementação da cultura de planejamento e acompanhamento do orçamento na Justiça Federal da 1ª Região	<ul style="list-style-type: none"> <li>Combate à corrupção e à improbidade administrativa</li> <li>Aperfeiçoamento na gestão de custos</li> <li>Melhoria da infraestrutura e governança de TIC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da justiça federal</li> <li>Otimizar custos operacionais</li> <li>Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> </ul>	Secor	dez/2018

**Avaliação do CGER-TRF1:**

As propostas são pertinentes. O Tribunal pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

## Plano de Ação 2015/2016 – SJAC

### Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostos)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Reduzir o acúmulo de processos em tramitação, e aumento do número de demandas solucionadas pela conciliação processual e pré-processual	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Realizar conciliações pré-processuais: demandas contra o INSS e a Caixa Econômica</li><li>2. Realizar conciliações processuais: ações contra o INSS e a Caixa Econômica</li><li>3. Realizar mutirões conciliatórios</li></ol>	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Secom	31/12/2015
Reduzir o índice de absenteísmo e melhorar a qualidade de vida no trabalho para os servidores	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Planejar campanhas de conscientização</li><li>2. Elaborar pesquisas de satisfação do servidor</li><li>3. Ministras palestras e atividades motivacionais</li></ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secad	31/12/2016

#### Avaliação do CGER-TRF1:

As propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJAM

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Diminuir gastos com energia elétrica e evitar o desperdício	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar cultura de economia de energia</li> <li>2. Adquirir sistema de sensores de movimentos/lâmpadas próprias para o uso liga/desliga</li> <li>3. Divulgar nova estrutura de uso</li> </ol>	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secos/Semad/Seseg/Semad	30/07/2015
Diminuir gastos com papel toalha e evitar o desperdício, reduzindo o impacto ao meio ambiente	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instalar aquecedores de mãos nos banheiros</li> <li>2. Afixar aviso de conscientização de “usar apenas o necessário”</li> </ol>	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secos/Semad/Seseg/Secad	31/12/2016
Diminuir gastos com papel higiênico e evitar o desperdício, reduzindo o impacto ao meio ambiente	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instalar duchas higiênicas nos banheiros que ainda não têm</li> <li>2. Afixar aviso de conscientização de “usar apenas o necessário”</li> <li>3. Utilizar aerospray automático para higienizar o ambiente dos banheiros</li> </ol>	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secos/Semad/Seseg/Secad	30/07/2015
Melhorar o atendimento ao Cidadão com mais conforto e humanidade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar sala de espera de atendimento ao público nas imediações do prédio (aproveitamento da sala da galeria de fotos dos juizes na criação da sala de espera do jurisdicionado)</li> <li>2. Adquirir 20 cadeiras a serem instaladas na sala de espera</li> <li>3. Adquirir televisor e aparelho de leitor de DVD para exibir as atividades da Justiça Federal no Amazonas</li> <li>4. Adquirir televisor a ser utilizado no sistema de Quadro de Aviso Eletrônico com informações gerais</li> </ol>	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Aprimorar o atendimento ao público, tratando-o com mais dignidade, cidadania, com a finalidade de promover a qualidade e melhoria nos atendimentos e satisfazer as necessidades de seus jurisdicionados	Secos/Semad/Seseg/Nucju/Sevit/Sepce/Secad	31/12/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Informações das atividades operacionais das Varas/Administração	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar fluxogramas pelo Bizagi dos passos operacionais das varas e disponibilizar na intranet para os servidores (principalmente os novatos)</li> <li>2. Criar fluxogramas pelo Bizagi dos passos operacionais de cada setor administrativo e disponibilizar na intranet para os servidores (principalmente os novatos)</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar o acultramento, o conhecimento das rotinas básicas operacionais dos setores e agilizar a prestação dos serviços internos de cada seção	Semad/Secos	31/12/2017
Faixas sinalizadoras, novas placas de sinalização e revitalização das atuais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar faixas sinalizadoras padronizadas no chão identificando os setores</li> <li>2. Repadronizar placas de identificação dos setores com o novo logotipo da justiça federal</li> <li>3. Identificar em Braille as placas (inclusive as dos banheiros)</li> <li>4. Afixar aviso de consciência ecológica nos banheiros</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Tornar disponível identificação de setores com fácil compreensão	Semad/Seseg/Semap/Secad	31/12/2016
Carta ao Cidadão	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar Carta ao Cidadão em mídia eletrônica para ser disponibilizada na internet</li> <li>2. Criar Carta ao Cidadão impressa para ser disponibilizada na sala de espera</li> </ol>	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Aprimorar o atendimento ao público e disponibilizar informações úteis ao cidadão	Secos/Semad/Nucju/Secad	31/12/2017

**Avaliação do CGER-TRF1:**

As propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJAP

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Desenvolver método de previsão e execução de processo administrativo sem congestionar os setores envolvidos	Criar cronograma para apresentação de demandas referentes à compras e contratos	Instituição da Governança Judiciária; Aperfeiçoamento da gestão de custos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal</li> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> </ul>	Secad	31/12/2015
Facilitar a análise e execução dos contratos	Padronizar contratos	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secad	31/12/2015
Melhorar a eficiência nos trâmites processuais nas fases de intimações	Criar e implantar sistema eletrônico de intimação eficiente	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	Varas Federais	31/12/2016
A necessidade de local que comporte o atual quadro de servidores e magistrados da seccional, e que forneça alimentação satisfatória, evitando os deslocamentos à restaurante ou residência, o que contribuirá também no aspecto econômico	Disponibilizar restaurante com alimentação saudável garantindo assim a qualidade de vida e a satisfação dos usuários	Melhoria de Gestão de Pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secad	31/12/2016
Os sistemas processuais e administrativos tem se mostrado instáveis e de qualidade insatisfatória. Lentidões e quedas são constantes, o que prejudica bastante o trabalho na seccional e nas subseções. Por não possuímos autonomia na área de TI ficamos à espera de soluções advindas do TRF1, que conforme relatos, em grande parte não são solucionadas a contento. A centralização tem se mostrado um ineficiente e lento processo burocrático na área citada	Evoluir a infraestrutura de TI e proporcionar autonomia dos serviços para atender e agilizar as demandas da justiça federal	Melhoria da Infraestrutura e governança de TI	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal</li> <li>▪ Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> </ul>	Secad	31/12/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Elaborar um questionário específico (físico e eletrônico) para Método de Medição da Taxa de Satisfação dos jurisdicionados	Elaborar um questionário específico (físico e eletrônico)	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secos	31/12/2016
Divulgação e orientação dos serviços prestados pela instituição através de mídia visual (publicidade interna)	Colocar televisores em locais estratégicos para apresentação (imagens ou textos com animação) de informações e/ou orientações ao público em geral	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secos	31/12/2016

**Avaliação do CGER-TRF1:**

As propostas 3 e 5 dependem de autorização do Tribunal (desenvolvimento de sistema e autonomia de TI). As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJBA

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planej 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Ampliar a divulgação dos serviços e os compromissos de atendimento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar setores e serviços</li> <li>2. Formatar carta</li> <li>3. Divulgar carta de serviços</li> </ol>	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar satisfação do usuário/cidadão	Semad	01/01/2016
<p>Dar efetividade à implantação do Núcleo Judiciário Permanente de Solução de conflitos, nos termos dos dispositivos elencados, — art. 7º, IV; art. 8º, §2º e art. 9º, § 2º da Resolução 125, de 29/11/2010 do Conselho Nacional de Justiça, bem como o que preconiza o novo Código de Processo Civil, conforme se verifica nos §§ 2º e 3º, art. 3º, a fim de que a unidade faça parte da estrutura organizacional da justiça federal, com legitimidade de atuação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reformar a área dos JEFs para a instalar o Núcleo Permanente de Conciliação</li> <li>2. Promover, concomitantemente, a participação de servidores e colaboradores em cursos preparatórios e/ou de aperfeiçoamento de Conciliadores, específicos para a atividade desenvolvida, com o fito em tornar mais eficiente as atividades empreendidas pelo Núcleo, conforme prevê Resolução 125, de 29/11/2010, com a Emenda 1, de 31/01/2013</li> <li>3. Desenvolver sistemas de distribuição eletrônica de processos, intimação, publicação e acompanhamento estatístico, adaptados às necessidades do Núcleo de Conciliação</li> </ol>	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Secon	ago/2015
Centralização dos dados referentes aos bens penhorados no âmbito da JF/BA. Otimização dos leilões	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estudar a implantação da Central de Leilões na SJ</li> <li>2. Conhecer o modelo em funcionamento no TRT da 5ª Região</li> <li>3. Implantar sistema para gerenciamento das execuções nas quais há bens penhorados</li> </ol>	Impulso às execuções fiscais e cíveis	Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais	Diref/Secad Semad VEF's	15/10/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Melhoria da saúde no trabalho e cumprimento de exigência legal	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar projeto de implementação de exames periódicos de saúde</li> <li>2. Identificar riscos ambientais, elaborar laudos médicos preventivos e corretivos e realizar exames.</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Nucre	20/12/2015
Reduzir custos com o consumo de água	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Colocar vasos sanitários com descargas econômicas</li> <li>2. Levantar quantidades e tipos</li> <li>3. Especificar e solicitar contratação dos serviços com elaboração de projeto básico;</li> <li>4. Executar serviços de substituição dos vasos sanitários</li> </ol>	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Nuasg	31/12/2016
Reduzir custos com o consumo de energia elétrica	Substituir luminárias e lâmpadas – Reduzir, no âmbito do ed. Sede da JFBA, os gastos mensais com energia elétrica em até 10%, através da substituição das antigas luminárias 1x110w (HO) por luminárias de 2x32w e 1x26w com rendimento de 80% e 68% respectivamente. Além da instalar reatores eletrônicos de alto fator de potência e interruptores em cada ambiente, seccionando os circuitos de iluminação de forma que o usuário possa acionar apenas as lâmpadas necessárias para cada situação	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Nuasg	31/12/2016
Ampliar e modernizar as instalações físicas da Seção Judiciária para garantir infraestrutura adequada.	Garantir infraestrutura adequada – Contratar empresa para elaborar projeto executivo de ampliação da subestação da sede da Seção judiciária da Bahia em pelo menos 50% e ampliação da capacidade dos geradores em pelo menos 40%, inclusive com realocação das cabinas para um local apropriado e modernização dos quadros gerais, banco de capacitores e demais equipamentos.	Melhoria e ampliação de Infraestrutura predial	Buscar satisfação do usuário/cidadão	Nuasg	01/01/2016

**Avaliação do CGER-TRF1:**

A 3ª fase da proposta 2 depende de autorização do Tribunal (desenvolvimento de sistema). As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.



# Plano de Ação 2015/2016 – SJDF

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Publicidade e transparência	Inserir Seccional nas redes sociais	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	SAD/Revista Justiç@	3 meses
Controle interno e gestão de custos	Criar Seções de Auditoria nos Núcleos de Controle Interno das Seccionais de padrão 6	Aperfeiçoamento da gestão de custos, Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da justiça federal	Nucoi	1 ano
Melhor prestação jurisdicional	Cadastrar autos judiciais findos no Oracle	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantia dos direitos de cidadania</li> <li>▪ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> </ul>	Buscar a satisfação do usuário/cidadão e agilizar os trâmites judiciais	Nucju	1 ano e 6 meses
Melhoria nos serviços de TI	Criar grupo de trabalho para discutir melhorias na contratação de prestadores no âmbito da TI	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aperfeiçoamento da gestão de custos</li> <li>▪ Melhoria da infraestrutura e governança de TI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal</li> <li>▪ Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> <li>▪ Assegurar a atuação sistêmica da TI na justiça federal</li> </ul>	Nutec	6 meses
Melhoria nos serviços de TI	Criar grupo de trabalho para discutir a descentralização de compra de equipamentos de TI	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aperfeiçoamento da gestão de custos</li> <li>▪ Melhoria da infraestrutura e governança de TI</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a justiça federal</li> <li>▪ Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal</li> <li>▪ Assegurar a atuação sistêmica da TI na justiça federal</li> </ul>	Nutec	6 meses
Divulgação do conhecimento sobre Gestão Estratégica	Ministrar oficina de Planejamento Estratégico	Melhoria da gestão de pessoas	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucre	out/2016
Divulgação do conhecimento sobre Gestão Estratégica	Realizar formação gerencial para gestores	Melhoria da gestão de pessoas	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucre	nov/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Gestão de custos	Implementar ferramenta de Cotação Eletrônica	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Nucaf	2 meses
Melhoria da gestão de pessoas	Criar Central de Segurança e redefinir as atribuições do Agente de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhoria da gestão de pessoas</li> <li>▪ Aperfeiçoamento da gestão de custos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal</li> <li>▪ Otimizar os custos operacionais</li> </ul>	Nuasg	out/2016

**Avaliação do CGER-TRF1:**

A proposta 4 precisa ser adaptada ao modelo de Acordo de Nível de Serviço (SLA). A proposta 5 depende de autorização do Tribunal (aquisição de material de TI). As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJGO

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planej 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Ampliar os canais de informação ao jurisdicionado de forma simples e padronizada	Implantar terminal de ajuda eletrônica “Posso Ajudar?”, incluindo equipamentos e sistema de informação interativa via toque de tela ( <i>touch screen</i> ), em linguagem simples, nas entradas principais dos edifícios da Seção e Subseções Judiciárias.	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secos	31/12/2016
Regulamentar os procedimentos de peticionamento eletrônico via Sistema e-Proc	Revisar regras para envio de petições eletrônicas (iniciais e interlocutórias)	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	SSJ-Formosa	31/12/2015
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecer e avaliar a eficácia dos controles internos existentes na Secretaria Administrativa (Secad) quando à sua capacidade para evitar ou reduzir o impacto e a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, os quais possam impedir ou dificultar o alcance dos objetivos e padrões estabelecidos</li> <li>2. Diagnosticar, mensurar e classificar os riscos em escalas de prioridades para gerar informações úteis à tomada de decisões pelo(s) gestor(es)</li> </ol>	Aplicar controles internos e gestão de riscos no âmbito da Secretaria Administrativa – Secad (SJGO) e Subseções Judiciárias vinculadas	Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Aprimorar o funcionamento do Sistema de Controles Internos da justiça federal (PEJF 2015-2020)	Nucoi	31/12/2016
Estimular a adesão dos magistrados e servidores ativos, bem como aos servidores cedidos e aos nomeados sem vínculo com a Administração Pública ao Exame Periódico de Saúde	Propor dispensa de suas atividades funcionais por um dia, preferencialmente no mês de aniversário, aos que realizarem os exames	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal.	Sebes	01/03/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Estimular a adesão ao Exame Periódico de Saúde e exames de rotina necessários às faixas etárias de homens e mulheres	Conscientizar mulheres e homens do corpo de pessoal da Seção e Subseções Judiciárias acerca da necessidade dos cuidados com a saúde, especificamente na prevenção do câncer de mama (outubro Rosa) e do câncer de próstata (novembro Azul), respectivamente, alertando-os sobre a necessidade do diagnóstico precoce e os riscos que a doença pode trazer, bem como relacionar com a importância das avaliações do Exame Periódico de Saúde – EPS	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Sebes/Nucre	30/10/2016
Satisfazer os magistrados e servidores ativos, bem como aos servidores cedidos e aos nomeados sem vínculo com a Administração Pública com o Clima Organizacional	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aplicar escala de clima organizacional anualmente</li> <li>2. Analisar e intervir nos aspectos do clima, tais como apoio da chefia e da organização, recompensas, conforto físico, controle e pressão, coesão entre colegas</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Sebes	30/12/2016
Tornar mais eficaz a ambientação de servidores novos e requisitados	Disponibilizar estrutura física no Núcleo de Recursos Humanos, na Seção Judiciária, e nas Subseções Judiciárias, para realização de curso virtual de ambientação, para novos servidores e requisitados, nas diversas áreas de atuação (meio e fim)	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Nucre	30/06/2015
Propiciar uma maior integração entre os servidores e ser uma opção para as pausas na atividade laboral, garantindo uma melhor qualidade de vida e trabalho ao corpo de pessoal	Criar um centro de convivência no edifício-Sede da SJGO, incluindo a concessão de uma lanchonete para fornecimento de lanches rápidos, café, água, além da disponibilização de música ambiente, dentre outros recursos	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secos	31/12/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<p>Suprir a insuficiência do quadro de pessoal administrativo diante dos desafios impostos pelo crescimento dos serviços prestados pela justiça federal à sociedade e ampliar de forma sistematizada a gestão de contratos administrativos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.</p>	<p>Desenvolver e implantar sistema informatizado de gestão de contratos administrativos visando ao aumento da eficiência na gestão de contratos, com consequente redução de falhas no planejamento administrativo e de retrabalho, por meio da informatização de controles de informações essenciais: prazo de vigência, prazo de execução, garantia contratual, objeto, valores contratados, reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, execução orçamentária-financeira etc.</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão de custos</p>	<p>Otimizar custos operacionais</p>	<p>Nucad</p>	<p>31/12/2016</p>
<p>Suprir a insuficiência do quadro de pessoal administrativo diante dos desafios impostos pelo crescimento dos serviços prestados pela justiça federal à sociedade e não haver sistema institucionalizado de gestão de serviços de telefonia no âmbito da 1ª Região.</p>	<p>Desenvolver e implantar sistema informatizado de gestão de serviços de telefonia visando ao aumento da eficiência na gestão, com consequente aperfeiçoamento do planejamento administrativo e redução de retrabalho, com redução de despesas com telefonia, por meio da informatização de controles essenciais: gestão de perfil de restrição de ramal; gestão de tráfego por ramal; prestação de contas e atesto de faturas por usuário por ramal; relatórios gerenciais de perfis de tráfego telefônico para os gestores; conferências entre valores faturados e contratados por chamada etc.</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão de custos</p>	<p>Otimizar custos operacionais</p>	<p>Nucad</p>	<p>31/12/2016</p>

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<p>Suprir a insuficiência do quadro de pessoal administrativo diante dos desafios impostos pelo crescimento dos serviços prestados pela justiça federal à sociedade e não haver solução institucionalizada, composta de <i>hardware</i> e <i>software</i>, de gestão do inventário de material e patrimônio no âmbito da 1ª Região</p>	<p>Desenvolver e implantar solução informatizada, composta por <i>hardware</i> e <i>software</i>, de gestão do inventário de material e patrimônio visando ao aumento da eficiência na gestão, com consequente aperfeiçoamento do planejamento administrativo e redução de retrabalho, com aumento do controle sobre o patrimônio público, por meio da informatização de controles essenciais: gestão de carga de patrimônio em cada unidade; leitores informatizados e compatibilizados com o sistema de gestão patrimonial; emitir relatórios automatizados de bens não localizados e de bens localizados de outras unidades; transferir cargas patrimoniais em lote entre unidades etc.</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão de custos</p>	<p>Otimizar custos operacionais</p>	<p>Nucad</p>	<p>31/12/2016</p>
<p>Suprir a insuficiência do quadro de pessoal administrativo diante dos desafios impostos pelo crescimento dos serviços prestados pela justiça federal à sociedade e ampliar de forma sistematizada a gestão de correspondências no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região</p>	<p>Desenvolver e implantar sistema informatizado de gestão de correspondências visando ao aumento da eficiência na gestão, com consequente aperfeiçoamento do planejamento administrativo e redução de retrabalho, por meio da informatização de controles essenciais: cadastramento de pedido de envio de correspondências administrativas e judiciais; gestão e controle no rastreamento de correspondências; ferramenta de gestão associada aos contratos de malotes e postagens; relatórios gerenciais de tráfego de correspondências etc.</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão de custos</p>	<p>Otimizar custos operacionais</p>	<p>Nucad</p>	<p>31/12/2016</p>

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<p>Suprir a insuficiência do quadro de pessoal administrativo diante dos desafios impostos pelo crescimento dos serviços prestados pela justiça federal à sociedade, garantir os princípios da eficiência na Administração Pública, em especial associados à economia processual e à economia de escala, não haver política de integração dos múltiplos processos de aquisições de materiais que são comuns no âmbito da 1ª Região</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar nova sistemática de aquisição de materiais comuns na justiça federal visando ao aumento da eficiência na gestão, com consequente aperfeiçoamento do planejamento administrativo e redução de retrabalho, com redução de despesas operacionais de aquisição pública, incluindo custos de recursos humanos e custos de publicações de editais de licitação; por meio de nova política integradora de economia de escala</li> <li>2. Institucionalizar instrumentos de atas de registros de preços pelo TRF1 para aquisição de materiais comuns da justiça federal, contendo as Seções Judiciárias da 1ª Região como participantes</li> </ol>	<p>Aperfeiçoamento da gestão de custos</p>	<p>Otimizar custos operacionais</p>	<p>Nucad</p>	<p>31/12/2016</p>
<p>Possibilitar o correto arquivamento de autos judiciais findos, visando sua conservação e praticidade de manejo no atendimento às Varas e aos Jurisdicionados</p>	<p>Reestruturar (1ª Etapa para 2016) o Arquivo e Depósito Judicial (ADJ) com a instalação de mezanino metálico e prateleiras metálicas, tendo em vista que o mesmo não tem estrutura física para o correto acondicionamento de autos judiciais findos. O ADJ conta hoje com aproximadamente 350.000 processos arquivados e existe um contingente de aproximadamente 150.000 em tramitação que inevitavelmente irão para o Arquivo. Tal reestruturação possibilitaria não somente a conservação dos autos judiciais findos, como também facilitaria o manejo de processos na seção. A reestruturação deve ser executada em pelo menos 3 (três) etapas: piso, mezanino e 1º andar</p>	<p>Aperfeiçoamento da gestão de custos</p>	<p>Otimizar custos operacionais</p>	<p>Nucju</p>	<p>31/12/2016</p>

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Suprir a demanda cada vez mais crescente da sociedade aos serviços da Justiça Federal, garantir os princípios da Administração Pública, fomentar a disseminação das boas práticas no âmbito da 1ª Região	Realizar encontros anuais dos Diretores de Secretaria da Seção e Subseções Judiciárias para troca de experiências, boas práticas e melhor integração entre as unidades participantes	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Nucre	31/12/2016
Melhorar a eficiência na gestão dos contratos, melhorar a utilização de recursos humanos e financeiros e atender o princípio da economicidade	Adotar a contratação de serviços de TI por demanda	Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal	Nutec	31/12/2015
Garantir o fornecimento de impressões de forma ininterrupta, garantir a qualidade de impressões, otimizar os recursos humanos e reduzir/evitar gastos com aquisição destes equipamentos e seus insumos, bem como também com manutenção	Adotar a contratação de locação de impressoras com a inclusão de insumos e manutenção dos equipamentos	Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal	Nutec	31/12/2016

Avaliação do CGER-TRF1: A proposta 2 (regulamentação) e as propostas 9 a 12 (desenvolvimento de sistemas) dependem de autorização do Tribunal. As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.



# Plano de Ação 2015/2016 – SJMA

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Conhecer o grau de satisfação do usuário externo e interno das Varas (Seção e Subseção)	Implantar pesquisa de satisfação, externa e interna, em todos os setores da justiça federal	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação dos usuários/ cidadão	Semad	2016
Divulgar o planejamento estratégico na sede da Justiça Federal do Maranhão e Subseções vinculadas	1. Confeccionar <i>banners</i> 2. Encaminhar <i>e-mails</i> 3. Utilizar a intranet e internet como ferramentas de divulgação	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secos	2016
Compra de material de informática destinada às Seções e Subseções com acréscimo de 20%	Adquirir material de informática para as Varas Federais e Subseções com acréscimo de 20%	Celeridade e produtividade na prestação judicial e melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Agilizar os trâmites judiciais e assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal	Varas Federais e Subseções vinculadas	2016
Aumentar o quantitativo de Oficiais de Justiça para a 1ª Instância e prover os existentes	Aumentar o quantitativo de Oficiais de Justiça para a 1ª Instância e prover os existentes	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	Varas Federais e Subseções vinculadas.	2016
Aumentar o quantitativo de servidores para a 1ª Instância	Aumentar o quantitativo de servidores para a 1ª Instância	Celeridade e produtividade na prestação judicial	Agilizar os trâmites judiciais	Varas Federais e Subseções vinculadas.	2016
Aprimorar o Sistema Processual (Oracle) de forma que este gere documentos em lote (mala direta)	Aprimorar o Sistema Processual (Oracle) de forma que este gere documentos em lote (mala direta)	Celeridade e produtividade na prestação judicial e Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Agilizar os trâmites judiciais e assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal	Seinf	2016
Aprimorar o sistema Oracle de forma que este gere relatórios para a Execução Fiscal)	Aprimorar o sistema Oracle de forma que este possa gerar relatórios específicos para a Execução Fiscal	Impulso às execuções fiscais e cíveis e melhoria da infraestrutura e governança de TI	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado, agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais e assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal	Seinf	2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Aprimorar o Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências de forma que este possa receber informações migradas do Sistema Processual (Oracle)	Aprimorar o Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências de forma que este possa receber informações migradas do Sistema Processual (Oracle)	Celeridade e produtividade na prestação judicial e Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Agilizar os trâmites judiciais e assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal	Seinf	2016
Assegurar o amplo acesso dos jurisdicionados e advogado demandantes do JEF	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar atendimento do INSS na JF</li> <li>2. Instalar Posto de Atendimento da DPU na JF</li> <li>3. Disponibilizar terminais de atendimento do INSS para advogados</li> </ol>	Garantia dos Direitos de Cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Núcleo dos JEFs	2016
Padronizar/unificar os procedimentos das Varas do JEF	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar Central de Perícias</li> <li>2. Padronizar os procedimentos dos 4 JEFs</li> </ol>	Celeridade e produtividade na prestação judicial	Agilizar os trâmites judiciais	JEFs	2016
Resolver de forma célere as demandas judiciais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar Sistema Permanente de Conciliação (Preposto do INSS+Conciliador)-01 JEF por semana</li> <li>2. Realizar Mutirão de Instrução e Julgamento Semanal (1 JEF por semana com o auxílio dos 4 JEFs)</li> </ol>	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Núcleo e JEFs	2016
Controle do cumprimento das condenações impostas ao réu em ações de improbidade e registradas nos respectivos sistemas	Criar um serviço destacado de controle do registro das condenações em ações de improbidade administrativa, que serviriam para todas as Varas com criação de cargos e funções próprias	Combate à corrupção e a improbidade administrativa	Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa; aprimorar o funcionamento do sistema de controle sinternos da Justiça Federal	Varas onde tramitam ações de improbidade administrativa (Capital e Subseções)	2016
Criar o "Destaque Institucional", com o intuito de premiar e registrar as iniciativas que busquem a melhoria de procedimentos tanto da área fim quanto da área administrativa	Melhorar a autoestima e satisfação dos servidores através do prêmio "Destaque Institucional" pelo reconhecimento das melhores práticas desenvolvidas	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Varas Cíveis	2016

<b>Necessidade a ser atendida</b>	<b>Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)</b>	<b>Macrodesafio – PEJF</b>	<b>Objetivo Estratégico – PEJF</b>	<b>Unidade Responsável</b>	<b>Prazo previsto para conclusão</b>
Ampliar o sistema de conciliação da justiça federal	Criar o "Fórum de Conciliação Virtual", dentro do PJe	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação.	Varas Cíveis	2016
Padronização da indicação de peritos (auxiliares do juiz) quando de sua designação no âmbito de todas as Varas, quando o pagamento for feito pela parte	Criar um banco de dados de peritos judiciais, nos moldes existentes para o AJG, para os casos não previstos no AJG	Celeridade e produtividade na prestação judicial	Agilizar os trâmites judiciais	Varas Cíveis	2016
Monitorando os prazos prescricionais	Monitorar os prazos prescricionais através da implantação de um sistema informatizado	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade.	Varas Crimianis	2016
Monitorando o cumprimento das cartas precatórias expedidas pelas Varas	Monitorar o cumprimento das cartas precatórias expedidas pelas Varas, notadamente as enviadas para as Comarcas do interior do Estado	Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade; agilizar os trâmites judiciais.	Todas as Varas, incluindo Subseções	2016
Controle dos inquéritos já em vias de prescrição enviados para as Varas	Controlar os inquéritos já em vias de prescrição enviados para as Varas através de Acordo entre a Justiça Federal, MPF e Polícia Federal	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade.	Varas que recebem Inquéritos	2016
Criação do Setor de Penas Alternativas	Estruturar o setor de penas alternativas com lotação e funções específicas	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa	1ª e 2ª Varas	2016
Criar uma Central de Videoconferência	Implantar Central de Videoconferência nos termos do Provimento 108/2014-TRF1	Aprimoramento da gestão da justiça criminal; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade; agilizar os trâmites judiciais.	1ª e 2ª Varas	2016
Definir estrutura de trabalho mais ágil e produtiva	Definir estrutura de trabalho mais ágil e produtiva	Celeridade e produtividade na prestação judicial	Agilizar os trâmites judiciais	1ª e 2ª Varas	2016
Construção da Subseção Judiciária de Bacabal/MA	Garantir sede própria para a Subseção Judiciária de Bacabal	Garantia dos direitos do cidadão; Melhoria na gestão de pessoas	Buscar a satisfação do usuário/cidadão; Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal.	Subseção de Bacabal/MA	2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Propiciar a guarda adequada do material na Seção de Material e Patrimônio aproveitando ao máximo o espaço físico	Reestruturar a Semap (Seção de Material e Patrimônio)			Nucad	2016
Adesão aos exames periódicos	Procurar adesão cada vez maior dos servidores aos exames periódicos	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Sebes	2016
Integrar as equipes – Humanizar o meio para facilitar o fim.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Treinar Gestores/Diretores sobre comportamento e gestão com assistência de psicólogo</li> <li>2. Reunir Gestores/Diretores p/integração e discussão sobre problemas do dia a dia (Trimestral)</li> <li>3. Incentivar e convencer os servidores da necessidade dos exames periódicos</li> <li>4. Concientizar os magistrados da importância do reconhecimento dos servidores – valorização do servidor pelos Juízes (palestras, e-mails, reuniões etc.)</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secad/Seder/Diref	2016

Avaliação do CGER-TRF1: A proposta 3 (adquirir material de TI) e as propostas 6 a 8 (aprimorar sistemas) dependem de ações do Tribunal. As propostas 4 e 5 dependem de autorização legislativa (ampliar pessoal). As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJMG

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprimoramento dos serviços de apoio administrativo a serem prestados à área fim</li> <li>2. Otimização da estrutura física e tecnológica colocada à disposição das Varas Federais e da Administração</li> </ol>	<p>Criar o Seavi – Serviço de Apoio a Audiências e Videoconferências da Seção Judiciária de Minas Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>▪ Aperfeiçoamento na gestão de custos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agilizar os trâmites judiciais</li> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> </ul>	Diref	30/06/2015
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Preservação da memória institucional através dos documentos de importância legal, informativa e histórica da Seção Judiciária</li> <li>2. Fomentar as atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história da JFMG, bem como das informações de caráter histórico contidas nos acervos judiciais</li> </ol>	<p>Criar o Centro de Referência da Memória da Justiça Federal</p>	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Diref	30/06/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/ projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Melhorar os serviços de atendimento ao cidadão	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar cartilha (Carta de Serviços) impressa e virtual disponível na internet, com orientações sobre a estrutura e serviços prestados pela justiça federal, a fim de melhorar a forma de comunicação com o público externo</li> <li>2. Realizar parceria com o CNJ e SistCon para propiciar capacitação de servidores em triagem e encaminhamento adequado de casos, de forma que os servidores estejam aptos a prestar serviços de orientação e cidadania</li> <li>3. Realizar convênios com instituições de ensino e outros entes públicos de forma a facilitar, agilizar e qualificar o atendimento ao cidadão que tenha dúvida ou problema jurídico</li> <li>4. Aumentar a estrutura da unidade de conciliação para permitir a oferta deste serviço com garantia na sua prestação</li> <li>5. Implementar o Setor de Cidadania da unidade de Conciliação</li> </ol>	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/ cidadão	Ascom com a colaboração dos Núcleos Administrativos que queiram fornecer informações aos jurisdicionados	01/10/2015
Aumentar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e o respectivo objetivo estratégico de agilizar os trâmites judiciais. Melhorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, reduzindo o acúmulo de processos	Formalizar Acordo de Cooperação Técnica com a Faculdade de Direito da UFMG almejando a contribuição em projetos relativos à promoção de atividades de desenvolvimento científico e consolidação de experiências inovadoras na área de gestão judiciária, notadamente na gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes, meios consensuais de resolução dos conflitos, administração da justiça, cooperação judiciária Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes Reduzir acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes e da participação da sociedade na administração da justiça	Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes		

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/ projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<p>Agilizar a realização das perícias judiciais nos processos de competência dos JEFs. Facilitar o trabalho dos peritos, de forma que ele compareçam às Subseções para fazer perícia de todas as Varas, com agenda única e procedimento/quesito uniforme.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituir Central de Perícias nas Subseções que possuem espaço físico para esta unidade</li> <li>2. Montar estrutura</li> </ol>	<p>Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</p>	<p>Agilizar os trâmites judiciais</p>	<p>Diref, Disub, Nusub</p>	<p>19/12/2015</p>
<p>Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Capacitar servidores das varas em métodos alternativos de solução de conflitos de forma a auxiliá-los a identificar casos passíveis de solução por esses meios dentro das próprias varas ou encaminhando os processos à unidade de conciliação</li> <li>2. Contatar entes públicos com o objetivo de estimular o aumento dos tipos de processos passíveis de transação</li> </ol>	<p>Adoção de soluções alternativas de conflito</p>	<p>Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação</p>	<p>Unidade de conciliação</p>	<p>30/06/2016</p>
<p>Aumentar a utilização da reclamação pré-processual</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contatar entes públicos com o objetivo de estimular a utilização da reclamação pré-processual (tanto no polo ativo quanto no passivo)</li> <li>2. Aumentar a estrutura da unidade de conciliação de forma a permitir a oferta deste serviço com garantia de qualidade na sua prestação</li> </ol>	<p>Adoção de soluções alternativas de conflito</p>	<p>Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação (Desenvolver a conciliação, especialmente pré-processual)</p>	<p>Unidade de conciliação</p>	<p>30/06/2016</p>

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Aumentar a utilização da mediação em processos coletivos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar parceria com o CNJ e o SistCon para propiciar capacitação de magistrados e alguns servidores das varas e da unidade de conciliação em mediação em conflitos coletivos de forma que os magistrados estejam aptos a conduzir uma mediação. Aumentar a utilização da mediação dessa natureza e os servidores aptos a auxiliá-los</li> <li>2. Propiciar capacitação de alguns magistrados e servidores, em especial àqueles vinculados à unidade de conciliação ou a projetos de conciliação, em Facilitação de Processos Decisórios Participativos e Mediação Comunitária, de forma a permitir a atuação qualificada dos magistrados e servidores em audiências públicas, reuniões e outros processos de formação de consenso em comunidades envolvidas em conflitos coletivos</li> <li>3. Contatar entes públicos com o objetivo de estimular a participação em processos de mediação em conflitos coletivos</li> </ol>	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação (Desenvolver a conciliação, especialmente pré-processual)	Unidade de conciliação	30/06/2016
Agilizar a tramitação judicial das Cartas Precatórias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar tramitação administrativa de Cartas Precatórias mediante a utilização do SEI</li> <li>2. Desenvolver solução tecnológica que permita o agendamento de audiências por videoconferências</li> </ol>	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	Seção de Distribuição e Central de Mandados	31/12/2015



Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/ projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Promover, implantar e melhorar a acessibilidade de magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados aos prédios e serviços da Justiça Federal SJMG	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adequar espaço físico interno e externo para o melhor acesso de portadores de deficiência</li> <li>2. Adquirir equipamentos adaptados e <i>softwares</i> que permitam a inclusão física e digital dos portadores de deficiência</li> <li>3. Reformular leiaute dos setores com grande fluxo de público externo e interno</li> </ol>	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/ cidadão	Seções de Protocolo e Distribuição	30/06/2016
Divulgar os elementos da Estratégia da Justiça Federal na Seção Judiciária de Minas Gerais	Veicular, no âmbito da Seção Judiciária de Minas Gerais (sede e subseções), as peças produzidas pelo Conselho da Justiça Federal, com vistas a divulgar, ao público interno e aos principais clientes do órgão, a Estratégia e o Planejamento Estratégico da Justiça Federal	Instituição da governança judiciária – Meta: Atingir 90% de aderência até 2020	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secos – MG	30/05/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<p>1. Manter estável a taxa de absenteísmo, abaixo ou igual a 3%</p> <p>2. Redução e prevenção das doenças ocupacionais.</p>	<p>1. Desenvolver Ações de Saúde anuais: a) Campanhas de Vacinação H1N1 – Abril; b) Campanha de Promoção da Saúde, realização de exames oftalmológicos, pressão arterial, glicose e IMC – Abril; c) Campanha de saúde bucal com procedimentos a serem realizados no consultório odontológico da Sebes – durante o ano; d) Dia Mundial do Rim com consultas nefrológicas no consultório assistencial da Sebes/MG – Março; e) Mês de Combate ao câncer de pele com consultas dermatológicas no consultório assistencial da Sebes/MG – Maio; f) Outubro Rosa com divulgação do movimento mundial e conscientização para realização dos exames para prevenção do cancer de mama; e g) Novembro Azul com divulgação do movimento e conscientização para realização das consultas com urologista e exame do toque</p> <p>2. Medir no início e fim de cada ano o índice de absenteísmo</p> <p>3. Implantar ginástica laboral através da formação de servidores como multiplicadores;</p> <p>a) instalar <i>software</i> que sinaliza nos computadores a necessidade da pausa para a realização dos alongamentos; b) formar servidores para serem multiplicadores/responsáveis pela realização da ginástica laboral em seus setores de trabalho; c) adquirir furadores e numeradores elétricos para o Setor de Protocolo e Distribuição das Subseções que distribuam mais de 500 ações por mês, assim como para a Seção; e d) solicitar a contratação de digitadores terceirizados para o Sepju de Subseções que distribuam mais de 500 ações por mês</p>	<p>Melhoria da gestão de pessoas</p>	<p>Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal</p>	<p>Diref/Secad/ Nucre/Ascom</p>	<p>30/12/2015</p>

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Alcançar 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar o EPS nas Subseções e ampliar a todos os servidores da sede</li> <li>2. Realizar Processo licitatório</li> <li>3. Realizar consultas médicas do EPS</li> <li>4. Efetuar avaliações e Perícias administrativas (retorno ao trabalho, homologações e outros)</li> <li>5. Promover reunião/capacitação para 10 Juízes (aproximadamente) das Subseções – incluir as Subseções no planejamento</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Diref/Secad/ Nucre/Seder/ Asjur/Nucaf/ Ascom	2015/2016
Criação de um sistema informatizado para controle dos contratos vigentes	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estabelecer os dados necessários que constarão do banco de dados (sistema)</li> <li>2. Solicitar à informática do TRF1 o desenvolvimento do sistema</li> <li>3. Divulgar sistema nas Seções de Contrato da 1ª Região</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	31/12/2016
Descentralização do controle patrimonial para as Subseções Judiciárias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Solicitar ao TRF o desmembramento do Sistema Patrimonial por localidade e criar níveis de permissão diferenciados aos usuários para movimentação patrimonial</li> <li>2. Treinar/orientar os servidores das Subseções responsáveis pelo controle patrimonial</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	31/12/2015
Padronização dos processos das Seções de Compras e Licitações	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Buscar as melhores práticas de processo de compras junto aos Tribunais de outras regiões para futura implantação na Seccional (<i>Benchmarking</i>)</li> <li>2. Reunir periodicamente os supervisores das Seções de Compras da 1ª Região para discussão das práticas a serem adotadas</li> <li>3. Criar <i>e-mail</i> institucional das Seções de Compras da 1ª Região para troca de informações</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	31/12/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/ projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Descentralização dos processos de compras diretas (dispensas de licitação e inexigibilidade) para todas as Subseções Judiciárias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilizar acesso ao SIAFI e SIASG para os servidores responsáveis viabilizando consulta ao CADIN e ao SICAF</li> <li>2. Oferecer treinamento aos servidores</li> <li>3. Criar formulários padrão para elaboração dos pedidos de compra</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	31/12/2015
Descentralização dos processos de licitação (todas as modalidades) para as Subseções Judiciárias que possuam NUSUB	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Oferecer treinamento aos servidores</li> <li>2. Capacitar para exercer a função de pregoeiro</li> <li>3. Credenciar servidores no Banco do Brasil</li> <li>4. Designar comissão de licitação e pregoeiros</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	31/12/2015
Terceirização da cotação de preços para institutos de pesquisas econômicas ou outra instituição competente	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Padronizar materiais de consumo e permanente</li> <li>2. Contratar empresa para levantamento mensal de preços</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	30/06/2016
Desfazimento regionalizado de bens de informática	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definir Subseção piloto</li> <li>2. Levantar quantitativo</li> <li>3. Transportar bens para a Subseção</li> <li>4. Formalizar procedimentos</li> <li>5. Realizar convênios com entidades públicas</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucaf – MG	31/12/2015
Garantir a economicidade dos recursos, fomentando o uso de práticas ecoeficientes, atuando de forma sustentável	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instalar sensores de presença nas escadas e garagens</li> <li>2. Reformar quadros de distribuição e energia dos edifícios-Sede</li> <li>3. Substituir e/ou adaptação das válvulas de descargas</li> <li>4. Instalar arejadores nas torneiras</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Instituição da Governança Judiciária</li> <li>▪ Aperfeiçoamento na gestão de custos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal</li> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> </ul>	Nuasg	31/06/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Implantar a utilização de sistema informatizado para controle do acesso às garagens e do uso de vagas	Adquirir catracas eletrônicas e utilização de <i>software</i> de gestão, que permita o registro eletrônico da placa do veículo na entrada e saída dos estacionamentos, possibilitando também a melhoria dos controles e da segurança nos acessos	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nuasg	31/12/2015
Buscar o aprimoramento dos procedimentos por meio da racionalização do uso de recursos materiais e humanos para melhoria da prestação de serviços.	Contratar serviços de manutenção predial, com fornecimento de materiais; contratação de serviços de manutenção preventiva de servidor de telefonia	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nuasg	31/06/2016
Conclusão da construção do Anexo ao edifício-Sede da SSJ de Uberlândia	1. Concluir a contratação de empresa para prestar assessoria e auxílio técnico à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Obra. 2. Concluir a obra e fazer a inauguração até o final do ano de 2016.	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nusub – UBI	31/12/2016
Atualização da estrutura de varas e Subseções da SJMG	Solicitar ao Tribunal o envio de anteprojeto de lei ao Conselho da Justiça Federal para criação de subseções e varas necessárias para atualização da estrutura da Justiça Federal em Minas Gerais	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	Nusub – UBI	31/12/2016
Reestruturação Administrativa da Seção e das Subseções Judiciais	Solicitar ao Tribunal a reestruturação administrativa da SJMG criando novo padrão para Minas Gerais, inclusive reestruturando as Subseções com acréscimo de pessoal na área administrativa, principalmente nas Subseções que possuem NUSUB	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nusub – UBI	31/12/2015

**Avaliação do CGER-TRF1:**

A proposta 9 (tramitar cartas precatórias pelo SEI), assim que implementada, deve ser inserida no Banco de Boas Práticas do Tribunal. A proposta 14 (desenvolvimento de sistema) depende de autorização do Tribunal. As propostas 17 e 18 (descentralização de compras e licitações) dependem de regulamentação ou autorização do Tribunal. As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJMT

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Reduzir o número de processos de execução-cumprimento de sentenças, na justiça federal	Implantar o Projeto de Conciliação em Cumprimento de Sentença voltada à União Federal (AGU) na Seção Judiciária de Mato Grosso	Adoção de soluções alternativas de conflitos	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Secon	30/06/2015
Reduzir o número de processo de danos morais e/ou materiais contra a CEF nos JEFs	Implantar o Projeto de Conciliação em Danos Morais e/ou Materiais em face da Caixa Econômica Federal nos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso	Adoção de soluções alternativas de conflitos	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Secon	30/06/2015
Reduzir o número de processos conclusos aos relatores	Implantar o Projeto de Conciliação em Processos da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso	Adoção de soluções alternativas de conflitos	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Secon	30/06/2015
Reduzir o número de processos em trâmite nas varas federais e JEFs, e, por consequência, os processos que sobem à Turma Recursal, nas Subseções Judiciárias	Instalar Centros de Conciliação nas Subseções Judiciárias de Mato Grosso e Curso de Formação de Conciliadores voltado a servidores das Subseções Judiciárias de Mato Grosso	Adoção de soluções alternativas de conflitos	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Secon	30/11/2016
Prestar informações aos usuários sobre a emissão de guias de custas processuais	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilizar instruções de preenchimento <i>on-line</i> no <i>site</i> da JFMT</li> <li>2. Implantar central de orientação para preenchimento de guias de recolhimento de custas</li> </ol>	Garantia dos direitos da cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Nucju	30/06/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Reduzir as causas de absenteísmo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar as causas de afastamento do trabalho</li> <li>2. Identificar as doenças que afastam o servidor do trabalho</li> <li>3. Medir o percentual de absenteísmo, mapeando as causas</li> <li>4. Identificar os serviços de saúde necessários à ampliação da rede de assistência à saúde da SEBES/Pro-Social, para contratação presente ou futura</li> <li>5. Identificar as ações preventivas de saúde de aplicação interna</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano na SJMT	Nucre	30/06/2016
Aferir a qualidade do serviço prestado pela Subseção Judiciária de Juína aos clientes externos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar formulário de pesquisa de satisfação</li> <li>2. Implantar sistema para controle de entrada e saída de pessoas</li> <li>3. Implantar senha para atendimento dos usuários</li> <li>4. Implantar futuro sistema informatizado de pesquisa de satisfação</li> </ol>	Garantia dos direitos da cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secva	30/11/2016
Otimizar os processos licitatórios	Formalizar parcerias com o MPF e posteriormente com o TRT para participação nas atas de registro de preços dos demais órgãos	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Nucad	30/11/2016

**Avaliação do CGER-TRF1:**

As propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJPA

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
1. Agilizar a comunicação com a sociedade 2. Proporcionar maior transparência às ações do Poder Judiciário 3. Permitir maior integração e rapidez na veiculação de notícias de interesse de todas as Seções Judiciárias que compõem a 1ª Região, a maior do País	1. Inserir a Comunicação Social da 1ª Região nas redes sociais disponíveis na internet, explorando ambientes diversos, como o Twitter, Facebook, SoundCloud e outros, para a veiculação de matérias jornalísticas, avisos, notas institucionais e tudo, enfim, que merecer divulgação massiva para o público 2. Criar plataformas na própria <i>web</i> — ágeis, fáceis de operar e que demandem pequenos custos —, permitindo-se a produção de vídeos que poderão ser veiculados nas redes sociais	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Seção de Comunicação Social (Secos) e todas os núcleos administrativos e varas	31/03/2016
Criação da Carta de Serviços	1. Promover a identificação de todos os serviços prestados pela SJPA 2. Implantar uma carta de serviços virtuais	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secad	31/12/2015
Implantar a metodologia por projetos	Realizar treinamentos sobre gestão de projetos na Sede e Subseções	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Semad	30/06/2015
Diminuir o acervo de processos criminais da 1ª Vara da Subseção de Santarém	Realizar treinamentos específicos para a prática cartorária em matéria criminal (Vara comum e JEF)	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	SJPA	31/08/2015
Qualificar os servidores da área de cálculos da Subseção	1. Promover curso de utilização do sistema de cálculos da justiça federal para iniciantes 2. Divulgar e adotar como modelo planilhas de cálculos do juizados especiais federais referentes às matérias cíveis e previdenciárias	Impulso às execuções fiscais e cíveis	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado	SJPA	31/08/2015



Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Buscar a equidade na distribuição de recursos voltados para área de qualidade de vida no trabalho	Prever no orçamento o repasse de recursos para eventos de qualidade de vida no trabalho para todas as seções e subseções judiciárias	Melhoria da gestão de pessoas	Levantar taxa de Satisfação de Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional	TRF1	31/12/2015
Julgar todos os processos do JEF distribuídos em 2011 e 2012, da META 2/2015 CNJ e organizar as rotinas do Juizado e da Vara para oferecer serviço de qualidade e prestação jurisdicional célere e efetiva	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agilizar os trâmites judiciais e administrativos</li> <li>2. Compatibilizar as rotinas do Juizado e da Vara levando em conta a mão de obra disponível e a quantidade de demanda existente</li> <li>3. Adequar pautas de audiências</li> </ol>	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Reduzir o acervo de processos na Vara	SJCAH	31/12/2015
Aperfeiçoamento dos Boletins Estatísticos	Promover estudo para proposição de classes processuais de ações penais específicas	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	SJPA	30/11/2015
Reestruturação da varas	Elaborar proposição para reestruturação das varas	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	SJPA	15/06/2016
Implantação de procedimentos arquivísticos e de gestão documental, com microfilmagem e digitalização do acervo judicial	Implantar o tratamento dos autos judiciais, visando à otimização dos espaços reservados ao arquivamento de autos judiciais, à melhoria do acesso às informações, à segurança das informações contidas nos autos e à viabilização da implantação de uma sistemática digital que substituísse os procedimentos realizados em papel	Contratação de empresa especializada em gestão documental	Informatizar acesso dos servidores e advogados aos autos antigos, para que não haja necessidade do desarquivamento físico dos processos	SEDAJ	01/12/2020
Aprimoramento dos serviços de apoio administrativo a serem prestados à área fim	Criar cartilha de boas práticas na uniformização de procedimentos de cadastro, registros de processos, autuação e lançamentos de movimentação, expedição de mandados	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; e, aperfeiçoar a gestão de custos operacionais	Agilizar os trâmites judiciais e otimizar os custos operacionais.	Ascom com a colaboração dos Diretores de Varas e Núcleos Administrativos	30/04/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Capacitar servidores das varas em métodos alternativos de solução de conflitos de forma a auxiliá-los a identificar casos passíveis de solução por esses meios na própria vara ou encaminhar o processo à unidade de conciliação e manter contato com entes públicos com o objetivo de estimular o aumento dos tipos de processos passíveis de transação	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio da conciliação	Unidade de Conciliação	30/06/2016
Aumentar a utilização da reclamação processual	Promover contato com entes públicos com o objetivo de estimular a utilização da reclamação pré-processual (polo ativo/passivo)	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio da conciliação	Unidade de Conciliação	30/06/2016
Alcançar 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020	Ofertar curso que tenha como objetivo capacitar os Supervisores da Seção de Bem-Estar Social a planejar e promover a realização dos exames médicos periódicos e disseminar a proposta de atenção à saúde dos magistrados e servidores, com foco em uma maior Qualidade de Vida no Trabalho	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secre/TRF	31/12/2015
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter estável a taxa de absenteísmo, abaixo ou igual a 3%</li> <li>2. Redução e prevenção das doenças ocupacionais</li> </ol>	Realizar encontro anual na Sede do TRF 1ª Região dos servidores lotados na Seção de Bem-Estar Social de todas as Seccionais vinculadas, com a finalidade de troca de experiências e disseminação das boas práticas na gestão do Programa de Assistências aos Magistrados e Servidores do TRF 1ª Região	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secre/TRF Secbe/TRF	2020

**Avaliação do CGER-TRF1:**

As propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação – 2015/2016 – SJPI

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Criar Núcleo de Conciliação Permanente Pré-processual	Implantar sistema permanente de conciliação, previamente à tramitação dos feitos que ingressam nos JEFs (inicialmente abrangendo os processos contra a CEF e, em segunda fase, os previdenciários)	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos resolvidos por meio de conciliação	Secon/Cojef	2016
Criar Núcleo de Conciliação Permanente em Execuções Coletivas	Criar rotina para intimação dos entes públicos executados no início da execução de múltiplos exequentes de forma que o ente público apresente seu cálculo previamente e a lide prossiga apenas quanto aos discordantes	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos resolvidos por meio de conciliação	Secon	2016
Criar Núcleo de Conciliação em Políticas Públicas	Criar prática processual ou pré-processual nos casos em que centenas de demandas judiciais semelhantes chegam ao Judiciário por falta de uma política pública específica ou falha da existente, entre os entes públicos envolvidos, de apresentação de obstáculos e fixação de cronograma para realização de compromissos, de forma que haja uma solução coletiva, definitiva e sistêmica	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos resolvidos por meio de conciliação	Secon	2016
Melhoria da gestão de pessoas e de processos	Promover encontro anual dos gestores da área judiciária	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Seder	2015/2016
Criar Central de Videoconferência	Implantar Central de Videoconferência nos termos do provimento 108/2014-TRF	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimoramento da gestão da Justiça Criminal</li> <li>▪ Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade</li> <li>▪ Agilizar os trâmites judiciais</li> </ul>	Secad	2015
Adesão aos exames periódicos	Incentivar adesão cada vez maior dos servidores aos exames periódicos	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Sebes	2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Criação da Carta de Serviços	1. Promover a identificação de todos os serviços prestados pela Justiça Federal do Piauí 2. Implantar a carta de serviços virtual	Garantia dos Direitos de Cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secos/Semad	2016
Construção da Sede da subseção de Parnaíba	Contratar empresa para execução do Projeto Básico de Construção; Executar Obra	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Secad	2016
Projeto Básico para a construção da sede da subseção de Picos	Contratar empresa para elaboração do Projeto Básico	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Secad	2015
Projeto Básico para a construção da sede da subseção de São Raimundo Nonato	Contratar serviços "Não Escopo" para a complementação do projeto de Arquitetura e Engenharia para a construção de sede de subseções judiciárias do TRF1	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Secad	2016
Construção da sede da subseção de Picos	Contratar empresa para execução do Projeto Básico de Construção; Executar Obra	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Secad	2016
PJe – Processo Judicial Eletrônico	Implantar sistema na seccional e subseções	Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Agilizar os trâmites judiciais	Seinf/Semad /Seder/ Subseções	2016

**Avaliação do CGER-TRF1:**

As propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# Plano de Ação 2015/2016 – SJRO

## Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Melhoria da infraestrutura na Subseção Judiciária de Ji-Paraná, proporcionando uma melhoria das condições de trabalho dos servidores, de melhor prestação jurisdicional	Construir o edifício-Sede da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, com a adequação à infraestrutura necessária à melhor prestação jurisdicional, bem como seguir padrões de sustentabilidade ambiental	Garantia dos direitos de cidadania. Melhoria da gestão de pessoas. Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Buscar satisfação do usuário/cidadão. Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal. Aperfeiçoar a governança de TI na justiça federal	Nucad/SSJJIP	31/12/2017
Reestruturação Administrativa da Seção e das Subseções Judiciárias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Propor mudança de padrão e a reestruturação administrativa da SJRO ao TRF 1ª Região</li> <li>2. Reestruturar a área administrativa das Subseções com acréscimo de pessoal</li> <li>3. Propor ao TRF 1ª Região a liberação para que a SJRO possa solicitar junto aos parlamentares da região implementar a reestruturação através de Projeto de Lei</li> </ol>	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Secap/Semad e Subseções	31/12/2016
Conhecer o grau de satisfação do usuário externo e interno com relação aos serviços prestados pelas áreas Meio e Fim (SJ-RO e Subseções)	Implantar pesquisa de satisfação em caráter permanente para preenchimento tanto em formulários de papel como <i>on-line</i>	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Sesud-Secad/Seinf	2016
Criar Núcleo de Conciliação Permanente Pre-processual	Implantar sistema permanente de conciliação, primeiramente nos procedimentos reconhecidamente mais simples	Adoção de soluções alternativas de conflito	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Nucod	2016
Reduzir custos com consumo de energia elétrica	Substituir luminárias e lâmpadas para reduzir, no âmbito do edifício-Sede da SJRO, os gastos mensais com energia elétrica em até 5,6%, através da substituição das lâmpadas fluorescentes e eletrônicas por lâmpadas de LED, economizando no prazo de dez anos, aproximadamente, R\$ 370.000,00. O projeto se paga nos primeiros doze meses	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Seseg	31/12/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Estimular a adesão de 70% dos magistrados e servidores ativos ao Exame Periódico de Saúde	Propor ao TRF 1ª Região a dispensa das atividades funcionais por um dia daqueles Servidores que realizarem os exames. Proporcionar a divulgação dos benefícios da prevenção de doenças através de campanhas conscientizadoras positivas	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Sebes/Seder	21/12/2016
Criação da Carta de Serviços	Promover a identificação de todos os serviços prestados pela Justiça Federal de Rondônia e disponibilizar a carta de serviços virtual no <i>home page</i> da Justiça Federal de Rondônia	Garantia dos Direitos de Cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Semad/Seinf	31/12/2015
Divulgar o planejamento estratégico na sede da Justiça Federal de Rondônia e Subseções vinculadas	Utilizar videoconferência para transmissão de conhecimentos; 2) edição de manuais e fluxogramas para uma melhor divulgação do tema	Melhoria da gestão de pessoas	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Semad/Nucad	2016
Melhorar a interação entre os servidores e proporcionar local adequado a medidas preventivas de saúde (alongamento, etc.)	Criar uma sala de convivência no edifício-Sede da SJRO, onde se possa desempenhar atividades físicas leves, como alongamentos, etc.	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Seseg/Seder	31/12/2016
Melhorar a eficiência na gestão dos contratos, melhorar a utilização de recursos humanos e financeiros e atender o princípio da economicidade	Criar a Selec – Seção de Elaboração de Editais e Fiscalização de Contratos, destacada para efetuar licitações mais eficientes, inclusive com economicidade, evitar retrabalho e agilizar os trabalhos referentes aos contratos nas Seções da administração	Aperfeiçoamento da gestão de custos e Melhoria da gestão de pessoas	Otimizar custos operacionais/ Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Nucad	31/12/2015
Melhorar a taxa de adesão às práticas de gestão estratégica da justiça federal	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proporcionar que os membros mais antigos multipliquem seus conhecimentos sobre planejamento estratégico aos membros mais novos</li> <li>2. Ministrando curso por videoconferência para os gestores (capital e Subseções) sobre gestão de projetos e planejamento estratégico</li> <li>3. Oferecer treinamento completo e intensivo para os servidores que atuarão diretamente no escritório de projetos</li> </ol>	Instituição de Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Asjur/Selec /Semad e Subseções	2015/2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Segurança de acesso nas dependências do Judiciário Federal em Rondônia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar métodos de controle mais eficientes de entrada de pessoas tendo em vista a existência de um presídio federal em Porto Velho, que gera um clima de insegurança</li> <li>2. Elaborar estudo, acompanhado de um projeto, para propor ao TRF 1ª Região a aquisição de catracas eletrônicas, portais eletrônicos, detectores de metais e esteira <i>escape</i> de Raio-X, possibilitando a melhoria dos controles e da segurança nos acessos às dependências internas.</li> </ol>	Melhoria da Gestão de Pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Sevit e Subseções	31/12/2016
Valorizar as ideias dos servidores quanto a propostas de modernização e mudanças estruturais nos processos e procedimentos tanto na Área Meio, quanto na Área Fim.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar o prêmio "Prata da Casa", como canal para os Servidores apresentarem propostas de modernização e mudanças de processos e procedimentos.</li> <li>2. Criar um Comitê Local para a análise mensal de ideias e projetos propostos pelos servidores.</li> <li>3. Propor ao TRF 1ª Região a premiação de uma semana de licença aos servidores que forem vitoriosos quanto à adoção de suas ideias pela Administração.</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Seder	2016
Interiorização da justiça federal e atendimento mais próximo aos jurisdicionados da cidade de CACOAL, ARIQUEMES/RO	Fazer estudo para demonstrar a necessidade da criação da Subseção Judiciária de Cacoal e Ariquemes, bem como, verificando-se esta necessidade, insistir na implementação dessas instalações	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Sesud-Secad/Nucad / Semad	2016
Vara de Execução em Porto Velho	Fazer estudo para demonstrar a necessidade de criação de uma Vara de Execuções Fiscais na Seção judiciária de Rondônia	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Sesud-Secad/Nucad/Semad	2016

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Entrega rápida de documentos e liberação de um Servidor para prestar serviços na Área Meio nas dependências da Justiça Federal de Rondônia	Propor a contratação de Serviços de motoboy para a entrega de documentos, liberando um servidor destacado para fazer este serviço, tendo em vista o número incipiente de servidores na Área Meio	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secam	2016

Avaliação do CGER-TRF1: A proposta 4 (desenvolvimento de sistema) depende de autorização do Tribunal. As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.



## Plano de Ação 2015/2016 – SJRR

### Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Fazer uma cartilha com todos os principais serviços prestados a cada setor da SJRR	Elaborar e implementar publicação descritiva dos serviços prestados pela Seção judiciária tendo como alvo o público usuário	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Secad	19/12/2015 – Versão web 19/12/2016 – Versão impressa
Criar cartilha eletrônica de procedimentos operacionais voltados para contratação de bens e serviços	Elaborar uma cartilha em ambiente virtual, com interatividade por meio de <i>links</i> , relacionando-a com as normas que respaldam os conceitos abordados, com fluxogramas e modelos padronizados de documentos, previamente desenvolvidos e aprovados pela Administração e Assessoria Jurídica	Aperfeiçoamento na Gestão de Custos	Otimizar custos operacionais	Secad	30/06/2016
Criar o Boletim Eletrônico da SJRR na Biblioteca Digital	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Treinar os publicadores de atos administrativos na Biblioteca Digital; eliminar o Boletim de Serviço</li> <li>2. Evitar a redundância de publicação (BS – Word e SEI – Documento interno)</li> <li>3. Reduzir o Trabalho dos setores envolvidos (não será mais necessário editar o documento em formato word para adaptação às regras do BS)</li> <li>4. Utilizar na publicação os documentos gerados dentro do SEI, garantindo a legitimidade e a exatidão na publicação</li> <li>5. Descentralizar a publicação dos atos administrativos</li> </ol>	Instituição da governança judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Semad	30/08/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Definir regras de armazenamento, nomenclatura de documentos e estrutura de pasta</li> <li>2. Reduzir o número de arquivos gravados indevidamente no repositório de documento</li> <li>3. Reduzir o tempo de geração de backup do repositório</li> <li>4. Reduzir o número de chamados técnicos por problemas de manuseio indevido de arquivos, como exclusão, alteração e movimentação</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sensibilizar dos usuários do órgão quanto à importância da segurança da informação</li> <li>2. Elaborar estrutura de diretórios padrão para cada setor</li> <li>3. Elaborar regras para armazenamento, recuperação e gestão do repositório</li> <li>4. Levantar os arquivos e pastas para descarte de acordo com a temporalidade</li> <li>5. Eliminar arquivos temporários e backup, duplicados, não relevantes</li> <li>6. Realizar <i>upgrade</i> do Sistema operacional do servidor de arquivos</li> <li>7. Implementar a proteção de documentos e a disponibilidade via armazenamento de arquivos Inteligente com o recurso de cópia de sombra</li> <li>8. Implementar o serviço File Server Resource Manager (FSRM) no servidor de arquivos para auxílio na gestão e armazenamento dos documentos</li> <li>9. Alterar cadeia de permissionamentos no servidor</li> </ol>	Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Assegurar efetividade dos serviços de TI para a justiça federal	Seinf	30/06/2016
Disseminar e valorizar as atividades desempenhadas pela Comissão de Gestão Documental – CAGED	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ministrar palestras sobre a atividade da gestão documental realizada pela Caged</li> <li>2. Elaborar cartilhas com as informações sobre as atividades realizadas pela Caged</li> <li>3. Viabilizar a visita ao arquivo judicial, a fim de demonstrar a escassez de espaço físico, demonstrando a necessidade da realização periódica da atividade de descarte de processos findos</li> </ol>	Aperfeiçoamento da gestão de custos	Otimizar custos operacionais	Secad	19/12/2015

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/ projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
<p>Buscar a excelência do atendimento através da alimentação saudável e qualidade de vida dos servidores</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Solicitar concessão de uso de espaço público destinado à exploração do espaço reservado ao restaurante visando o preparo e comércio de refeições (nas modalidades self service e marmitex)</li> <li>2. Fornecer por meio de atendimento direto no balcão, calculando-se o preço por unidade ou quilograma, conforme o caso.</li> <li>3. Disponibilizar uma sala de descanso e relaxamento dentro do espaço multiuso (Outro Projeto)</li> </ol>	<p>Melhoria da gestão de pessoas</p>	<p>Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal</p>	<p>Secad</p>	<p>19/12/2016</p>

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Projeto Valorizar os Servidores da Seção Judiciária de Roraima	<p>O Projeto de Valorização terá 4 (quatro) vertentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Saúde:</b> 1.1) Ginástica Laboral. ; 1.2) Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional [já implementado]; 1.3) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; 1.4) Convênios com Farmácias; 1.5) Campanha de Vacinação contra Gripe [já implementado]; 1.6) Assistência Médica [já implementado]; 1.7) Assistência Odontológica [já implementado]; 1.8) Campanhas de Saúde PREVENTIVA – Física, Mental e Financeira; 1.9) Manutenção da Brigada Contra Incêndio [já implementado].</li> <li>2. <b>Motivação:</b> 2.1) Palestras Motivacionais; 2.2) Atividades de integração e valorização do ser humano; 2.3) Qualificação Profissional [já implementado]; 2.4) Programa de Complementação Educacional [já implementado]. Cursos de graduação e especialização [programa específico]</li> <li>3. <b>Lazer:</b> 3.1) Atividades de Lazer e interação com a família; 3.2) Promover eventos culturais. ; 3.3) Criação do Espaço Multiuso “Melhor Viver”</li> <li>4. <b>Social e meio ambiente:</b> 4.1) Atividades mensais de Confraternização dos Aniversariantes; 4.2) Atividades com interação em datas comemorativas; 4.3) Criação e Manutenção de Coral dos Servidores; 4.4) Programa Específico de Preparação e Orientação às Aposentadorias; 4.5) Projeto Responsabilidade Social à comunidade; 4.6) Despertar Consciência ecológica</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Diref	PERMANENTE

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/ projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Criar espaço multiuso – Sala de Relaxamento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilizar equipamentos de automassagem e relaxamento</li> <li>2. Decorar e equipar sala para espaço multiuso</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Diref	19/12/2016
Proporcionar melhoria na qualidade de vida dos servidores do TRF 1ª Região, aumentar a produtividade e a eficiência pública, bem como reduzir gastos públicos através da redução da jornada de trabalho	Reduzir a jornada de trabalho diária para 6 horas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</li> <li>▪ Melhoria da gestão de pessoas</li> <li>▪ Aperfeiçoamento da gestão de custos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agilizar os trâmites judiciais</li> <li>▪ Desenvolver o potencial humano</li> <li>▪ Otimizar custos operacionais</li> </ul>	TRF1	
Criar condições e incentivar o uso de bicicleta pelos servidores para que se desloquem de casa para o trabalho, em alguns dias da semana	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adequar as instalações sanitárias incluindo chuveiros e armários individuais nos banheiros de uso dos servidores</li> <li>2. Fazer o acompanhamento para, conforme a necessidade, ampliar o bicicletário existente da seccional</li> <li>3. Promover campanha de conscientização sobre os benefícios da prática regular de atividades físicas</li> <li>4. Promover a divulgação de dicas de segurança para os ciclistas no trânsito, importância do uso de equipamentos de segurança, etc.</li> </ol>	Melhoria da gestão de pessoas	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da justiça federal	Secad	19/12/2015

Avaliação do CGER-TRF1: As propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

## Plano de Ação 2015/2016 – SJTO

### Iniciativas propostas para desdobramento do Planejamento 2015-2020

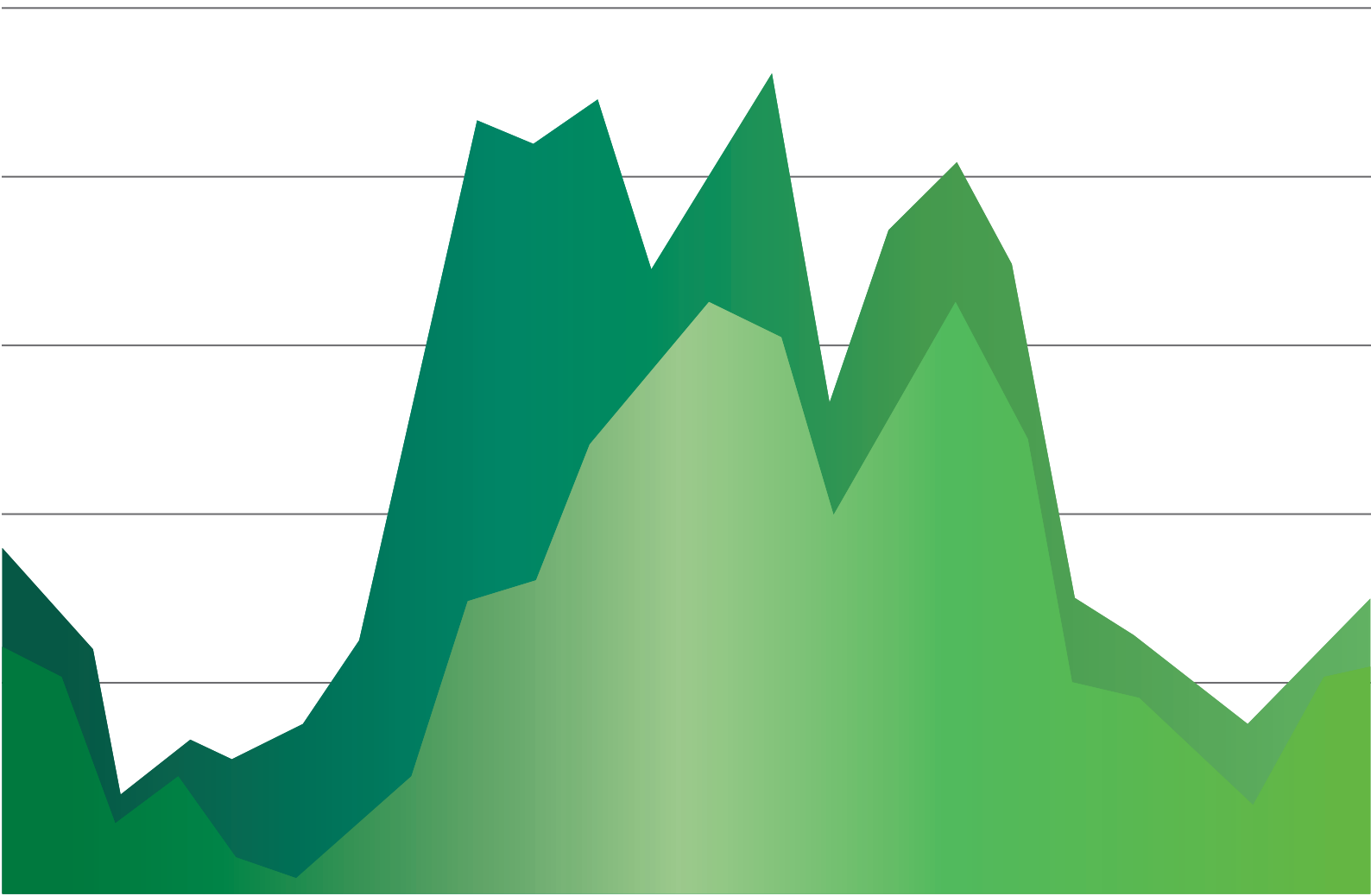
(nos termos da Resolução Presi 29/2014, art. 7º, § 5º, alterada pela Resolução Presi 8/2015)

Necessidade a ser atendida	Iniciativas Estratégicas (programas/projeto/ações propostas)	Macrodesafio – PEJF	Objetivo Estratégico – PEJF	Unidade Responsável	Prazo previsto para conclusão
Criação de sala de treinamentos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adquirir equipamentos de informática</li> <li>2. Definir local e instalação da sala de treinamentos</li> </ol>	Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal	Seinf	31/12/2015
Excelência na Gestão Administrativa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar os processos de trabalho de cada unidade</li> <li>2. Mapear os processos de trabalho</li> <li>3. Melhorar os processos de trabalho</li> </ol>	Instituição da Governança Judiciária	Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da justiça federal	Semad	31/12/2016
Criação da carta de serviços da SJTO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar os principais serviços prestados pela SJTO</li> <li>2. Confeccionar cartilha</li> </ol>	Garantia dos direitos de cidadania	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Semad	31/12/2016
Ginástica laboral	Contratar profissional de ginástica laboral	Melhoria da infraestrutura e governança de TI	Assegurar a efetividade dos serviços de TI da justiça federal	Sebes	31/12/2015

Avaliação do CGER-TRF1: A primeira fase da proposta 1 (aquisição de equipamentos de TI) depende de autorização do Tribunal. As demais propostas são pertinentes. A seccional pode se empenhar em ampliar o Plano de Ação, de forma a contemplar ações que promovam o alcance dos demais macrodesafios e, especialmente, das Metas do Poder Judiciário.

# ANEXO 6

Relação de **cargos em comissão por nome** – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.





## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-01

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR58203	ADELSON VIEIRA TORRES	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DIPOR/SECOR/TRF1
TR126203	ADRIANA PINHO ROCHA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/DIMAP/SECAD/TRF1
TR76203	AGNALDO BOCCHINO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE FEITOS/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1
TR136603	ALDENES ALMEIDA MACHADO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL E CUSTOS/DICOC/SECOR/TRF1
TR5903	ALUIZIO ALVES DE OLIVEIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS/DIINF/CORIP/SECJU/TRF1
TR300766	ANA ALICE SIQUEIRA SANTOS CARVALHO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE/DIASA/SECBE/TRF1
TR91503	ANA CLAUDIA CORDEIRO CORREIA LIMA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL/DIAMI/COJUD/DIGES/TRF1
TR187603	ANTONIO JORGE LEITAO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO/DIENG/SECAD/TRF1
TR102303	AUGUSTO CESAR DA SILVA RAMOS	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS/DIJUL/COCSE/SECJU/TRF1
TR301082	AURINO DAMIÃO DE BRITO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL/DIPAG/SECGP/TRF1
TR301122	CARLOS ALEXANDRE VIGIL D'OLIVEIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE COMPRAS/DICOM/SECAD/TRF1
TR131203	CARLOS TADEU DA ROCHA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS/DIACO/SECAD/TRF1
TR31903	CLAUDIO CHAGAS BARREIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS/DISEG/SECAD/TRF1
TR117903	EDILEUSA VIDAL DOS SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA E NEGÓCIOS/DIANE/SECBE/TRF1
TR182903	ENILSON DUARTE COSTA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO/DIREP/COREJ/TRF1
TR301109	ESTELA MARIA BARBOSA DA CRUZ	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/DIVAF/SECBE/TRF1
TR80503	EUGÊNIA MARIA PIRES BRANDAO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD6/CTUR6/SECJU/TRF1
TR300010	EUGENIO FREIRE GARCIA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD1/CTUR1/SECJU/TRF1
TR23703	FERNANDO ANTONIO DE MENDONÇA MELO JUNIOR	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE CADASTRO DE PESSOAL/DICAP/SECGP/TRF1
TR110503	FLAVIA ALVARES DA SILVA VELLOSO FERREIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL/DIRAD/CORIP/SECJU/TRF1
TR300781	FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA SANTOS VELLENIH	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE OBRAS/DIVOB/SECAD/TRF1
TR14703	GESILEIA FERREIRA GARCIA LUSTOSA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD5/CTUR5/SECJU/TRF1
TR300508	GUSTAVO STÊNIO SILVA SOUSA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE ESTATÍSTICA/DIEST/SECGE/TRF1
TR148603	HILTON VIEIRA COELHO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS/DICAJ/COREJ/TRF1
TR300823	JOÃO BATISTA CORRÊA DA COSTA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE VERIFICAÇÃO E ANÁLISE/DIVEA/SECOI/TRF1
TR300255	JOÃO CLAVER QUADROS DE ALMEIDA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE TECNOLOGIA/DITEC/COINT/SECIN/TRF1
TR56103	JOAQUIM JOSE DE SOUSA NETO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD7/CTUR7/SECJU/TRF1
TR153303	JONATAS IZIDIO DOS SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS/DISIJ/COSIS/SECIN/TRF1
TR300644	JOSE AUGUSTO MOCHEL MATOS PEREIRA LIMA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA/DIPOF/SECOR/TRF1





## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-01

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR65303	JOSE DEUSIMAR MINEIRO PIMENTA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD2/CTUR2/SECJU/TRF1
TR13003	JOSÉ GALÉBIO DE AGUIAR ROCHA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA/DIEFI/SECAD/TRF1
TR147703	JULIA BECKMAN MEIRELLES	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE REVISÃO/DIREV/COTAQ/SECJU/TRF1
TR300974	JULIANA LOBÃO RIBEIRO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIVER/COREC/SECJU/TRF1
TR174503	KLAYTON CESAR BARBOSA DE SOUSA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD4/CTUR4/SECJU/TRF1
TR99403	MARCIA MAZO SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE BIBLIOTECA E ACERVO DOCUMENTAL/DIBIB/COJUD/DIGES/TRF1
TR62503	MARCIO DA SILVA ALBUQUERQUE	DIRETOR DE CENTRO	CENTRO DE DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DA 1ª REGIÃO/CEDAP/SECGP/TRF1
TR124703	MARIA APARECIDA DE SOUSA MENDES	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE APOIO AOS USUÁRIOS/DIATU/COINT/SECIN/TRF1
TR300069	MARIA CAROLINA DE SOUZA RIBEIRO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/DIPLE/SECGE/TRF1
TR300639	MARIANA SILVA DE ASSIS TOGNOLO	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA/DIJUR/COJUD/DIGES/TRF1
TR111303	MARILENE SOUSA DA SILVA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE AUDITORIA/DIAUD/SECOI/TRF1
TR47403	MARIO DE SENA BRAGA JUNIOR	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS/DISAD/COSIS/SECIN/TRF1
TR300888	MARLI GOMES DE SOUSA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO/DIPRO/COREC/SECJU/TRF1
TR300648	MIRIAN WALNEY POMPEU GUANABARA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD8/CTUR8/SECJU/TRF1
TR161703	NÁDIA BARBOSA DA CRUZ SANTANA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PLANEJAMENTO/DIPLA/SECOR/TRF1
TR72503	NILDA APARECIDA ALVES	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E EXPEDIÇÃO ADMINISTRATIVA/DICAD/SECAD/TRF1
TR173403	RAIMUNDO JOSE LOPES DA SILVA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD3/CTUR3/SECJU/TRF1
TR170603	ROSILENE VIEIRA DA SILVA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD/COCSE/SECJU/TRF1
TR197103	SAMUEL NUNES DOS SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PRODUÇÃO EDITORIAL/DIMPE/SECGE/TRF1
TR300972	SILVONE BOFF	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL/DISAO/SECBE/TRF1
TR95903	WAGNER ETELVINO OHANA DA CUNHA	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL/DILEP/SECGP/TRF1
TR124103	YURI OLIVEIRA DE ANDRADE FREITAS	DIRETOR DE DIVISÃO	DIVISÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS/DIPSI/COSIS/SECIN/TRF1



## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-02

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR110403	ADRIANA MONTEIRO DE PAULA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI/GABIN/TRF1
TR138404	ADRIANA TIMO BRITO VELLOSO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO/ASDEF/TRF1
TR55003	AGAMENON DOS SANTOS TORRES	CHEFE DE ASSESSORIA II	ASSESSORIA JURÍDICA/ASJUR/DIGES/TRF1
TR190303	ALGEA CRISTINA SILVA DE ALMEIDA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA/ASVIP/TRF1
TR133803	ANA CAROLINA CAMÕES D'ESCRAGNOLLE TAUNAY JOVITA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1
TR301144	ANA CAROLINA PORTEZAN	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO MENDES/GABIN/TRF1
TR100703	ANA CLARA DE BARROS BALSALOBRE	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO/COJUD/DIGES/TRF1
TR3503	ANDREA GAMA LIMA VALLADAO DE ARAUJO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA/ASDEF/TRF1
TR49703	ANGELA MARIA DE ABREU ROCHA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS/GABIN/TRF1
TR53003	ANGELA RODRIGUES DE ARAUJO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS/ASDEF/TRF1
TR6403	ANTONIO LUIZ CARVALHO NETO	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA SÉTIMA TURMA/CTUR7/SECJU/TRF1
TR301044	AYALA SANTANA TORRES	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA/GABIN/TRF1
TR300349	BETHANIA PEREIRA PIRES PERES SOARES	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES/GABIN/TRF1
TR300906	CARLOS ORLANDO PINTO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES/ASDEF/TRF1
TR4303	CLÁUDIA MÔNICA FERREIRA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA (CRIMINAL)/CTUR3/SECJU/TRF1
TR187903	CRISTIANE AGUIAR QUINTAO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO/ASDEF/TRF1
TR165808	CRISTINA BERQUO E SILVA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA/GABIN/TRF1
TR300646	DAMIANA PRISCILA DE SOUSA CASTRO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN/GABIN/TRF1
TR154203	DANIELLA DE BARROS BELLO RIBEIRO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO JUIZ FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO/GABIN/TRF1
TR300097	DAYSE ALENCAR RODRIGUES	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA/ASDEF/TRF1
TR100903	ÉDILA ROSE MONTEIRO DE SOUZA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES/ASDEF/TRF1
TR300599	ELISABETE LIMA DE OLIVEIRA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO/GABIN/TRF1
TR300755	ELMO NASCIMENTO FERREIRA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI/ASDEF/TRF1
TR300130	FÁBIO ADRIANI CERNEVIVA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA QUINTA TURMA/CTUR5/SECJU/TRF1
TR301039	FABIO NUNES SAD	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS



## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-02

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR81803	FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO/ASDEF/TRF1
TR300198	GRAZIELA MARIA PICININ	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO/GABIN/TRF1
TR101603	GUACYRA FIGUEIREDO NOBREGA CAVALCANTI	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA/GAVIP/TRF1
TR301137	GUILHERME VALENTE SOARES AMORIM DE SOUSA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO JUIZ FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO/ASDEF/TRF1
TR151908	HELIO FRANCISCO MARQUES	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA CORREGEDORIA-REGIONAL/GAGER/TRF1
TR56703	HENOCH MONTENEGRO DE ALENCAR MATTOS FILHO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES/ASDEF/TRF1
TR301065	HERIVELTTON PEIXOTO RIBEIRO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO JUIZ FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA/ASDEF/TRF1
TR301132	ITANUSIA PINHEIRO ALVES	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO MENDES/ASDEF/TRF1
TR72403	IVANI LUIZ DE MORAIS	CHEFE DE ASSESSORIA II	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/ASCOM/SEGEPI/TRF1
TR144803	JACKSON ROSA SANTOS	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO/GABIN/TRF1
TR63903	JANDERSON CASADO DE VASCONCELOS SANTOS	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/COSIS/SECIN/TRF1
TR70903	JESUS NARVAEZ DA SILVA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA OITAVA TURMA/CTUR8/SECJU/TRF1
TR186504	JOANA JOSEFA DE ALENCAR LUZ	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO/GABIN/TRF1
TR300686	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES/COCSE/SECJU/TRF1
TR54403	JOSE MARIA DE ANDRADE	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DIRETORIA-GERAL/GADIR/DIGES/TRF1
TR138506	JULIANA BEZERRA ESPINDOLA GUERREIRO	CHEFE DE ASSESSORIA II	ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL/ASREP/SEGEPI/TRF1
TR129008	KATIA MARIA SOARES FREIRE	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA/CTUR2/SECJU/TRF1
TR300982	LEIDE MARA DE SOUSA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA/GABIN/TRF1
TR300638	LEILA MARIA MOREIRA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL/COREJ/DIGES/TRF1
TR52503	LILIO DA SILVA RAMOS	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA/CTUR1/SECJU/TRF1
TR50303	LINDANIR YAZUE IRIE	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1
TR188103	LIVIA CONTREIRAS DE TAPIA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SECRETARIA EXECUTIVA/SECEX/ESMAF/TRF1
TR123903	LUCIA HELENA PIRES FERREIRA DE BARROS	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA QUARTA TURMA (CRIMINAL)/CTUR4/SECJU/TRF1
TR136203	LUIZ ALBERTO LIMA DA COSTA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA/COINT/SECIN/TRF1
TR301101	LUIZ EUGENIO MELLO SALOMON	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES



## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-02

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR188203	MARCIA BITTAR BIGONHA	CHEFE DE ASSESSORIA II	ASSESSORIA ASSUNTOS DA MAGISTRATURA/ASMAG/TRF1
TR54903	MARCILIO SAMPAIO RIBEIRO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES/GABIN/TRF1
TR12208	MARCOS DE VILHENA TOLEDO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSSES/GABIN/TRF1
TR40603	MARIA AUXILIADORA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA/COTAQ/SECJU/TRF1
TR300847	MARIA GRAZIELLA BELLO ARARIPE GONTIJO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA PRESIDÊNCIA/GAPRE/TRF1
TR300607	MARIANA VIEIRA NUNES	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN/ASDEF/TRF1
TR300846	MILICE LEITE SANTOS	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA/ASDEF/TRF1
TR300376	MÔNICA DOS SANTOS COSTA MORAES E SILVA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES/GABIN/TRF1
TR146203	NELSILIA MARIA LADEIRA LUNIERE DE SOUSA	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS/CORIP/SECJU/TRF1
TR301145	PATRICIA RAMOS BARROS	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/ASDEF/TRF1
TR148703	PAULO ROBERTO MEDEIROS DE CASTRO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ/ASDEF/TRF1
TR300964	PERLA CRISTINA SANSEVERO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/GABIN/TRF1
TR300665	PETER RODRIGUES FERNANDES	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES/GABIN/TRF1
TR503	RAMIZ FLAVIO ROCHA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ/GABIN/TRF1
TR184203	ROGERIO CÂNDIDO RIBEIRO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA/ASDEF/TRF1
TR183203	ROSE ANNE MENEZES MACHADO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO/GABIN/TRF1
TR301028	ROSELI FERREIRA DOS SANTOS	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO/ASDEF/TRF1
TR86003	SANDRA MARIA ALVES BORGES COSTA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	SECRETARIA EXECUTIVA/SECEX/COJEF/TRF1
TR161508	SERGIO FARIA LEMOS DA FONSECA NETO	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DE RECURSOS/COREC/SECJU/TRF1
TR300971	SERGIO RENNER VIEIRA DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA/ASESP/TRF1
TR193103	SHIRLENE SUELY ROCHA CORREA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO/GABIN/TRF1
TR301114	SHIRLEY MAGNA COUTO COSTA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA/ASDEF/TRF1
TR194403	SOLANGE MARIA SANTIAGO ARAGAO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO/ASDEF/TRF1
TR300596	SONIA MARIA DA SILVA FERNANDES	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO/ASDEF/TRF1
TR300147	VANESSA DOMINGUES CARRIÇO	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-REGIONAL/ASCOR/TRF1
TR300706	VANESSA FERREIRA DOS SANTOS	DIRETOR DE COORDENADORIA	COORDENADORIA DA SEXTA TURMA/CTUR6/SECJU/TRF1
TR44903	WASHINGTON LUIZ PAIVA DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES/ASDEF/TRF1



## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-02

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR301157	WELLINGTON JOSE BARBOSA CARLOS	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO JUIZ FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA/GABIN/TRF1
TR300501	WERBETH SILVA PEREIRA	ASSESSOR TÉCNICO II	ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1
TR300773	WILMA MAZARAK MACEDO	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA/GABIN/TRF1



## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-03

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR300987	ALEXANDRE JOSE AMARAL FERREIRA	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA JUDICIÁRIA/SECJU/TRF1
TR300642	ANA CLÁUDIA DE ARRUDA SANTOS CARNEIRO DA COSTA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO/ASDEF/TRF1
TR300394	ANDRÉA MARTINS ALVES OLIVEIRA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO JUIZ FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO/ASDEF/TRF1
TR300988	ANTONIO CARLOS GUIMARAES JUNIOR	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA/ASDEF/TRF1
TR112903	BENE-ZAETE GALDINO FREITAS	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES/ASDEF/TRF1
TR300292	BRUNO NÁPOLI CARNEIRO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO/ASDEF/TRF1
TR300356	CESAR DE ALENCAR OLIVEIRA SILVA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA/ASDEF/TRF1
TR70703	DELSE BATISTA PEREIRA PHILLIPS	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ/ASDEF/TRF1
TR95503	DEYR JOSE GOMES JUNIOR	SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA	SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA/SEGEP/TRF1
TR151104	EUNICE CARDOSO PINTO ANDRADE	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO MENDES/ASDEF/TRF1
TR300158	FABRÍCIO RAMOS FERREIRA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO/ASDEF/TRF1
TR190803	FRANCISCO DE ASSIS JORGE LACERDA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/ASDEF/TRF1
TR301032	GILSON NUNES PITA FILHO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA/ASVIP/TRF1
TR86303	GISELE CORREA DA COSTA BARROS DE SOUZA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO/ASDEF/TRF1
TR124808	GISLAINE TEREZINHA FONSECA DOS SANTOS SERRALVO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO/ASDEF/TRF1
TR300545	GREG VALADARES GUIMARÃES BARRETO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO JUIZ FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA/ASDEF/TRF1
TR301046	HELIO LUNIERE AZEVEDO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA/ASDEF/TRF1
TR127903	INÁCIO MARTINS DE SOUZA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES/ASDEF/TRF1
TR301154	IONICE DE PAULA RIBEIRO	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL/SECBE/TRF1
TR300587	IZAIAS VALENTE LIMA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN/ASDEF/TRF1
TR301165	JULIANO COELHO CARMO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA/ASDEF/TRF1
TR300908	KATIA REGINA RIBEIRO DE SANTA ANA	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO/SECOR/TRF1
TR174003	LEILA ALVES DOS SANTOS RIBEIRO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI/ASDEF/TRF1
TR198303	LÍVIA MIRANDA DE LIMA VARELA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES/ASDEF/TRF1
TR300689	LUCIANA GUATIMOSIM COUTINHO KERPEL COSTA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO/ASDEF/TRF1
TR301103	MARCELO PEREIRA PITELLA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES/ASDEF/TRF1
TR115008	MARCIO LUCIO MARQUES	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-REGIONAL/ASCOR/TRF1



## Servidores que Exercem Cargo em Comissão

### CATEGORIA: CJ-03

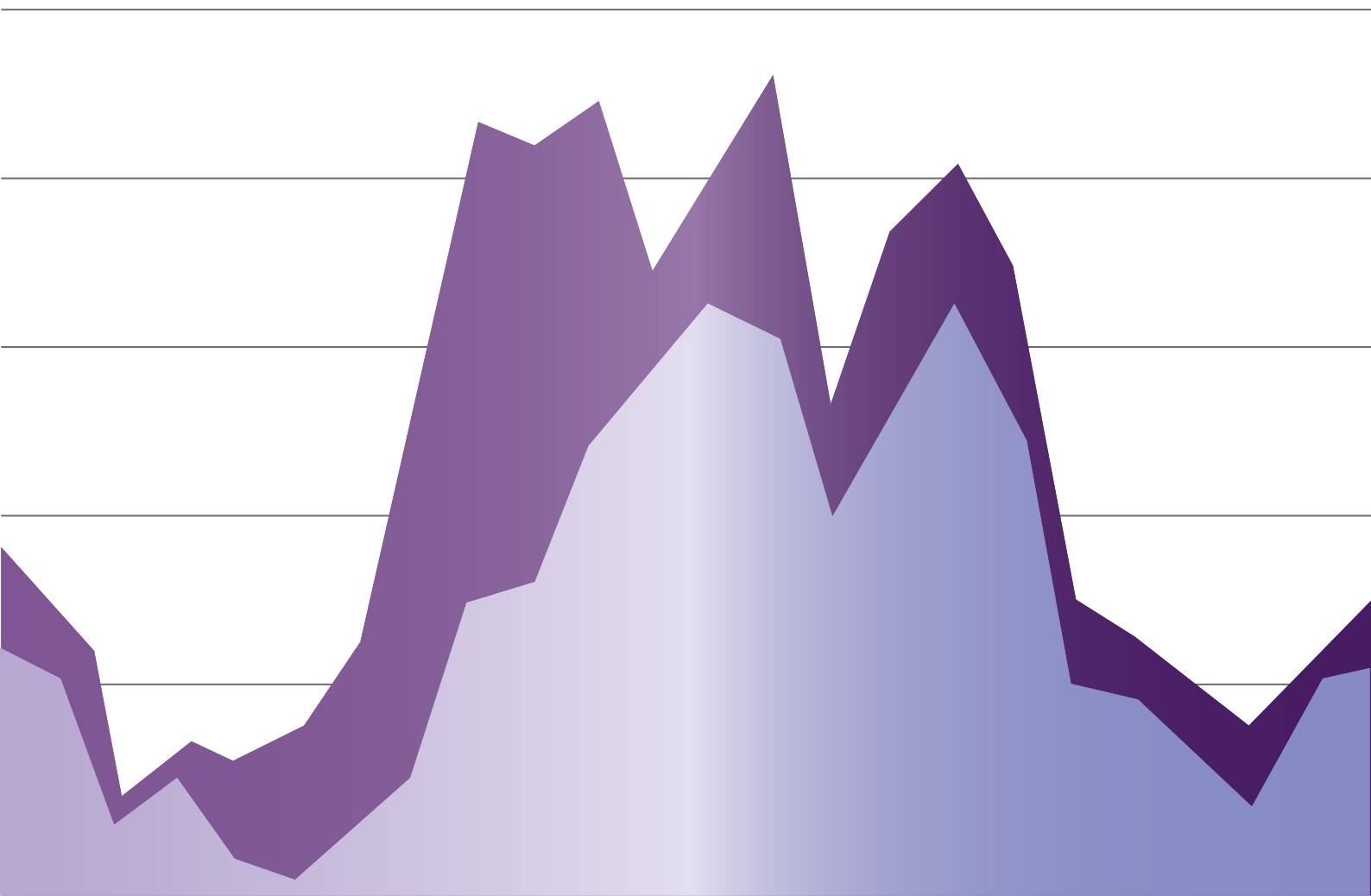
Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR62603	MARCOS BARBOSA ANDRADE	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/SECIN/TRF1
TR300288	MARIA CRISTINA TURNES	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SECAD/TRF1
TR300962	MARIA DO CARMO CEZÁRIO CORRÊA	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/SECGP/TRF1
TR114603	MARILIA ANDRE DA SILVA MENESES GRACA	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO/SECOI/TRF1
TR300697	NISMEIRE APARECIDA CANDIDO DE MEDEIROS	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS/ASDEF/TRF1
TR174603	OSMARINA MACIEL DO NASCIMENTO	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1
TR301021	RAQUEL LOPES JORGE	ASSESSOR TÉCNICO III	ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1
TR300887	ROGERIO NAVES SENA	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA/ASDEF/TRF1
TR177003	ROSA MARIA SILVESTRE	CHEFE DE ASSESSORIA III	ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOS/ASDEF/TRF1
TR300775	WÂNIA MARÍÇA ARAÚJO VIEIRA	DIRETOR DE SECRETARIA	SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO/SECGE/TRF1

### CATEGORIA: CJ-04

Matrícula	Nome	Função	Lotação
TR45103	CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA	DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA	DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA/DIGES/TRF1

# ANEXO 7

Relação de **funções comissionadas e cargos em comissão por lotação** – Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.







## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SECRETARIA EXECUTIVA/SECEX/ESMAF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300590	CACIANE BARBOSA DE OLIVEIRA AMARAL VALENTE	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR127703	LAZARO DALBERTO CANDIDO DA SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR188103	LIVIA CONTREIRAS DE TAPIA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CJ-02
TR300079	MÁRCIO ANTÔNIO OLIVEIRA FONSECA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### SEÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES/SEEPI/ESMAF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR116603	SANDRA FUCK DE MAGALHAES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS/SETAM/ESMAF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR6003	FLAVIA CARDOSO AURELIANO MOREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE INSTALAÇÕES/SEADI/ESMAF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR32403	MARIA DO SOCORRO MOREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR95503	DEYR JOSE GOMES JUNIOR	SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA	CJ-03
TR300522	KÁTIA DE ALMEIDA PINHEIRO CASCAIS MELEIRO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05

### ASSESSORIA DE REPRESENTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO SOCIAL/ASREP/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR126103	ANDREA DE ATHAYDE LEITE	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06
TR138506	JULIANA BEZERRA ESPINDOLA GUERREIRO	CHEFE DE ASSESSORIA II	CJ-02
TR301105	SORAYA SOUSA DE ALBUQUERQUE	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE CERIMONIAL E EVENTOS/SECER/ASREP/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300371	MICHELLE REGINA DA MATA VERISSIMO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROMOÇÃO INSTITUCIONAL E CULTURAL/SEPIC/ASREP/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300350	NADJA ALMEIDA CAMINHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL/ASCOM/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR167905	CARLOS RODRIGUES DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR72403	IVANI LUIZ DE MORAIS	CHEFE DE ASSESSORIA II	CJ-02
TR2903	MARIA LUCIA DE SOUZA	REVISOR	FC-05

### NÚCLEO DE REDAÇÃO E IMPRENSA/NUIMP/ASCOM/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR126003	MARIA DALVA DOS SANTOS SOBRAL	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE REDAÇÃO, PUBLICIDADE E MÍDIAS SOCIAIS/SEP/MI/NUIMP/ASCOM/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300969	TALITA REBOUCAS DE FREITAS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE IMPRENSA/SEIMP/NUIMP/ASCOM/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR119703	JOSÉ ROBERTO LOPES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### NÚCLEO DE RÁDIO E TV/NURAT/ASCOM/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300840	CLAUDIA BERNAL GUIMARÃES	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SEÇÃO TÉCNICA E DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL/SEPAD/NURAT/ASCOM/SEGEP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR84803	RAMON DA SILVA PEREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300341	VERA LÚCIA TEIXEIRA CARPES DE AZEVEDO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA/GAPRE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300655	CASTORINA NAVA SOUSA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300847	MARIA GRAZIELLA BELLO ARARIPE GONTIJO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR38803	PAULO BEZERRA DINIZ	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/GAPRE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR121703	ANDREIA DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300959	IRAN OLIVEIRA ARAUJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300735	MARCILENE LINO DE OLIVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301162	MARCIO DA SILVA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300812	RAPHAEL JAENSCH LINHARES DE LIMA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR5703	RIVANILDA BEZERRA MAIA POVOA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### NÚCLEO DE APOIO AO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA/NUINT/GAPRE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR19403	AGNALDO DIAS DE SOUZA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA/AESP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300971	SERGIO RENNEN VIEIRA DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02

### SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR24503	MARCOS DE OLIVEIRA DIAS	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06
TR114603	MARILIA ANDRÉ DA SILVA MENESES GRACA	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03

### DIVISÃO DE AUDITORIA/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR65203	ERICA PATRICIA DE ANDRADE TERAYAMA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR103103	LUSIA MARIA CÉSAR DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR111303	MARILENE SOUSA DA SILVA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA/SEPPA/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300882	TIAGO DINIZ BRASILEIRO LIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE OPERACIONALIZAÇÃO/SEORA/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR180003	MILENE RODRIGUES DE SOUSA BACELAR	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO/SEATE/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300586	RODRIGO PINTO DE MENEZES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AUDITORIA TEMÁTICA/SETEM/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300649	HADIJAMINE ITAPA FERNANDES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AUDITORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL/SEAUF/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR101303	LILIANA MIRANDA DA SILVA LIMA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS/SEAUG/DIAUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR87003	SILVIA FLORA LOBO NOGUEIRA DA GAMA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE VERIFICAÇÃO E ANÁLISE/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300752	ANA LUCIA RABELO AMORIM DE SOUSA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300823	JOÃO BATISTA CORRÊA DA COSTA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR169803	MARIA CLAUDIA OLIVEIRA LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR183703	RENATA SIMOES RAMOS	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR300910	ROSYNALVA FERNANDES BATISTA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### SEÇÃO DE EXAME DAS FOLHAS DE PAGAMENTO/SEFOP/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR138003	ALBERTO GARNIER DE SOUZA FILHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA/SEAFI/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR79603	PAULO MONTEIRO MOTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO ANÁLISE DE ADMISSÃO DE PESSOAL, APOSENTADORIA E PENSÕES/SEPAP/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300984	LUIS GERALDO DO NASCIMENTO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO VERIFICAÇÃO DAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES/SEDEA/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301058	MARCELO AZEVEDO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE CONTRATOS/SENCO/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300855	MARIA VIRGÍNIA MESQUITA MELO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE LICITAÇÕES/SEALI/DIVEA/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR138803	LIANA RAIMUNDO DE LIMA LOURENÇO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SECOI/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR82103	JOANA MARIA CAVALCANTE CABRAL RAMOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR169903	MARIA DO LIVRAMENTO SAMPAIO DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR45103	CARLOS FREDERICO MAIA BEZERRA	DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA	CJ-04

### ASSESSORIA ASSUNTOS DA MAGISTRATURA/ASMAG/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300373	FERNANDA DAL BELLO PINHEIRO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301063	GABRIEL DE DEUS MACIEL	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR84703	HAROLDO JOSÉ DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR182103	LUIS SÉRGIO ALBANUS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR188203	MARCIA BITTAR BIGONHA	CHEFE DE ASSESSORIA II	CJ-02
TR158203	MARIA DE FATIMA OLIVEIRA ORNELAS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR99003	MARIA EMILIA DINIZ PAPINI RIBEIRO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR49503	ZINALDA ANDRADE BEZERRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### SEÇÃO DE CADASTRO DE MAGISTRADOS/SEMAG/ASMAG/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR108203	EUNICE DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO DA MAGISTRATURA/SELEM/ASMAG/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR81103	MARIA ZELIA FREITAS DE SOUSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS/SEASF/ASMAG/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR60503	VALÉRIA GONÇALVES SILVA DE AQUINO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DE EXECUÇÃO JUDICIAL/COREJ/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300638	LEILA MARIA MOREIRA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO/DIREP/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR182903	ENILSON DUARTE COSTA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE CADASTRAMENTO E PROCESSAMENTO/SECEP/DIREP/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR181603	GILSON ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR6103	PAULO CÉSAR CALDEIRA JACOMINI	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO/SEARP/DIREP/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR62703	DEUZENITE BARBOSA DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300592	DILSON CORREIA DE LACERDA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS/DICAJ/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR148603	HILTON VIEIRA COELHO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR300700	WESMAR JOSE LOPES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### SEÇÃO DE CONTROLE DE PAGAMENTO/SECOP/DICAJ/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR87303	JOAO DANTAS EUZEBIO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS/SECAJ/DICAJ/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300977	ARCUCIO FERREIRA SOARES NETO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300563	ELIANA INNOCENCIO DE PAULA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APOIO À EXECUÇÃO JUDICIAL/SEXEJ/COREJ/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR173203	FRANCISCO ARAUJO SOARES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300957	MOISÉS ALVES DOS SANTOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR126703	RAMONO RODNEY VIEIRA MASSAFERA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05

### GABINETE DA DIRETORIA-GERAL/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR45003	CARLOS ALBERTO DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300729	DENISE FERNANDES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR54403	JOSE MARIA DE ANDRADE	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR64403	PAULO SERGIO ESCOSSIO VIEIRA	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR82403	ANATÉIA DA SILVA SOL	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300559	DINALDA FALCÃO VIANA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### NÚCLEO DE APOIO A SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E

#### DISCIPLINARES/NUPAD/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR85803	NEUZA MARIA GOMES ORTIZ	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### NUCLEO REGIONAL DE APOIO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO/NUPAE/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300756	HELENISE RATS CORREIA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR78303	RENE SOARES DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR61803	SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA CHAGAS DE SOUZA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS

#### GERAIS/SESUD/SJMG/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300181	CONSUELO HORTA VIEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR301148	IONE RODRIGUES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301138	ROBSON JOSÉ RAMOS RIBEIRO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA

#### BAHIA/SESUD/SJBA/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300659	DOMINGOS SÁVIO BELFORT CAMPOS JÚNIOR	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR136107	ELSON BAHIA RODRIGUES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR193707	GUTEMBERG SOUSA DE JESUS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO À OUVIDORIA ADMINISTRATIVA/SEOUV/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR48903	GILMAR FERREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CONTROLE E PAGAMENTO DE DIÁRIAS E INDENIZAÇÕES/SEDIN/GADIR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300364	FERNANDO TEIXEIRA BARBOSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### ASSESSORIA JURÍDICA/ASJUR/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR55003	AGAMENON DOS SANTOS TORRES	CHEFE DE ASSESSORIA II	CJ-02
TR300714	ELVÉCIO MARTINS SOARES SOUTO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR301125	LUCIANA RIBEIRO PENNA DE AQUINO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR196003	RAQUEL CALLAND CERQUEIRA MARQUES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301049	SILVIA DAS VIRGENS COSTA MARQUES	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR164203	VANDA SALLES MENEZES	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05

### COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR100703	ANA CLARA DE BARROS BALSALOBRE	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR19103	ZILDA MARIA REGINA DUTRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA/DIJUR/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300577	LICIERE ROCHA GALVÃO DE CARVALHO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300639	MARIANA SILVA DE ASSIS TOGNOLO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE PESQUISA E SUMULAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA/SEPEJ/DIJUR/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR196703	CRISTINA MARIA BRITO DE OLIVEIRA MOURÃO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, CONFERÊNCIA E REGISTRO DE

#### ACÓRDÃO/SEGRA/DIJUR/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR14803	ROSANE SANTOS BATISTA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE E INDEXAÇÃO DE ACÓRDÃO/SEIND/DIJUR/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR153503	ANA ALICE REIS DA COSTA	ANALISTA DE JURISPRUDÊNCIA	FC-05
TR50603	ESMERALDA DIAS GOMES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR175603	LUIZ GUSTAVO SILVA BEZERRA	ANALISTA DE JURISPRUDÊNCIA	FC-05
TR171403	PAULA CRISTIANE NAVES	ANALISTA DE JURISPRUDÊNCIA	FC-05
TR182503	SIMONE FERREIRA DA COSTA	ANALISTA DE JURISPRUDÊNCIA	FC-05

### DIVISÃO DE BIBLIOTECA E ACERVO DOCUMENTAL/DIBIB/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300726	CARLOS ALBERTO DE BRITO PAULINO NUNES	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR99403	MARCIA MAZO SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR14003	SUZANA MARTINS DE LIMA MONTEIRO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO AO USUÁRIO/SEREU/DIBIB/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300710	MARILIA DE SOUZA DE MELLO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE REGISTRO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DE ACERVO/SETEA/DIBIB/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300047	RITA DE CASSIA FERNANDES SHIMABUKO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO DE ACERVO/SESEA/DIBIB/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR143203	CARMEN FREIRE HERRERO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS/SELOF/DIBIB/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR79203	TANIA FERREIRA LEITE	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL/DIAMI/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR91503	ANA CLAUDIA CORDEIRO CORREIA LIMA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR300142	GUSTAVUS ADRIANUS DE FARIA VON SOHSTEN	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR106003	HARLEM FRANCISCA DOS SANTOS GOMES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR13703	ROBERTO GONÇALVES DE SOUSA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR108503	VANEIDE MARQUES PEREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE PREPARO TÉCNICO E MEMÓRIA INSTITUCIONAL/SEMEI/DIAMI/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300234	SIBONEI SOARES FERREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ARQUIVO JUDICIAL E GESTÃO DE AUTOS FINDOS/SEARJ/DIAMI/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR160103	JOSIAS JOSE DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE ARQUIVO ADMINISTRATIVO E GESTÃO DOCUMENTAL/SEARD/DIAMI/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR176603	GILMAR SARAIVA DA PAZ	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APOIO À COMISSÕES REGIMENTAIS/SECOM/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300757	ENEIL MORAES GODOI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR47803	FABIA CRISTINA DE BARROS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300511	MILENA LIMA PEREIRA ARAÚJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO À REVISTA/SEREV/COJUD/DIGES/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR160303	GABRIELA VAZ JUNQUEIRA ARTIAGA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300770	LEANDRO SCAPELLATO CRUZ	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR122403	LUCIANA FERNANDES MENEZES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300863	MARIA APARECIDA GUIMARAES DA CRUZ NUNES	REVISOR	FC-05
TR4703	MATUZALEM BRAGA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300908	KATIA REGINA RIBEIRO DE SANTA ANA	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03
TR65003	LUCIENE DE SOUSA MARQUES	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06

### DIVISÃO DE PLANEJAMENTO/DIPLA/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR161703	NÁDIA BARBOSA DA CRUZ SANTANA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR186303	ROSARIANA MARIA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PLANOS E ORÇAMENTOS/SEPLA/DIPLA/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR58503	JOSE ANDRADE FILHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO DE PLANOS E PROGRAMAS/SECAP/DIPLA/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR102503	MARISA ALVES DOS SANTOS BRANDAO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA/DIPOF/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR167503	CARMELITA HENRIQUE MOREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300644	JOSE AUGUSTO MOCHEL MATOS PEREIRA LIMA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE ANÁLISE E PROJEÇÕES FINANCEIRAS/SEAJE/DIPOF/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR113503	ANDRE LUIS SILVA DA CUNHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CONTROLE E REPASSE FINANCEIRO/SECOF/DIPOF/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR103303	RUY MENESES GRACA JUNIOR	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05





## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/DIPOR/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR58203	ADELSON VIEIRA TORRES	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR2603	SILVIO ROGERIO DA SILVA GOMES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE CONTROLE E DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/SEDEO/DIPOR/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300135	SILVÂNIA RENATA ALMEIDA SERENO DE SOUSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE E PROJEÇÕES ORÇAMENTÁRIAS/SEAOR/DIPOR/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300758	MARILU SILVA DE OLIVEIRA PINHEIRO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE E PROJEÇÕES DE PESSOAL/SEPEP/DIPOR/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR48003	MARIA REIS SILVEIRA BRAGA COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR163403	JOSE CARLOS VIANA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR69203	RÉGIA MARIA TOLEDO COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SERVIÇO DE ATIVIDADES DESTACADAS/SAD/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300695	ANTONINO DOS SANTOS MOURÃO FILHO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300026	EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR173003	TIARAJÚ PAULO SOUZA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL E CUSTOS/DICOC/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR136603	ALDENES ALMEIDA MACHADO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO CONTÁBIL/SEAVA/DICOC/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300662	JUCIANE PEREIRA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL/SECON/DICOC/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300666	MARIA HELENA GOMES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE CUSTOS/SEANC/DICOC/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR172503	MARÍLIA GEREMIAS DE FREITAS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### NÚCLEO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE OBRAS/NUGOB/SECOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR157203	LUCIANO LOPES DE PAULA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR300177	WOLFGANG DE OLIVEIRA MATIAS PEREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR62603	MARCOS BARBOSA ANDRADE	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301003	ANA GARDENE COSTA GONÇALVES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### NÚCLEO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/NUGTI/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR179603	RÊNIA ALVES MACHADO CARLINI	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### COORDENADORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR63903	JANDERSON CASADO DE VASCONCELOS SANTOS	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO/SECSI/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300869	GUSTAVO LUIS DA COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS/DISAD/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR47403	MARIO DE SENA BRAGA JUNIOR	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO CORPORATIVA/SESGE/DISAD/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300876	ALEX PITACCI SIMÕES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300544	THIAGO MOTA DE SANTANA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DE PESSOAS/SESPE/DISAD/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300818	GILMAR NONATO DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300874	MARCELLO PÓVOA COSTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE SISTEMAS ADMINISTRATIVOS SETORIAIS/SEADS/DISAD/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300802	GIUSEPPE DUTRA JANINO JUNIOR	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS/DIPSI/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR124103	YURI OLIVEIRA DE ANDRADE FREITAS	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE GERÊNCIA DE PROJETOS DE SISTEMAS/SEPSI/DIPSI/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR114303	MONICA REGINA FERREIRA RODRIGUES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SISTEMAS DE PROCESSO DIGITAL/SEPDI/DIPSI/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300810	ANIBAL ALVES MARTINS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### DIVISÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS/DISIJ/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR153303	JONATAS IZIDIO DOS SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE SISTEMAS DE PRIMEIRO GRAU/SESI1/DISIJ/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300784	JOÃO PAULO DE ANDRADE CONTI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300878	MARCIA APARECIDA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SISTEMAS DE SEGUNDO GRAU/SESI2/DISIJ/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300819	ELUZAI SOUZA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300877	MARINA SAYOKO URATA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SISTEMAS JUDICIAIS SETORIAIS/SEJUS/DISIJ/COSIS/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR136903	GLEYZIENE BARRETO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR136203	LUIZ ALBERTO LIMA DA COSTA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### SEÇÃO DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA/SEGIT/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300933	EDUARDO HENRIQUE DA SILVA CARVALHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE TECNOLOGIA/DITEC/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300255	JOÃO CLAVER QUADROS DE ALMEIDA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE SOFTWARES CORPORATIVOS/SESOF/DITEC/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR122003	ANDERSON POLISSENE CLIFFORD	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300803	ANDRE TADEU DE FREITAS FERREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS CORPORATIVOS/SEECO/DITEC/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR46803	JULIO CESAR PIRES DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300943	RAFAEL LEITE MORAES DE SOUSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS/SERED/DITEC/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300871	KELY MARQUES MELLO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300834	PAULO DE TARSO DE ALMADA SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/SESEI/DITEC/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301097	RODRIGO ALVES MIGUELETI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR175503	RODRIGO PEREIRA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE BANCO DE DADOS/SEBAN/DITEC/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300938	RICARDO WAGNER ESMERALDO LEITE	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE DADOS/SETADA/SEBAN/DITEC/COINT/SECI

Matrícula	Nome	Função	
TR169503	RICARDO AZEVEDO ZARAMELLA	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### DIVISÃO DE APOIO AOS USUÁRIOS/DIATU/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR124703	MARIA APARECIDA DE SOUSA MENDES	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE APOIO ESPECIALIZADO AO PRIMEIRO GRAU/SEAE1/DIATU/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR46903	ALEX CERQUEIRA ROCHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR61203	SERGIO NUNES GUEDES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO ESPECIALIZADO AO SEGUNDO GRAU/SEAE2/DIATU/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR83103	ELIAS PEREIRA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR23803	WELLINGTON MACHADO RIBEIRO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO REGIONAL AOS SERVIÇOS DE TI/SEART/DIATU/COINT/SECIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300321	NILTON RODRIGUES DE SOUZA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300962	MARIA DO CARMO CEZÁRIO CORRÊA	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03

### DIVISÃO DE CADASTRO DE PESSOAL/DICAP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300561	FERNANDA BURALLI DA COSTA BARROS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR23703	FERNANDO ANTONIO DE MENDONÇA MELO JUNIOR	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR37703	FRANCISCO DE ASSIS DAMASCENO CASTELO BRANCO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300815	JULIANA FAHD SOARES DE SA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE PROVIMENTO E VACÂNCIA/SEVAC/DICAP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300564	ELAINE SANTANA LEOCADIO COUTO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CONTROLE DE ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS/SECEF/DICAP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300609	NIVAN BORGES DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE REGISTRO DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO/SERAD/DICAP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR129803	JOAQUIM JACYNTHO DE FARIA FILHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL/SEMOV/DICAP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300664	SUELEN CAMPOS SOARES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL/DIPAG/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR603	ANTONIO LOPES FERREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301082	AURINO DAMIÃO DE BRITO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR300932	RAFAEL CANHETE LOPES FILHO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E JUSTIFICATIVAS DE FOLHAS/SEPCO/DIPAG/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300725	ALEXANDRE MELLO SOARES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PREPARO DA FOLHA DE PAGAMENTO/SEPAG/DIPAG/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300360	BARCELÔNEA DE FÁTIMA FEITOSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR166203	FERNANDA DE CARVALHO DIAS SALAZAR	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE ENCARGOS E CONSIGNAÇÕES/SENCA/DIPAG/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300998	ARIADNE MARYLA TEZELLI SOUZA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS/SEPIP/DIPAG/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300100	PRISCILA COELHO CARVALHO FALCÃO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL/DILEP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR140104	TAMAR RODRIGUES PEREIRA DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR95903	WAGNER ETELVINO OHANA DA CUNHA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE DIREITOS E DEVERES/SEDID/DILEP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR152103	ARGEAMERY TELES DE FARIA DE SOUZA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA/SELEJ/DILEP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR157103	TITO ANTÔNIO REVOREDO GUERRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO ANÁLISE DE TEMPO DE SERVIÇO/SETES/DILEP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR194503	PAULO ANDRE PAIVA DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES/SEDAP/DILEP/SECGP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR146003	SONIA MARIA LOPES ZAMPIER	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR157603	ANA GUILHERMINA DOS SANTOS TAVORA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300267	NILTON FAGUNDES VIRIATO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### NÚCLEO DE COLOCAÇÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO/NUCAV/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR24103	NEIDE ELIDIA SANTOS RIOS DA SILVA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SEÇÃO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E COLOCAÇÃO DE PESSOAL/SESEL/NUCAV/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300144	ANA GABRIELA BEZERRA ESPÍNDOLA MOREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL/SEDAF/NUCAV/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300540	ADRIANA MACHADO AMORIM	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR37303	MARIA DE JESUS MENDES FRAZÃO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO/SESAE/NUCAV/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR30103	LUZANIRA MARIA SANTOS RIBEIRO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300203	MARA BENEDITA CAETANO DE SOUZA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### CENTRO DE DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DA 1ª REGIÃO/CEDAP/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR62503	MARCIO DA SILVA ALBUQUERQUE	DIRETOR DE CENTRO	CJ-01
TR152203	PATRÍCIA HELEN FIELDING	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE AÇÕES EDUCACIONAIS VIRTUAIS/SEAVI/CEDAP/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR62403	VERA LUCIA COSTA RABELLO MENDES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AÇÕES EDUCACIONAIS PRESENCIAIS/SEDUP/CEDAP/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR109703	SIMONE MOREIRA MARCHESI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300654	VANESSA RODRIGUES BARBOSA SIQUEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES/SESER/CEDAP/SEC GP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300889	MONICA VALERIA AVILA GOMES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300774	ANTENOR ROBSON COSTA	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06
TR300288	MARIA CRISTINA TURNES	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03

### DIVISÃO ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS/DIACO/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR131203	CARLOS TADEU DA ROCHA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR300951	MARCELO GERALDO DE SOUZA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE CONTRATOS/SELAC/DIACO/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR110903	WEBES RIBEIRO DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS/SEACO/DIACO/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300913	LUCY DOS PRAZERES MENDES FERNANDES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR45403	WELLINGTON FERREIRA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONTRATUAIS/SEPEC/DIACO/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR42303	WALEMBERG INACIO GONZAGA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA/DIEFI/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR13003	JOSÉ GALÉBIO DE AGUIAR ROCHA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR142003	NARCIA SILVA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA/SEACE/DIEFI/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301041	WAGNER DA SILVA NUNES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE E VERIFICAÇÃO/SEAVE/DIEFI/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301007	NEIDE BARBOSA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR301120	NUBIA ALVES DA SILVA DA TRINDADE	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE PAGAMENTO DE REQUISIÇÕES JUDICIAIS/SEREP/DIEFI/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR37403	GEOVANIA CARNEIRO DE LIMA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300020	RONALDO RODRIGUES SOARES	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/SEORC/DIEFI/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300832	FABRÍCIO DE LUCCA JARDIM	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR169603	LISIANE PARREIRA DENEGA FERREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA/SEEFI/DIEFI/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301124	ALESSANDRA EVÂNIA LILIAN ELANDJANE ALMEIDA SERENO DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR301022	MARIA DO SOCORRO LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300182	REJANE MARTINS SILVA RIBEIRO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300740	RENATA FIGUEIREDO MIRANDA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE COMPRAS/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301122	CARLOS ALEXANDRE VIGIL D'OLIVEIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR300509	MARIA DO ESPIRITO SANTO ARAUJO RODRIGUES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE CONTROLE DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS/SECAT/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300372	THÁIS DO NASCIMENTO AMORIM	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES/SECAF/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR180903	ROBERTA ARAUJO DE MELLO BEZERRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AQUISIÇÕES/SEDAQ/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR64303	GISLENY MARIA PINHEIRO BORGES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### NÚCLEO DE LICITAÇÕES/NULIT/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301147	CAMILA CASSIA FARIA MINGHETTI	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301111	EDNA MARIA TELLES	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETOS BÁSICOS/SEREF/NULIT/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300029	ELIZETE FERREIRA COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS/SELED/NULIT/DICOM/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300873	KATIA REJANE TRINDADE FARIAS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/DIMAP/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR126203	ADRIANA PINHO ROCHA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR74303	MARCO ANTONIO DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE REGISTRO E CONTROLE PATRIMONIAL/SEPAT/DIMAP/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300693	JOAO BATISTA ALVES DINIZ	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ALMOXARIFADO/SEMOX/DIMAP/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR3904	LUIZ XAVIER DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR108803	PAULO SERGIO NOQUELI CASARI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE SUPRIMENTO/SESUP/DIMAP/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300344	IRANI PIERRE DE ARAÚJO RIBEIRO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO MOVIMENTAÇÃO E INVENTÁRIO DE BENS/SEMIB/DIMAP/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR176803	DIONISIO TAVARES DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05





## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E EXPEDIÇÃO ADMINISTRATIVA/DICAD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR30303	EDER PAULO RODRIGUES NEVES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR72503	NILDA APARECIDA ALVES	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO/SEPAE/DICAD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300894	MARTA MARIA SANTOS SOUBRE	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300040	NILCÉLIO JOSÉ ESTRELA RODRIGUES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE EXECUÇÃO DE REMESSA JUDICIAL/SERJU/DICAD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR97003	JOAO FERNANDO CARVALHO DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR46403	LUZINEI RODRIGUES DE ARAUJO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300772	MURILO GONÇALVES DE MACEDO SOARES	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR181903	ROSEMARY MARTINS COIMBRA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### SEÇÃO DE RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS/SEDIC/DICAD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR3705	MARIA DO BOM CONSELHO GOMES DA SILVA FELICISSIMO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES E REPROGRAFIA/SETER/DICAD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR38103	FRANCISCA RAMOS DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR40303	NAIR LUCINDA CARNEIRO BONATES	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR87903	SILVIA LOPES MARINHO DE CAMPOS	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR167703	ÚRSULA AMÉLIA PINHEIRO SAMPAIO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR38003	ZAIRA RODRIGUES FERNANDES PEREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR187603	ANTONIO JORGE LEITAO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE OBRAS CIVIS/SEOCI/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300791	PALOMA LEAL COUTINHO BOROS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR153903	ROSANA DE JESUS BRAGA SEVERINO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO OBRAS E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES/SEOMI/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR154603	NANCY SILVERIO DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS/SEMAM/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300558	EUZEBIO SÁ CAVAINAC NETO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS/SEPOB/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300593	MAURÍCIO PINHEIRO DA COSTA SOUZA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS DE OBRAS/SEGPO/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR153203	CLÁUDIO FAUSTINO ALVES DE CASTRO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR3903	JOSIANE SANTOS BATISTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR142503	MARLI TAVARES DA CUNHA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA/SELET/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR63203	PAULO CESAR MACHADO SENA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE MANUTENÇÃO TELEFÔNICA/SEMAT/DIENG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR172103	FRANCISCO DE ASSIS LIMA FILHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR87503	JOSÉ ARNALDO MARTINS COSTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE SEGURANÇA E SERVIÇOS GERAIS/DISEG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR31903	CLAUDIO CHAGAS BARREIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR100303	MARCOS OCELIO DANTAS DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### NÚCLEO DE COPA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO/NUCOL/DISEG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301012	ÉVELYN PASSOS DE ALBUQUERQUE	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR25003	FABIANO COSTA LUCINDO	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SEÇÃO DE TRANSPORTE/SETRA/DISEG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR93503	AIRTON DOS REIS GONCALVES	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300608	ALCÉLIO ABÍDIAS DE LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR25303	ANTONIO FELICISSIMO NETO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300033	BRUNO CURVELLO MELLO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR301077	CARLOS ANDRE NUNES DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR90903	EDSON RODRIGUES DO NASCIMENTO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300674	EUGÊNIO PACELI MARTINS FERREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300973	FADER ADRIANO MUNIZ	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300841	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR36203	IVAN HILTON PEREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300612	JOSÉ HELTON DOS REIS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300820	MANOEL MOREIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR116704	PAULO RODOLFO ROSA RABELLO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR301118	PEDRO BISPO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR103503	ZALDINO FRISSE JUNIOR	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### SEÇÃO MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS/SEVEI/DISEG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR108903	WASHINGTON CARDOSO DA CUNHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SEGURANÇA/SESEG/DISEG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR194903	GLÁUCIO BRAGA ASSIS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE VIGILÂNCIA E PORTARIA/SESVI/DISEG/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR181103	ADELMO DOS SANTOS LOMBARDI BALBI	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR123803	DENISE MINDELLO DE ANDRADE	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300413	REGINA CÉLIA COSTA DA CUNHA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300377	WALESKA RIBEIRO PENNA PEREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### SERVIÇO DE ATIVIDADES DESTACADAS/SAD/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301010	DJALMA CALAÇA DA SILVA JUNIOR	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300600	JOÃO HENRIQUE SERRA AZUL JUNIOR	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301093	MOZART CESAR ECHELII	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR38603	SEBASTIÃO SILVA DE ALMEIDA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### SEÇÃO DE APOIO TÉCNICO/SETEC/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR90503	LUIZ OTAVIO CAMPELLO MONTEZUMA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE OBRAS/DIVOB/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300781	FREDERICO AUGUSTO DE ALMEIDA SANTOS VELLENICH	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE PLANEJAMENTO DA OBRA/SECPO/DIVOB/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300831	VÂNIA REGINA FERNANDES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DA OBRA/SECAO/DIVOB/SECAD/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR197703	MAURICIO PEREIRA RUBO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SECRETARIA JUDICIÁRIA/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300987	ALEXANDRE JOSE AMARAL FERREIRA	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03
TR300952	CINTIA PAGANINI COSTA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300724	EDUARDO OLIVEIRA SANTIAGO	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06

### COORDENADORIA DE REGISTROS E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300581	ANTONIO CARLOS ALBUQUERQUE AYRES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR160603	CLEONICE BARBOSA DA SILVA CARPINA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR178403	ELIANE DO SOCORRO ALVES DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR81003	GILBERTO NOLAÇO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR195506	JESLEI FERREIRA GARCIA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR100803	LILIAN MOREIRA PETERS DAITOKU	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR146203	NELSILIA MARIA LADEIRA LUNIERE DE SOUSA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR173703	TAMARA SOCOLIK	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### DIVISÃO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS/DIINF/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR5903	ALUIZIO ALVES DE OLIVEIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR18503	MAURO TULIO PUTINI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE PESQUISA/SEPES/DIINF/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300753	ANA PAULA FRECHIANI	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INFORMAÇÕES AO USUÁRIO/SEUSU/DIINF/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR59903	DAVID RODRIGUES DE ARAÚJO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DE FEITOS/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR76203	AGNALDO BOCCHINO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR183603	VANESSA BAMPI AVANCINI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE EXECUÇÕES FISCAIS/SEFIS/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300994	MARIANA MUNIZ FERREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AÇÕES PENAIIS/SEPEN/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR78403	IRANI FERREIRA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS/SEORD/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR181303	SANDRA RODRIGUES DE ARAUJO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCESSOS ORIGINÁRIOS/SEPRO/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR173803	MARIA LUIZA NICOLAU DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE AÇÕES DIVERSAS/SEDIR/DIANC/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR15603	EDILEUDA MARTINS DE PAIVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL/DIRAD/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR110503	FLAVIA ALVARES DA SILVA VELLOSO FERREIRA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR301085	JAIME ALVES DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO JUDICIAL/CEDIG/DIRAD/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300603	DHIOGO PATHU FERREIRA MENDONÇA MOTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CADASTRO/SEDEC/DIRAD/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301000	JOADSON PEREIRA BARBOSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE AUTUAÇÃO/SEAUT/DIRAD/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR4203	MANOEL ANTONIO HOZANA DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APOIO À DISTRIBUIÇÃO/SEDIS/DIRAD/CORIP/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR49903	ALCINEIA TEOLFE DE OLIVEIRA FELIPE	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DE RECURSOS/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR192203	EPITÁCIO OURIQUES DA SILVA FILHO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR1303	ISALDA SOARES DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR140703	MARCOS ROBERTO PORTUGAL PAES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR161508	SERGIO FARIA LEMOS DA FONSECA NETO	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR301096	WOLNER BRITO LIMA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO/DIPRO/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR137104	ELIANE FERREIRA BASTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR58703	JOÃO BARBOSA LEITE NETO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300888	MARLI GOMES DE SOUSA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/SEREC/DIPRO/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300061	JUSSARA MARIA SALOMÃO DAMIÃO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE AGRAVOS/SEPAV/DIPRO/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300668	DAVI JOSIAS CORREIA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR171203	SONIA REGINA FERREIRA GIACOBBO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIVER/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300739	ARTHEMIS PEPE RIBEIRO GOES TELLES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300974	JULIANA LOBÃO RIBEIRO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE/SETRO/DIVER/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR2103	MARIA RITA SALUSTIANO BOTELHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV/DIVER/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR14203	ANTÔNIO LEANDRO DA COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB/DIVER/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR170703	ANGELITA FERREIRA BARCELOS DE SÁ	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE APOIO À ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/SEARE/COREC/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR177403	ADRIANA SARAIVA FERREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR191806	JULIO CESAR CARVALHO CARNEIRO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR79803	ANTONIO LACERDA DE ARAUJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR174403	EMERITA REGINA COSSAO OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR120404	JOAO ANTONIO DE MIRANDA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300686	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR63103	JOSÉ LUIZ DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300554	ALINE OLIVEIRA PRADO MAGALHÃES LOPES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR170603	ROSILENE VIEIRA DA SILVA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO/DIPOD/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR48403	NIVALDO GOMES DA COSTA FIGUEIREDO FILHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV/DIPOD/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR151303	EDIMAR ALVES DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DE JULGAMENTOS/DIJUL/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR102303	AUGUSTO CESAR DA SILVA RAMOS	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR103803	STENIO NUNES CARDOSO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/DIJUL/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR179103	SOLANGE DO SOCORRO ALVARENGA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB/DIJUL/COCSE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR3103	ROBSON CARVALHO DE PAIVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA/CTUR1/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR55803	DULCE MARIA HORTA DE SOUZA ALVIM	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300956	LEILA APARECIDA FERRO MOREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR52503	LILIO DA SILVA RAMOS	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR30203	RUBENS RIBEIRO AMORIM	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD1/CTUR1/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300010	EUGENIO FREIRE GARCIA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR184603	MICHELLE BARRETO DE ARAUJO COURA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO1/DIPOD1/CTUR1/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR142104	REGINA LUCIA LOPES DE OLIVEIRA ARRUDA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV1/DIPOD1/CTUR1/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR300345	SASSIA GONCALVES SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS/SEINT1/DIPOD1/CTUR1/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR300788	VANESSA DUARTE BARBOSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR1/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR169403	ROSIANE DA SILVA FERREIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB1/CTUR1/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR18903	MARIA APARECIDA DE ANDRADE FONSECA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA SEGUNDA TURMA/CTUR2/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300469	ALICE PERPETUO DE OLIVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300968	ANA OLYMPIA SOARES RABELLO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR129008	KATIA MARIA SOARES FREIRE	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR30503	LINDOMAR ALVES CARDOSO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300105	SÍLVIA CRISTINA DOS REIS AZEVEDO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD2/CTUR2/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301150	CLAUDIA MARIA DE BRITO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR65303	JOSE DEUSIMAR MINEIRO PIMENTA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO2/DIPOD2/CTUR2/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR300627	FÁBIO BORGES DO ESPÍRITO SANTO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV2/DIPOD2/CTUR2/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR190507	OTACILIO TEIXEIRA DA SILVA FILHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS/SEINT2/DIPOD2/CTUR2/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR194103	SILVANILDO DO NASCIMENTO FARIA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR2/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR146903	LUZIMAR LUSTOSA SOARES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB2/CTUR2/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR5603	DOMINGOS FRANCISCO MENDES FRAZAO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA TERCEIRA TURMA (CRIMINAL)/CTUR3/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR159703	ADRIANA CRISTINA BIANCHI DE ARAUJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR4303	CLÁUDIA MÔNICA FERREIRA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD3/CTUR3/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR175703	MARIA EUNICE DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR173403	RAIMUNDO JOSE LOPES DA SILVA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO3/DIPOD3/CTUR3/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR160703	GILMAR BRUNO DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV3/DIPOD3/CTUR3/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR189903	MARLUCE FAGUNDES NINAUT	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR3/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR155603	MIRIAM DA SILVA JOSE	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB3/CTUR3/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR170303	SUELY CAROLINO BARRETO SARMENTO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA QUARTA TURMA (CRIMINAL)/CTUR4/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR48703	ANTONIO CARLOS MACHADO RIBEIRO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR123903	LUCIA HELENA PIRES FERREIRA DE BARROS	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD4/CTUR4/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR174503	KLAYTON CESAR BARBOSA DE SOUSA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR78203	RAIMUNDO DAMACENO ARAUJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO4/DIPOD4/CTUR4/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR301092	DIEGO RONAN SOARES PAIS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV4/DIPOD4/CTUR4/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR300162	CINARA SOARES BARBOSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05





## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR4/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR48503	MARCIO ANTONIO DE RESENDE	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB4/CTUR4/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR81303	ROMULO COSTA E ROSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA QUINTA TURMA/CTUR5/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR13903	DEBORA COSTA DE CARVALHO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300130	FÁBIO ADRIANI CERNEVIVA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR179503	MARIA APARECIDA FAUSTINA ROSA GOMES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD5/CTUR5/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR14703	GESILEIA FERREIRA GARCIA LUSTOSA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR3603	JOSELIA CRISTINA MAGALHAES PRIOR CASARI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO5/DIPOD5/CTUR5/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR101703	VERA LUCIA SIZUE ITO DE SOUZA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV5/DIPOD5/CTUR5/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR171903	ELIANE GUERREIRO MACHADO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS/SEINT5/DIPOD5/CTUR5/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR128003	ANA MARIA DE SOUZA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR5/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR174103	PEDRO GUEDES COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB5/CTUR5/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR47903	MAURICIO RIBEIRO COELHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA SEXTA TURMA/CTUR6/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR80703	EUNIZETE GOMES PIGNATA DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR171303	JOÃO MARIA GUERRA CONCEIÇÃO SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300706	VANESSA FERREIRA DOS SANTOS	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD6/CTUR6/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR80503	EUGÊNIA MARIA PIRES BRANDAO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR61003	GILSON DUARTE COSTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO6/DIPOD6/CTUR6/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR162603	LAERÇO LUSTOSA MELO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV6/DIPOD6/CTUR6/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR80903	LUSSIVÂNIA MOREIRA RODRIGUES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS/SEINT6/DIPOD6/CTUR6/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR115203	ALDA MARIA RODRIGUES GOMES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR6/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300860	GENARIO GRASSI RIOS NETO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB6/CTUR6/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR167203	YEDA DOS SANTOS ROCHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DA SÉTIMA TURMA/CTUR7/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300748	ADRIANA DA COSTA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR6403	ANTONIO LUIZ CARVALHO NETO	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR300546	DINA MAURA CARVALHO AMORIM SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD7/CTUR7/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR56103	JOAQUIM JOSE DE SOUSA NETO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR4503	RIVANIRA BEZERRA MAIA RODRIGUES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO7/DIPOD7/CTUR7/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR19003	NESLITA DA COSTA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV7/DIPOD7/CTUR7/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR48803	VERA LUCIA JESUS DE FREITAS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS/SEINT7/DIPOD7/CTUR7/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR102003	ROSA MARTINS GOMES DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR7/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300235	JOSÉ GALVANE DOS SANTOS SOUSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB7/CTUR7/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR175103	JULIO LUIS DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### COORDENADORIA DA OITAVA TURMA/CTUR8/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300881	ALEXSSANDRO PEREIRA DE ARAÚJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR70903	JESUS NARVAEZ DA SILVA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02
TR124603	VERA LÚCIA RIBEIRO SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### DIVISÃO DE PROCESSAMENTO E PROCEDIMENTOS DIVERSOS/DIPOD8/CTUR8/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300527	LEONARDO OLIVEIRA DE ARAÚJO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300648	MIRIAN WALNEY POMPEU GUANABARA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE APOIO AO PROCESSAMENTO/SEAPO8/DIPOD8/CTUR8/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR300699	MIRELLE FERREIRA DURAES RADY	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS DIVERSOS/SEDIV8/DIPOD8/CTUR8/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR144704	ELIS JULIANE DE ALENCAR RIBEIRO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INTIMAÇÕES, CERTIDÕES E EXPEDIÇÕES DIVERSAS/SEINT8/DIPOD8/CTUR8/SECJU/TRF

Matrícula	Nome	Função	
TR48203	MACIEL NUNES DOS SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E APOIO AOS JULGAMENTOS/SEJUL/CTUR8/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR169303	MARCELA DA PAIXÃO MELO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES/SEPUB8/CTUR8/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR40403	MARISTELA BISPO DE ASSIS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA/COTAQ/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR61603	ELIEZITA BORGES CAMIMURA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR40603	MARIA AUXILIADORA	DIRETOR DE COORDENADORIA	CJ-02

### DIVISÃO DE REVISÃO/DIREV/COTAQ/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR89703	ADRIANA GUIMARAES SCHELB	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR300890	ALINE MATOS LORDELO	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR300056	ANTONIA DENISE MUNIZ TAVARES	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR149503	BEATRIZ DA CUNHA SALLES BLANCO	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR84403	HILA SUZANE MARTINI E SILVA	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR301051	JANICELIA MIRANDA PEREIRA DE AZEVEDO	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR147703	JULIA BECKMAN MEIRELLES	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR301057	LUIZ RODOLFO CORASSA	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR27603	MARIA DA GLORIA DE OLIVEIRA PEDROSA	TAQUÍGRAFO II	FC-05
TR300916	SILMARA SUNDFELD LIMA	TAQUÍGRAFO II	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE ÁUDIO/SEAUD/COTAQ/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR85003	ANTÔNIO EUSTÁQUIO DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR85303	DENIVALDO FRANCISCO DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR85203	JOAO OLIVEIRA NASCIMENTO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300046	MARCELO BEZERRA DE ARAUJO	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR193505	MARCO ANTONIO DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR80603	MARCOS ANTONIO LEAL DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR85103	ROBERTO CARLOS QUEIROZ ROCHA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR3403	WALDEMIR ARAGÃO CUTRIM	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### NÚCLEO DE APANHAMENTO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS/NUCAP/COTAQ/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301110	ALESSANDRA FROENER DE ALMEIDA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR300896	ALEXANDRE RAMOS VIEIRA ALVES	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR29103	ANDREA VILLELA DE ANDRADE HUSS	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR301149	BARBARA AUGUSTA VAZ DE MELLO HONORATO	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR27403	CASSIA APARECIDA DO PRADO IWAMOTO	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR300103	CLARA CHIEKO UENO	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR34703	CLÉA BORBA BRASIL	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR32303	DENISE DE ARAUJO MORENO FERREIRA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR91203	DENISE MARIA ALVES E SILVA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR40803	GILCA BARROS E SILVA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR147603	HELOÍSA CECÍLIA GOMES DE MORAES JAENSCH DE LIMA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR34903	ISABEL CRISTINA KURY DE MENEZES FERRAZ	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR169004	IVONETE MARIA FELIPE VIANA DE SOUSA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR300041	JULIANA HELENA COUTO MARINO	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR47103	MÁRCIA CÂNDIA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR41203	MARCO ANTÔNIO MOTA FERNANDES	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR34603	MARIA CELINA COELHO MIRANDA MARGUERAT	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR93203	MARIA DE FATIMA CAMPOS GUTERRES	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR68103	MARISTELA RESENDE COSTA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR47603	MONICA DE OLIVEIRA ALMEIDA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR28603	PATRICIA DE SOUSA PELANDA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR41003	REGINA DE CASSIA BARBOSA ARAUJO	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR93303	SANDRA HELENA LOPES UBERTI	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR94303	SHIRLEY DE FATIMA SOUSA SENA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR41103	SILVIA VIEIRA DA SILVA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR123103	SONIA MARIA DE OLIVEIRA	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR29303	VELASQUES MAGALHAES SANTOS	TAQUÍGRAFO I	FC-04
TR301050	YOSHIE ILZA KATO	TAQUÍGRAFO I	FC-04

### NÚCLEO REGIONAL DE APOIO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO/NUPJE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301036	ANDREY LEONARDO LIMA E SILVA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SEÇÃO DE PESQ. COMPATIB. NORMATIVA DO PJE/SEPNO/NUPJE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300954	RÚBIA DE ALMEIDA MESQUITA ANGELO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE APOIO A PARAMETRIZAÇÃO DO PJE/SEPAR/NUPJE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301035	ANDERSON DE SOUSA PERES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ATENDIMENTO AO USUARIO DO PJE/SEAUP/NUPJE/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301033	ERICK GAMA TOURET DE FARIA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SECJU/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR15103	REGINA CECILIA COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301166	CINTHIA AFONSO NAZARE	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300521	ELAINE CRISTINA DANZMANN FIORAVANTE	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06
TR91903	LUCIA BEATRIZ DE MENDONÇA DE SA	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06
TR300775	WÂNIA MARÍÇA ARAÚJO VIEIRA	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO/SESUD/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR143003	CHARLES OLIVEIRA DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR60703	LUCIMAR NUNES DE MELO BONFIM	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE ESTATÍSTICA/DIEST/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300508	GUSTAVO STÊNIO SILVA SOUSA	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR300068	WANDERLEIA XIMENES DE LOIOLA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE MEDIÇÃO DE METAS ESTRATÉGICAS/SEMED/DIEST/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR85403	GILMAR ALVES DA COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICA/SEPIN/DIEST/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300833	TIAGO ALMEIDA MITSUKA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CONSISTÊNCIA E APRIMORAMENTO DE DADOS/SEADA/DIEST/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300940	DIOGO ALVES MIRANDA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTEÚDO WEB/SECEB/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR90803	ANDRE SAMPAIO DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/DIPLE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300069	MARIA CAROLINA DE SOUZA RIBEIRO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE AVALIAÇÃO E INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA/SEINE/DIPLE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR58103	CARLOS ROBERTO DE JESUS DOMINGUES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS/SEPET/DIPLE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300051	RENATO LOPES VASCONCELOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE APOIO À GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL/SEAMB/DIPLE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR86803	ELIANE DE AGUIAR MARQUEZ LACOMBE SANTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE RESULTADOS ESTRATÉGICOS/SERES/DIPLE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300856	RAFAELA ALVIM POSSAS BASTOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PRODUÇÃO EDITORIAL/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR81403	CARMOZINA VITORINA MARTINS DA COSTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300319	EDELWEISS DE MORAIS MAFRA	REVISOR	FC-05
TR170403	EVANILDES CARVALHO AMORIM RODRIGUES	REVISOR	FC-05
TR161103	MAGDA GIOVANA ALVES	REVISOR	FC-05
TR300148	MARCIA REGINA MURÇA BARROSO	REVISOR	FC-05
TR37203	ROBSON TAYLOR DE BARROS	REVISOR	FC-05
TR197103	SAMUEL NUNES DOS SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE NORMAS E PADRONIZAÇÃO/SENOP/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300702	IVAN SALLES DE REZENDE	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR194303	MARA LUCIA MARTINS DE ARAUJO BESSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS DE TRABALHO/SEAMP/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR78603	ROSANGELA DA CRUZ SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL/SEVIS/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR44403	GERALDO MARTINS TEIXEIRA JÚNIOR	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PRODUÇÃO, COMPOSIÇÃO E EDITORAÇÃO INSTITUCIONAL/SEDI/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300037	HELI FERREIRA SOBRAL FILHO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR127003	RENATA GUIMARAES LEITAO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### NÚCLEO DE SERVIÇOS GRÁFICOS/NUGRA/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300053	ANDRE ANTONIO DA ROCHA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR83703	AURÉLIO RICARDO FERNANDES	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR83803	CLAUDEMIR FERREIRA DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR300035	CLAUDIO DALLAGO	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR83903	EDMILSON INÁCIO DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR300316	EURÍPEDES VELOSO NOGUEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR164003	HERNANI DUTRA VILELA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR300494	KLEBER BARBOSA DE MELLO	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR300022	MANOEL PEREIRA MAIA NETO	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR83303	ODILON DA COSTA FILHO	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR83503	ROQUE ANTONIO DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01
TR300027	WAGNER DE ARAUJO LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO I	FC-01

### SETOR DE IMPRESSÃO/SIMPR/NUGRA/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300034	CARAMURU DE BRASILIA BRITO	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### SETOR DE ACABAMENTO/SACAB/NUGRA/DIMPE/SECGE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR83603	CARLOS VAZ DOS SANTOS	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR82503	ANA LUCIA DA SILVA SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR301154	IONICE DE PAULA RIBEIRO	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-03
TR92003	MÍRIAN GUIMARÃES SANTOS	ASSESSOR ADJUNTO VI	FC-06

### SEÇÃO DE ANÁLISE E OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE/SEOPS/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR175203	DANIELA AMORIM REIS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA E NEGÓCIOS/DIANE/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR117903	EDILEUSA VIDAL DOS SANTOS	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR96503	MARCELO DUTRA MELO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300944	RUTE MARIA BARRETO REZENDE	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E CREDENCIAMENTOS/SECOC/DIANE/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301126	JOSIMAR BEZERRA CUNHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE CADASTRO DE BENEFICIÁRIO/SECAB/DIANE/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR162903	JALVANEIDA EFIGENIA MAGALHAES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### DIVISÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL/DISAO/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR22903	QUEILA MARIA MENDONÇA FRANÇA VAN DONGEN	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300972	SILVONE BOFF	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO/SEVID/DISAO/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR128403	CLAUDIA SOUSA LUCENA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE SAÚDE OCUPACIONAL/SESAO/DISAO/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR109003	MONICA SILVA DA CUNHA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SETOR DE APOIO DE PERÍCIAS/SEPER/DISAO/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR49303	CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA DE CARVALHO	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/DIVAF/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301109	ESTELA MARIA BARBOSA DA CRUZ	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01
TR50103	MARILDA DE SOUZA DOUTOR	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO FINANCEIRA/SEFIN/DIVAF/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300025	ADRIANE MARCOS DELFINO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR301056	HÉLIDA ADRIANA DA SILVA PEREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR178503	KÁTIA GONÇALVES GOMES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE CONTABILIDADE/SECOT/DIVAF/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301070	FRANSUAR DE ALMEIDA SOUSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR301127	JOSIAS GALVÃO DIAS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE FATURAS HOSPITALARES/SEFAH/DIVAF/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300506	FABIO JOAO GAUDINE COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ANÁLISE DE FATURAS DE LABORATÓRIOS, DE CLÍNICAS E DE

#### REEMBOLSO/SEFAL/DIVAF/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR85603	KATIA SOARES PIRES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300766	ANA ALICE SIQUEIRA SANTOS CARVALHO	DIRETOR DE DIVISÃO	CJ-01

### SEÇÃO DE ENFERMAGEM/SEENF/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR167103	CRISTIANE NERIS ABADE BRITO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05





## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### SEÇÃO DE ATENDIMENTO EM SAÚDE/SEASA/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR94103	ROSANE CARVALHO TREVISAN	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SETOR DE SERVIÇO SOCIAL/SETSOC/SEASA/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR98903	MARIA ANGELA ROCHA PAES	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### SETOR DE NUTRIÇÃO/SETNUT/SEASA/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300082	CRISTINE CALTABIANO NEVES	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### SETOR DE FISIOTERAPIA/SETFIS/SEASA/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301152	CAROLINE CAVALCANTI FERREIRA	ENCARREGADO DE SETOR	FC-04

### SEÇÃO DE ODONTOLOGIA/SEDON/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300370	LARISSA CRAVEIRO E SILVA ABAD	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE PSICOLOGIA/SEPSI/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR90203	DANIELLA MARIA FREIRE MEIRA LIMA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL/SEAMI/DIASA/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR49403	ROBERTA COSTA MATOS	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### SEÇÃO DE INFORMAÇÃO E SUPORTE AO E-PRO-SOCIAL/SEISP/SECBE/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR161403	RAFAEL PIRES DE CARVALHO	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR133803	ANA CAROLINA CAMÕES D'ESCRAGNOLLE TAUNAY JOVITA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR54603	ANA MARIA WOLFF EDREIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR54203	ELIZABETH ALVES DE OLIVEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR43703	GEY SANTOS BARBOSA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR50303	LINDANIR YAZUE IRIE	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300118	MARISTELA BROGLIATO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR174603	OSMARINA MACIEL DO NASCIMENTO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301021	RAQUEL LOPES JORGE	ASSESSOR TÉCNICO III	CJ-03
TR107803	SELENA LOBO DE CARVALHO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300501	WERBETH SILVA PEREIRA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS/NURER/ASRET/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR60303	AFRANIO LUIS ALVES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301136	ALLINE MARTINS ROSÁRIO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR103003	MARTHA SIMONE HORMANN	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR51903	RICARDO LOPES TABOADA NETO	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR3203	SANDRA REGINA PEREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA/GAVIP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR96403	EUNICE MARIA DE ANDRADE PASINI	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300705	FERNANDA CRISTINA COSTA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301078	FLAVIO JOSE FONSECA CAMPOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR101603	GUACYRA FIGUEIREDO NOBREGA CAVALCANTI	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR106403	NADIA NOGUEIRA LOPES COELHO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR178303	ROLDAO RIBEIRO NETO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR180603	ROSENELIA DA ROCHA BOMFIM	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300898	SANDRA DEBS DE AVILA SILVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR69703	WALDIMIR RODRIGUES SIQUEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### ASSESSORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA/ASVIP/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR190303	ALGEA CRISTINA SILVA DE ALMEIDA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR187403	ANA LÚCIA FIUZA DA CUNHA MALVEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR26503	EIRALDO FRANCISCO CUNHA PIMENTA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300595	FRANCISCO DE ASSIS BAHIA RIBEIRO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR301032	GILSON NUNES PITA FILHO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR1603	NAZARÉ DOS SANTOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR104203	ROSANA DE SOUZA AZEVEDO OLIVEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301095	FLAVIO BARRETO FERES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR16203	ILMA PINHEIRO LESSA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300587	IZAIAS VALENTE LIMA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301134	MARIA DAS GRAÇAS GUIMARÃES MENDES DE SOUZA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300607	MARIANA VIEIRA NUNES	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR66503	ROBERIO CELESTINO DE SOUZA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300170	TATIANA CORDEIRO MOURA DE MORAIS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300618	FRANCISCO RISOMÁ DE MEDEIROS E SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR157703	LUCIA MARIA SALLES RAMOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR150003	MADALENA TOMI KANAI SUZUKI	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR124503	MARIA EDILENE GONCALVES FERREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300163	MARIÂNGELA KOCHÉ VIEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR181803	NEWTON VALERIANO DA FONSECA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR18403	PEDRO DE SOUZA SIQUEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR503	RAMIZ FLAVIO ROCHA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR170203	ROZANA DE FREITAS RAULINO FERREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DO JUIZ FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR135103	ALEXANDRE DELLAMORA BONOLO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR77903	ANTONIO MENDES BARBOSA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300230	APARECIDA NEVES MOTA ANDRADE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300690	CHARLES GOMES VIDEIRA	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR154203	DANIELLA DE BARROS BELLO RIBEIRO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR6503	MARIA HELENA ALVES	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301034	SECUNDINO MARQUES DA SILVA NETO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO MENDES/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR187803	CLAUDIA DE REZENDE MACHADO DE ARAUJO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR132703	CRISTIANE AFONSO BALIEIRO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR151104	EUNICE CARDOSO PINTO ANDRADE	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301132	ITANUSIA PINHEIRO ALVES	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300137	JOÃO BOSCO EVANGELISTA NETO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300516	MARINA AZAMBUJA DE LORETO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300397	TÂNIA LOPES GONÇALVES PANNO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR139303	ALIOMAR NERI TEIXEIRA FILHO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300906	CARLOS ORLANDO PINTO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR71703	JEANNE VALERIA SOARES VELOSO DA MAIA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR14403	LUIZ NEVES DE ARAUJO NETO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR301103	MARCELO PEREIRA PITELLA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR300796	NILTON LEAL DA SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR198504	PATRÍCIA CUNHA RÊGO FILGUEIRAS POHL	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301043	AILSON FERNANDES DAMASCENO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR154003	ALESSANDRA SAMPAIO DLUGOLENSKI LEITE	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR120203	AMARÍLIS LOPES DIAS	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR49703	ANGELA MARIA DE ABREU ROCHA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR112803	DENILSON SOUZA DE JESUS	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR300513	FRANCIANE MIRANDELA MEIRELES	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06
TR166403	HUMBERTO BALDUINO NASCIMENTO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR301011	MAGDA ESTTER DE SOUZA DOMIENSE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300730	MARINEIDE CARDOSO DE AQUINO	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR138404	ADRIANA TIMO BRITO VELLOSO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300642	ANA CLÁUDIA DE ARRUDA SANTOS CARNEIRO DA COSTA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR114403	ELIENE RANGEL DOS SANTOS NASCIMENTO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR128303	KARLA LOPES BARBOSA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR9003	KARLA MARRETA FONTENELE	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR195603	NILTON CESAR ALVARENGA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR49803	RICARDO VASCONCELOS PESSOA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSSES/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301106	ALINE GOMES TEIXEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR138203	FABIANA DE CASTRO REGO DE CARVALHO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300919	JOAO CARLOS BOTELHO ALKMIN CUNHA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301101	LUIZ EUGENIO MELLO SALOMON	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR177003	ROSA MARIA SILVESTRE	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR2303	ADALBERTO JORGE VASCONCELOS	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300356	CESAR DE ALENCAR OLIVEIRA SILVA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR147003	RENATO ALVES DE MIRANDA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR184203	ROGERIO CÂNDIDO RIBEIRO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300477	SINVALDO SIMÃO DE SOUZA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR188804	WERICKSON COSTA DE CARVALHO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR77803	DELICI PEREIRA ALVES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300599	ELISABETE LIMA DE OLIVEIRA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR125404	ERALDO MACEDO DOS SANTOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300598	MARILÚCIA MIGUEL DE SOUZA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301026	NELSON SILVA DOS SANTOS JUNIOR	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301053	OSVALDO SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR149304	SOLANGE MARCIA DAMASCENO DE PAULA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300925	TULIO RAMOS AMARAL	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR171703	VANDERLUCIA LOPES LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRIO CÉSAR RIBEIRO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300924	CAIO CESAR PEREIRA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR124808	GISLAINE TEREZINHA FONSECA DOS SANTOS SERRALVO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR300467	JOLDENE ROCHA DE OLIVEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300528	LUCI DE FATIMA BUSS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR183303	REINATA HELIENA DA SILVA DE FREITAS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301028	ROSELI FERREIRA DOS SANTOS	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300196	WILLER LARRY DE OLIVEIRA PEREIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300986	CELIO DA PENHA TELES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR138903	INDIRA ANDREZA DAMASCENO BEZERRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301037	JOSÉ RICARDO SABINO BARBOSA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR134903	JOZELENE MEDEIROS BARBOSA DE ARAUJO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300982	LEIDE MARA DE SOUSA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300504	NAHÔR COSTA IBIAPINA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR79903	REIJANE BENEVIDES LINHARES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300276	TATIANA SANTOS QUEIROZ	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR25603	VERA LUCIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300988	ANTONIO CARLOS GUIMARAES JUNIOR	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301017	ARIDECLÉIA DANTAS MENDONÇA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300097	DAYSE ALENCAR RODRIGUES	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR146303	ESTEVÃO JANIO VAZ ALBUQUERQUE	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR301004	JACQUELINE MARQUES SERRANO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300055	LARISSA DE PAIVA ANTUNES LAURINDO SANTOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300990	SIRLEY VICENTE MONTALVAO RAMIRES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR156504	ALESSANDRA PETRIA DE CARVALHO THOMAZI	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR171503	DIMAS DA MOTA CASQUEIRO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR181503	ISABEL KRUPP FREIRE DE CARVALHO	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR300342	JOÃO BATISTA FERREIRA BRITO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR54903	MARCILIO SAMPAIO RIBEIRO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300704	STEPHANY AMARAL	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR23903	VANDERLEI NAVES DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR178903	ANDREA ALVES DE CARVALHO AMORIM	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300379	CAMILA CARVALHO DE VASCONCELOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR127903	INÁCIO MARTINS DE SOUZA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR153003	LAURINDO RODRIGUES MOREIRA NETO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR193203	MARIA ELZA FERNANDES MELO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR133703	RENATO CESAR PINTO PEREIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR44903	WASHINGTON LUIZ PAIVA DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02

### GABINETE DO JUIZ FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301155	DENIS AURELIO DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR145604	GARDENIA NOGUEIRA ALVES VALENTE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR43503	INACIO BRAZ DINIZ FRANÇA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301084	JOSE AGRIPINO DE SOUSA FILHO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR139403	MAGDA ALVES FERREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301075	MARCIA IRENE CORREA NEUMANN	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300862	MARCIO PEREIRA DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR183903	SORAMA FREITAS SANTIAGO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301157	WELLINGTON JOSE BARBOSA CARLOS	CHEFE DE GABINETE	CJ-02

### ASSESSORIA DO JUIZ FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300057	CRISTINA ZITA SAMPAIO DE MOURA LACERDA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300545	GREG VALADARES GUIMARÃES BARRETO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301065	HERIVELTON PEIXOTO RIBEIRO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR301163	JOSE FRANCISCO DE PAULA FREITAS PORTELLA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300658	MAX SWEL BEZERRA DA TRINDADE	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR173303	ROSA LARA MOREIRA COSTA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300897	TATIANE DE ALMEIDA VIEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301059	ALESSANDRO CAMPOS NASCIMENTO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR150103	ANDREA CARVALHO GUEDES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301039	FABIO NUNES SAD	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300981	HEMILTON JOSE DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR135203	LUCIANA NUNES DE MIRANDA DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR50403	MARIA DE FATIMA DINIZ DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR12803	MARIA LUIZA SUGUIURA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301002	MARIANNA LOBO SOARES FLEURY	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300080	ROSIMEIRE ALVES DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR3503	ANDREA GAMA LIMA VALLADAO DE ARAUJO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR182803	ELAINE BURACHED DE OLIVEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300991	ELIAS VINICIUS CORREA RODRIGUES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301046	HELIO LUNIERE AZEVEDO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR85903	NATALIA MARIA SOARES CARREIRO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR73803	PAULO SOUZA DA SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR133903	RICARDO PAULO TOMAZ	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300789	LUIZ GERALDO DE SOUZA BATISTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR114105	MARIO SERGIO FERRARI	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301115	NARA LUCIA SALES CAVALCANTE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300964	PERLA CRISTINA SANSEVERO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300884	THIAGO OLIVEIRA DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300542	ARTUR PIMENTEL DA CUNHA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR190803	FRANCISCO DE ASSIS JORGE LACERDA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301145	PATRICIA RAMOS BARROS	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300151	ROSANA BAIÔCO PEREIRA E SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### ASSESSORIA DO JUIZ FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301006	ANA CLAUDIA DE ALMEIDA TELES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300394	ANDRÉA MARTINS ALVES OLIVEIRA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR32803	EGNALDO DE SOUZA SANTOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301137	GUILHERME VALENTE SOARES AMORIM DE SOUSA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR162803	MARIA GALDINO VIDAL	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR139903	NATHALIE REGIS DE PAIVA FRAXE	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR4403	NERCY BATISTA DA ROCHA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL I'TALO MENDES/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301144	ANA CAROLINA PORTEZAN	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR28703	CLÁUDIA MELO GALVÃO ZANATTO	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR300960	EVALDO DA ASSUNÇÃO CÔRTEZ	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR1403	JULIO CESAR DE ALENCAR DANTAS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300917	KARINE DUARTE E SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR181403	MARIA DO PERPETUO SOCORRO REGO DOS SANTOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR171603	MARISBELA DE LOURDES BARBOSA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR38903	PAULO ROBERTO ELEUTÉRIO MOUSINHO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR15403	ANTONIO JOSÉ ALVES DA COSTA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300512	CLEIDIMAR SILVA FRANÇA REZENDE	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR300646	DAMIANA PRISCILA DE SOUSA CASTRO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300473	MARIA DALVA DE JESUS DINIZ	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR160503	MIGUEL FERREIRA SOARES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR179806	MIRTON ANTONIO MOREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301119	NATALIA CALEGARI EVANGELISTA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300402	ROSSELITO DA COSTA PINTO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300184	ADEMILSON BARBOZA DE SOUZA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR177703	ANA OLIVIA SILVA MONTEIRO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR170903	ANDREIA RODRIGUES BEZERRA DE MELO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR80003	ARNALDO LUIS CARVALHO E VASCONCELOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR170803	DARIANE DE MELO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR186504	JOANA JOSEFA DE ALENCAR LUZ	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR195003	MARCOS DA FONSECA MELO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR5003	SANDRA BARROS PIMENTA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR103403	SEBASTIAO JOSE DE MEDEIROS	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR187004	CRISTIANE SIQUEIRA MENDES DE MEDEIROS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300158	FABRÍCIO RAMOS FERREIRA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR67203	GILVAN CARLOS DO NASCIMENTO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR68603	HÉLCIO RABELO MENDES JÚNIOR	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR178803	MIRIAN SANTOS NOGUEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR182603	REJANE CRISTINA RODRIGUES DE ARAÚJO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR194403	SOLANGE MARIA SANTIAGO ARAGAO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR301052	ALICIA FRANCISCA OLIVEIRA LEITAO	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301072	ANDREIA DE OLIVEIRA BAYMA HERMES	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301044	AYALA SANTANA TORRES	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300290	BERNARDO ALBUQUERQUE PIMENTEL	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300859	GUSTAVO RIBEIRO DE ALMEIDA LIMA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR170103	JANAINA DE OLIVEIRA GOMES DANTAS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300246	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301128	THIAGO GASPAR DE OLIVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR101503	ANDRE LUIZ VIANA DE BARCELLOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300520	DEIZE LÚCID GASPAR MENEZES	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR301165	JULIANO COELHO CARMO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR300914	LILIANE DA SILVA ALMEIDA TRIANA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301073	SANDRA RODRIGUES LEMOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301114	SHIRLEY MAGNA COUTO COSTA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR106603	ANA CAROLINA DE PINA DIAS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR112404	BENEDITO ENOQUE DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR65703	CARLOS ALBERTO DIAS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR70703	DELSE BATISTA PEREIRA PHILLIPS	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR148703	PAULO ROBERTO MEDEIROS DE CASTRO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR176403	PEDRO EUGÊNIO AZEVEDO LIMA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR177903	TEMISTOCLES SOARES LEAL	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300487	EDAHIL SÉRGIO MACEDO GONÇALVES	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR120103	ELIANE CAEIRO DAMASCENO DIAS	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR140603	FERNANDA ROSA TEIXEIRA MACIEL	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300274	LARISSA GUIMARÃES DE GOUVÊA VIEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300927	SHEILA MARIA BENTES FONSECA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR193103	SHIRLENE SUELY ROCHA CORREA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300967	SUSEL RODRIGUES LIMA E SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300623	VIVIANE MAIA AMARAL	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR5803	AELITA PEREIRA MACIEL BRETAS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300166	FERNANDO RUBENS BRANDÃO BARROS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR81803	FLÁVIO RODRIGUES PEREIRA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR86303	GISELE CORREA DA COSTA BARROS DE SOUZA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR52403	MÔNICA MARIA DO RÊGO BANDEIRA DOS REIS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300248	SILVANA ALVES COELHO	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR191403	VANESSA MARAO POLLAZZON	OFICIAL DE GABINETE	FC-05





## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300349	BETHANIA PEREIRA PIRES PERES SOARES	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR59403	CLAUDIONOR FURTADO DE OLIVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR1505	LINDOMAR PAULINO DAMAZIO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR22503	LUCIA HELENA RIBEIRO SILVA FERREIRA ARMOND	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR191203	SANDRA MIRANDA DOS SANTOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR116404	SILVIO JOSÉ CAIXETA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300530	VIVIANE PAIVA DA COSTA GOMIDE CIRILO	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301018	WILLIAM ALVES DE LIMA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR110403	ADRIANA MONTEIRO DE PAULA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300754	ALESSANDRA CHEDID PEREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300912	ANA CELINA CUNHA LIMA NEVES	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR116003	ELZA CESETTI	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301014	LUCIANA OLIVEIRA OCCHI	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR300260	MARCELLA CAETANO DA COSTA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300524	VALERIA AIRES BORGES ARAUJO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300755	ELMO NASCIMENTO FERREIRA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR174003	LEILA ALVES DOS SANTOS RIBEIRO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR63003	LURDIRENE CESAR	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR195903	MARCIA CRISTINA VIDAL BEBIANO TUPINAMBÁ	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR128504	MARIO PEREIRA DA SILVA FILHO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR174303	ODETE SOARES DOS SANTOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300340	VANDILENE SANTOS GOMES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR175303	ADMA DE MATOS PINTO PEREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300368	ELIANE MARIA MACIEL ARÔSO MENDES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300539	EVANDRO JOSÉ COIMBRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR160903	KARLA MARCIA DE QUEIROZ DOMINGUES VIEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301141	MARCO ANTONIO DUARTE MACHADO JUNIOR	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR183203	ROSE ANNE MENEZES MACHADO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR301102	WALTUIR MARTINS DE PASSOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR176003	ALINE DA SILVA FERREIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300622	ANA CRISTINA DA FONSÊCA ROCHA PAOLI	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300519	BIANCA CASTELHANO TEIXEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300689	LUCIANA GUATIMOSIM COUTINHO KERPEL COSTA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR111603	SÉRGIO DOS SANTOS SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR180203	SHEILA DE OLIVEIRA SANTOS	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300596	SONIA MARIA DA SILVA FERNANDES	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300771	ALESSANDRO SUCUPIRA VILAS BOAS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR53003	ANGELA RODRIGUES DE ARAUJO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR113003	DENISE VALOES DYTZ	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300093	KÁTIA ANGELICA DE OLIVEIRA FREITAS	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300697	NISMEIRE APARECIDA CANDIDO DE MEDEIROS	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR108303	CARLOS ALBERTO DA CUNHA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR178603	CLEIDE IRENE XAVIER DA SILVA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR144803	JACKSON ROSA SANTOS	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300975	JOCA FERREIRA DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR5303	JOSE RODRIGUES MEDINA JUNIOR	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR703	KLÉBER GUERREIRO CHAVES	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR77703	MANOEL AVELINO BARRETO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR82303	PAULO ROBERTO DE VASCONCELOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR66803	WESLEY RODRIGUES BATALHA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR104603	ARIOVALDO BELEM DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300492	CARMO DIVINO CIRQUEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR165808	CRISTINA BERQUO E SILVA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR301062	ELIZABETH PEREIRA DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300787	FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR15203	JAIRO JENES SOLANO FERREIRA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR2803	JÚLIO CÉSAR PRADO DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR157403	MARIA REGINA LARA FERREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSSES/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR80403	CELI MARIA DE OLIVEIRA PASSOS	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR170503	FABIANO FERNANDES GOMES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR172803	FLÁVIO VIEIRA LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR301008	GUARANDY FIGUEIREDO NÓBREGA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301087	JOSÉ GERALDO BARBOSA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR120703	JOSE MARIO BRAGA LOPES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300252	LAVIERE GOMES DA ROCHA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR82803	MARCIA DOS SANTOS FERREIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR12208	MARCOS DE VILHENA TOLEDO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300624	ALEXANDRA NOBRE MENDONÇA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR132203	CHRISTIANE CASTRO DE CARVALHO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300557	DENILSON GUERRA FIGUEIREDO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR130303	DULCILENE DIAS DE OLIVEIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300736	EDSON ALVES DE LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300786	IARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR168103	KARLA TEOTONIO FERNANDES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300376	MÔNICA DOS SANTOS COSTA MORAES E SILVA	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR79503	SOLANGE FÉLIX DE ALENCAR	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02

### ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR112903	BENE-ZAETE GALDINO FREITAS	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR138103	CLAUDIO DE FRANÇA OLIVEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR100903	ÉDILA ROSE MONTEIRO DE SOUZA	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR180503	ELIOMAR BORGES DE JESUS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300669	GIZELA TABEL PASQUA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR71403	ISADALVA RABELO FONTINELE	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300523	SERGIO BERNARDO BRAGA DA SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300854	EDVÂNIA MARIA DE SOUSA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300921	ELIZA DE SOUZA PERPETUO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301068	ERLÃ ABSAIR DE LIMA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300116	LUCIANO DE ALCANTARA ALMEIDA	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR301090	MARISA FERREIRA DE SOUSA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300963	PRISCILA DE SOUSA MILHOMEM	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300853	ROBERTA SOARES VASCONCELOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301081	SORAIA ARAÚJO SOUTO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300773	WILMA MAZARAK MACEDO	CHEFE DE GABINETE	CJ-02

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300141	ANALÚCIA ROMANO FRAUZINO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301045	CARLOS MAGNO DE OLIVEIRA PEREIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR141203	IRENE CAMPOS DA SILVA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR301123	LAZARO JULIO MENDES	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR300846	MILICE LEITE SANTOS	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300887	ROGERIO NAVES SENA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR301083	SEBASTIÃO DOS SANTOS NEVES	OFICIAL DE GABINETE	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR96203	ANA CRISTINA PEREIRA LIRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301042	CONRADO DA SILVA FERREIRA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301048	HÉLCIUS MARQUES LOURENÇO	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR300149	INDIRA DE ARAÚJO RODRIGUES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR153403	MARIA DE FATIMA ANDRADE NOLTE	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR147203	PEDRO DA COSTA SA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300665	PÊTER RODRIGUES FERNANDES	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300961	ROSELHA GONDIM DOS SANTOS PARDO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR119503	ANDREA BRASIL TEIXEIRA MARTINS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR190703	FÁBIO AUGUSTO NEIVA DE LIMA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR56703	HENOCH MONTENEGRO DE ALENCAR MATTOS FILHO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300401	LISA THAÍS EIRADO MARTINS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR198303	LÍVIA MIRANDA DE LIMA VARELA	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR300399	LUCIANE DOS SANTOS BEZERRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300176	RONAN FERNANDES TEIXEIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05

### GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO/GABIN/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR199404	CRISTIANE MARIA DE VASCONCELOS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300907	DANUSA VIEIRA FEITOSA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300198	GRAZIELA MARIA PICININ	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR161003	IZABEL BATISTA MONTEIRO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300017	JOSIMARIO FERREIRA DA CUNHA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR45603	LUSMERE DE FÁTIMA LOURENÇO NOGUEIRA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR78903	PATRICIA VANESSA RODRIGUES DE SOUZA MONTEIRO	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR300095	RODRIGO ORSINI RESENDE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR156903	TANIA JULIAO SIMOES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO/ASDEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300292	BRUNO NÁPOLI CARNEIRO	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR187903	CRISTIANE AGUIAR QUINTAO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02
TR300574	GUILHERME FERNANDES DA GUARDA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR76903	MAGDA LEITE AVELINO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR100603	MARCOS AURELIO DE BRITO	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300533	MEIRILUCE PINHEIRO MOREIRA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR175403	SIMONE ALCANTARA PUTTINI CALZA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05



## Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação

### GABINETE DA CORREGEDORIA-REGIONAL/GAGER/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR115306	ANTONIO CORREIA DO NASCIMENTO	SUPERVISOR DE GABINETE	FC-05
TR171103	CARLA BALDUINO MORAIS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR69603	DEMETRIO GONÇALVES LARA	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR179703	EMÍLIA GOMES FREIRE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301089	ENIA SANTANA DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR151908	HELIO FRANCISCO MARQUES	CHEFE DE GABINETE	CJ-02
TR300038	JOSE SIMAO BORGES	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR301027	LUIS CLAUDIO DA FONSECA JUNIOR	ASSISTENTE ADJUNTO II	FC-02
TR175803	NILZANE BARBOSA DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR162103	ROBERTO DOS SANTOS BARRENSE	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR147404	RONEIDE MARIA FURTADO	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04

### SEÇÃO DE APOIO EXECUTIVO/SEAPE/GAGER/COGER/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300681	JÚLIO CÉZAR GONÇALVES DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR301107	KERCIA ELISANIA SANTANA LEMES	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR44803	MARIA APARECIDA ZAMPIERRI DA COSTA	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR168903	MARTA NIEMEYER BORGES DE ANDRADE	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03

### ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-REGIONAL/ASCOR/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR76803	GISELE METELLO DE MATTOS	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR115008	MARCIO LUCIO MARQUES	CHEFE DE ASSESSORIA III	CJ-03
TR144903	NATASHA MARTINS CORRÊA DE SÁ	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR94503	PAULO GONCALVES MOTA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR133003	RICARDO DA SILVA FERREIRA	ASSESSOR ADJUNTO V	FC-05
TR178103	SERGIO ANTONIO MEZINI	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR300147	VANESSA DOMINGUES CARRIÇO	ASSESSOR TÉCNICO II	CJ-02

### SEÇÃO DE APOIO À OUVIDORIA DA JUSTIÇA FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO/SEOUJ/COGER/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR55703	MARILIA MACIEL COSTA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

### NÚCLEO CENTRAL DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E

#### CIDADANIA/NLCON/SISTCON/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR300478	EDIVÁ JOSÉ DOS SANTOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR300076	LINA MARIA CABRAL TURRA	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04
TR300517	ROSANA MONORI	DIRETOR DE NÚCLEO	FC-06

### SECRETARIA EXECUTIVA/SECEX/COJEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR152403	MARCOS ALVIM PEREIRA	OFICIAL DE GABINETE	FC-05
TR86003	SANDRA MARIA ALVES BORGES COSTA	SECRETÁRIO EXECUTIVO	CJ-02

### SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

#### FEDERAIS/SEJUI/SECEX/COJEF/TRF1

Matrícula	Nome	Função	
TR116203	ALEX AMORIM DE SOUSA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05
TR300550	JERUSA SOARES DE MORAIS	ASSESSOR ADJUNTO IV	FC-04



## **Distribuição de Titular de Função Confiança por Lotação**

### **SEÇÃO DE GESTÃO DE CONHECIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS/SEGEF/SECEX/COJEF/TRF1**

<b>Matrícula</b>	<b>Nome</b>	<b>Função</b>	
TR22603	SUELI MOREIRA DE OLIVEIRA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

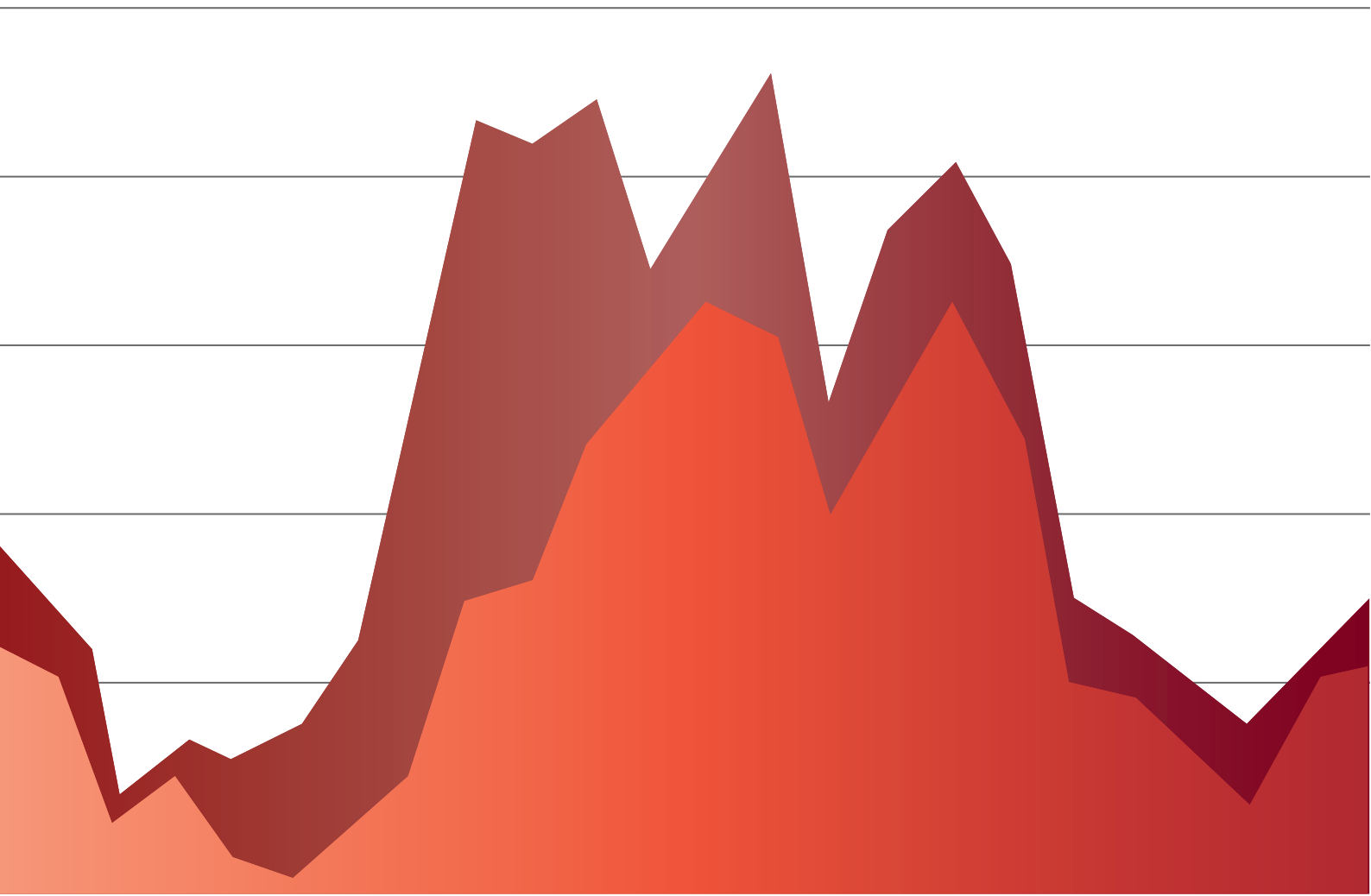
### **SEÇÃO DE COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS TURMAS RECURSAIS E**

#### **REGIONAL/SETRU/SECEX/COJEF/TRF1**

<b>Matrícula</b>	<b>Nome</b>	<b>Função</b>	
TR180403	JULIANO VASCONCELOS	ASSISTENTE ADJUNTO III	FC-03
TR98403	VALERIA DE LIMA DA SILVA	SUPERVISOR DE SEÇÃO	FC-05

# ANEXO 8

Relação de **funções comissionadas e cargos em comissão desocupados** –  
Relatório extraído do Sistema de Gestão de Recursos Humanos.





### Consulta funções comissionadas não ocupadas

#### ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-REGIONAL/ASCOR/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
2834	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR180603 ROSENELIA DA ROCHA BOMFIM	23/06/2015	08/10/2015

#### ASSESSORIA DA DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS/ASDEF/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
664	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR300730 MARINEIDE CARDOSO DE AQUINO	15/06/2015	20/09/2015

#### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL HERCULES FAJOSSES/ASDEF/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3345	FC-05	ASSESSOR ADJUNTO V	TR300019 JOSE HABIB FRAXE JUNIOR	15/12/2014	19/10/2015
672	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR300276 TATIANA SANTOS QUEIROZ	02/01/2008	20/09/2015

#### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL JAMIL DE JESUS OLIVEIRA/ASDEF/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
1241	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR50403 MARIA DE FATIMA DINIZ DA SILVA	02/06/2014	31/01/2016

#### ASSESSORIA DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/ASDEF/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3408	FC-05	ASSESSOR ADJUNTO V	TR300169 MARIA DO SOCORRO MESQUITA MATNI MATOS	01/07/2015	31/12/2015
629	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR300857 FRANCIELI PEREIRA DE ARAUJO	18/02/2013	21/04/2015
3410	CJ-02	ASSESSOR TÉCNICO II	TR300866 PATRICIA RAMOS BARROS	29/10/2015	02/11/2015
631	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR300866 PATRICIA RAMOS BARROS	04/04/2014	28/10/2015

#### ASSESSORIA JURÍDICA E DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS/ASRET/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3651	FC-05	OFICIAL DE GABINETE	TR301099 POLLYANA DE ABREU PIMENTA	01/06/2015	06/01/2016

#### COORDENADORIA DA PRIMEIRA TURMA/CTUR1/SECJU/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3191	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR300956 LEILA APARECIDA FERRO MOREIRA	01/12/2014	02/03/2015





## Consulta funções comissionadas não ocupadas

### DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/DIMAP/SECAD/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3081	FC-01	ASSISTENTE ADJUNTO I	TR74303 MARCO ANTONIO DOS SANTOS	02/09/2013	14/09/2015

### DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/DIPLE/SECGE/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3693	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	VAGA AINDA NÃO OCUPADA		

### GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO/GABIN/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3483	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR300864 HELENA MARIA NUNES PEREIRA GUEDES	02/09/2013	01/02/2015
3478	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR301102 WALTUIR MARTINS DE PASSOS	03/06/2015	25/06/2015

### GABINETE DA DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA SIFUENTES/GABIN/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3518	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR300736 EDSON ALVES DE LIMA	15/06/2015	14/02/2016

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA/GAPRE/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
2888	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR300735 MARCILENE LINO DE OLIVEIRA	30/03/2015	09/12/2015

### GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA/GAVIP/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3289	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR300995 RODRIGO NUVEN PERPETUO	14/04/2015	29/12/2015

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI/GABIN/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3474	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR301016 JOANA DALLA NORA DOS SANTOS	16/11/2015	16/11/2015

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL ITALO MENDES/GABIN/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3416	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR30203 RUBENS RIBEIRO AMORIM	02/09/2013	17/12/2015



### Consulta funções comissionadas não ocupadas

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3421	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR300473 MARIA DALVA DE JESUS DINIZ	02/09/2013	26/01/2016

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3498	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR182303 VITORINO PEREIRA BATISTA	24/11/2015	02/12/2015

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO LUIZ DE SOUSA/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3441	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR170103 JANAINA DE OLIVEIRA GOMES DANTAS	01/10/2015	07/02/2016
3438	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR301052 ALICIA FRANCISCA OLIVEIRA LEITAO	16/01/2015	01/02/2015

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL KASSIO MARQUES/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3467	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR300953 FRANCINALDO SOBREIRA MENEZES CRUZ	22/01/2014	20/12/2015

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NÉVITON GUEDES/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3532	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR301048 HÉLCIUS MARQUES LOURENÇO	10/03/2015	11/02/2016

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL NEY BELLO/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3451	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	TR300274 LARISSA GUIMARÃES DE GOUVÊA VIEIRA	06/04/2015	16/11/2015

#### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL OLINDO MENEZES/GABIN/TRF1

<b>Cód.</b>	<b>Categ.</b>	<b>Função</b>	<b>Último titular da vaga:</b>	<b>Início Exercício</b>	<b>Fim Exercício</b>
3377	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR170103 JANAINA DE OLIVEIRA GOMES DANTAS	11/05/2015	30/09/2015
3372	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR300379 CAMILA CARVALHO DE VASCONCELOS	15/06/2015	02/07/2015



## Consulta funções comissionadas não ocupadas

### GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE/GABIN/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3406	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR300151 ROSANA BAIÔCO PEREIRA E SILVA	10/02/2014	22/09/2015
3403	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR300533 MEIRILUCE PINHEIRO MOREIRA	02/09/2013	31/08/2014
3405	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR300866 PATRICIA RAMOS BARROS	02/09/2013	03/04/2014
3401	FC-02	ASSISTENTE ADJUNTO II	VAGA AINDA NÃO OCUPADA		

### GABINETE DO JUIZ FEDERAL CARLOS PIRES BRANDÃO/GABIN/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3326	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR119703 JOSÉ ROBERTO LOPES	06/05/2014	30/09/2015

### NÚCLEO DE APANHAMENTO DE NOTAS TAQUIGRÁFICAS/NUCAP/COTAQ/SECJU/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
2854	FC-04	TAQUÍGRAFO I	TR28703 CLÁUDIA MELO GALVÃO ZANATTO	03/07/2012	11/12/2015
2872	FC-04	TAQUÍGRAFO I	TR300890 ALINE MATOS LORDELO	20/05/2013	17/01/2016

### NÚCLEO DE APOIO A SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DISCIPLINARES/NUPAD/GADIR/DIGES/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
2928	FC-04	ASSESSOR ADJUNTO IV	TR19403 AGNALDO DIAS DE SOUZA	02/05/2014	11/12/2015
3780	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR300729 DENISE FERNANDES	01/09/2015	01/02/2016

### NÚCLEO DE RÁDIO E TV/NURAT/ASCOM/SEGEP/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3795	FC-06	DIRETOR DE NÚCLEO	TR300341 VERA LÚCIA TEIXEIRA CARPES DE AZEVEDO	06/10/2015	09/12/2015

### NÚCLEO DE SERVIÇOS GRÁFICOS/NUGRA/DIMPE/SECGE/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
3713	FC-01	ASSISTENTE ADJUNTO I	TR83503 ROQUE ANTONIO DA SILVA	01/09/2015	11/02/2016

### SEÇÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SESUD/SJMG/GADIR/DIGES/TRF1

Cód.	Categ.	Função	Último titular da vaga:	Início Exercício	Fim Exercício
2932	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR300918 GILSON NORONHA FILHO	15/10/2013	13/10/2015
2931	FC-03	ASSISTENTE ADJUNTO III	TR300930 VINICIUS SILVINO DE OLIVEIRA	11/11/2013	04/11/2015

